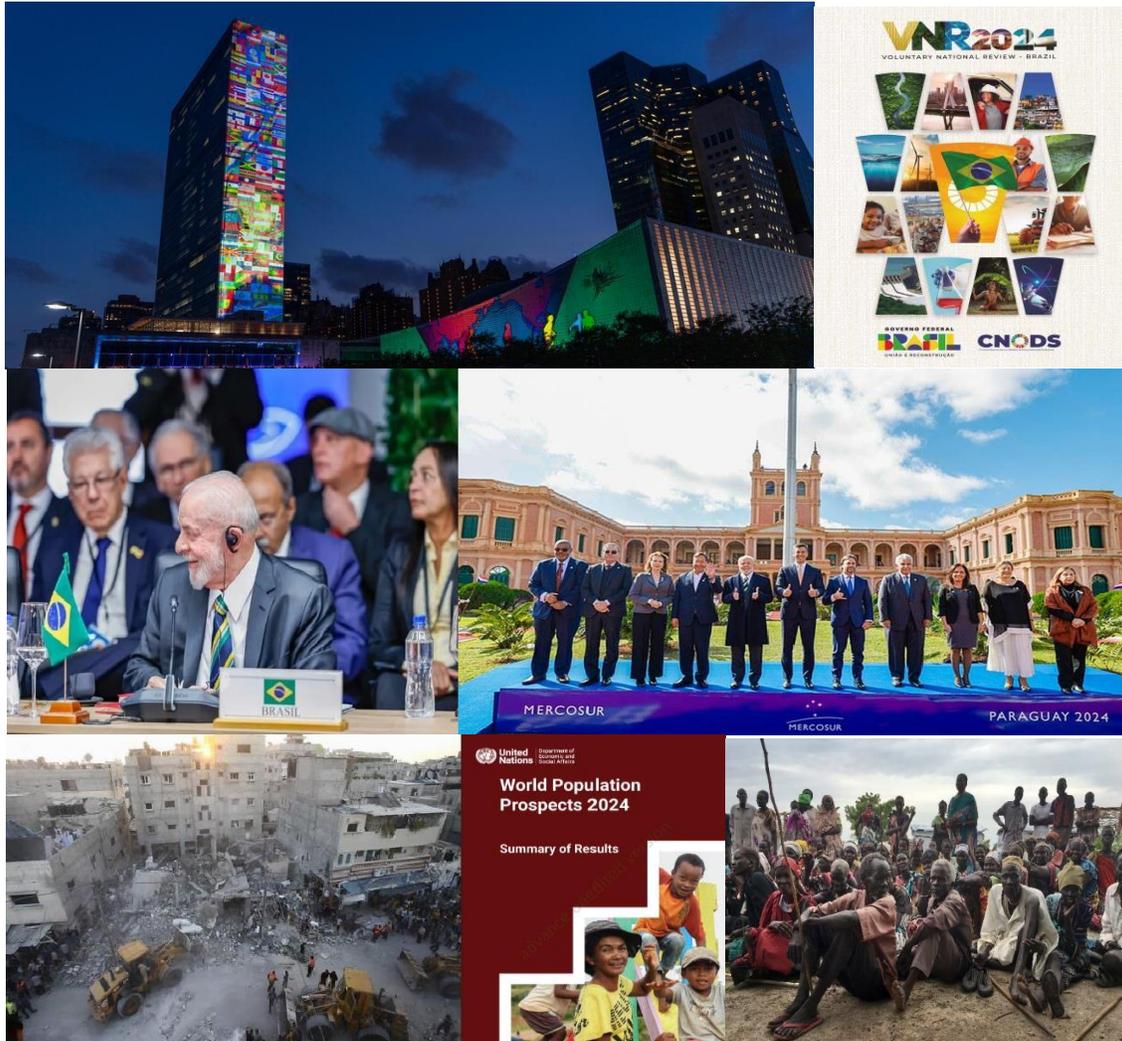
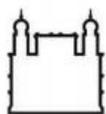


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 12/2024
03 a 16 de julho de 2024



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 18 de julho de 2024



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

14 - Quão sólidos são os 3 pilares das Nações Unidas? - *Santiago Alcázar*

20 - A Cúpula do Futuro - *Jeffrey D. Sachs*

22 - A Declaração da OTAN e a estratégia mortal do neoconservadorismo - *Jeffrey D. Sachs*

25 - Perspectivas da população mundial: Documento do UN-DESA

28 - INB: o retorno das discussões - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

33 - Mudanças climáticas no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

46 - Dia Mundial da População 2024: Organização Internacional do Trabalho (OIT) analisa os impactos das mudanças demográficas sobre o emprego e sustentabilidade das pessoas que vivem do seu trabalho - *René Mendes*

53 - Saúde em Ação: Respostas e soluções para a emergência das enchentes no RS - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

59 - Reflexões no trigésimo aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994 - 2024) - *Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos*

70 - Revisitando o papel das cidades na transformação dos sistemas alimentares: a agricultura urbana e periurbana na transformação dos sistemas alimentares - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

87 - UNESCO: educação, ciência e cultura no ECOSOC e HLPF 2024 - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

93 - Os oitenta anos de Bretton Woods: a Iniciativa Conjunta Necessária do Banco Mundial e do FMI para a Economia Global - *Isis Pillar Cazumbá*

96 - Assembleias da OMPI, Queda nos Investimentos nos Países em Desenvolvimento (UNCTAD) - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

103 - As organizações da sociedade civil nunca desistem: as lutas pela justiça climática e pelo fim das guerras - *Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina e Luis Eugênio de Souza*

122 - Capitalismo verde ainda é capitalismo: Bretton Woods está aquém da salvação possível das reformas parciais - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

133 - A Cooperação Sul-Sul cada vez mais em evidência - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*

154 - Em momento histórico, sociedade civil deixa sua marca no G20. Ciência e Tecnologia são temas do G7. Mudanças à vista no horizonte da OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

170 - As recomendações do T20 e do C20 ao G20 para salvar nossa existência e o planeta, as possíveis contribuições do BRICS e do NBD: o estado atual das coisas - *Claudia Hoirisch*

178 - A desunião latino-americana: desafio para integração e desenvolvimento da região - *Sebastian Tobar, Samia de Brito e Miryam Minayo*

190 - 64° CUMBRE: Comunicado conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y Bolivia

199 - Discurso do presidente Lula na 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e de Estados Associados - 8 de julho de 2024

203 - Fim de deportação de imigrantes para o Ruanda - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

219 - A Europa resiste: não passarão! - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

223 - Guerra em Gaza: Poder, Ética e Etologia - *Lúcia Marques*

229 - Inteligência Natural e Artificial na ONU - *André Costa Lobato*

233 - Desigualdades gritantes: Uma comparação da situação dos sem-teto nos EUA, Portugal, Brasil e América Latina - *Guto Galvão*

245 - Reporte de salud internacional Especial – *Mario Rovere*

Autores deste fascículo - 250

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 253

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 254

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 12/2024 – 03 a 16 de julho de 2024

Apresentação

O sistema nas Nações Unidas tem três grandes momentos políticos anuais: a *Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)*, todo o mês de setembro, em Nova York; a reunião anual do *Conselho Econômico Social (ECOSOC)*, em julho de todos os anos, também na sede da ONU, em Nova York; e as sessões do *Conselho de Direitos Humanos (CDH)*, em três períodos do ano, no *Palais des Nations*, em Genebra. Todos eles contam com o atento acompanhamento do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* do **CRIS/Fiocruz**, pois a saúde global e a diplomacia da saúde estão presentes direta ou indiretamente em todos eles.

Nesta quinzena, nossos analistas estão cobrindo com prioridade a reunião anual do ECOSOC. Nos fascículos anteriores já foram publicados dois artigos¹ sobre a matéria e, neste fascículo, **Santiago Alcázar**, indagando *Quão sólidos são os 3 pilares das Nações Unidas?*, apresenta reflexões sobre as deliberações do Conselho como um todo, inclusive a importante *Declaração Ministerial* resultante, assim como sobre as discussões e decisões do *Painel Político de Alto Nível (HLPF)*, na sua sigla em inglês), que se dedica ao balanço anual da implementação dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Neste ano, cerca de 40 países apresentam o respectivo *Relatório Nacional Voluntário (RNV)*, inclusive oito países da América Latina, entre os quais o Brasil, cujas ‘mensagens-chave’ já publicamos no fascículo 11. Neste fascículo, **Tobar, Brito e Minayo** apresentam comentários preliminares sobre os RNV dos oito países da ALC que os estão apresentando ao HLPF 2024. Também na esfera do ECOSOC e do HLPF 2024, transcrevemos, traduzido ao português, o artigo de **Jeffrey Sachs** sobre a **Cúpula do Futuro**, analisando sua abrangência e perspectivas políticas, do ponto de vista da *Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDSN)* que preside.

O Brasil teve presença marcante nesta sessão do HLPF por duas outras razões: 1) a apresentação da proposta de um novo ODS (18), que fez em um *side event* dia 16/07, intitulado “*ODS 18 – Igualdade étnico-racial na Agenda 2030: a experiência brasileira para a construção de um novo objetivo de desenvolvimento sustentável*”²; e 2) a apresentação da proposta sobre a *Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza*³, também em evento paralelo, no mesmo dia 16.

Em 24 de julho próximo, o **Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS** versará sobre “*Desenvolvimento, saúde e seus determinantes no ECOSOC e no HLPF 2024*”, com um

¹ Ver: <https://cee.fiocruz.br/?q=Desenvolvimento-saude-e-seus-determinantes-no-Conselho-das-Nacoes-Unidas-e-o-forum-Politico-de-Alto-Nivel-2024> e <https://cee.fiocruz.br/?q=Confianca-e-solidariedade-por-Santiago-Alcazar-e-Paulo-Buss>

² Assista a sessão em: [SDG 18-Ethnic-Racial Equality in the 2030 Agenda: the Brazilian experience for the construction of a new sustainable development goal \(HLPF 2024 Side Event\) | UN Web TV](#); ver a nota do governo brasileiro em: [Governo federal apresenta ODS 18 sobre igualdade étnico-racial em evento na ONU — Secretaria-Geral \(www.gov.br\)](#)

³ Ver: [Governo brasileiro reúne representantes mundiais em debate sobre a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza na sede da ONU — Agência Gov \(ebc.com.br\)](#)

seleto grupo de painelistas convidados - que incluem a Embaixadora Paula Narváez, do Chile, que preside o ECOSOC em 2024 - para refletir sobre desafios e dificuldades para a Agenda 2030 e os ODS, no contexto das conclusões e recomendações resultantes do magno evento.

Outro evento marcante da quinzena, agora na região, foi a realização da **64ª. Cúpula do Mercosul**, realizada em Assunção, Paraguai, em 08 de julho. Além dos comentários sobre a Cúpula, marcada pela acintosa ausência do presidente Milei, da Argentina, em flagrante hostilidade com o grupo e, particularmente com o presidente Lula, feitas no informe da ALC, elaborado por Tobar, Brito e Minayo, os Cadernos trazem a *íntegra da declaração dos presidentes e o discurso do presidente Lula*.

Eleições, ainda...

Entre 4 e 7 de julho, foram realizadas duas eleições cruciais na Europa. No **Reino Unido**, o Partido Trabalhista (*Labour*) recuperou o poder, após obter uma histórica maioria absoluta, que pôs fim a 14 anos de governos conservadores. Na **França**, o *cordon sanitaire* funcionou contra a extrema direita.

No segundo turno das eleições legislativas do dia 7 de julho, a população francesa impôs contundente derrota ao Reagrupamento Nacional (RN). Apesar de o partido de ultradireita, liderado por Marine Le Pen, ter obtido o maior número de assentos em eleições legislativas na sua história, o resultado teve um sabor muito amargo. De fato, foi um fiasco para o RN, pois ao invés de formar, como esperava, um Governo pela primeira vez na Quinta República, e com maioria absoluta, chegou num distante terceiro lugar, atrás do bloco de esquerda e até das forças macronistas, que o RN dava como mortas.

A mobilização contra Le Pen no segundo turno – em que eleitores de esquerda votaram em candidatos centristas e de direita, enquanto, em menor grau, eleitores centristas, e alguns eleitores de direita, escolheram candidatos de esquerda, para concentrar o voto contra o RN – impediu a extrema-direita de alcançar, como as sondagens previam há várias semanas, a maioria na Assembleia Nacional. No *banlieue* parisiense e de grandes cidades francesas, como Marselha, venceu o medo do que a extrema-direita poderia fazer com os imigrantes e o racismo que iria despertar.

No dia 10 de julho, Emmanuel Macron quebrou o silêncio em que se trancara desde as eleições legislativas. Em carta dirigida aos seus compatriotas, o presidente francês declarou que deseja que a França seja governada por uma “maioria sólida, necessariamente plural”, e aderindo à princípios como a defesa da União Europeia. Acrescentou, ademais, que não tem pressa em nomear um primeiro-ministro e que “devemos dar tempo aos partidos políticos para construir estes compromissos com serenidade e respeito”. Até agora, as forças de centro-esquerda, representadas pelo Partido Socialista, Partido Comunista, Verdes e França Insurgente, não conseguiram chegar a um nome de consenso para ser o Primeiro-Ministro, e os prazos para os entendimentos estão se esgotando.

A semana que marcaria a coroação da extrema-direita em França tornou-se ainda mais complicada para os extremistas, quando o sistema judicial anunciou, na terça-feira, a abertura de uma investigação judicial a Marine Le Pen, por suspeita de financiamento irregular da sua campanha presidencial de 2022.

No **Reino Unido**, Keir Starmer, o novo primeiro-ministro, e sua esposa Victoria, posaram para a mídia na famosa foto em frente ao número 10 da Downing Street. Terminou a era conservadora. Os conservadores britânicos caíram miseravelmente nas eleições gerais de 4 de julho, o pior resultado da sua história. O desastre conservador impulsionou o Partido Trabalhista, que conquistou 412 dos 650 assentos.

O sistema bipartidário da política britânica garantiu uma governabilidade confortável para o Labour, mas os resultados refletem fissuras importantes. A emergência da direita populista de Nigel Farage no Parlamento, a ascensão dos Liberais Democratas, que põe em causa a futura prevalência, em algumas regiões, dos dois principais partidos, e o colapso do movimento de independência escocês, sugerem mudanças nas tendências no voto, segundo Rafa de Miguel, de El País.

Para conhecimento das primeiras posições do novo governo sobre saúde remetemos o leitor à Declaração do novo Secretário de Estado da Saúde e da Assistência Social, Wes Streeting, expondo “sua missão para salvar o SNS”, acessível em: [The NHS is broken: Health and Social Care Secretary statement - GOV.UK \(www.gov.uk\)](https://www.gov.uk/government/news/the-nhs-is-broken-health-and-social-care-secretary-statement).

As **eleições americanas** embaralharam ainda mais, com o atentado à bala contra Trump, no comício do dia 13 de julho. Se antes a discussão sobre o futuro governo dos Estados Unidos se concentrava na capacidade cognitiva do ‘idoso’ Biden, agora será dominada pela ‘vítima’ Trump, situações que, aliás, concordam a maioria dos analistas, praticamente asseguram a eleição do republicano. Programas em discussão, pra quê? Alguém sabe qualquer coisa sobre o que de fato pretende fazer Trump se eleito presidente? O que será do (não)sistema de saúde dos Estados Unidos? Ou da política externa? O que se tem absoluta certeza é da violência vigente na sociedade americana, que se expressa em atentados à políticos ao longo de sua história, e em impressionantes chacinas de civis nos dias de hoje, principalmente contra negros, motivadas, entre outras coisas, pelo impressionante volume de armas de alta letalidade em mãos da população americana.

As guerras

Em Washington, a **Cúpula da OTAN** comemorou o 75º aniversário da aliança militar. A cúpula da organização transatlântica teve como foco o apoio à Ucrânia. Depois de alguns dias de campanha, e submetido a escrutínio da sua capacidade física e mental em todos os eventos em que participa, Joe Biden fez um discurso, com tom enérgico, no qual anunciou não o compromisso com a paz, mas a entrega de novos sistemas de defesa aérea para a Ucrânia. Na sua declaração conjunta⁴, os aliados declararam irreversível o caminho do país para a adesão à Aliança, e se comprometeram a enviar a Kiev pelo menos 40 bilhões de dólares em ajuda militar no próximo ano. Mais gastos em armas, mais ódio e destruição. *Quo vadis, insano mundo? Quosque tandem, mundo insano?*

Em artigo instigante, recheado de informações preciosas para entender o processo de formação (e deformação) da OTAN e seu processo atual, **Jeffrey Sachs** denuncia o que chama de **neoon**, ou o projeto neoconservador, de implementação do ‘novo século americano’, compartilhado pela maioria dos últimos ocupantes da Casa Branca, sejam eles democratas ou republicanos, e por expressiva parte da elite política e econômica estado-unidense, e que tem na OTAN uma importante estratégia para sua concretização.

O debate sobre o massacre das forças israelenses em **Gaza** ganhou novas luzes após a publicação, no *Lancet*, do artigo de Khatib, McKee e Yusuf, “*Counting the dead in Gaza: difficult but essential*”⁵, assegurando que o número total de vítimas fatais é muito maior que os cerca de 38 mil civis registrados

⁴ Ver: [NATO - Official text: Washington Summit Declaration issued by NATO Heads of State and Government \(2024\), 10-Jul.-2024](https://www.nato.int/pr/pr1240101.html)

⁵ Ver: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(24\)01169-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(24)01169-3/fulltext)

pelo Ministério da Saúde local, podendo chegar, “em uma projeção conservadora”, a 186 mil mortes de civis. De outro lado, todos os jornais do mundo estamparam estarecidos o último massacre das forças israelenses perpetrado no final de semana, no sul de Gaza, na zona de proteção humanitária de Al Mawasi, que matou cerca de 90 pessoas. Os apelos da OMS e de organizações humanitárias do sistema ONU e da sociedade civil global pelo cessar-fogo e pela liberação da entrada de ajuda humanitária continuam, mas esbarram na surdez patológica do governo Netanyahu, que sofre intensos protestos da população israelense.

Continuam os apelos sem respostas às *guerras invisíveis*, incluindo as imensas crises humanitárias no **Sudão do Sul** e no **Haiti**. Impressionante como as Nações Unidas e as organizações plurilaterais das respectivas regiões têm fracassado na cessação destas guerras e na implementação da paz ou, pelo menos, de espaços efetivos de negociação nestes conflitos.

Imposto sobre os super-ricos

Na outra ponta, cerca de **vinte ex-presidentes e líderes seniores do mundo** enviaram **carta aberta aos atuais líderes do G20⁶** pedindo a implementação de um *imposto global de 2% sobre a fortuna de bilionários*, considerando que a concentração de riqueza é cada vez mais obscena, ao ponto de a fortuna acumulada por alguns magnatas ser superior ao PIB de muitos países. Entre os signatários da proposta estão os ex-presidentes espanhóis José Luis Rodríguez Zapatero e Felipe González; e Michelle Bachelet (Chile); os ex-primeiro-ministros Dominique de Villepin (França), Stefan Löfven (Suécia), Jan Peter Balkenende (Holanda), Yorgos Papandreu (Grécia) e Julia Gillard (Austrália), Kim Campbell (Canadá) e Alfred Gusenbauer, ex-chanceler da Áustria, entre outros. Eles propõem que fortunas superiores a 1 bilhão de dólares contribuam anualmente com 2% de seus ativos. No documento dirigido ao G-20, justificam a proposta afirmando que “a tributação dos ultra-ricos tem um forte apoio popular em todo o mundo e em todos os espectros políticos, mesmo entre os próprios super-ricos. A liderança do G-20 foi vital para alcançar um acordo global sobre um imposto mínimo sobre as sociedades. Agora é a hora de fazer o mesmo sobre as grandes fortunas.” Lembram que, a nível global, os multimilionários pagam o equivalente a 0,5% da sua riqueza, “uma taxa de imposto inferior à dos professores e dos faxineiros. É uma medida “necessária e estratégica”, uma vez que a desigualdade extrema faz com que hoje cada vez mais pessoas se sintam abandonadas.

A iniciativa ocorre quando a presidência brasileira do G20, que colocou a proposta em discussão em fevereiro, busca obter apoio para uma declaração na reunião de Ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais do grupo, que ocorrerá neste mês, no Rio de Janeiro. A proposta do Brasil, elaborada pelo economista francês Gabriel Zucman, estima que o imposto poderia arrecadar até 250 bilhões de dólares por ano de cerca de 3.000 indivíduos.

Embora o comunicado da última reunião do G7, em junho, tenha dito que o grupo continuará colaborando com a presidência brasileira do G20 para aprimorar a cooperação internacional e reforçar os esforços para uma tributação progressiva e equitativa das pessoas físicas, alguns países já levantaram objeções à proposta, caso da Alemanha e Estados Unidos. Na outra ponta, França, Espanha, Colômbia,

⁶ Ver: <https://clubmadrid.org/former-heads-state-government-call-president-biden-fellow-g20-leaders-back-global-deal-tax-ultra-rich/>

Bélgica, União Africana e África do Sul, que assumirá a presidência do G20 no próximo ano, já apoiaram a iniciativa.

Projeção das tendências demográficas globais

Situação e tendências demográficas são informações cruciais para a análise da situação de saúde e o planejamento de sistemas de saúde. Por esta razão, facilitamos o acesso dos nossos leitores à mais recente publicação da conceituada *Population Division* do *Departamento Econômico-Social das Nações Unidas (UN-DESA)*, **World Population Prospects 2024 (Perspectivas da População Mundial 2024)**⁷, assim como traduzimos as 10 mensagens-chave contidas no referido informe, divulgado a 4 de julho último. Esta é a 28ª edição das estimativas e projeções populacionais oficiais das Nações Unidas, reunindo dados da década de 1990 até o presente para 237 países ou áreas, sustentadas por análises de tendências demográficas históricas. A revisão de 2024 também apresenta projeções populacionais para o ano de 2100 que, segundo os autores, refletem uma gama de resultados plausíveis nos níveis global, regional e nacional.

O mundo

A **77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS)** estendeu o mandato do **Órgão de Negociação Intergovernamental (INB)** para elaborar um tratado internacional sob a Constituição da OMS, visando reforçar a prevenção e resposta a pandemias. O INB deve concluir seu trabalho o mais rápido possível, apresentando os resultados na **78ª Assembleia Mundial da Saúde**, em 2025, ou antes, em uma Sessão Especial da AMS, em dezembro de 2024. Reuniões adicionais do INB estão planejadas para setembro e novembro de 2024. Na 10ª reunião, em julho de 2024, serão discutidos o plano de trabalho e possíveis atualizações no método de trabalho. A composição do Bureau do INB pode mudar, com rotações regionais e novos copresidentes. A OMS enfrenta pressão para maior transparência nas negociações, com a sociedade civil buscando participação significativa e acesso aos documentos. Isso visa garantir confiança global, eficácia, transparência e combater a desinformação. **Reges, Bermudez e Galvão** informam também que a **OMS** e o **UNICEF** relataram que a *cobertura vacinal infantil global* estagnou em 2023, com 2,7 milhões de crianças a mais não vacinadas, em comparação a 2019. O Brasil, no entanto, conseguiu melhorar suas taxas de vacinação infantil, saindo da lista dos 20 países com mais crianças não imunizadas, graças a estratégias de microplanejamento e ações locais, por exemplo, sob orientação do Ministério da Saúde. Finalmente, os autores abordam os desenrolares da Resolução sobre saúde dos povos indígenas, proposta pelo Brasil na AMS de 2023.

Durante o **Fórum Político de Alto Nível (HLPF)**, os participantes destacaram a importância de acelerar o **progresso na ação climática** como um facilitador para resolver crises interconectadas, como perda da biodiversidade, poluição, pobreza e desigualdade. Em 2022, as emissões globais de gases de efeito estufa atingiram um recorde de 57,4 gigatoneladas de CO₂ equivalente, o que impõe ações climáticas mais ambiciosas, necessárias para limitar o aquecimento global a 1,5°C. Segundo **Magalhães e Galvão**, relatórios indicam que a implementação conjunta do Acordo de Paris e da Agenda 2030 pode impulsionar o progresso global de forma eficiente, gerando benefícios econômicos e sociais significativos, além de co-benefícios para a saúde, agricultura e crescimento econômico, e de otimizar a alocação de recursos e enfrentar desafios financeiros. Na 46ª sessão do **Grupo de Trabalho Aberto do Protocolo de Montreal**, os delegados discutiram a possibilidade de expandir o mandato do Protocolo para incluir VSLs.

⁷ Ver: <https://desapublications.un.org/file/20622/download>

VLSL podem impactar a camada de ozônio estratosférica e contribuir para a poluição do ozônio troposférico, sendo precursores de poluentes que afetam a saúde humana e o meio ambiente. A decisão sobre incluir VLSL no Protocolo depende da disponibilidade de mais informações científicas sobre seus efeitos e emissões.

Mendes apresenta aos leitores texto elaborado a propósito das celebrações do *Dia Mundial da População*, tomando como referência o estudo e análise realizado pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, segundo o qual mudanças demográficas (populacionais) transformam e moldam o mercado de trabalho, globalmente, e dentro de cada país e região. Em síntese, o estudo da OIT conclui que “a dinâmica da demografia global molda o nosso mundo hoje”, destacando vários aspectos fundamentais: o aumento da juventude nos países em desenvolvimento versus o envelhecimento da população nos países desenvolvidos; a rápida urbanização em algumas regiões; a migração internacional e os desafios persistentes para alcançar a igualdade de gênero. Compreender as tendências populacionais é crucial para enfrentar os desafios globais do emprego. “Ao examinar o impacto das mudanças demográficas nos mercados de trabalho podemos nos preparar melhor para o futuro e criar oportunidades de emprego mais inclusivas e sustentáveis no nosso caminho rumo à justiça social”, afirma a OIT. São transcritos os principais pontos “demográficos” do estudo da OIT, mas nas considerações finais o autor posiciona-se criticamente sobre a insuficiência analítica da atual conjuntura e das tendências do mercado de trabalho, globalmente, e na maior parte do mundo.

O **Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA - United Nations Population Fund)** publicou um conjunto de cinco artigos de reflexão para marcar o trigésimo aniversário da *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD - International Conference on Population and Development)*, realizada em 1994, na cidade do Cairo, abarcando os seguintes temas: Mudança demográfica e sustentabilidade; O futuro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos; O futuro dos dados populacionais; ICPD e ação climática; e Um futuro digital seguro. São feitas discussões e recomendações aos governos e formuladores de políticas, para que seja possível alcançar, a nível global, o desenvolvimento sustentável para a saúde da população mundial. **Massari, Santos e Gomes** apresentam um resumo dos cinco artigos, abordando os principais pontos de cada um e suas recomendações, destacando que os sistemas de saúde deverão se ajustar às tendências demográficas e seus impactos, através de novos investimentos e de iniciativas baseadas nos direitos humanos e políticas inclusivas.

Nilson e Oliveira retomam a discussão do *papel das cidades* na transformação dos **sistemas alimentares**, mediante o fortalecimento da *agricultura urbana e periurbana*. O tema vem sendo abordado pela **FAO** e na *Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas*, assim como no novo relatório do *Painel de Alto Nível de Especialistas ligado ao Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da FAO*, é fortalecido o papel central das cidades e seus entornos, onde vive a maioria da população mundial, na transformação dos sistemas alimentares, ligando o campo à cidade e buscando garantir a alimentação saudável às pessoas.

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues analisam os conteúdos das áreas de atuação e expertise da **UNESCO**, em particular a *educação*, nas *declarações políticas* do *Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)* e no *Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2024*.

As Assembleias da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** ocorreram de 9 a 17 de julho de 2024. **Chamas e Cesário** sinalizam que, entre os temas tratados, merece destaque a aprovação de *tratado multilateral sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados*. Segundo

relatório da **UNCTAD**, em 2023, o investimento estrangeiro direto (IED) global diminuiu marginalmente em 2%, totalizando US\$ 1,3 trilhões. O ambiente global para investimentos internacionais permanece desafiador em 2024, com perspectivas de crescimento enfraquecidas, tendências de fragmentação econômica, tensões comerciais e geopolíticas. Os fluxos de IED para países em desenvolvimento caíram 7%. Em 7 de agosto próximo, nas tradicionais 4as. feiras quinzenais, os **Seminários Avançados de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS** vão tratar do tema “*Comércio e saúde global: Desafios e possibilidades para o Brasil*”.

Cazumbá reporta que, em evento comemorativo do aniversário da Conferência de Bretton Woods, o **Banco Mundial** e o **FMI** anunciaram iniciativa conjunta como objetivo principal repensar as diretrizes econômicas globais.

Na quinzena de 28/06 a 1/07/2024, o **GT do CRIS sobre movimentos sociais globais**, sob a coordenação de **Luis Eugênio de Souza**, fez o monitoramento de 53 **organizações da sociedade civil**, das quais 35 fizeram manifestações dignas de registro. Os temas destacados no período foram a crise climática, as guerras, o HIV/AIDS e a saúde digital. As OSC mostraram o compromisso contínuo em abordar as crises e buscar soluções sustentáveis e justas para os desafios que afetam a saúde e o bem-estar das populações ao redor do mundo. A crise climática continua a ser uma preocupação central, com a realização de audiências na Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Emergência Climática e Direitos Humanos. A injustiça climática foi amplamente discutida, evidenciando que aqueles que menos contribuíram para a crise são os mais afetados. Ações foram exigidas dos principais poluidores, como a indústria do petróleo, e das elites econômicas, para corrigir seus erros e adotar soluções. Sudão, Ucrânia e Gaza permaneceram no foco como zonas de conflito, destacando-se as dificuldades da ajuda humanitária. As organizações apelaram por ações concretas da comunidade internacional e garantias do cumprimento das leis que proíbem ataques a civis, profissionais de saúde e hospitais. A questão do HIV/AIDS ganhou destaque devido à realização da 25ª Conferência Internacional sobre AIDS: as organizações promoveram discussões relativas à epidemia, com um foco renovado nas estratégias de prevenção e tratamento. Por fim, as tecnologias digitais ganham importância, com a multiplicação de discussões sobre seu potencial impacto positivo na saúde, especialmente em regiões em desenvolvimento.

De Negri e De Negri Filho exploram artigos e movimentos civis e acadêmicos em torno do aniversário de 80 anos do **Acordo de Bretton Woods** e o que cerca o sistema homônimo. Na **Saúde**, analisam o genocídio de Gaza através de uma perspectiva de privação do Direito à Saúde como ação instrumentalizada, juntamente com a IA e seu possível destino semelhante, terminando esta segunda seção com os movimentos recentes dos trabalhadores da saúde europeus como grupo político. No **Clima**, exploram os contornos do *capitalismo verde*, usando a cultura do agronegócio de Israel e as trocas de dívida por natureza como exemplos.

Mais um boletim mensal do **UNOSSC** com as atividades mais importantes da *cooperação Sul-Sul e triangular na ONU*, com destaque para os eventos paralelos do HLPF e os desafios únicos enfrentados pelos países em situações especiais que necessitam de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras para poderem avançar com os ODS. Na continuidade da **4ª Conferência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS4)**, realizada no final de maio passado, o UNOSSC e a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) planejam aproveitar soluções apoiadas pela ciência para fechar as lacunas dos ODS em benefício dos SIDS através da Cooperação Sul-Sul e triangular. A Diretora do UNOSSC enfatizou

que a transferência de conhecimentos, experiências e soluções é a espinha dorsal do apoio do UNOSSC aos SIDS. **Ungerer, Kastrup e Nery** reportam também os temas abaixo.

A agricultura tem sido um dos principais temas da **cooperação Sul-Sul brasileira**, que é um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo, com vasta expertise em pesquisa e desenvolvimento, o que permite ao país contribuir para o combate à fome e a promoção da saúde em países do Sul global.

O destaque mais importante do **G-77 e China** foi a declaração da Primeira-Ministra de Uganda (país que preside o grupo), durante a reunião ministerial do HLPF, na qual ela deixou clara a necessidade de mobilizar meios adequados de implementação da Agenda 2030. Ela apelou aos países desenvolvidos para que cumpram com seus compromissos anteriores e concordem com uma nova fase de cooperação internacional, por meio de uma parceria global para o desenvolvimento fortalecida e ampliada. Sobre a *Cúpula do Futuro* e do *Pacto Digital Global* declarou que o Pacto seja conciso e orientado para a ação, com objetivos realistas e alcançáveis, para que possa ser apresentado aos Chefes de Estado e de Governo, no momento oportuno.

O **Movimento Jovem dos Não-Alinhados** destacou o Dia Mundial das Habilidades para jovens, focalizando as competências necessárias para investir na paz e no desenvolvimento.

O **Centro Sul** apresentou o artigo de pesquisa sobre a indústria das vacinas após a pandemia de Covid-19, com o objetivo de analisar o impacto da pandemia sobre a indústria de vacinas, numa perspectiva internacional. Apresentou também dois resumos de política: "*Pintando a Grama de Verde: Uma Exceção para Mudanças Climáticas em Acordos de Investimento*" e "*Compreendendo o Novo Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados*".

A quinzena no **G20** foi marcada por importantes articulações dos grupos de engajamento, a partir da publicação de comunicados com recomendações para os líderes do bloco. Em meio ao **terceiro encontro dos Sherpas**, no Rio de Janeiro, esses documentos foram entregues em um movimento histórico de ampliação do processo de escuta e participação social. No **G7**, o destaque da quinzena vai para o encontro do *G7 para Ciência e Tecnologia* entre os dias 9 e 11 de julho, e os temas prioritários escalados para pensar o papel central da ciência e pesquisa na garantia de um futuro mais equitativo e sustentável. Para os próximos dias, tem-se as expectativas para o encontro dos Ministros do Comércio do G7. Na **OCDE**, os destaques se dividem entre a divulgação da edição mais atual do *OECD Employment Outlook* e do *OECD-FAO Agricultural Outlook, do estudo sobre pequenas e médias empresas na região da América Latina e Caribe* e atualizações sobre *estatísticas de inflação internacional*.

Hoirisch destaca algumas recomendações do **T20** e do **C20** para o **G20**, e como este pode se beneficiar de alguns países-membros do **BRICS**, e do próprio BRICS, e reproduzir algumas de suas iniciativas "para garantir as sobrevivências humana e do planeta". O **T20** apresentou proposta contendo recomendações passíveis de subsidiar políticas do bloco, entregue aos Sherpas da trilha política do G20. As propostas visam fortalecer a cooperação internacional, impulsionar o desenvolvimento econômico e social, e enfrentar os desafios globais. O **C20 (Civil 20)**, grupo de engajamento que representa a sociedade civil organizada no âmbito do G20, expressou profunda preocupação sobre a policrise cada vez mais grave que coloca em risco nossa própria existência e o planeta. Entregou aos Sherpas documento mais detalhado que o elaborado pelo T20, contendo recomendações ao G20, visando responder às crises

econômicas, sociais e climáticas, promover o desenvolvimento social e econômico e garantir os direitos humanos.

No panorama político e econômico da **América Latina e Caribe**, nossos analistas **Tobar, Brito e Minayo** destacam a *64ª Cúpula dos Presidentes do MERCOSUL* e o lançamento do *Relatórios Voluntários Nacionais* de países latino-americanos no High-Level Political Forum (HLPF) 2024. Acompanham as agendas relacionadas à saúde e ao desenvolvimento das organizações regionais: o **ORAS-Conhu**, que participou de agendas nas temáticas de *população e desenvolvimento* e *deteção de surtos*; a **SECOMISCA**, participou em agendas com os temas *saúde da mulher, imunização e emergências*; a **OTCA**, que lançou um novo site do *Projeto Bacia Amazônica*; e o **SELA**, que organizou oficina virtual no tema de *migrações e mulheres*.

A **União Africana** realizou uma mesa redonda para apoiar a implementação do *Programa de Resiliência Urbana*, com representantes de parceiros de desenvolvimento e missões diplomáticas. A *1ª Conferência Pan-Africana da União Africana sobre a Educação das Meninas e das Mulheres* decorreu sob o tema "*Dar prioridade à educação das raparigas e das mulheres: uma estratégia para o acesso inclusivo.*" A Comissária da União Africana, Josefa Correia Sacko, lamentou que os **países africanos sem litoral** enfrentam desafios múltiplos e únicos na prossecução do seu desenvolvimento sustentável, com impactos persistentes dos conflitos, choques climáticos e turbulência econômica, que agravaram as desigualdades existentes. O **CDC África** lança iniciativas em cartografia baseada em sistema de informação geográfica para laboratórios dos Estados-Membros do Norte de África. Para a redução de mortes maternas, o **CDC África** lançou programas de treinamento destinados aos clínicos dos Estados-Membros. E no domínio de informática de saúde pública, também lançou um outro programa destinado a preencher o enorme vazio que ainda se verifica nesse domínio. No *5º Fórum sobre Cooperação entre Governos Locais*, representantes chineses e africanos conclamaram pela maior cooperação entre governos locais. O novo primeiro-ministro trabalhista vai abandonar a deportação de requerentes de asilo para **Ruanda**. Teme-se cada vez mais o risco da desintegração do bloco **CEDEAO**, depois da recente criação de uma *confederação pelos regimes militares do Níger, Mali e Burkina Faso*. A 7ª edição do **EurAfrican Forum 2024** realizou em Portugal, sob o tema "*Africa: The Next Chapter - Partnering for Growth*". É o que reportam **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg**, nossos analistas da diplomacia da saúde no continente africano.

No capítulo sobre a **Europa**, **Freire** comenta o resultado das eleições na França, no Reino Unido e a nova composição do Parlamento Europeu. Sob a presidência rotativa da União Europeia, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, fez visitas surpresas à Rússia e à China, logo após visitar a Ucrânia, em movimento que denomina "Missão de paz 3.0".

Segundo **Marques**, após nove meses de guerra em **Gaza** – meses de desproporcionalidade, meses de restrição a acesso a água, a alimentos, energia, medicamentos e/ou outras ajudas para manutenção da vida humana – a situação caminha para o extermínio. Um artigo no *The Lancet* aponta que o número de mortos em Gaza pode ultrapassar os 186 mil, ao computar as mortes indiretas, em consequências do conflito, com a destruição das infraestruturas de saúde, de energia e de saneamento e pela falta de tratamento, entre outras causas. A falta de preocupação com a vida humana, principalmente de mulheres e crianças, demonstra a "desumanização do inimigo" praticada por Israel, tanto nas ações bélicas, quanto nas falas das autoridades israelenses - a desumanização ignora preocupação com os Direitos Humanos. Ao olharmos para essas ações que visam desumanização e genocídio em Gaza sob a ótica da ética social (capacidade de negociação, cooperação e paz), da etologia (capacidade de conflito e extermínio) e da

geopolítica (poder, assimetralidade, inimigos e aliados) podemos visualizar uma trajetória de extermínio praticado por Israel e seus aliados em prol de seus reais interesses em Gaza. E se é uma guerra de extermínio, fica impossível um tratado de paz.

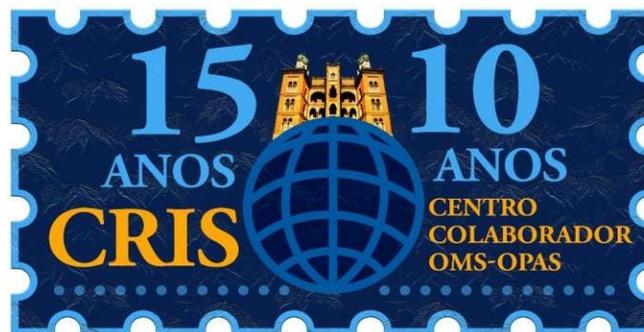
Lobato, no seu informe sobre **China**, reporta que a Assembleia Geral da ONU aprova declaração proposta pela China de desenvolvimento de Inteligência Artificial. Missão brasileira faz reunião em Pequim sobre CBERS 6 e projeto avança mais um passo. Reforma no sistema de saúde chinês continua e prioridades para 2024 são explicitadas. Diretriz proíbe alteração genética de células germinativas humanas.

Sobre os **Estados Unidos**, **Galvão** sinaliza “desigualdades gritantes”: uma comparação da situação dos sem-teto nos EUA, Portugal, Brasil e América Latina mostra a dura realidade da população em situação de rua nos Estados Unidos. Ela é marcada por disparidades gritantes no acesso à saúde, à moradia e às oportunidades básicas de vida. Sem um lar fixo, muitas vezes lutando contra vícios e doenças mentais, e enfrentando a exclusão social, essa população enfrenta barreiras quase intransponíveis para garantir o bem-estar físico e mental.

O mundo segue com sua complexidade, injustiças, paradoxos (e tantos outros subjetivos – e adjetivos – que poderíamos considerar). De nossa parte, seguimos acompanhando, interpretando e compartilhando com nossos leitores e leitoras. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 18 de julho de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz



Quão sólidos são os 3 pilares das Nações Unidas?

Santiago Alcázar

O Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês) teve início na segunda-feira dia 8 de julho. O leitor interessado poderá acessar os dois artigos publicados sobre o tema no Caderno Cris/Fiocruz 11 para orientar-se e ter perspectiva de conjunto. A programação do evento está disponível e pode ser acessada⁸.

Reproduz-se a seguir o calendário resumido do HLPF com vistas a oferecer ao leitor interessado uma visão panorâmica do conjunto de reuniões:

Segunda-feira, dia 08

- i) Abertura do HLPF
- ii) Da Cúpula dos ODS à entrega efetiva de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras
- iii) ODS 17 e suas inter-relações com outros ODS – parcerias para os objetivos
- iv) Ciência, tecnologia e inovação: desencadeando transformações e sustentando soluções baseadas em evidências

Terça-feira, dia 09

- i. ODS 1 e as suas inter-relações com outros ODS – erradicação da pobreza

Quarta-feira, dia 10

- i. ODS 13 e as suas inter-relações com outros ODS – Mudança climática
- ii. Estados Ilhas em Desenvolvimento – implementando os resultados da IV Conferência sobre Ilhas Estados em Desenvolvimento⁹
- iii. Transformando de baixo para cima – ações no nível local

Quinta-feira, dia 11

- i. Introdução ao relatório sobre o Quadro de Programas de 10 anos sobre Consumo Sustentável e Padrão de Produção
- ii. ODS 16 e as suas inter-relações com outros ODS – paz, justiça e instituições fortes
- iii. Países africanos, países de menor desenvolvimento relativo e países sem litoral – construindo resiliência e capacitação em tempos de crises e de transição
- iv. Países de desenvolvimento médios: superando barreiras para alcançar os ODS

⁸https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-07/2024%20HLPF%20and%20HLS%20Annotated%20Programme_0.pdf

⁹ <https://sdgs.un.org/conferences/sids2024>

Sexta-feira, dia 12

- i. Perspectivas desde os Grupos Especiais e Partes Interessadas¹⁰: parcerias para ações urgentes e transformadoras
- ii. Revisões Nacionais Voluntárias

Segunda-feira, dia 15

- i. Início do segmento ministerial do HLPF

O segmento ministerial irá considerar pontos importantes levantados durante a semana anterior, bem como considerar o projeto de **Declaração Ministerial** a ser encaminhada à 79ª sessão da AGNU, que terá início na primeira semana de setembro. Ainda que as reuniões do HLPF sejam abertas a todos os Estados membros da ONU¹¹, a AGNU é o mais alto foro político da Organização, cabendo a ela adotar resoluções de alcance universal, ainda que não necessariamente mandatórias.

Para os que acompanham a evolução da implementação da Agenda 2030 e de seus ODS, preocupa que apenas 17% das metas estão a caminho de serem alcançadas, 50% mostram avanços tímidos ou insuficientes, enquanto 33% estão paralisadas ou em recuo. Para muitos, a meta de 2030 não será alcançada, o que já seria grave. Mais grave será a desesperança com o fracasso do sistema multilateral em cumprir o propósito da Resolução A/Res/70/1, “*Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”¹². Desesperança e desconfiança andam juntas. Desespera-se porque não há confiança. Desconfia-se porque não se tem esperança.

O Secretário-Geral, Antônio Guterres, tem dito diversas vezes que é preciso resgatar a confiança, sem a qual todo o sistema multilateral entraria em pane. A falta de confiança conduz à guerra e à manutenção das diferenças nos países e entre os países, porque nunca se sabe, diz a lógica perversa, o que poderia acontecer se todos fossem mais iguais. Não é preciso aprofundar em outras possíveis consequências da falta de confiança.

Paz, direitos humanos e desenvolvimento constituem os três pilares sobre os quais se ergue a Organização das Nações Unidas. Sem confiança, não haverá paz, respeito aos direitos humanos ou vontade para agir em prol do desenvolvimento sustentável. Esse é o problema central e grave, pois segundo o SG, a confiança tem que ser resgatada.

Muitos que acompanham a Agenda 2030 e os seus ODS não estão necessariamente pessimistas, porque, dizem, as metas são “aspirações”, ou seja, ambições ou sonhos, como a criança que ambiciona ser médico ou o apostador que sonha em ganhar na loteria. Mas as metas não são aspirações. Não, se se fizer uma leitura detida da resolução A/Res/70/1.

We are resolved, we are determined, we commit ourselves, we pledge, we reaffirm, we recommit – são palavras que anunciam compromissos fortes e estão presentes nos 10 parágrafos preambulares e

¹⁰ Grupos Especiais e Partes Interessadas são uma categoria de atores essenciais para a agenda de desenvolvimento sustentável definidas pela Agenda 21. Ver <https://www.unep.org/pt-br/engajamento-da-sociedade-civil/por-que-sociedade-civil-importa/principais-grupos-e-partes>

¹¹ Ver parágrafo operativo 4º da resolução A/Res/67/290 <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n12/496/00/pdf/n1249600.pdf?token=KWPnsB8Yp0jXfflzvs&fe=true>

¹² https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

nos quase 59 parágrafos da Declaração. O termo “aspiracional”, aparece uma única vez, no parágrafo 55. A pergunta é se essa única referência é suficiente para caracterizar a Agenda 2030 e os seus 17 ODS como “aspiracionais”. Não se trata de questão menor, uma vez que pode ter havido má fé na redação final desse importante documento. Alguém, em alguma delegação ou em algum recanto do Secretariado, assustado com o tamanho do desafio e temeroso com as consequências que poderiam advir, terá feito uma observação, que para surpresa de poucos teria passado despercebida, e sugerido uma emenda para salvar a lavoura, como se diz. Nesse contexto, “aspiracional” seria a peça-chave para manter o *status quo* – muda-se, sob a condição de manter tudo igual – porque, afinal, o que poderia acontecer se todos fossem mais iguais? E por que não? A desconfiança grassa, não se esqueçam. E, ademais, incluir o termo é um expediente para justificar o atraso ou a inação na implementação da Agenda. Sonhar não custa, mas a determinação para mudar o mundo não deve ser confundida com o sonho para mudar o mundo.

O que esperar do Foro Político de Alto Nível? É difícil prever, mas as **notas conceituais**^{13,14} que informam a sessão final do HLPF, em 18 de julho, indicam caminhos a serem adotados pelos ministros, além, obviamente do projeto zero da **Declaração Ministerial**¹⁵, principal documento resultante da reunião.

O projeto zero retoma os compromissos inscritos na Agenda 2030, e o faz de maneira a não deixar dúvida:

- a. Reafirmamos o compromisso com a Agenda 2030;
- b. Reafirmamos que a erradicação da pobreza é indispensável para o desenvolvimento sustentável;
- c. Reafirmamos que a mudança climática é o maior desafio do nosso tempo;
- d. Juramos redobrar esforços para alcançar o objetivo de um mundo mais sustentável;
- e. Reafirmamos que a Agenda de Ação de Adis Abeba é parte integral da Agenda 2030 e a sua plena realização é essencial para a efetivação dos ODS;
- f. Reafirmamos que o desenvolvimento sustentável não pode ser realizado sem paz e segurança; e que não haverá paz e segurança sem desenvolvimento sustentável

O ponto “f” acima é tão importante que está a merecer pausa para meditação. Não poderá, efetivamente, haver paz e segurança sem o condicionante do desenvolvimento sustentável e tampouco poderá haver desenvolvimento sustentável sem o condicionante da paz e da segurança. Todas as demais inclusões no projeto zero são irrelevantes ante a gravidade desse ponto.

A guerra OTAN-Rússia na Ucrânia, ademais de consumir recursos financeiros obscenos para a manutenção máquina de guerra – que poderiam servir para a implementação da Agenda 2030 e os ODS – parece presa à lógica da mútua destruição. Na guerra de atrito, que pode levar anos, os lados sabem que a opção nuclear está aberta ante a ameaça à existência do outro. Como resolver o dilema? Baixando as armas e chamando os diplomatas para negociarem a paz, que exigirá de cada lado concessões e sacrifícios. Nessa complexa equação, é duvidoso que o desenvolvimento sustentável ganhe assento, mas

¹³ <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-06/HLPF%202024%20BN%20Multilateral%20Solutions.pdf>

¹⁴ <https://ecosoc.un.org/sites/default/files/2024-06/Concept-note-Current-trends-and-their-impacts-2024-ECOSOC-HLS.pdf>

¹⁵ <https://hlpf.un.org/2024/outcomes>

aí surge o paradoxo: pode-se conseguir a paz, mas sacrificando o desenvolvimento, mas então tampouco se terá a paz.

Toda a agenda das Nações Unidas repousa nos três pilares: paz, direitos humanos e desenvolvimento. O desafio é encontrar solução para a guerra OTAN-Rússia na Ucrânia sem sacrificar o desenvolvimento.

Não ajuda que o SG tome partido numa guerra que não tem inocentes: lado bom *versus* lado mau. Recentemente, um míssil atingiu um hospital especializado em pediatria em Kiev. O SG imediatamente acusou a Rússia de ter realizado o ataque¹⁶. O SG usou a palavra “ataque” e talvez tenha se precipitado ao não considerar que talvez tenha sido acidental ou que tenha sido imperícia do Governo de Zelenski. Em qualquer caso, somente uma investigação independente poderia determinar culpabilidades. Não houve tempo para tanto e, pelo visto, tampouco cautela.

O Governo brasileiro, por outro lado condenou o bombardeio¹⁷ (não o ataque) e reiterou a sua condenação a ataques em áreas densamente povoadas. O Governo brasileiro exortou as partes a cumprirem suas obrigações perante o direito internacional, defendeu o diálogo e uma solução pacífica. Não há acusações. O SG tampouco deveria fazê-las de forma irresponsável.

Argumento semelhante àquele relativo à guerra OTAN-Rússia na Ucrânia pode ser levantado no caso do genocídio em andamento em Gaza e na Cisjordânia, levado a efeito pelo regime de Tel Aviv. Mais de 180 mil palestinos mortos, em pouco mais de 7 meses, segundo a revista *The Lancet* é, ironicamente, uma tragédia de proporções bíblicas. A paz não será possível enquanto o regime de Tel Aviv continuar. É mais que evidente que Israel terá que fazer mais concessões e sacrifícios do que esteja atualmente preparado para fazer, mas não há outra saída, senão mediante o abandono definitivo de concepções equivocadas e prejudiciais e à submissão absoluta aos valores e princípios da Carta, bem como a todos os atos internacionais relativos ao respeito dos direitos humanos. Sem paz não haverá desenvolvimento e sem desenvolvimento não haverá paz no Oriente Médio e, a depender da expansão do conflito, no resto do mundo.

O projeto zero do *Pacto para o Futuro*, documento que emanará da *Cúpula para o Futuro*¹⁸ reforça o espírito da Agenda 2030, ao afirmar que não aceitará um futuro no qual a dignidade e as oportunidades sejam negadas à metade da população mundial, ou que sejam preservadas para aqueles com privilégios e dinheiro. A redação do projeto zero tem essa ambição enorme. A escolha de palavras para abrir os parágrafos resolutivos não deixa qualquer dúvida que revelam determinação e não aspiração. A estruturação do texto em 5 capítulos seguidos de “ações”, não “aspirações” específicas reforça esse entendimento.

É alvissareira a preocupação com o crescente desequilíbrio entre investimentos em defesa e desenvolvimento sustentável. Talvez o termo “desequilíbrio” usado no Pacto seja um pouco generoso demais e não reflita bem a realidade. As necessidades financeiras anuais para pôr os ODS em caminho para serem atingidos alcançam US\$ 4 trilhões anuais, enquanto os gastos em defesa somam mais de US\$

¹⁶<https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-07-08/statement-attributable-the-spokesperson-for-the-secretary-general—attacks-ukraine>

¹⁷ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/bombardeio-a-hospital-infantil-na-ucrania

¹⁸ Ver os artigos de Paulo Buss e Santiago Alcázar no Caderno Cris/Fiocruz fascículo 11

2.2 trilhões anuais. A diferença é impactante quando se tomam em conta os gastos reais em desenvolvimento sustentável, que mal chegam à casa de dezenas de bilhões, muito longe da casa dos trilhões necessários.

É bem-vindo, também, o ensejo de redobrar esforços para acabar com a impunidade e assegurar a responsabilização por atrocidades e outras violações, como por exemplo o uso de esfomear civis como método de guerra. Não é evidente que este parágrafo seja aprovado, uma vez que teria repercussão imediata sobre a condução de genocídio que o regime de Tel Aviv conduz contra a população palestina, com apoio moral e financeiro do Governos dos EUA. Tanto a Corte Internacional de Justiça, quanto o Tribunal Penal Internacional, não têm meios para julgar responsáveis por crimes contra a humanidade, a não ser que se trate de país ou figura amaldiçoada pelo Ocidente. As denúncias contra crimes de guerra cometidas pelo Governo norte-americano levaram Julian Assange à cadeia, não se deve esquecer.

Como se poderá observar, tanto o Pacto do Futuro, quanto a Declaração Ministerial do HLPF, sofrem da mesma ilusão: os desafios presentes podem ser resolvidos mediante boa vontade. Esquecem, no entanto, de mencionar, que grande parte dos desafios presentes, entre os quais cabe enfatizar a guerra OTAN-Rússia na Ucrânia e o genocídio em andamento, a pleno sol, do regime de Tel Aviv contra a população palestina, são consequência da má vontade dos líderes, que entre a montanha de defeitos que têm, devem destacar-se a falta de confiança e a ignorância respeito ao significado da palavra solidariedade.

Talvez o HLPF e a Cúpula do Futuro poderiam se beneficiar das recomendações da sociedade civil brasileira **C20 Brasil** que, no âmbito das reuniões preparatórias da Cúpula do G-20, em novembro próximo, produziu documento mais ousado e mais sincero sobre o que tem que ser feito para sair da terrível sobreposição de crises. São as seguintes, algumas de suas recomendações:

1. Defender a democracia, o secularismo e os direitos humanos;
2. Promover o financiamento de propostas de políticas públicas baseadas em evidências;
3. Substituir o PIB por indicadores que tomem em conta investimentos sociais, econômicos e ambientais, bem como os riscos para a definição de políticas globais;
4. Implementar planos de transição energética, com desinvestimentos em combustíveis fósseis e medidas de mitigação e adaptação mais ambiciosas;
5. Promover políticas de taxação global progressiva;
6. Reforma do Sistema Financeiro Internacional e dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento com vistas a privilegiar o direcionamento de recursos financeiros aos direitos humanos, as obrigações ambientais e os ODS;
7. Reduzir os custos de endividamento, em especial para os países de menor desenvolvimento relativo;
8. Erradicar a pobreza e a fome mediante políticas que assegurem empregos decentes, seguridade social, acesso universal à saúde, educação e segurança nutricional;
9. Realinhar a educação com abordagem de respeito aos direitos humanos;

10. Elevar o papel da saúde pública nos desafios ambientais e fortalecer os sistemas de saúde na prevenção, preparo e resposta a eventuais pandemias;
11. Reduzir os gastos em defesa;
12. Gerar fundos financeiros adicionais com vistas a permitir que governos e a sociedade civil o financiamento dos ODS.

Ao HLPF e à Cúpula do Futuro cabem honrar o compromisso inscrito da Declaração da Agenda 2030. Não se deve esperar menos do que a ambição de garantir que os 3 pilares sobre os quais se assenta o projeto das Nações Unidas sejam sólidos para garantir a necessária transformação do mundo. Paz, direitos humanos e desenvolvimento. Quão sólidos são?

A Cúpula do Futuro¹⁹

Jeffrey D. Sachs

O sistema geopolítico mundial não está oferecendo o que desejamos ou necessitamos. Nosso objetivo declarado é o desenvolvimento sustentável, no sentido de prosperidade econômica, justiça social, sustentabilidade ambiental e paz. No entanto, nossa realidade atual é de pobreza constante em meio à abundância, desigualdades crescentes, crises ambientais cada vez mais graves e guerras. Para retomarmos o rumo certo, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, convocou sabiamente uma [Cúpula do Futuro \(SOTF\)](#) nas Nações Unidas nos dias 22 e 23 de setembro, uma convocação apoiada pelos 193 Estados-membros da ONU.

A ideia central da Cúpula do Futuro é que a humanidade está enfrentando desafios sem precedentes que só podem ser resolvidos por meio de cooperação global. A crise da mudança climática causada pelo homem (especialmente o aquecimento global) não pode ser resolvida por nenhum país sozinho. Nem as crises de guerras (como na Ucrânia e em Gaza) ou as tensões geopolíticas (entre EUA e China) podem ser resolvidas por um ou dois países isoladamente. Cada nação, até mesmo as grandes potências como EUA, China, Rússia, Índia e outras, faz parte de uma complexa estrutura global de poder, economia e política que requer soluções verdadeiramente globais.

A Cúpula abordará 5 tópicos centrais, todos relacionados ao multilateralismo, ou seja, o sistema através do qual as nações coexistem com o resto do mundo. Esses temas são: (1) o objetivo do desenvolvimento sustentável; (2) o objetivo da paz; (3) o controle de novas tecnologias como a inteligência artificial; (4) o empoderamento dos jovens e das futuras gerações; e (5) a reforma da estrutura da ONU.

A Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDSN), que eu coordeno em nome do Secretário-Geral António Guterres, emitiu uma declaração resumindo a visão de renomados acadêmicos ao redor do mundo sobre a reforma do sistema multilateral. A [declaração da SDSN sobre a SOTF](#) é o Capítulo 1 do [Relatório para o Desenvolvimento Sustentável 2024](#) da SDSN.

Quanto ao objetivo do desenvolvimento sustentável, o principal desafio é o financiamento global. Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – que incluem a luta contra pobreza, fome, doenças e degradação ambiental – exige investimentos públicos significativos. Entre as principais áreas de investimento público estão educação, saúde, energia limpa, agricultura sustentável, infraestrutura urbana e infraestrutura digital. O problema é que a metade mais pobre do mundo – os países de renda baixa e média-baixa – não tem acesso ao financiamento necessário para atingir os ODS. A reforma mais urgente no sistema global de que esses países precisam é o acesso a financiamento de longo prazo e baixo custo.

¹⁹ Publicado originalmente em *The New World Economy*, em 21 de junho de 2024. Reproduzido nos Cadernos com autorização do Autor. Tradução: Carolina Leocádio.

Quanto ao objetivo da paz, o desafio central atualmente é a competição entre as grandes potências. Os EUA competem hoje com a Rússia e a China. Os EUA buscam a primazia sobre a Rússia na Europa e sobre a China na Ásia. A Rússia e a China reagem aos EUA. O resultado é guerra (na Ucrânia) ou risco de guerra (no Leste Asiático). Precisamos de um sistema liderado pela ONU que seja mais forte, onde a competição entre grandes potências seja regida e contida pela Carta da ONU, e não pelo militarismo e pela política da força. De forma mais ampla, não estamos mais numa era em que um país sozinho poderia ou deveria aspirar à primazia ou hegemonia. As grandes potências deveriam conviver em paz e com respeito mútuo, sob a Carta da ONU, sem ameaçar a segurança umas das outras.

Quanto ao objetivo da tecnologia, o principal desafio é garantir o controle transparente e responsável das novas tecnologias avançadas, como biotecnologia, inteligência artificial e geoengenharia. Tecnologias tão poderosas não podem continuar a ser conduzidas em segredo pelos militares e pelas grandes corporações. Elas precisam ser manejadas com honestidade, transparência e responsabilidade tendo em mente os cidadãos.

Quanto ao objetivo da juventude e das futuras gerações, o grande desafio é garantir que toda criança possa alcançar seu potencial através de uma educação de alta qualidade. A educação é essencial para se obter um emprego decente e uma vida digna. No entanto, centenas de milhões de crianças, sobretudo nos países pobres, estão fora da escola ou em escolas com ensino de baixa qualidade que não oferecem as habilidades necessárias para o século XXI. Sem uma educação de qualidade, essas crianças enfrentarão uma vida inteira de pobreza e subemprego ou desemprego. Precisamos de uma nova estruturação financeira global para garantir que toda criança, até mesmo nos países mais pobres, tenha a oportunidade de receber educação decente.

Quanto à reforma do sistema da ONU, a chave é dar mais poder às instituições da Organização, e torná-las mais representativas. A ONU hoje depende demais de alguns países poderosos, principalmente dos EUA. Quando os EUA não pagam suas contribuições à ONU, por exemplo, todo o sistema da organização é enfraquecido. Precisamos fortalecer o sistema da ONU, garantindo que ele seja financiado de maneira adequada e assegurada, por meio de um novo sistema de impostos internacionais – por exemplo, sobre emissões de CO₂, transporte marítimo, aviação e transações financeiras –, em vez das contribuições de governos individuais.

Além disso, devemos tornar as instituições da ONU mais representativas do mundo de 2024, em vez do mundo de 1945, quando a ONU foi estabelecida. A Índia, por exemplo, deve se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. A Índia é o país mais populoso do mundo, a terceira maior economia e uma potência nuclear. Em 1945, ela ainda era uma colônia britânica e, portanto, não recebeu seu devido lugar no sistema da ONU na época.

Outra recomendação fundamental da SDSN é estabelecer uma Assembleia Parlamentar da ONU como uma nova câmara, ao lado da Assembleia Geral da ONU (AGNU). A AGNU dá um voto para cada Estado-membro, com o poder desse voto nas mãos do poder executivo de cada governo. Um Parlamento da ONU representaria os povos do mundo, em vez dos governos.

Ainda mais importante, a Cúpula do Futuro é um convite para uma intensa reflexão global sobre como tornar nosso mundo, profundamente interconectado, mais adequado para o desenvolvimento sustentável no século XXI. É um grande desafio que deve ser bem aceito e abraçado por pessoas de todo o mundo. Um grande debate terá início em setembro e continuará por muitos anos.

A Declaração da OTAN e a Estratégia Mortal do Neoconservadorismo²⁰

Jeffrey D. Sachs

Para o bem da segurança dos Estados Unidos e da paz mundial, os EUA devem abandonar imediatamente a busca *neocon* (neoconservadora) pela hegemonia, em favor da diplomacia e da coexistência pacífica.

Em 1992, o excepcionalismo da política externa dos EUA se esgotou. Os EUA sempre se viram como uma nação excepcional destinada à liderança²¹, e o fim da União Soviética, em dezembro de 1991, convenceu um grupo de ideólogos comprometidos — que passaram a ser conhecidos como neoconservadores — de que os EUA agora deveriam governar o mundo como a única superpotência incontestável. Apesar dos inúmeros desastres de política externa nas mãos dos neocons, a Declaração da OTAN de 2024²² continua a impulsionar a agenda neocon, levando o mundo mais perto da guerra nuclear.

Os neoconservadores foram originalmente liderados por Richard Cheney, o Secretário de Defesa em 1992. Todos os presidentes desde então — Clinton, Bush, Obama, Trump e Biden — perseguiram a agenda neocon da hegemonia dos EUA, levando o país a guerras constantes escolhidas, incluindo Sérvia, Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia e Ucrânia, bem como a expansão implacável da OTAN para o Leste, apesar da clara promessa dos EUA e da Alemanha ao presidente soviético Mikhail Gorbachev²³, em 1990, de que a OTAN não se moveria um centímetro para o Leste.

A ideia neocon central é que os EUA devem ter domínio militar, financeiro, econômico e político sobre qualquer rival potencial, em qualquer parte do mundo. Ela é direcionada especialmente a potências rivais, como China e Rússia e, portanto, coloca os EUA em confronto direto com elas. A arrogância americana é impressionante: a maior parte do mundo não quer ser liderada pelos EUA, muito menos liderada por um estado americano claramente movido pelo militarismo, elitismo e ganância.

O plano neocon para o domínio militar dos EUA foi descrito no *Projeto para um Novo Século Americano*²⁴. O plano inclui a expansão implacável da OTAN para o Leste e sua transformação de uma aliança defensiva contra a extinta União Soviética para uma aliança ofensiva usada para promover a hegemonia dos EUA. A indústria de armas dos EUA²⁵ é a principal patrocinadora financeira e política dos neocons, e liderou o lobby para a expansão da OTAN para o Leste a partir da década de 1990. Joe Biden tem sido um neocon convicto desde o início, primeiro como senador, depois como vice-presidente, e agora como presidente.

²⁰ Publicado originalmente no blog *Common Dreams*, mantido pelo Autor, em 13/07/2024, que autorizou a tradução para publicação no Cadernos CRIS. Original acessível em: <https://www.commondreams.org/opinion/nato-neoconservatism-empire>. Tradução: Paulo M. Buss.

²¹ <https://www.amazon.com/New-Foreign-Policy-American-Exceptionalism/dp/023118848X>

²² Ver: [NATO - Official text: Washington Summit Declaration issued by NATO Heads of State and Government \(2024\), 10-Jul.-2024](#)

²³ [NATO Expansion: What Gorbachev Heard | National Security Archive \(gwu.edu\)](#)

²⁴ [rebuilding_americas_defenses.pdf \(resistir.info\)](#)

²⁵ [ARMS CONTRACTORS SPEND TO PROMOTE AN EXPANDED NATO - The New York Times \(nytimes.com\)](#)

Para alcançar a hegemonia, os planos neocons contam com operações de mudança de regime da CIA; guerras escolhidas, lideradas pelos EUA; bases militares dos EUA no exterior (agora com cerca de 750 bases no exterior, em pelo menos 80 países²⁶); a militarização de tecnologias avançadas (guerra biológica, inteligência artificial, computação quântica etc.); e uso implacável de guerra de informação.

A busca pela hegemonia dos EUA levou o mundo a abrir guerra na Ucrânia entre as duas principais potências nucleares do mundo, Rússia e Estados Unidos. A guerra na Ucrânia foi provocada pela determinação implacável dos EUA em expandir a OTAN para a Ucrânia, apesar da oposição fervorosa da Rússia, bem como pela participação dos EUA no violento golpe de Maidan (fevereiro de 2014) que derrubou um governo neutro, e o enfraquecimento dos EUA do acordo Minsk II, que pedia autonomia para as regiões etnicamente russas do leste da Ucrânia.

A Declaração da OTAN chama a OTAN de aliança defensiva, mas os fatos dizem o contrário. A OTAN se envolve repetidamente em operações ofensivas, incluindo operações de mudança de regime. A OTAN liderou o bombardeio da Sérvia para dividir essa nação em duas partes, com a OTAN colocando uma grande base militar na região separatista de Kosovo. A OTAN desempenhou um papel importante em muitas guerras de escolha dos EUA. O bombardeio da Líbia pela OTAN foi usado para derrubar o governo de Muammar Kadafi.

A busca dos EUA por hegemonia, que era arrogante e imprudente em 1992, é absolutamente delirante hoje, já que os EUA claramente enfrentam rivais formidáveis, capazes de competir com os EUA no campo de batalha, em implantações de armas nucleares e na produção e implantação de tecnologias avançadas. O PIB da China é agora cerca de 30% maior do que o dos EUA quando medido a preços internacionais, e a China é o produtor e fornecedor de baixo custo do mundo de muitas tecnologias verdes críticas, incluindo EVs, 5G, fotovoltaicos, energia eólica, energia nuclear modular e outros. A produtividade da China é agora tão grande que os EUA reclamam da "capacidade excessiva" da China.

Infelizmente, e de forma alarmante, a declaração da OTAN repete as ilusões neoconservadoras.

A Declaração declara falsamente que “a Rússia é a única responsável por sua guerra de agressão contra a Ucrânia”, apesar das provocações dos EUA que levaram à eclosão da guerra em 2014.

A Declaração da OTAN reafirma o Artigo 10 do Tratado de Washington da OTAN²⁷, segundo o qual a expansão da OTAN para o Leste não é da conta da Rússia. No entanto, os EUA nunca aceitariam que a Rússia ou a China estabelecessem uma base militar na fronteira dos EUA (digamos, no México), como os EUA declararam pela primeira vez na Doutrina Monroe em 1823, e reafirmaram desde então.

A Declaração da OTAN reafirma o compromisso da OTAN com as tecnologias de biodefesa, apesar das crescentes evidências de que os gastos dos EUA com biodefesa pelo NIH²⁸ financiaram a criação laboratorial do vírus que pode ter causado a pandemia de Covid-19.

A Declaração da OTAN proclama sua intenção de continuar a implantar mísseis antibalísticos Aegis (como já fez na Polônia, Romênia e Turquia), apesar do fato de que a retirada dos EUA do Tratado ABM e

²⁶ [Where in the world are US military deployed? \(globalaffairs.org\)](https://www.globalaffairs.org)

²⁷ [NATO - Topic: Enlargement and Article 10](#)

²⁸ [Opinion | What Might the US Owe the World for Covid-19? | Common Dreams](#)

a colocação de mísseis Aegis na Polônia e Romênia desestabilizaram profundamente a arquitetura de controle de armas nucleares.

A Declaração da OTAN não expressa qualquer interesse em uma paz negociada para a Ucrânia.

A Declaração da OTAN reforça o "caminho irreversível" da Ucrânia para a integração euro-atlântica completa, incluindo a adesão à OTAN. No entanto, a Rússia nunca aceitará a adesão da Ucrânia à OTAN, então o compromisso "irreversível" é um compromisso irreversível com a guerra.

O Washington Post²⁹ relata que, na preparação para a cúpula da OTAN, Biden teve sérios escrúpulos em prometer um "caminho irreversível" para a adesão da Ucrânia à OTAN, mas os conselheiros de Biden ignoraram essas preocupações.

Os neoconservadores criaram inúmeros desastres para os EUA e o mundo, incluindo várias guerras fracassadas, um enorme acúmulo de dívida pública dos EUA, impulsionado por trilhões de dólares em gastos militares desnecessários motivados pela guerra, e o confronto cada vez mais perigoso dos EUA com a China, Rússia, Irã e outros. Os neocons trouxeram o Relógio do Juízo Final³⁰ para apenas 90 segundos para a meia-noite (guerra nuclear), em comparação com 17 minutos em 1992.

Para o bem da segurança dos Estados Unidos e da paz mundial, os EUA devem abandonar imediatamente a busca neocon pela hegemonia em favor da diplomacia e da coexistência pacífica. Infelizmente, a OTAN fez o oposto.

²⁹ [Biden kicks off NATO summit pledging support for Ukraine - The Washington Post](#)

³⁰ [Opinion | Presidents Who Gamble With Nuclear Armageddon | Common Dreams](#)



Perspectivas da População Mundial 2024³¹



Crédito da foto: <https://www.un.org/development/desa/pd/file/16497>

Resumo dos Resultado

Julho de 2024. Fonte: <https://www.un.org/development/desa/pd/-#UNPopulation>

Acesso: [key messages wpp 2024 20240709.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/development/desa/pd/-#UNPopulation)

O cenário demográfico evoluiu muito, com rápidos declínios de fertilidade em países populosos, provavelmente fazendo com que a população global atingisse o pico neste século (probabilidade de 80%), contrastando com uma década atrás, quando a probabilidade era de cerca de 30%. O relatório usa a estrutura analítica da transição demográfica para explorar tendências populacionais e oferece recomendações de políticas para ajuste às mudanças no tamanho da população, estruturas etárias e distribuições. O pico populacional mais precoce e menor tem implicações significativas para a sustentabilidade, alinhando-se com as metas da CIPD³² de 1994 para reduzir o crescimento populacional, a pobreza e o consumo insustentável.

As seguintes mensagens-chave são baseadas em: *World Population Prospects 2024: Summary of Results*, preparado pela *Population Division* do *United Nations Department of Economic and Social Affairs (UN DESA)*.

Dez mensagens-chave

1. A população mundial provavelmente atingirá o pico no século atual

Espera-se que a população mundial continue crescendo por mais 50 ou 60 anos, atingindo um pico de cerca de 10,3 bilhões de pessoas em meados da década de 2080, ante 8,2 bilhões em 2024. Após atingir o pico, projeta-se que comece a declinar, caindo gradualmente para 10,2 bilhões de pessoas até o final do século.

2. Uma em cada quatro pessoas no mundo vive em um país cuja população já atingiu o pico de tamanho

Em 63 países e áreas, contendo 28% da população mundial em 2024, o tamanho da população atingiu o pico antes de 2024. Em 48 países e áreas, com 10% da população mundial em 2024, o tamanho

³¹ Tradução de: UN/DESA. *World Population Prospects 2024: Summary of Results*. Acesso: <https://www.un.org/development/desa/pd/file/16497>. Traduzido por: Paulo M. Buss

³² Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), realizada no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994, reuniu 179 países, e é considerada um marco histórico, sendo o primeiro encontro global no qual importantes aspectos da vida humana foram abordados de forma abrangente.

da população está projetado para atingir o pico entre 2025 e 2054. Nos 126 países e áreas restantes, a população provavelmente continuará crescendo até 2054, atingindo um pico potencialmente no final do século ou depois de 2100.

3. As mulheres hoje têm, em média, um filho a menos do que tinham por volta de 1990

Atualmente, a taxa de fertilidade global é de 2,3 nascidos vivos por mulher, abaixo dos 3,3 nascimentos em 1990. Mais da metade de todos os países e áreas têm fertilidade abaixo de 2,1 nascimentos por mulher, o nível necessário para que uma população mantenha um tamanho constante a longo prazo sem migração.

4. A gravidez precoce tem efeitos nocivos para as mães jovens e seus filhos

Em 2024, 4,7 milhões de bebês, ou cerca de 3,5% do total mundial, nasceram de mães com menos de 18 anos — e cerca de 340 mil, de meninas com menos de 15 anos — com consequências graves para a saúde e o bem-estar das mães jovens e de seus filhos. Investir na educação dos jovens, especialmente das meninas, e aumentar as idades de casamento e do primeiro filho em países onde esses eventos marcantes tendem a ocorrer precocemente terão efeitos positivos na saúde das mulheres, no nível educacional e na participação delas na força de trabalho.

5. Após a pandemia da COVID-19, a expectativa de vida global está aumentando novamente

Globalmente, a expectativa de vida ao nascer atingiu 73,3 anos em 2024, um aumento de 8,4 anos desde 1995. Mais reduções na mortalidade devem resultar em uma longevidade média de cerca de 77,4 anos globalmente, em 2054. Desde 2022, a expectativa de vida retornou aos níveis pré-COVID-19 em quase todos os países e áreas.

6. O principal impulsionador do aumento populacional global até meados do século será o impulso criado pelo crescimento no passado

O número de mulheres entre 15 e 49 anos deve crescer de quase 2 bilhões em 2024 para um pico de cerca de 2,2 bilhões no final da década de 2050, impulsionando o crescimento contínuo, mesmo que o número de nascimentos por mulher caia para o nível de reposição. A estrutura etária jovem de hoje, que é um produto do crescimento passado, será responsável por 79% do aumento populacional até 2054, adicionando cerca de 1,4 bilhão de pessoas à população mundial.

7. Países com populações jovens e fertilidade em declínio têm um tempo limitado para se beneficiar economicamente de uma concentração crescente de população em idade ativa

Em cerca de 100 países ou áreas, a população em idade ativa (entre 20 e 64 anos) crescerá até 2054, oferecendo uma janela de oportunidade conhecida como dividendo demográfico. Para capitalizar essa oportunidade, os países devem investir em educação, saúde e infraestrutura, e implementar reformas para criar empregos e melhorar a eficiência do governo.

8. Até 2080, pessoas com 65 anos ou mais superarão em número as crianças menores de 18 anos

Até o final da década de 2070, a população global com 65 anos ou mais deverá atingir 2,2 bilhões, excedendo o número de crianças menores de 18 anos. Até meados da década de 2030, aqueles com 80 anos ou mais superarão em número os bebês (1 ano de idade ou menos), chegando a 265 milhões. Países que estão em estágios mais avançados no processo de envelhecimento demográfico devem considerar o

uso da tecnologia para melhorar a produtividade em todas as idades. Eles também devem criar mais oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e reciclagem profissional, apoiar forças de trabalho multigeracionais e criar oportunidades para estender a vida profissional para aqueles que podem e querem continuar trabalhando.

9. Para algumas populações, a imigração será o principal impulsionador do crescimento futuro

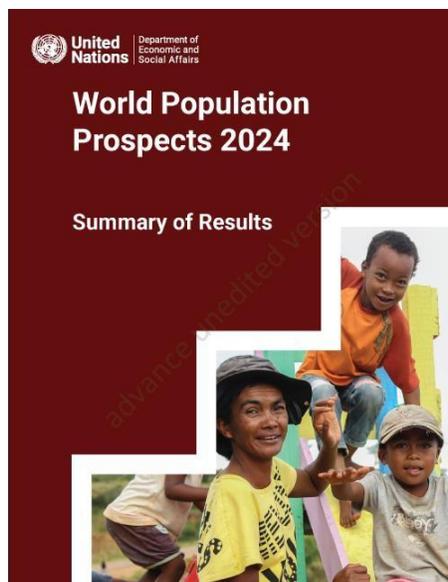
Em 50 países e áreas, projeta-se que a imigração atenua o declínio do tamanho populacional devido aos baixos níveis sustentados de fertilidade e a uma estrutura etária mais velha. No entanto, em 14 países e áreas que já apresentam fertilidade ultrabaixa, a emigração provavelmente contribuirá para reduzir o tamanho populacional até 2054.

10. A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres ajudam a conter o rápido crescimento ou declínio populacional.

A discriminação e as barreiras legais limitam o acesso de mulheres e adolescentes aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Aumentar a idade legal para o casamento e integrar o planejamento familiar aos cuidados primários de saúde pode melhorar a educação das mulheres, a participação econômica e diminuir a gravidez. Em países onde as populações já atingiram o pico, ou provavelmente atingirão o pico nas próximas três décadas, políticas que forneçam licença parental remunerada e acordos de trabalho flexíveis, apoiando creches acessíveis e de alta qualidade, fornecendo cuidados abrangentes para uma população envelhecida, e incentivando uma distribuição igualitária das responsabilidades domésticas e de cuidados entre homens e mulheres, pode melhorar a participação das mulheres no mercado de trabalho, apoiar as famílias, incentivar a procriação e aumentar a segurança econômica para homens e mulheres em idades mais avançadas.

A íntegra do **Sumário de Resultados do World Population Prospects 2024**, cuja capa os Cadernos CRIS reproduzem abaixo, pode ser baixado de:

<https://desapublications.un.org/file/20622/download>



INB: o retorno das discussões

Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão

Resumo: A 77ª Assembleia Mundial da Saúde estendeu o mandato do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) para elaborar um tratado internacional sob a Constituição da OMS, visando reforçar a prevenção e resposta a pandemias. O INB deve concluir seu trabalho o mais rápido possível, apresentando os resultados na 78ª Assembleia Mundial da Saúde em 2025, ou antes, em uma Sessão Especial em dezembro de 2024. Reuniões adicionais do INB estão planejadas para setembro e novembro de 2024. Na 10ª reunião em julho de 2024, serão discutidos o plano de trabalho e possíveis atualizações no método de trabalho. A composição do Bureau do INB pode mudar, com rotações regionais e novos co-presidentes. A OMS enfrenta pressão para maior transparência nas negociações, com a sociedade civil buscando participação significativa e acesso aos documentos. Isso visa garantir confiança global, eficácia, transparência e combater a desinformação. Além disso, a OMS e a UNICEF relataram que a cobertura vacinal infantil global estagnou em 2023, com 2,7 milhões de crianças a mais não vacinadas em comparação a 2019. O Brasil, no entanto, conseguiu melhorar suas taxas de vacinação infantil, saindo da lista dos 20 países com mais crianças não imunizadas, graças a estratégias de microplanejamento e ações locais, por exemplo.

Palavras-chave: INB10, Acordo pandêmico, Cobertura vacinal

Abstract. *The 77th World Health Assembly extended the mandate of the Intergovernmental Negotiating Body (INB) to draft an international treaty under the WHO Constitution, aiming to strengthen pandemic prevention and response. The INB is to complete its work as soon as possible, presenting the results at the 78th World Health Assembly in 2025, or earlier, at a Special Session in December 2024. Additional INB meetings are planned for September and November 2024. At the 10th meeting in July 2024, the work plan and possible updates to the working method will be discussed. The composition of the INB Bureau may change, with regional rotations and new co-chairs. The WHO faces pressure for greater transparency in negotiations, with civil society seeking meaningful participation and access to documents. This aims to ensure global trust, effectiveness, transparency, and to combat misinformation. Additionally, WHO and UNICEF reported that global childhood vaccination coverage stagnated in 2023, with 2.7 million more children unvaccinated compared to 2019. Brazil, however, managed to improve its childhood vaccination rates, exiting the list of the 20 countries with the most unvaccinated children, thanks to microplanning strategies and local actions.*

Keywords: INB10, Pandemic agreement, vaccines coverage

Retorno das discussões sobre o Acordo Pandêmico

Como apresentado em nossos informes anteriores, a 77ª Assembleia Mundial da Saúde prorrogou o mandato do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, sigla em inglês) para redigir e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional ao abrigo da Constituição da Organização Mundial da Saúde para reforçar a prevenção, a preparação e a resposta à pandemias. Foi determinado que o INB deve terminar o seu trabalho o mais rapidamente possível e submeter o seu resultado à consideração da septuagésima oitava Assembleia Mundial da Saúde em 2025, ou antes, através de uma Sessão Especial da Assembleia Mundial da Saúde, se possível em 2024, com apenas um item da agenda que seria dedicado a esse resultado.

Até esse momento foi sugerido um dia durante a semana de 16 de dezembro para essa sessão especial, mas isso deve permanecer provisório até que haja clareza sobre o progresso alcançado nas negociações. Além disso, existe também a previsão da realização da 11ª reunião do INB (INB11) nos dias 9 a 20 de setembro de 2024, e a 12ª reunião do INB (INB12) nos dias 4 a 15 de novembro. O plano de trabalho que será discutido cobre principalmente o período de julho a novembro de 2024, com o entendimento de que o INB poderá reconsiderar o plano de trabalho e propor a convocação de novas reuniões.

Neste sentido, a 10ª reunião do INB (INB10) acontece entre 16 e 17 de julho de 2024. O objetivo da reunião é considerar e concordar com o plano de trabalho e cronograma de reuniões do INB e, conforme apropriado, atualizações no método de trabalho do INB para cumprir com seu novo mandato. A decisão da Assembleia Mundial da Saúde relativamente à continuação do trabalho da INB permite a rotação da Mesa Coordenadora (*Bureau*) do INB, conforme apropriado, e se acordado dentro de cada região. Isto será levado em consideração no INB10.

As sessões plenárias de abertura e encerramento da INB serão abertas aos Estados Membros da OMS, Membros Associados, Observadores e organizações regionais de integração económica, bem como a todas as partes interessadas relevantes. Prevê-se que as sessões abertas serão publicamente transmitidas pela web e arquivadas para visualização posterior.

A agenda da reunião de 16 a 17 de julho pode ser consultada [neste link](#) com [pontos de trabalho](#) alinhados. Há proposta de “rotação” dos membros do Bureau INB – e a possível eleição de dois novos co-presidentes. Atualmente, a mesa que dirige as negociações é composta por seis representantes regionais, incluindo o embaixador brasileiro, Tovar Nunes, e os co-presidentes Roland Driece, dos Países Baixos, e Precious Matsoso, da África do Sul. Ao longo do processo, houveram várias críticas de que o Bureau trabalhou de forma lenta para as negociações. O grupo africano indicou que pretende manter a indicação de Matsoso, ficando sob responsabilidade das demais regiões as definições quanto a possíveis mudanças. Já se sabe que haverá mudança de alguns representantes: a região europeia terá a saída de Roland Driece e entrada de Anne-Claire Amprou, Embaixadora para Saúde Global da França; e a região do Oeste do Pacífico terá a saída do Embaixador Kozo Honsei, do Japão, e entrada de um representante da Austrália. Já a região das Américas decidiu pela manutenção do Embaixador Tovar como seu representante.

Os Estados-membros da OMS também estão sob pressão da sociedade civil para maior transparência das negociações, possivelmente com a permissão das organizações da sociedade civil (OSC) reconhecidas como partes interessadas no processo de preparação para a pandemia estejam presentes como observadores das sessões fechadas. Atualmente, estas organizações podem estar presentes nas

sessões abertas e podem ter um representante no edifício da OMS durante as reuniões. Essa mudança é essencial para a garantia de participação significativa e para que não haja retrocesso nas melhores práticas nas negociações globais. É essencial que tanto as OSC, como a academia tenham, além da participação, acesso aos documentos discutidos em tempo hábil. Ademais, o secretariado é também cobrado por maior transparência na escrita dos textos apresentados, garantindo participação e representação plena de todos os estados membros, nos diferentes grupos de trabalho. Todos esses pontos são essenciais para garantir a confiança global nos processos, além de fortalecer a eficácia, transparência e o combate à desinformação sobre o processo.

Novos dados sobre imunização global, em 2023

A cobertura global da vacinação infantil estagnou em 2023, deixando 2,7 milhões de crianças a mais não vacinadas ou subvacinadas em comparação com os níveis pré-pandemia em 2019, de acordo com dados publicados em 15 de julho pela OMS e pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

As últimas estimativas da OMS e da UNICEF sobre a cobertura vacinal nacional – que fornecem o maior e mais abrangente conjunto de dados do mundo sobre as tendências de imunização contra 14 doenças – sublinham a necessidade de esforços contínuos de recuperação, recuperação e reforço dos sistemas.

Colmatar a lacuna na imunização requer um esforço global, com governos, parceiros e líderes locais investindo em cuidados de saúde primários e trabalhadores comunitários para garantir que todas as crianças sejam vacinadas e que os cuidados de saúde gerais sejam reforçados. De acordo com as conclusões, o número de crianças que receberam três doses da vacina contra difteria, tétano e coqueluche (DTP) em 2023 – um marcador chave para a cobertura vacinal global – estagnou em 84% (108 milhões). No entanto, o número de crianças que não receberam uma única dose da vacina aumentou de 13,9 milhões em 2022 para 14,5 milhões em 2023.

Mais da metade das crianças não vacinadas vivem em 31 países com ambientes frágeis, afetados por conflitos e vulneráveis, onde as crianças são especialmente vulneráveis a doenças evitáveis devido a perturbações e à falta de acesso a serviços de segurança, nutrição e saúde. Além disso, 6,5 milhões de crianças não completaram a terceira dose da vacina DTP, necessária para alcançar a proteção contra doenças na primeira infância.

Estas tendências, que mostram que a cobertura vacinal global permaneceu praticamente inalterada desde 2022 e – o que é mais alarmante – ainda não regressou aos níveis de 2019, refletem desafios constantes com perturbações nos serviços de saúde, desafios logísticos, hesitação em vacinar e desigualdades no acesso aos serviços.

Os dados mostram ainda que as taxas de vacinação contra o sarampo estagnaram, deixando quase 35 milhões de crianças sem ou com apenas proteção parcial. Em 2023, apenas 83% das crianças em todo o mundo receberam a primeira dose da vacina contra o sarampo através dos serviços de saúde de rotina, enquanto o número de crianças que receberam a segunda dose aumentou modestamente em relação ao ano anterior, atingindo 74% das crianças. Estes números ficam aquém da cobertura de 95% necessária para prevenir surtos, evitar doenças e mortes desnecessárias e atingir as metas de eliminação do sarampo.

Nos últimos cinco anos, surtos de sarampo atingiram 103 países – onde vivem cerca de três quartos das crianças do mundo. A baixa cobertura vacinal (80% ou menos) foi um fator importante. Em

contraste, 91 países com forte cobertura vacinal contra o sarampo não registraram surtos. A vacina contra o sarampo é barata e pode ser administrada mesmo nos locais mais difíceis. A OMS está empenhada em trabalhar com todos os parceiros para apoiar os países a colmatar estas lacunas e a proteger as crianças em maior risco o mais rapidamente possível, conforme afirmou Dr Tedros Adhanom, diretor geral da OMS.

Os novos dados também destacam alguns pontos positivos na cobertura vacinal. A introdução constante de vacinas novas e subutilizadas, incluindo para o papilomavírus humano (HPV), meningite, pneumococo, poliomielite e rotavírus, continuam a expandir a amplitude da proteção, especialmente nos 57 países apoiados pela Gavi, a Aliança para Vacinas.

Por exemplo, a percentagem de meninas adolescentes em todo o mundo que receberam pelo menos 1 dose da vacina contra o HPV, que proporciona proteção contra o câncer do colo do útero, aumentou de 20% em 2022 para 27% em 2023. Isto foi em grande parte impulsionado por fortes introduções em programas apoiados pela Gavi, em países, como Bangladesh, Indonésia e Nigéria. O uso do esquema vacinal de dose única contra o HPV também ajudou a aumentar a cobertura vacinal.

Contudo, a cobertura da vacina contra o HPV está muito abaixo da meta de 90% para eliminar o câncer do colo do útero como um problema de saúde pública, atingindo apenas 56% das meninas adolescentes em países de rendimento elevado e 23% em países de rendimento baixo e médio.

No cenário brasileiro, houve avanço positivo na imunização infantil. O Brasil saiu da lista dos 20 países com mais crianças não imunizadas no mundo. Enquanto a maioria dos países não conseguiu alcançar as metas, o Brasil se destacou, mesmo após enfrentar quedas consecutivas nas coberturas vacinais desde 2016. O relatório da OMS/Unicef mostra que, no Brasil, o número de crianças que não receberam nenhuma dose da DTP, caiu de 418 mil em 2022 para 103 mil em 2023.

Os avanços brasileiros fizeram com que o país saísse do ranking dos 20 países com mais crianças não imunizadas do mundo. Em 2021, o Brasil ocupava o 7º lugar nesse ranking e, em 2023, ele não faz mais parte da lista. Foi justamente no ano passado que 13 das 16 principais vacinas do calendário infantil apresentaram aumento das suas coberturas vacinais em todo o Brasil, se comparadas às coberturas registradas em 2022.

O Governo Brasileiro tem investido sobretudo em ações de microplanejamento, método recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que consistem em diversas atividades com foco na realidade local, desde a definição da população alvo, escolha das vacinas, definição de datas e locais de vacinação, até a logística. A proposta é alinhar essas estratégias com gestores e lideranças locais para alcançar melhores resultados e melhorar as coberturas vacinais.

Essas iniciativas contribuem para que as metas de vacinação sejam atingidas. Entre as estratégias que podem ser adotadas com a estratégia de microplanejamento pelos municípios, estão a realização do Dia D de vacinação, busca ativa de não vacinados, vacinação em qualquer contato com serviço de saúde, vacinação nas escolas, vacinação para além das unidades de saúde, checagem da caderneta de vacinação e intensificação da vacinação em áreas indígenas.

Desenrolares da Resolução para saúde dos povos indígenas

Os Povos Indígenas são guardiões e praticantes de culturas e formas únicas de se relacionar com as pessoas e o meio ambiente e constituem mais de 6% da população mundial.

O conceito de saúde e bem-estar dos Povos Indígenas é holístico e abrange dimensões espirituais, ambientais, culturais e sociais, além da saúde física e mental. A saúde tem que ser vista como um direito individual e coletivo, fortemente determinado pela comunidade, pela terra e pelo ambiente natural. A abordagem dos Povos Indígenas à saúde implica um equilíbrio entre espiritualidade, medicina tradicional, biodiversidade e a interligação de tudo o que existe.

Os Povos Indígenas enfrentam frequentemente barreiras consideráveis no acesso aos serviços médicos e sofrem de piores resultados de saúde do que as populações não-indígenas. Estima-se que a expectativa de vida seja até 20 anos menor e é mais provável que sofram de incapacidade e redução da qualidade de vida e, em última análise, morram mais jovens do que os povos não indígenas. Mães e crianças indígenas apresentam taxas mais altas de mortalidade e morbidade.

Em maio de 2023, a 76ª Assembleia Mundial da Saúde adotou a Resolução 76.16 sobre a Saúde dos Povos Indígenas, que foi proposta pelo Brasil e teve ampla aceitação. A resolução solicita ao Diretor-Geral da OMS que desenvolva um Plano de Ação Global para a Saúde dos Povos Indígenas, em consulta com os Estados-Membros, os Povos Indígenas, as agências relevantes da ONU e do sistema multilateral, bem como a sociedade civil, o meio acadêmico e outras partes interessadas, em linha com o Quadro de Envolvimento com Atores Não Estatais da OMS, adotando uma abordagem ao longo da vida, com especial ênfase na saúde reprodutiva, materna e dos adolescentes, e com um enfoque específico nas pessoas em situações vulneráveis, e tendo em conta o contexto local.

O desenvolvimento do Plano de Ação Global é liderado pelo departamento de Gênero, Direitos e Equidade da OMS, que iniciou o desenvolvimento de uma revisão da literatura global sobre a saúde dos Povos Indígenas e agora aguarda-se a comunicação destes resultados para o início do traçado do plano global.

Mudanças climáticas no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável

Climate change at the High-Level Political Forum on Sustainable Development

Danielly Magalhães

Guto Galvão

Resumo: Durante o Fórum Político de Alto Nível (HLPF), os participantes destacaram a importância de acelerar o progresso na ação climática como um facilitador para resolver crises interconectadas, como biodiversidade, poluição, pobreza e desigualdade. Foi mencionado que em 2022, as emissões globais de gases de efeito estufa atingiram um recorde de 57,4 gigatoneladas de CO₂ equivalente, e que ações climáticas mais ambiciosas são necessárias para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Relatórios indicam que a implementação conjunta do Acordo de Paris e da Agenda 2030 pode impulsionar o progresso global eficientemente, gerando benefícios econômicos e sociais significativos, além de co-benefícios para a saúde, agricultura e crescimento econômico, além de otimizar a alocação de recursos e enfrentar desafios financeiros.

Na 46ª sessão do Grupo de Trabalho Aberto do Protocolo de Montreal, os delegados discutiram a possibilidade de expandir o mandato do Protocolo para incluir VSLs. VSLs podem impactar a camada de ozônio estratosférica e contribuir para a poluição do ozônio troposférico, sendo precursores de poluentes que afetam a saúde humana e o meio ambiente. A decisão sobre incluir VSLs no Protocolo depende da disponibilidade de mais informações científicas sobre seus efeitos e emissões.

Palavras-chave: Protocolo de Montreal, ODS 13, PNUMA, Agenda 2030, Acordo de Paris

Summary: *During the High-Level Political Forum (HLPF), participants emphasized the importance of accelerating progress in climate action as a facilitator to address interconnected crises, such as biodiversity, pollution, poverty, and inequality. It was mentioned that in 2022, global greenhouse gas emissions reached a record high of 57.4 gigatons of CO₂ equivalent, and more ambitious climate actions are needed to limit global warming to 1.5°C.*

Reports indicate that the joint implementation of the Paris Agreement and the 2030 Agenda can efficiently boost global progress, generating significant economic and social benefits, along with co-benefits for health, agriculture, and economic growth. This approach also optimizes resource allocation and addresses financial challenges.

At the 46th session of the Open-ended Working Group of the Montreal Protocol, delegates discussed the possibility of expanding the Protocol's mandate to include Very Short-Lived Substances (VSLs). VSLs can impact the stratospheric ozone layer and contribute to tropospheric ozone pollution, being precursors to pollutants that affect human health and the environment. The decision to include VSLs in the Protocol depends on the availability of more scientific information about their effects and emissions.

Keywords: Montreal Protocol, SDG 13, UNEP, 2030 Agenda, Paris Agreement

O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) aconteceu de 8 a 17 de julho, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). O HLPF 2024 apoia a implementação da Declaração Política e outros resultados da Cúpula dos ODS de 2023 para o avanço da Agenda 2030 e dos ODS. O tema desse ano foi "Reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza em tempos de múltiplas crises: a entrega efetiva de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras" e incluiu as revisões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 sobre erradicação da pobreza, 2 sobre fome zero, 13 sobre ação climática, 16 sobre paz, justiça e instituições eficazes e 17 sobre parcerias para os Objetivos.

Neste informe daremos destaque para a revisão e discussões sobre ODS 13 sobre mudanças climáticas que aconteceu no dia 14, sob o título "ODS 13 e interligações com outros ODS: Ação climática". A sessão se pautou na [nota do secretariado](#) em análise ao atual avanço do ODS e pontos necessários para avanço. O documento destaca que apesar das estruturas robustas como a Agenda 2030, a UNFCCC e o Acordo de Paris, o progresso global no ODS 13 está fora do caminho, com algumas metas regredindo. Também destaca a necessidade urgente de ação imediata para alcançar as ambições das emissões líquidas zero e a resiliência climática, já que 2023 bateu recorde de temperatura e emissões globais e que o não alcance das metas de clima está ligado a outras crises, como pobreza, desigualdade e perda de biodiversidade. Os seguintes pontos foram levantados como preocupantes e relevantes para o avanço da agenda:

- **Desafios e oportunidades:** Construir resiliência por meio de mitigação e adaptação é crucial, particularmente para pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e países menos desenvolvidos (LDCs). No entanto, os esforços de adaptação estão se estabilizando devido a desafios de financiamento e capacidade. A necessidade de financiamento climático substancial continua não sendo atendida, apesar de atingir pela primeira vez os US\$100 bi em 2023, ainda se estima que quase US\$ 6 trilhões serão necessários até 2030 para que os países em desenvolvimento atinjam seus planos de ação climática.

- **Lacunas educacionais e de capacidade:** A educação sobre mudanças climáticas não está suficientemente integrada aos currículos de profissionais-chave (incluindo os da saúde) e as regiões vulneráveis ainda sofrem taxas de mortalidade mais altas por desastres. Há uma necessidade urgente de capacitação, especialmente para comunidades marginalizadas, mulheres e jovens.

- **Políticas e esforços de sinergia políticas:** ações sinérgicas e integradas são essenciais para maximizar os co-benefícios entre os ODS. As barreiras à implementação generalizada persistem, necessitando de coerência política e mecanismos institucionais inclusivos. Os instrumentos climáticos nacionais devem estar alinhados com os ODS e refletir os co-benefícios do desenvolvimento.

- **Transição justa e inclusão:** Uma transição justa e políticas inclusivas são cada vez mais necessárias, enfatizando comunidades marginalizadas e vulneráveis. O diálogo social e o reforço da cooperação entre governos, comunidades, empregadores e organizações de trabalhadores são fundamentais para a tomada de decisões sustentáveis.

- **Soluções localizadas e soluções de capacitação** devem ser contextualizadas para atender às realidades e capacidades locais. Isso inclui construir resiliência contra riscos relacionados ao clima e reduzir a vulnerabilidade e a exposição. Alinhar as ações com a ciência, a tecnologia e as inovações mais recentes é crucial para um progresso efetivo.

• **Cooperação multissetorial:** A cooperação aprimorada entre várias partes interessadas é vital para abordar as lacunas de capacidade e promover parcerias. Capacitar as cidades e envolver os jovens são estratégias essenciais para alcançar a resiliência climática e as metas líquidas zero.

• **Financiamento e compromisso político:** Fechar a lacuna de financiamento exige que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos de financiamento climático. Reformar a arquitetura financeira internacional e mobilizar o financiamento público e privado são essenciais. O fortalecimento dos compromissos políticos e a promoção de abordagens integradas nos processos intergovernamentais podem incentivar a ação global e local.

Questões orientadoras que foram propostas para a discussão:

- Como o ODS 13 progrediu desde a revisão do HLPF de 2021?
- Quais são os sucessos e lacunas recentes no aprimoramento das capacidades de adaptação e resiliência?
- Como a redução do risco de desastres pode ser vinculada de forma mais eficaz às metas climáticas e de desenvolvimento?
- Que abordagens baseadas em evidências podem alavancar sinergias entre o ODS 13 e outros ODS?
- Que estratégias inovadoras podem promover a educação e a conscientização climática no nível da comunidade?
- Que abordagens promissoras podem acelerar a ação para a implementação do ODS 13 e como as partes interessadas podem ser mobilizadas de forma eficaz?

Durante a sessão do segmento do HLPF sobre o ODS 13 foi destacado os principais pontos do Relatório ODS de 2024 do Secretário-Geral da ONU, incluindo emissões globais recorde de gases de efeito estufa, a necessidade de uma redução de 42% até 2030 para manter o aquecimento em 1,5°C e um aumento significativo no financiamento climático. Os debatedores enfatizaram o papel crítico da ação climática na consecução de outros ODS, como os relacionados à pobreza, água e energia. As discussões abrangeram várias oportunidades e desafios regionais, a importância das cidades, dos mercados financeiros e a necessidade de transições justas e colaboração entre parceiros. Os delegados também enfatizaram a importância da redução do risco de desastres, cooperação internacional e financiamento inovador. As principais conclusões incluíram a necessidade de ação integrada, financiamento climático aprimorado e o papel central dos governos locais e das partes interessadas na condução do progresso climático.

FATOS E NÚMEROS SOBRE O ODS 13

- O número de mortes relacionadas a desastres e pessoas desaparecidas por 100.000 habitantes (excluindo mortes por COVID-19) caiu quase pela metade, de 1,62 durante o período 2005-2014 para 0,82 durante o período 2013-2022.
- O número de pessoas afetadas por desastres por 100.000 habitantes aumentou em mais de dois terços, de 1.169 durante o período 2005-2014 para 1.980 durante o período 2013-2022.
- Nos países menos desenvolvidos, a população afetada por desastres por 100.000 pessoas é 20% maior do que a média global, e a taxa de mortalidade é 170% maior, demonstrando que o impacto catastrófico dos desastres é muito maior nesses países.
- Em 2023, 129 países relataram ter estratégias e planos nacionais de redução de riscos de longo prazo e 104 países relataram ter sistemas eficazes de alerta precoce de riscos múltiplos.
- Em 2023, 106 países relataram cumulativamente ter estratégias locais de redução do risco de desastres em vigor e alinhadas com as estratégias nacionais. Em média, 72% dos governos locais nos países que relataram ter estratégias locais de redução do risco de desastres.
- De acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), as temperaturas globais recordes atingiram aproximadamente 1,45°C acima dos níveis pré-industriais em 2023. Os 10 anos mais quentes dos 174 anos com registros ocorreram durante a última década.
- Em 2022, as emissões globais de gases de efeito estufa atingiram um novo recorde de 57,4 gigatoneladas de CO₂ equivalente. Cerca de dois terços das emissões compreenderam CO₂ da combustão de combustíveis fósseis e processos industriais.
- De acordo com a OMM, as concentrações de gases de efeito estufa atingiram níveis recordes em 2022, e os dados em tempo real de 2023 mostram um aumento contínuo. Os níveis de dióxido de carbono estão 150% acima dos níveis pré-industriais.
- Os subsídios aos combustíveis fósseis atingiram um recorde de US\$ 1,53 trilhão em 2022, impulsionados pelo aumento dos preços da energia pós-pandemia e pelo impacto da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, que interrompeu os mercados globais de energia.
- Um estudo de 2023 com mais de 530 currículos de ciências e ciências sociais da nona série descobriu que 69% não mencionaram as mudanças climáticas e 66% omitiram a sustentabilidade.
- A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relata que os países desenvolvidos mobilizaram US\$ 115,9 bilhões em financiamento climático para países em desenvolvimento em 2022, atingindo a meta de US\$ 100 bilhões pela primeira vez.

Compromissos nacionais em mudanças climáticas destacados nas revisões nacionais voluntárias de 2024

O HLPF gerou um [compilado dos principais compromissos nacionais](#) de acordo com as suas revisões nacionais voluntárias sobre o progresso na implementação dos ODSs. A revisão de cada país destaca seu compromisso aspiracional, seu progresso, desafios e planos para implementação futura. O documento serve como uma plataforma para os países compartilharem suas experiências, melhorem práticas e dividam lições aprendidas com a comunidade internacional. Ele também enfatiza a importância da cooperação internacional, parcerias e financiamento para o desenvolvimento sustentável.

Abaixo estão listadas as contribuições dos países latino-americanos em mudanças climáticas:

Argentina: está comprometida com a redução das emissões de gases de efeito estufa e estabeleceu metas ambiciosas para a geração de energia renovável. O país está investindo em projetos

de energia renovável, incluindo energia eólica e solar, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A Argentina também está implementando medidas para proteger sua biodiversidade e ecossistemas, incluindo conservação florestal e práticas sustentáveis de manejo da terra.

Bolívia: A Bolívia está enfrentando as mudanças climáticas por meio de várias iniciativas, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, principalmente energia solar e eólica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Também está implementando medidas para aumentar a resiliência climática, incluindo gestão de recursos hídricos e agricultura inteligente para o clima.

Brasil: O Brasil está comprometido com o enfrentamento das mudanças climáticas e estabeleceu metas ambiciosas para reduzir o desmatamento e promover a energia renovável. O país está investindo em projetos de energia renovável, incluindo energia hidrelétrica, eólica e solar, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O Brasil também está implementando medidas para proteger sua biodiversidade e ecossistemas, incluindo conservação florestal e práticas sustentáveis de manejo da terra.

Chile: O Chile é líder global em energia renovável e fez progressos significativos na transição para fontes de energia limpa. O país está investindo em projetos de energia solar, eólica e geotérmica para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Também está implementando medidas para proteger seu meio ambiente, incluindo a conservação dos recursos naturais e a promoção do turismo sustentável.

Colômbia: está investindo em projetos de energia renovável, incluindo energia solar, eólica e hidrelétrica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A Colômbia também está implementando medidas para proteger sua biodiversidade e ecossistemas, incluindo conservação florestal e práticas sustentáveis de manejo da terra.

Costa Rica: é líder global em desenvolvimento sustentável e fez progressos significativos no combate às mudanças climáticas. O país está investindo em energia renovável, particularmente energia hidrelétrica e geotérmica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A Costa Rica também está implementando medidas para proteger suas florestas e biodiversidade, incluindo conservação florestal e práticas de turismo sustentável.

Cuba: está implementando medidas para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, principalmente energia solar, para aumentar o acesso à energia limpa e acessível. Cuba também está se concentrando na resiliência climática, incluindo a gestão de recursos hídricos e a agricultura inteligente para o clima.

República Dominicana: está abordando as mudanças climáticas por meio de várias iniciativas, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, principalmente energia solar e eólica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A República Dominicana também está implementando medidas para aumentar a resiliência climática, incluindo a gestão de recursos hídricos e a agricultura inteligente para o clima.

Equador: está implementando medidas para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, particularmente energia hidrelétrica e

solar, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O Equador também está se concentrando na resiliência climática, incluindo gestão de recursos hídricos e estratégias de redução de risco de desastres.

El Salvador: está comprometido com a redução das emissões de gases de efeito estufa e estabeleceu metas para a geração de energia renovável. O país está investindo em projetos de energia renovável, incluindo energia solar e geotérmica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. El Salvador também está implementando medidas para proteger seu meio ambiente, incluindo a conservação dos recursos naturais e a promoção da agricultura sustentável.

Guatemala: está enfrentando as mudanças climáticas por meio de várias iniciativas, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, particularmente energia hidrelétrica e solar, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A Guatemala também está implementando medidas para aumentar a resiliência climática, incluindo a gestão de recursos hídricos e a agricultura inteligente para o clima.

Haiti: está implementando medidas para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, principalmente energia solar, para aumentar o acesso à energia limpa e acessível. O Haiti também está se concentrando na resiliência climática, incluindo gestão de recursos hídricos e estratégias de redução de risco de desastres.

Honduras: está comprometida em reduzir as emissões de gases de efeito estufa e estabeleceu metas ambiciosas para a geração de energia renovável. O país está investindo em projetos de energia renovável, incluindo energia solar, eólica e hidrelétrica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Honduras também está implementando medidas para proteger sua biodiversidade e ecossistemas, incluindo conservação florestal e práticas sustentáveis de manejo da terra.

México: está comprometido em reduzir as emissões de gases de efeito estufa e estabeleceu metas ambiciosas para a geração de energia renovável. O país está investindo em projetos de energia renovável, incluindo energia solar, eólica e geotérmica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O México também está implementando medidas para proteger sua biodiversidade e ecossistemas, incluindo conservação florestal e práticas sustentáveis de manejo da terra.

Nicarágua: está enfrentando as mudanças climáticas por meio de várias iniciativas, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, principalmente energia geotérmica e eólica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A Nicarágua também está implementando medidas para aumentar a resiliência climática, incluindo gestão de recursos hídricos e agricultura inteligente para o clima.

Panamá: está comprometido com a redução das emissões de gases de efeito estufa e estabeleceu metas para a geração de energia renovável. O país está investindo em projetos de energia renovável, incluindo energia solar e eólica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O Panamá também está implementando medidas para proteger seu meio ambiente, incluindo a conservação dos recursos naturais e a promoção do turismo sustentável.

Paraguai: está implementando medidas para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, principalmente hidrelétrica, para aumentar

o acesso à energia limpa e acessível. O Paraguai também está se concentrando na resiliência climática, incluindo a gestão de recursos hídricos e a agricultura inteligente para o clima.

Peru: está comprometido com a redução das emissões de gases de efeito estufa e estabeleceu metas ambiciosas para a geração de energia renovável. O país está investindo em projetos de energia renovável, incluindo energia solar, eólica e hidrelétrica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O Peru também está implementando medidas para proteger sua biodiversidade e ecossistemas, incluindo conservação florestal e práticas sustentáveis de manejo da terra.

Uruguai: é líder global em energia renovável e fez progressos significativos na transição para fontes de energia limpa. O país está investindo em projetos de energia eólica e solar para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O Uruguai também está implementando medidas para proteger seu meio ambiente, incluindo a conservação dos recursos naturais e a promoção da agricultura sustentável.

Venezuela: está implementando medidas para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável, incluindo práticas sustentáveis de manejo da terra e esforços de reflorestamento. O país está investindo em energia renovável, principalmente energia solar, para aumentar o acesso à energia limpa e acessível. A Venezuela também está se concentrando na resiliência climática, incluindo a gestão de recursos hídricos e a agricultura inteligente para o clima.

A sinergia entre os avanços em mudanças climáticas com outros ODS

Desde 2019, a UNDESA e a UNFCCC lideram esforços para promover a sinergia entre as mudanças climáticas com os ODS para enfrentar os desafios globais e alcançar um futuro equitativo. Seu relatório, "[Soluções de sinergia para um mundo em crise](#)", destaca a importância de aumentar a resiliência, construir capacidade institucional, garantir a coerência das políticas e abordar as lacunas de investimento. A maximização das sinergias pode preencher lacunas de investimento no valor de trilhões de dólares, otimizando recursos para metas climáticas e de desenvolvimento. Ao alavancar essas sinergias, podemos alcançar os resultados desejados para 2030. Da mesma forma, o Relatório da Ferramenta [SCAN \(SDG & Climate Action Nexus\)](#) visa vincular a ação climática e os ODSs e fornecer aos formuladores de políticas uma compreensão de como a ação climática pode impactar metas específicas dos ODS.

Abaixo descrevemos as principais análises e recomendações nos dois relatórios sobre como integrar essas agendas e sua importância para solucionar outras crises.

1- Relatório [Soluções de sinergia para um mundo em crise](#)

Enfrentar Crises Interligadas: À medida que nosso mundo lida com crises interconectadas, a urgência de abordar as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável juntos é inegável.

- Mais de 50% das metas dos ODS carecem de progresso suficiente; 30 por cento pararam ou reverteram.
- Pela primeira vez em três décadas, áreas-chave como vacinação infantil e igualdade de renda entre os países regrediram.

- As temperaturas globais já subiram 1,1 ° C e estamos a caminho de exceder o limite crítico de 1,5 ° C até 2035. Regiões vulneráveis experimentaram mortalidade humana 15 vezes maior por inundações, secas e tempestades entre 2010 e 2020.

Evidências de ação sinérgica: Evidências extensas sugerem que a implementação conjunta da Agenda 2030 e o Acordo de Paris pode impulsionar o progresso global de forma eficiente, com ganhos de ação integrados superando as perdas.

- As **evidências vinculam a ação climática a 80% das metas da Agenda 2030**, oferecendo oportunidades para políticas impactantes.

- O alinhamento dos esforços climáticos e dos ODS pode aumentar a produção econômica em impressionantes US\$ 43 trilhões até 2070.

- A implementação do Acordo de Paris por meio da transição para energias renováveis e da melhoria da eficiência energética pode criar 24 milhões de empregos até 2030.

- Os co-benefícios para a saúde e a agricultura podem compensar os custos da política climática e aumentar o PIB global.

Preenchendo lacunas financeiras: Avaliar os co-benefícios e compensações entre a ação climática e os ODS é fundamental para aumentar a relação custo-benefício das intervenções e garantir uma transição justa e equitativa. A estratégia de interconexões pode otimizar a alocação de recursos e enfrentar o desafio financeiro contínuo para os objetivos climáticos e de desenvolvimento por meio de uma abordagem sinérgica.

- Apesar de o financiamento climático quase ter dobrado na última década, ainda há um déficit significativo de US\$ 4,3 trilhões em fluxos financeiros anuais até 2030 para poder atender a um cenário climático global de 1,5°C e evitar os piores impactos das mudanças climáticas.

- Uma transição para uma economia de baixo carbono e eficiente na utilização dos recursos poderia gerar 100 milhões de postos de trabalho até 2030, mas poderia pôr em risco 80 milhões de postos de trabalho sem uma transição justa.

- Concentrar-se apenas nas metas climáticas pode colocar mais 84 milhões de pessoas em risco de fome até 2050.

- Cumprir quase 70% das metas dos ODS até 2030 requer medidas de adaptação em áreas urbanas e países vulneráveis.

Planejamento integrado: A transição de abordagens isoladas para o planejamento integrado está em andamento, mas precisa ser acelerada. Mais países estão integrando os ODS à ação climática, mas superar barreiras de conhecimento, políticas, institucionais e econômicas é essencial para políticas generalizadas que abordem ambas as agendas.

- Embora haja uma sobreposição significativa entre vários ODS e ações climáticas dos governos sob suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) para o Acordo de Paris, apenas 23 das 173 NDCs fazem referência explícita aos ODS.

- Os esforços simultâneos de desenvolvimento e clima podem preencher as lacunas de investimento e gerar US\$ 4 em co-benefícios para cada investimento de US\$ 1.

- Os países com estruturas integradas para coerência de políticas, incluindo 96% que envolveram igualdade de gênero, estão avançando mais rapidamente em seus compromissos com a NDC.

- As sinergias são abundantes nos caminhos de desenvolvimento de baixa emissão de longo prazo (LT-LEDS), incluindo co-benefícios para o crescimento econômico (91%), criação de empregos (83%), redução das desigualdades (75%), melhoria da saúde (72%) e cidades sustentáveis.

Roteiro global para ação: É necessário um roteiro claro para uma ação sinérgica acelerada para alinhar os esforços e aproximar os objetivos de 2030 da realidade. Para promover uma ação integrada, a estratégia envolve o mapeamento de áreas de sinergia de alto impacto e a oferta de medidas acionáveis para aumentar as sinergias de forma eficaz em todos os níveis, incluindo:

- Estabelecer uma plataforma global de conhecimento para que os formuladores de políticas acessem as melhores práticas.

- Criar um quadro de ação para que os decisores políticos identifiquem, analisem e avaliem ações sinérgicas complexas.

- Abordar as lacunas de investimento por meio de reformas financeiras para o clima e o desenvolvimento.

- Alavancar as cidades, com 70% da população global esperada para viver em áreas urbanas até 2050, para maximizar os co-benefícios e reduzir custos.

2. Relatório da Ferramenta SCAN (SDG & Climate Action Nexus)

De acordo com as principais conclusões do documento, a porcentagem de ligações positivas identificadas na ferramenta SCAN é de 76%. Isso significa que, do número total de vínculos entre ações de mitigação específicas do setor e metas dos ODS, 76% são classificadas como positivas, indicando potenciais sinergias entre as ações climáticas e o cumprimento das metas dos ODS.

A relevância para a saúde no contexto da ferramenta SCAN é que certas ações de mitigação e adaptação podem ter impactos diretos nos ODS relacionados à boa saúde e bem-estar. A ferramenta identifica vínculos entre essas ações e as metas relacionadas à saúde do ODS 3. Destacamos algumas dessas relações e associações com a saúde:

- O setor da eletricidade e do calor apresenta ligações com todos os ODS abrangidos pela ferramenta, estando a maioria das ligações relacionadas com a boa saúde e o bem-estar, o trabalho digno e o crescimento econômico, a inovação e as infraestruturas da indústria, as cidades e comunidades sustentáveis e a vida terrestre.

- as tecnologias de energia renovável podem ajudar a reduzir a poluição do ar pela geração de energia a partir de combustíveis fósseis, melhorando a qualidade do ar e a saúde respiratória.

- As ações de mitigação no setor de transporte estão vinculadas a 11 ODS, com a maioria das ligações mostradas nas metas relacionadas à boa saúde e bem-estar, trabalho decente e crescimento econômico e cidades e comunidades sustentáveis.

- A promoção de veículos elétricos e a melhoria do transporte público podem reduzir a poluição do ar e promover o transporte ativo, o que pode afetar positivamente a saúde pública.

- O setor de resíduos é menos abordado na literatura consultada, mas foram identificadas ligações potenciais com dez dos ODS. A maioria das ligações está relacionada ao trabalho decente e crescimento econômico, cidades e comunidades sustentáveis e consumo e produção responsáveis.

- Ações no setor de resíduos, como gerenciamento adequado de resíduos e reciclagem, podem ajudar a reduzir a poluição ambiental e os riscos à saúde associados.

- Existem sinergias entre as ações de mitigação no setor da construção e os ODS relacionados ao trabalho decente e crescimento econômico, inovação e infraestrutura da indústria e cidades e comunidades sustentáveis.

- No setor da construção, o aumento da eficiência energética pode levar a uma melhor qualidade do ar interior e conforto térmico, o que pode afetar diretamente a saúde e o bem-estar dos ocupantes.

- Existem sinergias entre as ações de mitigação no setor da indústria e os ODS relacionados ao trabalho decente e crescimento econômico, inovação e infraestrutura da indústria e consumo e produção responsáveis.

Além disso, no setor da adaptação, as ações relacionadas com a resiliência climática e a redução do risco de catástrofes podem ajudar a proteger as comunidades dos impactos das alterações climáticas na saúde, como fenômenos meteorológicos extremos e a propagação de doenças transmitidas por vetores. Essas sinergias indicam que a implementação de ações climáticas nesses setores pode impactar positivamente vários ODS simultaneamente, destacando o potencial de abordagens integradas e coordenadas para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

No geral, a relevância para a saúde na ferramenta SCAN reside no reconhecimento do potencial das ações climáticas para melhorar os resultados da saúde pública, abordando os riscos ambientais e promovendo comunidades sustentáveis e resilientes.

Ambos os relatórios destacam a importância de integrar ações climáticas e de desenvolvimento sustentável para enfrentar crises interligadas de forma eficaz. A implementação conjunta dessas agendas não apenas promove o progresso econômico e a criação de empregos, mas também traz co-benefícios significativos para a saúde pública, reduzindo a poluição do ar e promovendo comunidades mais resilientes e sustentáveis. A transição para abordagens integradas e o planejamento coordenado são cruciais para maximizar esses benefícios e garantir uma transição justa e equitativa.

Acordo PNUMA e Brasil para aumentar a colaboração no combate às mudanças climáticas

O Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) assinaram um memorando de entendimento para aumentar a colaboração no combate às mudanças climáticas, perda de biodiversidade, resíduos e poluição. Os

principais participantes incluíram a Ministra Marina Silva e a Diretora Executiva do PNUMA, Inger Andersen. Este acordo marca o 20º aniversário do escritório do PNUMA no Brasil e fortalece sua parceria em agendas ambientais e de desenvolvimento sustentável, visando reduzir as desigualdades sociais e garantir um ambiente seguro e saudável.

A ministra Marina Silva destacou a necessidade urgente de planos de gerenciamento de riscos, enquanto Andersen enfatizou a importância de transformar planos estratégicos em ações de impacto. O memorando se concentra em quatro áreas principais:

1. **Ação climática:** Apoio ao Plano Nacional de Mudança Climática, integrando soluções baseadas na natureza em planos de ação climática subnacionais e esforços para combater a poluição plástica.

2. **Ação na Natureza:** Implementação do Quadro Global de Biodiversidade, desenvolvimento da Estratégia Nacional de Bioeconomia e apoio a mecanismos e regulamentos de financiamento da conservação.

3. **Gestão de Produtos Químicos e Poluição:** Cooperação em estudos e projetos alinhados com a Convenção de Minamata, a Estratégia Nacional de Economia Circular e programas para melhorar a qualidade do ar e gerenciar poluentes climáticos de curta duração.

4. **Fortalecimento da Governança Ambiental:** Esforços colaborativos para melhorar a governança ambiental, incluindo apoio à presidência do G20 do Brasil com consultoria especializada em sustentabilidade e o desenvolvimento do GEO Brasil para avaliar as condições ambientais e a eficácia das políticas.

Este memorando ressalta o compromisso compartilhado do PNUMA e do Brasil com a construção de um futuro sustentável por meio de uma gestão ambiental robusta

Kit de ferramentas para engajamento da mídia sobre resistência antimicrobiana

A mídia molda a opinião, as narrativas e o discurso do público, influenciando o comportamento, o conhecimento, as atitudes e as práticas do público. Ajuda a dissipar mitos, combater a desinformação e promover informações baseadas em evidências. Consequentemente, a mídia foi identificada como prioridade em duas consultas globais sobre a conscientização sobre a RAM organizadas em 2022 pelas organizações quadripartites: FAO, PNUMA, OMS e WOA. H.

Em resposta, o Quadripartite desenvolveu um [kit de ferramentas prático](#) para envolver a mídia sobre RAM. O objetivo é equipar indivíduos, organizações e redes com ferramentas para o engajamento da mídia em vários níveis para aumentar a conscientização pública sobre a RAM, inclusive entre formuladores de políticas, sociedade civil e comunidades.

Protocolo de Montreal - 46ª sessão do Grupo de Trabalho Aberto

O Protocolo de Montreal, adotado para proteger a camada de ozônio por meio da eliminação gradual das substâncias que destroem a camada de ozônio (ODS), foi aclamado como o acordo ambiental global mais bem-sucedido desde sua criação em 1989. Reduziu com sucesso os ODS, como CFCs e HCFCs, e se expandiu para incluir HFCs por meio da Emenda de Kigali.

A reunião do OEWG 46 em julho de 2024 em Montreal abordou [várias questões-chave](#), incluindo o impacto de substâncias de vida muito curta na camada de ozônio, aumento das emissões de substâncias controladas, emissões de tetracloreto de carbono, gerenciamento de agentes refrigerantes e monitoramento de substâncias controladas. Os delegados também discutiram alternativas de halon (usados em extintores), adiamento de conformidade para países em desenvolvimento, fortalecimento institucional e comércio ilegal.

Na 46ª sessão do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG) do Protocolo de Montreal, os delegados debateram se deveriam expandir o mandato do Protocolo para incluir substâncias de vida muito curta (VSLs). A secretária executiva Megumi Seki destacou os esforços para aumentar o perfil do Protocolo, incluindo um pavilhão na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023. As discussões, guiadas por relatórios do Painel de Avaliação Tecnológica e Econômica (TEAP) e do Painel de Avaliação Científica, focaram no impacto potencial do VSLs na camada de ozônio.

Países como Canadá, EUA, Austrália e UE apoiaram o tratamento do VSLs se eles prejudicarem a camada de ozônio, apesar de reconhecerem a necessidade de mais informações científicas. Outros, incluindo Índia, Lesoto, Arábia Saudita e Malásia, pediram mais dados sobre usos e emissões de VSLs. A China e a Federação Russa questionaram a urgência, citando o impacto mínimo e o uso predominante do VSLs como matéria-prima.

O Canadá apresentou uma proposta de informações direcionadas sobre VSLs, levando ao estabelecimento de um grupo de contato para considerar a nova proposta. Outro tópico importante de discussão foi o gerenciamento do ciclo de vida de agentes refrigerantes (LRM), com muitos delegados buscando clareza sobre o custo das tecnologias de recuperação. Outras questões abordadas incluíram o uso de matérias-primas de substâncias controladas, emissões de tetracloreto de carbono e aprimoramento do monitoramento atmosférico de substâncias controladas pelo Protocolo.

Os VSLs têm o potencial de impactar a poluição do ozônio tanto na troposfera quanto na estratosfera. Na estratosfera, eles podem contribuir para a depleção da camada de ozônio, enquanto na troposfera, podem atuar como precursores na formação de ozônio troposférico, um poluente prejudicial à saúde sendo associado à várias doenças crônicas. Portanto, é crucial entender e gerenciar adequadamente as emissões de VSLs para proteger a saúde humana e o meio ambiente. Esse tipo de negociação cria uma sinergia com o Acordo de Paris, pois embora essas substâncias não se acumulem por muito tempo na atmosfera, elas favorecem o efeito estufa por depledarem a camada de ozônio e também a formação de ozônio troposférico que aumenta a poluição do ar.

Financiamento sustentável para capacidades regionais de monitoramento

Durante as discussões sobre o financiamento sustentável para as capacidades regionais de monitoramento, várias partes questionaram os modelos de financiamento propostos, inclusive buscando apoio de organizações filantrópicas. Foram levantadas preocupações sobre a potencial perda de controle sobre o Protocolo de Montreal, particularmente no uso de dados. Os EUA, Canadá e Kuwait preferiram acessar fundos controlados pelas partes do Protocolo de Montreal e da Convenção de Viena. Também houve debate sobre a faixa de custo do processo de monitoramento, que variou de US\$ 50.000 a US\$ 1,245 milhão.

Paul Newman, do Comité Diretor do Projeto-Piloto da UE, salientou os benefícios significativos das novas estações de monitorização. Ele observou que um novo local no Brasil seria especialmente valioso, já que não há estações atuais na América do Sul. Esta estação pode fornecer observações únicas não disponíveis em outros lugares. Os delegados concordaram em estabelecer um grupo de contato para melhorar o monitoramento atmosférico global e regional.

Mais detalhes sobre a reunião podem ser encontrados [aqui](#).

Conclusão

A integração das ações climáticas com os ODS e a expansão dos mandatos de protocolos ambientais como o de Montreal são cruciais para enfrentar as crises ambientais e socioeconômicas interconectadas, promovendo um desenvolvimento sustentável globalmente e melhorando a saúde e o bem-estar das pessoas.

Dia Mundial da População 2024: Organização Internacional do Trabalho (OIT) analisa os impactos das mudanças demográficas sobre o emprego e sustentabilidade das pessoas que vivem do seu trabalho

World Population Day 2024: International Labor Organization (ILO) analyzes the impacts of demographic changes on the employment and sustainability of people who make a living from their work

René Mendes

Resumo: Esse breve texto foi elaborado a propósito das celebrações do Dia Mundial da População, tomando como referência o estudo e análise realizado pela Organização Internacional do Trabalho, segundo o qual mudanças demográficas (populacionais) transformam e moldam o mercado de trabalho, globalmente, e dentro de cada país e região. Em síntese, o estudo da OIT conclui que “a dinâmica da demografia global molda o nosso mundo hoje, destacando vários aspectos fundamentais: o **aumento da juventude** nos países em desenvolvimento *versus* o **envelhecimento da população** nos países desenvolvidos; a rápida **urbanização** em algumas regiões; a **migração internacional** e os desafios persistentes para alcançar a **igualdade de gênero**.” compreender as tendências populacionais é crucial para enfrentar os desafios globais do emprego. Ao examinar o impacto das mudanças demográficas nos mercados de trabalho – afirma a OIT - podemos nos preparar-melhor para o futuro e criar oportunidades de emprego mais inclusivas e sustentáveis no nosso caminho rumo à justiça social”, conclui o estudo. São transcritos os principais pontos “demográficos” do estudo da OIT, mas nas considerações finais o autor posiciona-se criticamente sobre a insuficiência analítica da atual conjuntura e das tendências do mercado de trabalho, globalmente e na maior parte do mundo.

Palavras-chave: OIT; mercado de trabalho; mudanças demográficas (populacionais); migrações; trabalhadores.

Abstract: *This brief text was prepared in connection with the celebrations of the World Population Day, taking as a reference the study and analysis carried out by the International Labor Organization, according to which demographic (population) changes transform and shape the labor market, globally, and within each country and region. In summary, the ILO study concludes that “the dynamics of global demography shape our world today, highlighting several fundamental aspects: the increase in youth in developing countries versus the aging of the population in developed countries; rapid urbanization in some regions; international migration and the persistent challenges to achieving gender equality.” Understanding population trends is crucial to addressing global employment challenges. By examining the impact of demographic changes on labor markets – says the ILO report – we can better prepare for the future and create more inclusive and sustainable employment opportunities on our path towards social justice”, concludes the study. The main “demographic” points of the ILO study are transcribed, but in the final considerations the author takes a critical position on the analytical insufficiency of the current situation and trends in the labor market, globally and in most parts of the world.*

Keywords: ILO; job market; demographic (population) changes; migrations; workers.

Introdução

A propósito das celebrações do Dia Mundial da População (11 de julho), instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional divulgou estudo sobre como as mudanças demográficas (populacionais) transformam e moldam o mercado de trabalho, globalmente, e dentro de cada país e região. Em síntese, o estudo conclui que “a dinâmica da demografia global molda o nosso mundo hoje, destacando vários aspectos fundamentais: o **aumento da juventude** nos países em desenvolvimento *versus* o **envelhecimento da população** nos países desenvolvidos; a rápida **urbanização** em algumas regiões; a **migração internacional** e os desafios persistentes para alcançar a **igualdade de gênero**.”³³

Para a OIT, é extremamente importante compreender estas dinâmicas demográficas, como subsídio crucial para a promoção do crescimento global inclusivo e sustentável. “Serve como um lembrete oportuno da importância de políticas e investimentos proativos na preparação para as mudanças demográficas e que as políticas sensíveis ao emprego são importantes”, afirma o estudo³⁴, que foi coordenado por Marie-Claire Sodergren, Economista Sênior na Unidade de Produção e Análise de Dados do Departamento de Estatística da OIT. Ela supervisiona a coleta de dados através do questionário anual da ILOSTAT e é um ponto focal chave da OIT para a elaboração de relatórios sobre os ODS. Ela liderou o desenvolvimento do portal ILOSTAT e atualmente supervisiona a criação de conteúdo e atua como editora-chefe do blog. Anteriormente, ela ocupou cargos importantes no Bureau of Labor Statistics dos EUA, incluindo o de economista supervisora e chefe interina da Divisão de Comparações Internacionais de Trabalho.

“As tendências demográficas estão moldando nossa força de trabalho”

Para a OIT, a dinâmica da demografia global molda o nosso mundo hoje, destacando vários aspectos fundamentais: o **aumento da juventude** nos países em desenvolvimento *versus* o **envelhecimento da população** nos países desenvolvidos; a rápida **urbanização** em algumas regiões; a **migração internacional** e os desafios persistentes para alcançar a **igualdade de gênero**. Este blog da ILOSTAT explora estas **mudanças demográficas** e as suas implicações, particularmente nos **mercados de trabalho**. Compreender estas dinâmicas demográficas é crucial para promover o **crescimento global inclusivo e sustentável**. As celebrações do Dia Mundial da População servem como um lembrete oportuno da importância de políticas e investimentos proativos na preparação para as mudanças demográficas e que as políticas sensíveis ao emprego são importantes.

Algumas destas tendências e seus impactos serão analisadas aqui, a título de exemplo, lembrando que o blog ILOSTAT³⁵ abre caminhos literalmente infinitos, para a realização de outros estudos.

Aumento da juventude *versus* populações envelhecidas

Muitos países em desenvolvimento têm uma elevada proporção de pessoas com menos de 25 anos, dando origem ao que é conhecido como “**aumento da juventude**”. **As pessoas com menos de 25 anos representam impressionantes 61% da população nos países de baixa renda, em comparação com 27% nos países de renda elevada**. Esta tendência demográfica apresenta oportunidades e desafios. Por

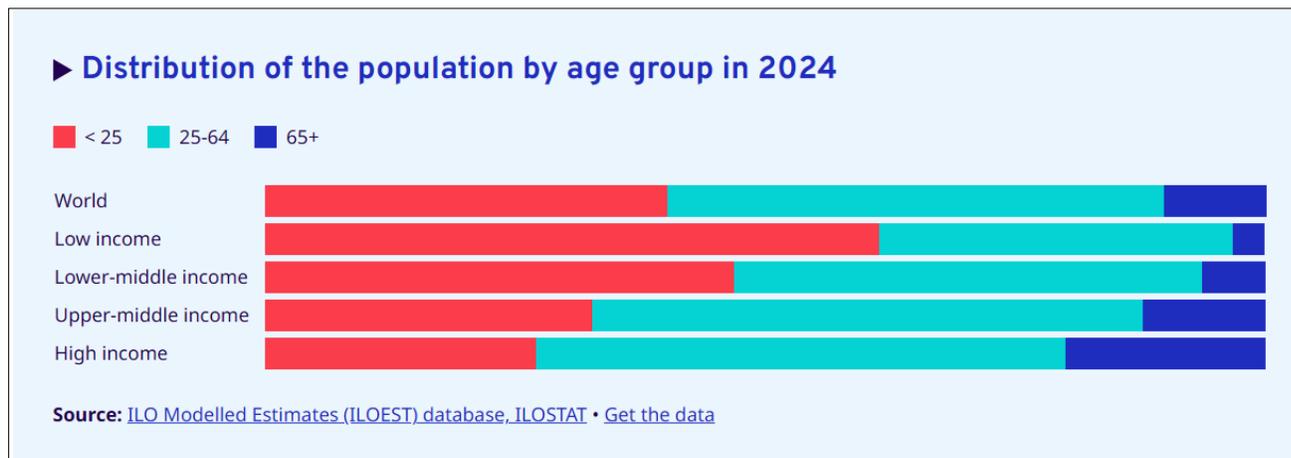
³³ <https://ilostat.ilo.org/es/blog/how-population-trends-shape-our-workforce/>

³⁴ <https://ilostat.ilo.org/blog/how-population-trends-shape-our-workforce/>

³⁵ <https://ilostat.ilo.org/data/>

um lado, uma grande população jovem pode impulsionar o crescimento econômico se os jovens estiverem bem integrados no mercado de trabalho. Por outro lado, exige programas significativos de criação de emprego, educação e formação para evitar níveis elevados de jovens NEET (fora do emprego, da educação ou da formação que não exercem uma profissão). Infelizmente, **mais de um quarto dos jovens entre os 15 e os 24 anos são NEET** nos países de baixa renda.

Figura 1



Fonte imediata ILO³⁶ Fonte original dos dados: <https://ilostat.ilo.org/data/>

Enquanto isto ocorre, muitos países desenvolvidos enfrentam um **envelhecimento** da população devido ao declínio das taxas de natalidade e ao aumento da esperança de vida. **Um quinto da população dos países de rendimento elevado tem mais de 65 anos, em comparação com apenas 3% nos países de rendimento baixo.** Esta mudança demográfica coloca desafios relacionados com os cuidados de saúde, os sistemas de pensões e a dinâmica da força de trabalho. **Embora 97,5% das pessoas acima da idade de aposentadoria tenham recebido uma pensão em 2020 nos países de rendimento elevado, a maioria não a recebeu nos países de rendimento baixo e médio-baixo.**

Os idosos nos países desenvolvidos permanecem mais tempo no mercado de trabalho. As taxas de atividade das pessoas entre os 55 e os 64 anos aumentaram significativamente nas últimas duas décadas em 49 dos 53 países de rendimento elevado com dados disponíveis, com um aumento médio não ponderado de 20 pontos percentuais. As taxas de participação também aumentaram para as pessoas com 65 anos ou mais, embora em menor grau, em 41 destes países.

Urbanização

A **urbanização** é outra grande tendência demográfica, com mais pessoas vivendo nas cidades do que nunca. Esta mudança influencia os padrões de emprego, particularmente o aumento dos serviços e das indústrias nas zonas urbanas *versus* as economias baseadas na agricultura das regiões rurais. A urbanização pode criar novas oportunidades de emprego e impulsionar o desenvolvimento econômico, mas também requer políticas para gerir a transição e garantir que o **crescimento urbano seja inclusivo e sustentável.**

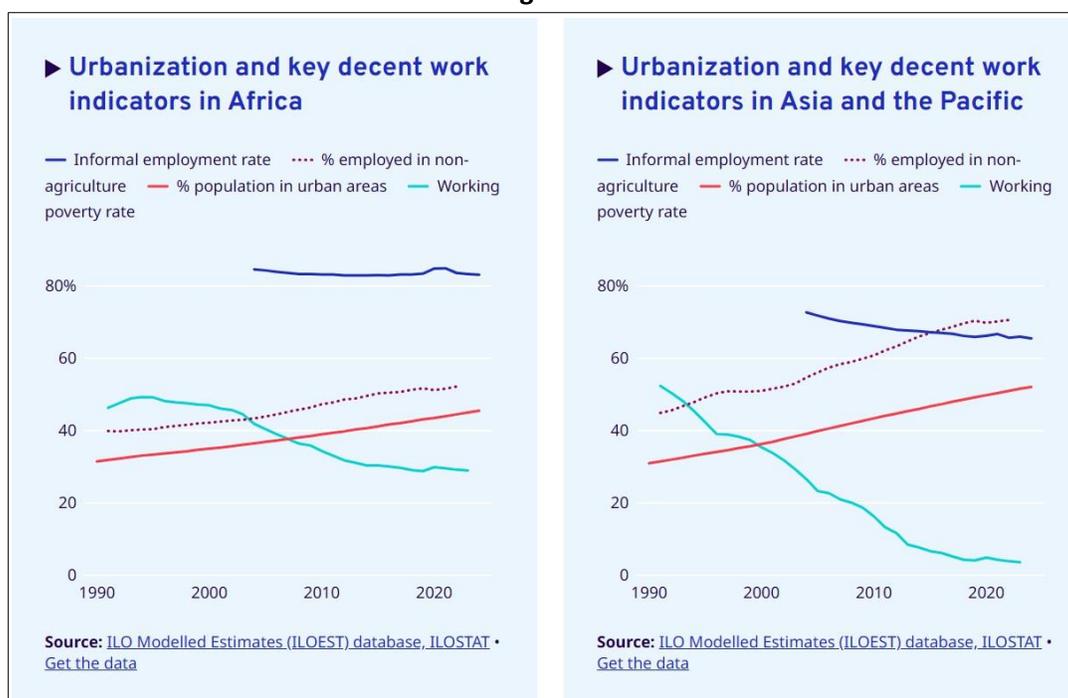
³⁸ <https://ilostat.ilo.org/blog/how-population-trends-shape-our-workforce/>

Na década de 1990, tanto a África como a Ásia e o Pacífico tinham proporções igualmente baixas da população residente em áreas urbanas em comparação com outras regiões. Desde então, essas regiões experimentaram uma urbanização substancial. Isto foi acompanhado por aumentos significativos na proporção de emprego fora da agricultura. A Ásia e o Pacífico, por exemplo, registaram um aumento notável de 25,7 pontos percentuais no emprego não agrícola entre 1991 e 2022.

Num contexto de rápida urbanização, **as taxas de trabalhadores pobres diminuíram em ambas as regiões**. Na Ásia e no Pacífico, a percentagem de trabalhadores pobres caiu muito: 48,8 pontos percentuais entre 1991 e 2023. Na África, apesar dos progressos (-17,3 pontos), problemas como a instabilidade política, os conflitos e as infraestruturas limitadas dificultaram uma redução mais generalizada da pobreza. Infelizmente, a urbanização na África tem sido frequentemente acompanhada pela proliferação de assentamentos urbanos informais (favelas) e pelo acesso inadequado aos serviços básicos³⁷.

Embora as pessoas estejam migrando cada vez mais das zonas rurais para as urbanas e abandonando a agricultura, a informalidade continua a ser um problema premente tanto na África como na Ásia e no Pacífico. Muitas pessoas, mesmo nas zonas urbanas, permanecem em ocupações informais, sem rendimento estável e sem proteção legal.

Figura 2



Fonte imediata ILO³⁸

Migração internacional

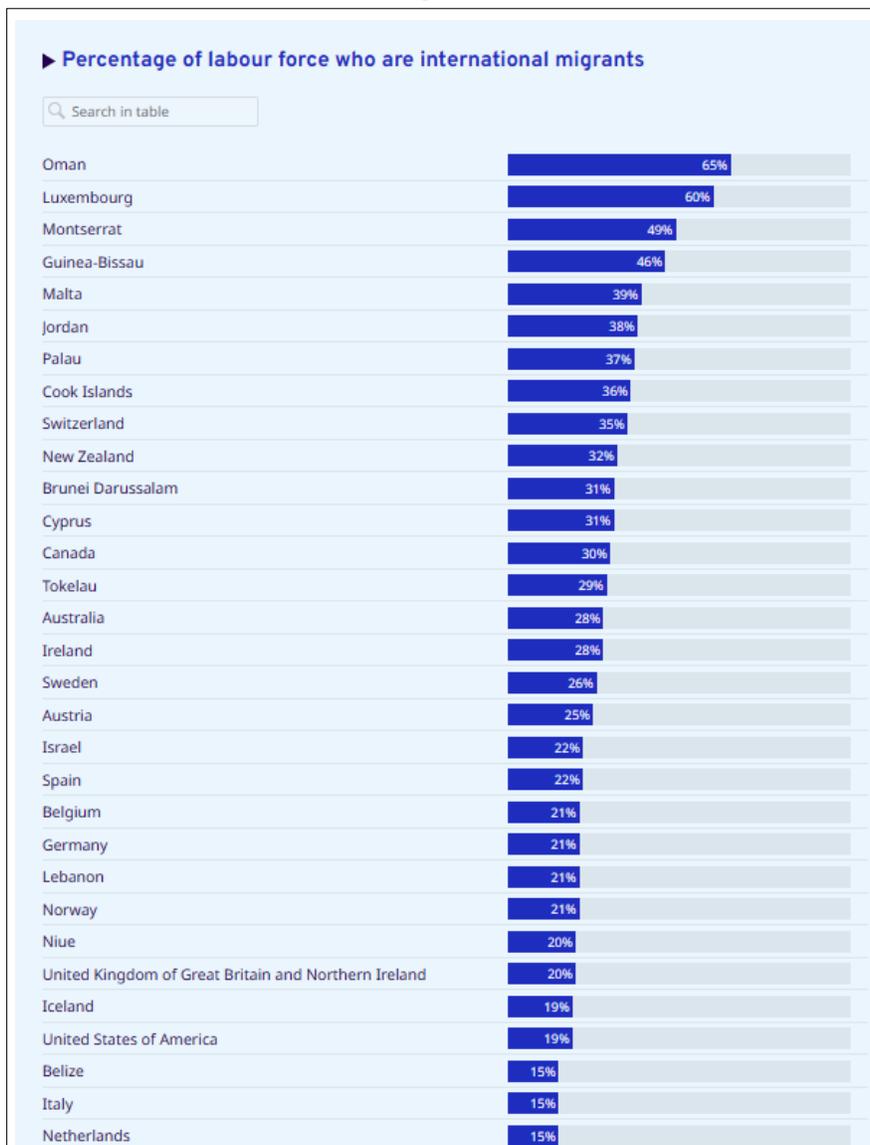
As tendências globais de migração, impulsionadas pelas atuais tendências demográficas, oportunidades econômicas contrastantes, alterações climáticas e fatores humanitários, influenciam

³⁷ <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/The%20State%20of%20African%20Cities.pdf>

³⁸ <https://ilostat.ilo.org/blog/how-population-trends-shape-our-workforce/>

significativamente a dinâmica populacional e os mercados de trabalho em todo o mundo. **Em 45 dos 148 países com dados disponíveis, pelo menos 10% da força de trabalho é constituída por pessoas nascidas no estrangeiro ou por cidadãos estrangeiros.** Os migrantes internacionais são frequentemente atraídos pela promessa de melhores oportunidades de **emprego, segurança e proteção social, e padrões de vida mais elevados** nos países de destino. Como resultado, **os países de rendimento elevado acolhem mais de dois terços dos 169 milhões de trabalhadores migrantes internacionais do mundo**³⁹.

Figura 3



Fonte imediata ILO⁴⁰

³⁹https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_808935.pdf

⁴⁰ <https://ilostat.ilo.org/blog/how-population-trends-shape-our-workforce/>

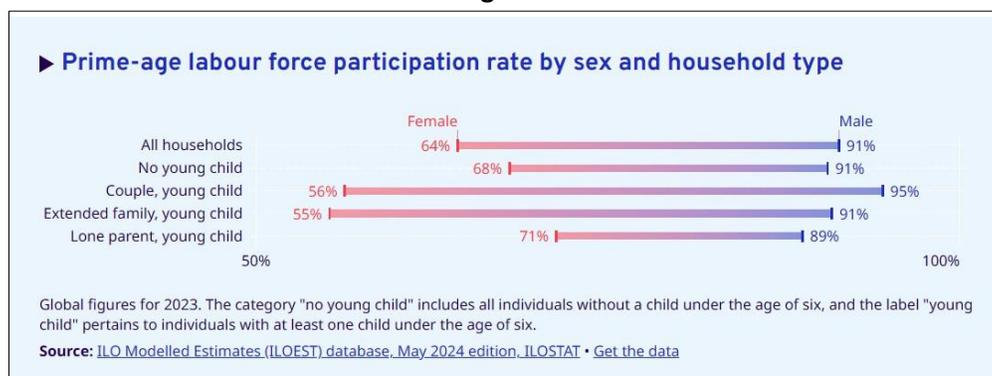
Os trabalhadores migrantes internacionais desempenham um papel crucial em muitos setores, como os **cuidados de saúde**, a **hotelaria**, a **construção** e a **indústria de transformação**. Nos países de rendimento elevado, os imigrantes internacionais dominam frequentemente setores que exigem competências especializadas ou trabalho manual. Nos países de baixo rendimento, o trabalho migrante é crucial para a **produção agrícola sazonal** e é **provavelmente informal**, refletindo as condições enfrentadas pelos trabalhadores nativos.

Entretanto, a pandemia da COVID-19 acentuou ainda mais as vulnerabilidades enfrentadas pelos trabalhadores migrantes internacionais em todo o mundo. As disparidades na segurança do emprego, na proteção social e no acesso aos cuidados de saúde entre as populações migrantes realçaram a necessidade urgente de políticas inclusivas e de cooperação internacional para salvaguardar os seus direitos e bem-estar.

Igualdade de gênero e planejamento familiar

A **igualdade de gênero** e o **planejamento familiar** são temas centrais do Dia Mundial da População. As mulheres representam aproximadamente metade da população mundial, mas **as suas taxas de participação no mercado de trabalho são inferiores às dos homens**. **Estas diferenças de gênero na participação aumentam significativamente quando a presença de crianças pequenas em casa é levada em conta**⁴¹. A pesquisa mostra que as responsabilidades de cuidados infantis recaem desproporcionalmente sobre as mulheres devido às normas de gênero⁴². Não é de surpreender que as mães de crianças pequenas reduzam significativamente a sua participação na força de trabalho em comparação com as mulheres de agregados familiares sem crianças pequenas. Em contraste, as taxas de participação dos homens apresentam alterações muito menores quando se tornam pais. **Estas disparidades contribuem para diferenças surpreendentes entre gêneros na participação na força de trabalho, atingindo 38 pontos percentuais para casais com filhos pequenos, em comparação com uma diferença de 23 pontos percentuais para famílias sem filhos pequenos.**

Figura 4



Fonte imediata ILO⁴³

Além disso, estudos indicam que a **“disparidade salarial na maternidade”**, que se refere à disparidade salarial entre mães e não mães, é bastante significativa em alguns países. A maternidade

⁴¹<https://ilostat.ilo.org/es/blog/women-with-young-children-have-much-lower-labour-force-participation-rates/>

⁴² <https://www.ilo.org/publications/major-publications/care-work-and-care-jobs-future-decent-work>

⁴³ <https://ilostat.ilo.org/blog/how-population-trends-shape-our-workforce/>

resulta, muitas vezes, numa penalização salarial que pode perdurar ao longo da carreira profissional da mulher⁴⁴, o que contrasta com a paternidade, que está sistematicamente associada a um prêmio salarial. Independentemente da situação familiar, as disparidades salariais entre homens e mulheres persistem em vários setores e profissões⁴⁵.

Os papéis tradicionais de gênero não afetam apenas as responsabilidades de cuidados infantis, mas também influenciam as escolhas profissionais das mulheres, as **oportunidades para cargos de liderança** e o **acesso à educação e à formação profissional**. Por exemplo, as mulheres continuam sub-representadas em cargos de gestão na maioria dos países. Tão pouco progresso foi feito no mundo todo nas últimas duas décadas que, ao ritmo atual, serão necessários quase dois séculos até que a paridade de gênero em cargos de gestão seja alcançada. O Norte de África enfrenta desafios particularmente assustadores: apenas 12,6% dos cargos de gestão são ocupados por mulheres, refletindo obstáculos sistêmicos nos Estados Árabes e em partes da Ásia. Entretanto, as mulheres jovens têm duas vezes mais probabilidades do que os homens de ficarem sem emprego, educação ou formação, com a sua taxa global de NEET atingindo uns preocupantes 30%.

A abordagem destas disparidades de gênero arraigadas exige o desmantelamento das normas tradicionais de gênero e a promoção de políticas de emprego e locais de trabalho inclusivos. Capacitar as mulheres, que constituem metade da população mundial, para participarem plenamente na força de trabalho pode desbloquear um maior potencial para o crescimento econômico sustentável e o progresso social.

Considerações finais

O Dia Mundial da População ajuda a lembrar que compreender as tendências populacionais é crucial para enfrentar os desafios globais do emprego. “Ao examinar o impacto das mudanças demográficas nos mercados de trabalho, podemos preparar-nos melhor para o futuro e criar oportunidades de emprego mais inclusivas e sustentáveis no nosso caminho rumo à justiça social”, conclui o estudo realizado pela OIT.

Não há como discordar desta conclusão, mas ela deixa de considerar poderosos determinantes do campo da Economia Política e das forças destruidoras de empregos e perpetuadoras da insustentabilidade social e econômica das pessoas que vivem do seu trabalho, com destaque para a atual hegemonia da ideologia neoliberal e ultra neoliberal; para a financeirização do capital improdutivo, parasita e predatório; e são forças que se tornaram mais ágeis, letais e sofisticadas, através das inovações tecnológicas e organizacionais. Elas não são demográficas nem populacionais, e sim políticas e ideológicas, e os mais vulnerabilizados por elas estão à margem das análises da burocracia internacional.

⁴⁴https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_650553.pdf

⁴⁵ <https://ilostat.ilo.org/es/blog/equal-pay-for-work-of-equal-value-where-do-we-stand-in-2023/>

Saúde em Ação: Respostas e soluções para a emergência das enchentes no RS
Health in Action: Responses and Solutions for the Flood Emergency in RS

***Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia
Mariano Machado, Júlia Moraes, Marina
Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura***

Resumo: Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global entrevista o Ministério da Saúde e o ACNUR para conhecer mais sobre as ações das duas instituições durante a emergência causada pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Deslocamentos forçados. Brasil.

Summary: *In this report, the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health interviews the Ministry of Health and UNHCR to learn more about the actions of both institutions during the emergency caused by the floods in Rio Grande do Sul.*

Keywords: *Climate change. Forced displacements. Brazil.*

Introdução

As chuvas intensas na região sul do país, sobretudo no estado do Rio Grande Sul, começaram por volta do dia 27 de abril e se estenderam até o final de maio com precipitações maiores do que o esperado para a região. O evento meteorológico ocorreu devido a uma corrente intensa de vento que resultou na formação de um tempo instável, um corredor de umidade vindo da Amazônia com capacidade de intensificar a precipitação e uma onda de calor na região central do país.¹

Por conta das inundações, a distribuição de água e energia foram os primeiros afetados e, também, o desalojamento da população. Além disso, a perda de medicamentos e insumos e a necessidade de reabastecimento de leite materno também demandou ajuda do Ministério da Saúde. O aumento do número de casos de leptospirose foi significativo, com alguns casos sendo levado a óbito.² Devido ao tamanho do impacto do evento em questão, foi instalado o Centro de Operações de Emergências (COE) para Chuvas Intensas e Inundações na Região Sul, com o objetivo de coordenar a resposta em saúde pública diante das consequências causadas pelas chuvas intensas, inundações e outros desastres associados na região.

As ações do Ministério da Saúde no território

Para este informe, o Grupo de Trabalho entrevistou Edenilo Baltazar Barreira Filho, Coordenador-Geral de Preparação de Emergências em Saúde Pública, e Raquel Proença de Oliveira, Assessora Técnica, que, aliás, estava em campo durante a entrevista. Ambos fazem parte do Departamento de Emergências em Saúde Pública (DEMSP), da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente.

O Ministério da Saúde acompanha eventos meteorológicos e, com seis dias de antecedência, identificou a possibilidade de chuvas intensas na região sul do país, emitindo um alerta para a equipe do DEMSP. O evento ocorrido no Rio Grande do Sul foi de uma intensidade sem precedentes, sendo

considerado um dos maiores eventos relacionados a chuvas e clima já registrados. No dia 3 de maio de 2024, começaram a organizar o Centro de Operações de Emergência (COE), uma estratégia de gestão para auxiliar em situações de emergência a partir de um cenário de risco.

A diferença deste evento foi a duração das chuvas, que não cessavam, resultando em um período prolongado e atípico, decorrente das mudanças climáticas. O volume de chuvas não era visto dessa forma desde 1941. Já na segunda semana de emergência, a situação se mostrava bastante atípica. As chuvas começaram no dia 26 de abril, com 500 mm de precipitação em 24 horas apenas no primeiro dia, sendo considerado o maior evento relacionado a chuvas e clima no Brasil em termos de dimensão territorial. Na primeira semana, as inundações afetaram a rede de distribuição de água e energia do estado, além da comunicação e do transporte.

Outra peculiaridade dessa emergência é que ela afetou de maneira democrática, ou seja, as pessoas que estão respondendo a essa situação também foram afetadas. Portanto, é necessário considerar as reais necessidades daquele território e o que os profissionais de saúde em campo precisam. Proença destacou que, do ponto de vista da vigilância em saúde, vários estados ficaram sem conseguir notificar doenças devido à perda de equipamentos. Ao chegar nos territórios, era preciso ter sensibilidade, sem culpar a equipe pela falta ou atraso nas notificações, pensando em estratégias de recuperação de sistemas, equipamentos etc.

Foram entregues 1.000 novos computadores para as unidades de saúde, pensando em retomar os sistemas utilizados para a notificação. A ocorrência de atividades coordenadas de forma colaborativa foi extremamente relevante, articulando ações e medidas conjuntas entre as instituições atuantes, para não sobrecarregar os municípios com orientações descoordenadas, pensando sempre no comando único.

Conversamos com os dois entrevistados sobre a distribuição de materiais no território, Baltazar apontou que, primeiramente foram elaborados e distribuídos os kits emergenciais, era necessário suprir os medicamentos e insumos que foram perdidos na catástrofe, no total, foram enviadas 32 toneladas de insumos e medicamentos. Um problema relatado, foi o dimensionamento do impacto, era muito complicado qualificar a informação sobre qual era o real impacto desse evento. Mais de 500 estabelecimentos de saúde foram afetados e era necessário qualificar a informação de qual forma o dano atingiu esses estabelecimentos. Foram instalados ao todo, 11 hospitais de campanhas no território, tendo cerca de 8 mil pessoas em abrigos até hoje.

Vale ressaltar que, por mais que a emergência atingiu diversas pessoas de classes sociais diferentes, o impacto sobre a vida das pessoas é totalmente distinto, pessoas que já estavam em situação de vulnerabilidade, foram prejudicadas de modo mais intenso. Proença indicou que, o problema da desigualdade social ficou muito claro, o modo como esse evento atingiu de formas distintas cada pessoa, ficou muito nítido. Aproximadamente 96% dos municípios do estado do Rio Grande do Sul foram afetados. A equipe acompanha diariamente o clima, para analisar a situação do Estado, o nível dos rios ainda não se recuperou, então mesmo chuvas mais brandas podem gerar danos, o solo ainda permanece muito encharcado e não se recuperou.

Importância na coordenação das atividades de resposta e comando único

Um dos fatores de maior destaque para a agilidade e ordenação da resposta foi a coordenação do Ministério da Saúde com outros ministérios e com as forças de segurança pública — em especial, com o

fornecimento de veículos aéreos de pronta resposta por parte do exército e da aeronáutica. Essa coordenação civil-militar na resposta, para Proença, é um grande diferencial da resposta brasileira frente a outros países latino-americanos, que não a realizam — perdendo, assim, no potencial logístico da resposta emergencial.

Entre algumas das operações do exército, pode-se destacar a Operação Taquari 2. Nela, o Exército tem atuado desde o dia 30 de maio e, “entre as principais ações, estão resgate e transporte de desalojados e de ribeirinhos, implantação e operação de Hospitais de Campanha, distribuição de centenas de toneladas de refeições, mantimentos, medicamentos e milhares de litros de água potável”⁴. A Portaria Nº 2.309, orientou o fornecimento de recursos operacionais e logísticos por parte da Marinha, do Exército e da Aeronáutica⁵: as aeronaves da FAB foram utilizadas para resgate em áreas isoladas, enquanto a Brigada Militar e o Corpo de Bombeiros lidaram com operações terrestres.

Vê-se a importância das ações de busca e implantação de Hospitais de Campanha no começo da operação, e agora, num contexto de reconstrução, realiza-se operações de limpeza e reorganização de prédios, como a Escola Municipal de Educação Infantil Geise Mery Vieira Gonçalves. Noutro contexto, em alinhamento com os órgãos indigenistas no território gaúcho, com a Secretaria de Saúde Indígena e a Cruz Vermelha, o Ministério da Saúde e as forças armadas distribuíram remédios para aldeias no Rio Grande do Sul^{6,7}. A importância dessa organização conjunta, para a resposta, é amplamente visível, devendo o Brasil, em suas ações de cooperação humanitária internacional, destacar os benefícios logísticos e operacionais desse tipo de coordenação para aqueles países que não a praticam.

Similarmente, coloca-se a importância da atuação conjunta mais ampla dos órgãos governamentais. A resposta conjunta em um gabinete de crise, num comando único foram fundamentais para uma ação rápida e eficaz de enfrentamento aos desafios impostos pelo desastre natural. O Gabinete de Crise, liderado pelo vice-governador Gabriel Souza, garante que todas as partes envolvidas, incluindo secretários, representantes das forças de segurança e outras entidades pertinentes, estejam alinhadas com um plano de ação claro. Crucial para evitar duplicação de esforços, garantir que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e coordenação das prioridades. O comando unificado garantiu a atuação eficaz das secretarias do estado, atuando simultaneamente em várias áreas. Por exemplo, A Secretaria de Desenvolvimento Social organizou abrigos e o cadastro de desabrigados, enquanto a Secretaria de Saúde cuidou da assistência médica e a Secretaria de Educação coordenou a recuperação das escolas afetadas.

Notadamente, a resposta numa direção comum foi amplamente fundamentada no comando da Força Nacional do SUS. Nesse sentido, destaca-se a coordenação para implementação de hospitais, distribuição de medicamentos, envio de profissionais da saúde e atendimento à população — discutidas e aprofundadas ao longo da entrevista.

As ações do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) no RS

O ACNUR tem trabalhado em articulação com todos os níveis federativos e participado dos mecanismos de coordenação existentes para a resposta no RS que envolvem atores dos níveis federal, estadual e municipal. Demandas que requerem articulação mais ampla têm sido tratadas em fóruns de coordenação no Rio Grande do Sul que contam com a participação de atores federais. Está em discussão a criação de fóruns locais adicionais de coordenação, em paralelo, ainda ao tratamento de algumas das demandas setoriais por via direta com cada ator responsável. Nessas articulações há tanto ações demandadas de forma específica quanto outras pensadas propositivamente pelos atores envolvidos. De

parte do ACNUR, a prioridade segue em apoiar o Estado brasileiro, que tem a liderança na coordenação da resposta, por meio do diálogo com as instituições públicas do estado do Rio Grande do Sul, de diferentes municípios, e do governo federal.

No marco do mandato de proteção, o ACNUR tem trabalhado sobretudo com serviços especializados no atendimento às populações refugiadas e imigrantes, incluindo aqueles relacionados à documentação, aconselhamento para acesso a serviços de atendimento nas diferentes áreas (saúde, assistência social, educação, trabalho e geração de renda, dentre outros).

Além disso, a atuação com os poderes locais também busca apoiar pessoas brasileiras deslocadas e afetadas. A expertise técnica da Agência na gestão e coordenação de abrigos emergenciais tem sido demandada, com foco no estabelecimento de fluxos e medidas de proteção nos espaços de acolhimento, além da entrega de itens relacionados a necessidades básicas de higiene e outras. O ACNUR tem ministrado treinamentos diversos a e com atores do poder público envolvidos no sistema de proteção, gestão e coordenação de abrigos. Essas medidas voltam-se, de forma abrangente, às mais de 2.3 milhões de pessoas afetadas, com especial preocupação com as mais de 388 mil pessoas que continuam desalojadas após terem perdido suas casas, das quais 10 mil seguem em abrigos ou alojamentos emergenciais. Nesse cenário, o ACNUR busca também apoiar, de forma especializada, mais de 43 mil refugiados e outras pessoas que já haviam sido deslocadas de maneira forçada desde outros países até o Brasil.

Outros apoios específicos a refugiados e imigrantes incluem a provisão de informações sobre acesso à documentação e ao procedimento para reconhecimento da condição de refugiado; orientações sobre direitos, assistência e serviços especializados para pessoas refugiadas e imigrantes; articulação com a Polícia Federal para a renovação ou re-expedição de documentos de refugiados e imigrantes; informações sobre possibilidades e oportunidades de trabalho; escuta qualificada em temas de proteção (e.g. relativas a proteção à criança, violência de gênero, discriminação, reunião familiar) e orientações e encaminhamentos respectivos às demandas identificadas; e acompanhamento individualizado de casos de maior complexidade protetiva envolvendo pessoas refugiadas e imigrantes.

O ACNUR realiza projetos financiados junto ao Serviço Jesuíta para Migrante e Refugiados, incluindo atendimento documental, em proteção e socioassistencial a esse público refugiado e imigrante. Possui também projeto com a organização SOS Aldeias Infantis, que apoia a interiorização e integração de famílias venezuelanas no Rio Grande do Sul, além de outros estados.

A experiência internacional do ACNUR em emergências humanitárias, incluindo aquelas relacionadas a desastres ou eventos climáticos extremos, e as diretrizes do IASC sobre a atuação nesse contexto, serviram e servem de base e diretriz. A experiência prévia na Operação Acolhida, no contexto específico brasileiro, também foi relevante, em certa medida, na identificação e mobilização de atores, estratégias de coordenação e de logística, dentre outras, ainda que se trate de contexto marcadamente diferente daquele enfrentado no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul estima-se haver, com base nos registros ativos no SISMIGRA/Polícia Federal, mais de 43 mil pessoas refugiadas e outras com necessidade de proteção internacional (solicitantes de refúgio e pessoas documentadas com residência para fins de acolhida humanitária) que foram afetadas direta ou indiretamente pelas enchentes. São pessoas provenientes, sobretudo, da Venezuela

(aproximadamente 29,000), Haiti (mais de 12,000), Cuba (mais de 1,300), além de outras dezenas de nacionalidades representadas em números menores.

A atuação do ACNUR nos 140 diferentes países, sobretudo naqueles que hoje enfrentam emergências humanitárias, constitui forte base comparada para a identificação de estratégias à emergência no RS. Moçambique, Bangladesh, países no Sahel africano e na América Central e Caribe são alguns dos contextos com desastres e eventos climáticos extremos recentes em que o ACNUR tem atuado.

Referências bibliográficas

1. BBC NEWS BRASIL. **O antes e depois de regiões devastadas pelas inundações no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ck5kp34nr1do>>. Acesso em 30 jun. 2024
2. G1. **Leptospirose após cheias: RS tem 8 mortes confirmadas e outras 12 sob investigação, diz Secretaria da Saúde.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/31/leptospirose-apos-cheias-rs.ghtml>>. Acesso em 30 jun. 2024
3. GOV.BR. **COE- Centro de Operações e Emergências, Chuvas Intensas e Inundações no Sul.** Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/chuvas-intensas-e-inundacoes-no-sul>>. Acesso em 30 jun. 2024
4. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Exército trabalha para restabelecer as atividades no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/exercito-trabalha-na-limpeza-de-escolas-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em 30 jun. 2024
5. SECOM. **Portaria agiliza ação das Forças Armadas no apoio ao Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/portaria-agiliza-acao-das-forcas-armadas-no-apoio-ao-rio-grande-do-sul>>. Acesso em 30 jun. 2024
6. AGÊNCIA GOV. **Ministério da Saúde e Forças Armadas distribuem alimentos e remédios para aldeias no RS.** Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/ministerio-da-saude-e-forcas-armadas-distribuem-alimentos-e-remedios-para-aldeias-no-estado>>. Acesso em 30 jun. 2024
7. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Força Nacional do SUS reforça equipes de saúde indígena no RS.** Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/forca-nacional-do-sus-reforca-equipes-da-sesai-na-atuacao-no-rs>>. Acesso em 30 jun. 2024

Links que podem ser aproveitados neste informe

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/numero-de-pessoas-em-abrigos-reduz-89-apos-o-pico-da-situacao-emergencial-no-estado>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/ministerio-da-saude-monitora-qualidade-da-agua-para-consumo-humano-no-estado>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/forca-nacional-do-sus-passa-a-atuar-em-mais-municipios-do-rs>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/forca-nacional-do-sus-reforca-equipes-da-sesai-na-atuacao-no-rs>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/ministerio-da-saude-e-forcas-armadas-distribuem-alimentos-e-remedios-para-aldeias-no-estado>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202405/ministerio-da-saude-vai-contratar-890-profissionais-temporarios-para-atuarem-na-emergencia-do-rs>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202405/ministerio-da-saude-elabora-plano-para-atendimento-de-saude-mental-no-rs>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202405/saude-facilita-acesso-a-tratamento-antiviral-a-pacientes-do-rs-que-vivem-com-hiv-e-hepatites>

<https://estado.rs.gov.br/estado-recebe-doacao-de-leite-materno-para-hospitais-que-estao-com-estoques-reduzidos>

<https://saude.rs.gov.br/estado-recebe-kits-de-emergencia-enviados-pelo-ministerio-da-saude-para-atender-regioes-afetadas-pelas-chuvas>

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/chuvas-intensas-e-inundacoes-no-sul#:~:text=O%20Centro%20de%20Opera%C3%A7%C3%B5es%20de,e%20outros%20desastres%20associados%20na>

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/acoes-do-ms-no-sul>

Reflexões no trigésimo aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994 - 2024)

Reflections on the thirtieth anniversary of the International Conference on Population and Development (1994 - 2024)

***Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes***

Resumo: O Fundo de Populações das Nações Unidas (*UNFPA - United Nations Population Fund*) publicou um conjunto de cinco artigos de reflexão para marcar o trigésimo aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (*ICPD - International Conference on Population and Development*), realizada em 1994, abrangendo os seguintes temas: Mudança Demográfica e Sustentabilidade; O futuro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos; O futuro dos dados populacionais; *ICPD* e Ação Climática; e Um futuro digital seguro. São feitas discussões e recomendações aos governos e formuladores de políticas, para que seja possível alcançar, a nível global, o desenvolvimento sustentável para a saúde da população mundial. Neste trabalho apresentamos um resumo dos cinco artigos, abordando os principais pontos de cada um e suas recomendações e destacamos que os sistemas de saúde deverão se ajustar às tendências demográficas e seus impactos, através de novos investimentos e de iniciativas baseadas nos direitos humanos e políticas inclusivas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Saúde da População; Desenvolvimento Humano; Saúde Global.

Abstract: *The United Nations Population Fund (UNFPA) published a set of five reflection papers to mark the thirtieth anniversary of the International Conference on Population and Development (ICPD), held in 1994, covering the following themes: Demographic Change and Sustainability; The future of sexual and reproductive health and rights; The future of population data; ICPD and Climate Action; and A secure digital future. Discussions and recommendations are made to governments and policy makers, so that it is possible to achieve, at a global level, sustainable development for the health of the world's population. In this work we present a summary of the five articles, addressing the main points of each one and their recommendations and highlighting that health systems must adjust to demographic trends and their impacts, through new investments and initiatives based on human rights and inclusive policies .*

Key words: *Sustainable Development; Population Health; Human Development; Global Health.*

O *UNFPA (United Nations Population Fund - Fundo de Populações das Nações Unidas)* publicou cinco artigos de reflexão para marcar o trigésimo aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento ([*ICPD - International Conference on Population and Development*](#)), realizada em setembro de 1994, no Cairo, Egito. Naquela ocasião, cerca de 20.000 delegados de vários governos, agências da ONU, ONGs e a mídia se reuniram para discutir uma variedade de questões

populacionais, incluindo migração, educação universal, redução da mortalidade materna e infantil e acesso a serviços relativos à sexualidade, reprodução e planejamento familiar. Até 1994, a *ICPD* havia ocorrido outras quatro vezes: em 1954 (Roma), em 1965 (Belgrado), em 1974 (Bucareste) e em 1984 (Cidade do México).

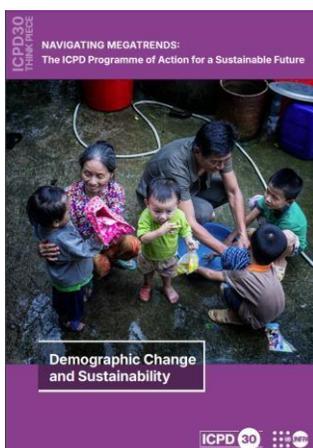
O conjunto dos cinco artigos publicados nesses 30 anos de *ICDP* abarcam os seguintes temas:

- ▶ Mudança Demográfica e Sustentabilidade
- ▶ O futuro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos
- ▶ O futuro dos dados populacionais
- ▶ *ICPD* e Ação Climática
- ▶ Um futuro digital seguro

Os documentos exploram maneiras de sustentar, atualizar e acelerar os compromissos da *ICPD* num mundo em transformação. Os artigos são destinados para formuladores de políticas e refletem sobre o progresso, destacando prováveis cenários futuros, além de oferecer discussões sobre o futuro da população, seu desenvolvimento e saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Na sequência, apresentamos os principais pontos abordados em cada um dos artigos. Observa-se que, embora possam parecer temas relativamente desarticulados entre si, possuem importantes pontos transversais, principalmente os de caráter demográfico, que acabam sendo pedra angular para as discussões.

1. [Mudança Demográfica e Sustentabilidade](#)¹



Este primeiro artigo explora como as mudanças demográficas influenciam o desenvolvimento sustentável, destacando a diversidade das tendências globais, como envelhecimento populacional, migração e crise climática. Embora seja uma tendência mundial, as situações demográficas e diagnósticos situacionais variam muito entre e dentro dos países e regiões. Também discute as ansiedades e políticas resultantes dessas mudanças, enfatizando a importância de políticas inclusivas que invistam em saúde, educação, igualdade de gênero e trabalho digno.

O documento propõe caminhos para um futuro sustentável, abordando a economia do cuidado, migração segura e adaptação à urbanização, e conclui reafirmando a abordagem centrada no indivíduo do Programa de Ação da *ICPD* para criar sociedades resilientes às mudanças demográficas.

Este artigo possui 32 páginas e está dividido em seis seções principais. Ele examina as mudanças demográficas no mundo e sua relação com o desenvolvimento sustentável, oferecendo recomendações para políticas que possam aproveitar as tendências das dinâmicas populacionais para promover o desenvolvimento sustentável.

Inicialmente destaca a importância das mudanças demográficas como uma das principais tendências que definem o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e salienta as diversidades e desigualdades das situações demográficas entre países e regiões, especialmente no que tange o envelhecimento populacional, à migração e à crise climática, e como essas situações podem gerar ansiedades, semelhantes às que existiam antes da *ICPD* de 1994. Ao mesmo tempo, ressalta que preocupações como a alta taxa de fertilidade e de “superpopulação” global, o que levou a um intenso debate sobre os direitos e escolhas reprodutivas naquela agenda, sofreram alterações e acabam tendo, nos dias atuais, outros atravessamentos, incluindo alterações climáticas, pandemias, conflitos, deslocamento e vulnerabilidades econômicas.

Enquanto alguns países estão preocupados com o rápido crescimento populacional; outros preocupam-se com sua rápida diminuição. Enquanto alguns países estão em alerta por conta da alta população de imigrantes, outros temem as consequências de uma rápida emigração. A percepção de população “mais jovem” ou “mais velha” também é variável. O processo de “inversão da pirâmide etária” ainda não é uma realidade em todos os lugares do mundo, mas o número de países com fecundidade abaixo da reposição deverá aumentar, tornando a baixa fertilidade uma questão política mais relevante do que nunca para os governos. Ainda assim, o crescimento da população global continuará. A proporção da população urbana também crescerá e os fluxos migratórios continuarão e poderão aumentar, tanto dos ambientes rurais para os urbanos como dos países mais pobres para os mais ricos.

Aponta-se que essas mudanças demográficas necessitam de abordagens políticas estratégicas e intersetoriais, adaptadas a cada contexto, tanto para enfrentar os desafios e permitir identificar o potencial de uma população em envelhecimento, como para lidar com o aumento do deslocamento e da migração forçada, principalmente em países e regiões que sofrem de forma mais intensa impactos de crises climáticas e desastres “naturais”, conflitos políticos, violência ou crises econômicas.

As intervenções isoladas/setoriais muitas vezes não conseguem satisfazer as necessidades multifacetadas dos idosos e da sociedade como um todo. Além disso, os custos serão elevados à medida que aumenta o número de pessoas idosas, criando riscos de sistemas de pensões, serviços de saúde sobrecarregados, escassez de cuidadores e tensões intergeracionais. Enfatiza-se que defender e buscar vontade política requer uma compreensão desses determinantes e amplas alianças. Também examina como as políticas populacionais e o Programa de Ação da *ICPD* podem fortalecer a resiliência e preparar para possíveis futuros demográficos, incluindo cenários melhores ou piores relacionados ao envelhecimento, migração e mudanças climáticas.

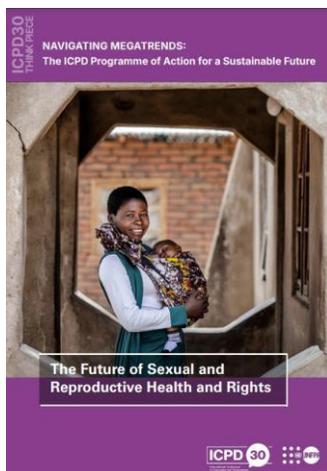
Recomenda-se que os países proponham políticas inclusivas que maximizem o bem-estar populacional e permitam que as pessoas contribuam plenamente para o desenvolvimento, investindo em saúde, educação, igualdade de gênero e trabalho decente. Destaca a importância de não impor metas demográficas numéricas, mas sim abordar os fatores que limitam as chances de as pessoas terem o número de filhos que desejam.

Reafirma a importância da abordagem centrada no indivíduo do Programa de Ação da *ICPD*, destacando como essa abordagem pode ser reimaginada para garantir um mundo onde, independentemente das tendências demográficas, as pessoas possuam o direito de decidir sobre a quantidade e o momento de ter filhos, e sociedades resilientes às mudanças demográficas.

Recomendações gerais:

- Investimento em Jovens: Priorizar o desenvolvimento do capital humano dos jovens para enfrentar a crise climática e aproveitar a revolução tecnológica;
- Economia do Cuidado: Fortalecer a economia do cuidado com investimentos universais no cuidado de crianças e idosos;
- Migração Segura e Ordenada: Promover políticas migratórias que garantam benefícios sociais e econômicos mútuos para migrantes e sociedades anfitriãs;
- Planejamento para o Envelhecimento Populacional: Implementar políticas holísticas e de longo prazo que promovam o envelhecimento ativo e saudável;
- Adaptação à Urbanização: Adotar *designs* urbanos que melhorem os resultados de saúde, promovam a vida comunitária e reduzam as pegadas de carbono.

2. [O futuro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos](#)²



Este segundo artigo examina os avanços e desafios na implementação dos compromissos do Programa de Ação da *ICPD* ao longo dos últimos 30 anos, destacando melhorias no planejamento familiar, mortalidade materna e cobertura de saúde reprodutiva, enquanto aponta para desafios persistentes como políticas restritivas e financiamento insuficiente.

Ele explora como megatendências como mudanças demográficas, urbanização, migração, crise climática e avanços tecnológicos afetarão a demanda e oferta de serviços de saúde sexual e reprodutiva nas próximas décadas, e recomenda ações para um futuro inclusivo, como fortalecer sistemas de saúde, garantir educação sexual abrangente e melhorar o financiamento.

O documento enfatiza a importância de um compromisso contínuo para assegurar os direitos sexuais e reprodutivos de todos em um mundo em rápida transformação.

Este artigo possui 36 páginas e está dividido em seis seções principais. Ele aborda as tendências e desafios futuros para a garantia dos direitos da saúde sexual e reprodutiva (SSR) no contexto dos 30 anos do Programa de Ação da *ICPD*. O documento começa discutindo a importância do Programa de Ação da *ICPD* que, desde 1994, tem oferecido um roteiro globalmente aplicável para SSR e direitos reprodutivos, aspectos fundamentais para a saúde e o bem-estar humano, além de ser um componente essencial para o desenvolvimento sustentável.

A implementação dos compromissos da *ICPD* teve impactos e avanços notáveis em várias áreas, como *Planejamento Familiar* (ampliou o uso de métodos contraceptivos modernos, reduzindo a taxa de gravidezes não planejadas); *Razão da Mortalidade Materna* (houve uma redução significativa nesta taxa a nível global, devido ao melhor acesso a cuidados obstétricos qualificados e de emergência); e *Cobertura Universal de Saúde* (aumentou a cobertura dos serviços de saúde reprodutiva, materna, neonatal e

infantil). No entanto, desafios persistem, como leis e políticas que ainda negam SSR a muitas pessoas, especialmente populações marginalizadas, e um financiamento insuficiente para esses serviços.

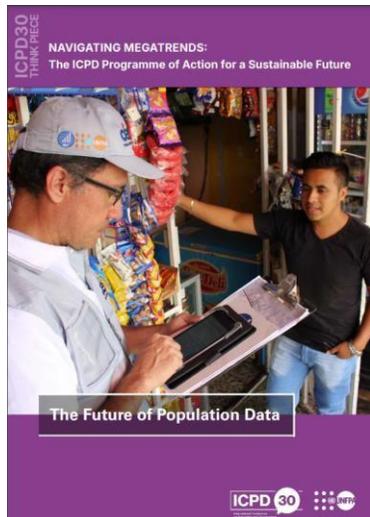
O artigo identifica como tendências as mudanças demográficas, urbanização, migração, crise climática, tecnologia e desigualdades, fatores que afetarão a demanda e oferta de serviços de SSR nas próximas três décadas. No que se refere a Mudança Demográfica, aponta-se para a necessidade de adaptar sistemas de saúde para acomodar diferentes trajetórias demográficas); quanto a Urbanização, destaca-se como o rápido processo de urbanização molda sociedades e impacta na oferta de serviços de SSR; sobre a Crise Climática destaca-se o impacto da crise climática na saúde reprodutiva e a necessidade de ajustar políticas de saúde; e referente a Tecnologia e Inovação identifica-se que são oferecidas novas oportunidades para realizar SSR, mas que acompanham riscos que precisam ser gerenciados.

Para um futuro inclusivo em SSR, o documento recomenda ações como:

- Análise Populacional: realizar análises baseadas em dados populacionais em vez de suposições;
- Cobertura Universal de Saúde;
- Fortalecimento dos Sistemas de Saúde: reforçar sistemas de saúde e a força de trabalho;
- Educação Sexual Compreensiva: assegurar a alfabetização em SSR e educação sexual abrangente;
- Financiamento dos Cuidados de Saúde: melhorar o financiamento dos cuidados de saúde;
- Coordenação e Ação Coletiva: fortalecer a coordenação e a ação coletiva; e
- Políticas de Saúde: fazer links através da saúde em todas as políticas.

O documento conclui que o desenvolvimento humano e a resiliência em um mundo dinâmico dependerão da plena realização dos direitos sexuais e reprodutivos para todos, e reforça a importância de um compromisso contínuo e ações coordenadas para enfrentar os desafios futuros. Essa abordagem visa sustentar, renovar e acelerar os compromissos da *ICPD* em um mundo em transformação radical, oferecendo discussões sobre o futuro da população, desenvolvimento e a SSR.

3. O futuro dos dados populacionais³



Este terceiro artigo explora as mudanças nos sistemas de dados populacionais desde 1994 e suas perspectivas futuras. Destaca-se o progresso e a modernização dos censos de população e habitação, a importância dos programas de pesquisa domiciliar, e os desafios persistentes em sistemas de registro civil e gestão de identidade. Também aborda a crescente utilização de fontes de dados alternativas, como rastros digitais e dados gerados por cidadãos. Identifica lacunas persistentes na disponibilidade e qualidade dos dados e os desafios sistêmicos dos sistemas estatísticos nacionais. Recomenda acelerar a transição para sistemas integrados de dados populacionais, desenvolver uma governança de dados baseada em direitos, expandir o financiamento para dados e estatísticas, e abordar desigualdades na capacidade estatística. A ênfase é colocada na necessidade de governança de dados e investimentos para preparar a próxima geração de cientistas de dados populacionais, visando atender às necessidades de informação e proteção de dados no futuro.

Este artigo possui 40 páginas e está dividido em cinco seções principais. Nele é abordada a evolução dos sistemas de dados populacionais desde 1994, destacando os avanços nos censos de população e habitação, a importância dos programas de pesquisa domiciliar, os desafios nos sistemas de registro civil e gestão de identidade, e o uso crescente de fontes de dados alternativas.

Nos últimos trinta anos, houve um progresso significativo na modernização dos censos de população e habitação. Países de alta e média renda, especialmente europeus, têm avançado na utilização de registros administrativos para substituir os métodos tradicionais de enumeração de campo, visando reduzir custos e melhorar a eficiência. No entanto, nos países de baixa renda, onde as infra estruturas de dados administrativos ainda são limitadas, os censos baseados em campo continuarão a ser fundamentais até 2030.

Os programas de pesquisa domiciliar, como o [World Fertility Survey](#), o [Demographic and Health Surveys \(DHS\)](#), e o [Multiple Indicator Cluster Surveys \(MICS\)](#), desempenham um papel crucial na geração de dados mais frequentes e detalhados sobre diversos indicadores de população, saúde e desenvolvimento, especialmente em países de baixa e média renda. Esses programas têm sido fundamentais para preencher lacunas de dados e fornecer informações comparáveis a nível internacional.

Os sistemas de registro civil e gestão de identidade são essenciais para o monitoramento em tempo real das dinâmicas populacionais e para a documentação de eventos vitais. No entanto, há desafios significativos, como o sub-registro de nascimentos e mortes, especialmente em países de baixa renda. A falta de investimento em registro de casamento e divórcio também é um problema persistente, impactando negativamente a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Há um crescente interesse no uso de fontes de dados alternativas, como rastros digitais e dados gerados por cidadãos, para complementar os dados tradicionais de censos e pesquisas domiciliares. Essas fontes alternativas oferecem oportunidades para melhorar a cobertura e a tempestividade dos dados, embora existam desafios relacionados à privacidade, qualidade e governança dos dados.

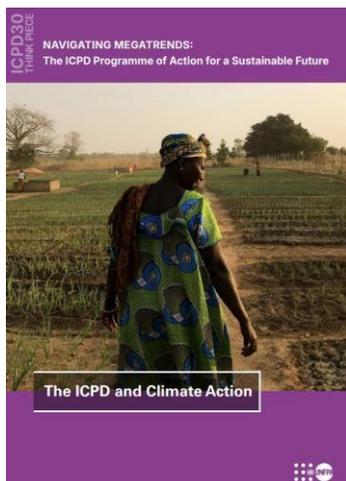
Persistem lacunas significativas na disponibilidade e qualidade dos dados, além de desafios sistêmicos nos sistemas estatísticos nacionais. A pressão para obter dados mais frequentes e detalhados têm implicações fiscais e logísticas significativas, exigindo maiores tamanhos de amostra e maiores custos operacionais.

O documento recomenda:

- Acelerar a transição para sistemas integrados de dados populacionais;
- Desenvolver uma governança de dados baseada em direitos;
- Expandir o financiamento para dados e estatísticas;
- Abordar desigualdades na capacidade estatística.

A ênfase está na necessidade de uma governança robusta de dados e investimentos para preparar a próxima geração de cientistas de dados populacionais. A governança de dados e os investimentos são cruciais para garantir a qualidade, acessibilidade e proteção dos dados populacionais. É necessário um enfoque nos direitos dos dados e em investimentos para desenvolver a capacidade estatística em todos os níveis.

4. [ICPD e Ação Climática](#)⁴



O quarto artigo discute que o que era então referido como “alterações climáticas” em 1994, no *ICPD*, evoluiu para a “crise climática” de hoje, e é agora reconhecida como a ameaça existencial do nosso tempo.

Os recentes aumentos do aquecimento global não têm precedentes na história da humanidade, causando o derretimento das calotas polares, o aumento do nível do mar, o aquecimento e a acidificação dos oceanos e o aumento da frequência, duração e intensidade de eventos climáticos adversos.

Os cientistas concordam que entramos numa nova época geológica, o antropoceno, em que os humanos são os principais motores das mudanças na atmosfera da Terra.

Este artigo possui 36 páginas e está organizado em cinco seções principais. As últimas estimativas mostram que, se a queima de combustíveis fósseis e as correspondentes emissões de carbono não forem drasticamente reduzidas, atingiremos um aumento de 3,2°C na temperatura mundial até ao final do século. Aproximadamente 50 a 75% da população mundial poderá estar exposta a períodos de condições climáticas potencialmente fatais devido ao calor e à umidade extremas.

A crise climática já está perturbando os sistemas sociais, econômicos e naturais, pressionando a disponibilidade de água, a produção de alimentos, os transportes e as infraestruturas urbanas, bem como a biodiversidade e a saúde humana. Exemplos de impactos devastadores já foram registrados em vários locais. Na África Ocidental e Central, o aquecimento global continua a agravar as secas, a desertificação, as inundações, a insegurança alimentar, o deslocamento humano, a agitação social e a insegurança. Os impactos climáticos nos grandes agrossistemas semiáridos estão dificultando a sustentação dos meios de subsistência, especialmente para aqueles que dependem diretamente da agricultura. O aumento da seca levou a uma escalada da concorrência pelas pastagens, aumentando o stress hídrico e a insegurança alimentar, fatores de risco para conflitos; na verdade, a região alberga atualmente 7 dos 13 países com conflitos de média intensidade.

Outros pontos críticos climáticos incluem muitos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, uma vez que a subida do nível do mar e os fenômenos meteorológicos extremos, como os ciclones, representam riscos existenciais para estas nações insulares. As consequências da crise climática amplificam as desigualdades, como a desigualdade de gênero, e contribuem para o trauma social que aumenta as vulnerabilidades e a violência, particularmente contra mulheres e meninas.

A crise climática terá um impacto em todos, afetando tanto as gerações presentes como as futuras, para com as quais as pessoas hoje têm uma obrigação moral. Embora nenhum indivíduo, país, sistema ou setor seja totalmente poupado das consequências das crises climáticas, os impactos climáticos são grosseiramente desiguais, dentro e entre os países. Os países de baixa e média renda que menos contribuíram para as emissões de carbono são os mais severamente afetados pela crise climática e são menos capazes de arcar com os custos e implementar as estratégias necessárias de adaptação e resiliência para prevenir e recuperar de perdas e danos. Entre os grupos de pessoas, as mulheres pobres e as populações marginalizadas suportam o maior peso. Em todo o mundo, os indivíduos estão sendo privados do seu direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável, do qual um clima seguro e estável é um elemento chave.

O documento recomenda:

- Direitos humanos e inclusão - as políticas de adaptação climática, mitigação e resiliência devem refletir os princípios dos direitos humanos, dispendo sobre igualdade de gênero e justiça social, garantindo que todas as populações (com maior atenção aos mais afetados pela crise climática e menos capazes de enfrentá-la);
- Direito ao desenvolvimento - o crescimento econômico no contexto do desenvolvimento sustentável e do progresso social necessita de um crescimento amplo que proporcione oportunidades iguais para todos os indivíduos;
- Empoderamento e inclusão das mulheres - a importância da participação igualitária das mulheres na vida civil, vida cultural, econômica, política e social, e de erradicar todas as formas de discriminação em razão do gênero;
- Direito à saúde - todos os indivíduos têm o direito de desfrutar do mais alto padrão de saúde física e mental, bem como acesso universal aos serviços de saúde;
- Saúde e direitos sexuais e reprodutivos - todos os indivíduos devem ter a capacidade de controlar sua própria fertilidade;

- Proteger os direitos de todos: crianças e jovens, idosos e as futuras gerações - importância de investir em educação para os jovens e a importância de proteger os direitos das gerações futuras;
- Promover padrões sustentáveis de produção e consumo;
- Proteger pessoas em movimento - os países devem fornecer tratamento adequado e serviços de bem-estar social para os migrantes, protegendo ao mesmo tempo os seus direitos humanos fundamentais;
- Construir cidades sustentáveis - dar especial atenção à gestão da água, dos resíduos e do ar, bem como à sistemas de energia e transportes ambientalmente saudáveis;
- Aproveitar o poder dos dados para informar a ação climática - dados válidos, confiáveis, oportunos, culturalmente relevantes e internacionalmente comparáveis formam a base para o desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas e programas.

5. Um futuro digital seguro⁵



O quinto e último artigo discute que, desde 1994, o mundo tem vivido uma transformação digital que oferece um grande potencial para acelerar e revolucionar o progresso rumo ao cumprimento do Programa de Ação da ICPD. Para que estas tecnologias promovam o progresso, no entanto, é fundamental ter em conta as formas como a tecnologia digital pode melhorar as agendas de desenvolvimento e representar riscos e danos potenciais. Ao examinar a concepção, a implementação e os modelos de negócio das tecnologias digitais, este artigo de reflexão mapeia recomendações baseadas em evidências para mitigar os danos e aumentar os benefícios através da segurança desde a concepção, inclusão digital e governação, capitalizando a tecnologia digital para o Programa de Ação cumprir e preparar-se para o futuro.

Este artigo possui 48 páginas e está dividido em três partes. A primeira seção descreve a dicotomia entre inovação e danos nas tecnologias digitais que podem apoiar os resultados do desenvolvimento. Uma segunda seção revela a concepção, a implantação e os modelos de negócio da tecnologia para apoiar adequadamente intervenções e regulamentação baseadas em evidências para colher dividendos digitais. A seção final reúne a amplitude de evidências para identificar recomendações inclusivas para preparar um Programa de Ação para o futuro

As tecnologias digitais aceleraram a globalização, transformaram a educação e os mercados de trabalho, e mudanças nos estilos de vida, na gestão da saúde, nas interações sociais e no envolvimento social. Elas ampliam as oportunidades para que as pessoas, em toda a sua diversidade, partilhem e reúnam conhecimentos, tenham acesso à educação e a oportunidades econômicas, participem em debates democráticos, construam comunidades, tenham poder e resistência, exerçam seus direitos e partilhem as suas vozes e interesses. A tecnologia segura e ética ajuda a respeitar, proteger e promover os direitos de todas as pessoas, que estão no cerne do Programa de Ação e desenvolvimento.

No contexto das principais áreas do Programa de Ação da *ICPD* e das tendências globais, o documento destaca a dicotomia entre a tecnologia como inovação e os riscos e danos associados que devem ser abordados para garantir a proteção, respeito, promoção dos direitos humanos e igualdade.

Fatores que afetam o acesso e uso de tecnologias: disponibilidade; acessibilidade; barreiras socioculturais; riscos de privacidade, segurança, confiança e segurança; e relevância dos conteúdos, aplicações e serviços digitais. A fim de superar estas questões, o documento recomenda:

- Inclusão digital - todos os usuários podem acessar a tecnologia e estão equipados para navegar com segurança;
- Segurança desde o projeto de desenvolvimento;
- Regulação - leis e regulamentos para proteger os direitos dos utilizadores e evitar o aprofundamento da discriminação e da marginalização;
- Prevenção - ainda que os esforços de resposta sejam importantes, a prevenção de fatores que contribuem para a marginalização, a discriminação e a violência devem ser abordados.

Preparar-se para o futuro significa ser capaz de compreender e desenvolver continuamente soluções e abordagens em antecipação ao futuro. Para garantir que o progresso no Programa de Ação seja contínuo, é fundamental estar preparado para o futuro contra os danos associados ao mundo digital.

Considerações finais

O trigésimo aniversário da *ICPD* acontece em um momento de múltiplas crises, impulsionadas pelas mudanças climáticas, bem como por conflitos e polarização política. Desde 1994, emergências humanitárias se multiplicaram e se intensificaram. Números e dados estão mudando, marcados por conflitos armados e desastres naturais e por taxas históricas de urbanização em um processo que está remodelando as sociedades.

Em suma, as tendências demográficas estão variando como nunca antes; alguns países e regiões são muito jovens, enquanto outros estão envelhecendo rapidamente. A internet, a inteligência artificial (IA) e outras tecnologias transformaram todos os aspectos da vida e da interação humana, mas também alimentam frustrações e ampliaram divisões. Embora as escolhas individuais tenham crescido, as desigualdades permanecem profundamente enraizadas nas estruturas sociais, econômicas e políticas. A igualdade de gênero ainda é um grande desafio para o progresso. A crescente desconfiança nas instituições diminuiu a coesão social, enquanto as tensões geopolíticas enfraqueceram o compromisso com o multilateralismo.

No entanto, ao pensar no futuro, os governos e formuladores de políticas podem e devem se orientar por escolhas que mitiguem riscos, criam resiliência e realizam a promessa de um desenvolvimento sustentável e centrado nas pessoas.

Referências

1. United Nations Population Fund. Demographic Change and Sustainability - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/1.%20Demographic_Change_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB.pdf

2. United Nations Population Fund. The Future of Sexual and Reproductive Health and Rights - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponible en: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2.%20SRHR_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB_V2%20%281%29.pdf
3. United Nations Population Fund. The Future of Population Data - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponible en: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/3.%20Population_data_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB.pdf
4. United Nations Population Fund. The ICPD and Climate Action - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponible en: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/4.%20Climate_Action_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB.pdf
5. United Nations Population Fund. A Safe Digital Future - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponible en: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/5.%20Digital_Future_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB%20%281%29.pdf

Revisitando o papel das cidades na transformação dos sistemas alimentares: a agricultura urbana e periurbana na transformação dos sistemas alimentares

*Eduardo Nilson
Denise Oliveira*

Resumo: Nesse informe retomamos a discussão do papel das cidades na transformação dos sistemas alimentares, mediante o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. O tema vem sendo abordado pela FAO e na Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas e, com o novo relatório do Painel de Alto Nível de Especialistas ligado ao Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da FAO, é fortalecido o papel central das cidades e seus entornos, onde vive a maioria da população mundial, na transformação dos sistemas alimentares, ligando o campo à cidade e garantindo a alimentação saudável às pessoas.

Segundo dados da FAO, atualmente, mais de 60% da população no mundo reside em áreas urbanas e devemos alcançar quase 70% até 2050, enquanto quase 80% dos alimentos produzidos são destinados ao consumo nas cidades. Não temos estimativas atualizadas, mas, em 1996, cerca de 800 milhões de pessoas pelo mundo estavam envolvidas na agricultura urbana e periurbana, das quais um terço estavam em países em desenvolvimento, o que reforça a necessidade de considerar um papel ampliado e ativo das cidades dentro dos sistemas alimentares.

Nesse contexto, as cidades possuem um papel maior do que a imagem passiva e coadjuvante de mero mercado consumidor de alimentos, na medida em que a agricultura urbana e periurbana representam importantes oportunidades para apoiar a transformação dos sistemas alimentares e a contribuir para a resiliência no suprimento alimentar das cidades.

Cada vez mais o meio urbano não deve mais ser visto como oposto do rural, mas como um lócus privilegiado de transformação dos sistemas alimentares, complementando as mudanças que são necessárias também no meio rural. Os espaços urbanos e periurbanos possuem, assim, uma vocação natural para construção de circuitos curtos de produção e acesso a alimentos com maior diversidade e produzidos de forma mais sustentável e reduzindo perdas.

Dessa maneira, o desafio de lidar com os impactos da crescente urbanização que não deve ser desvinculada da agenda dos sistemas alimentares e de enfrentamento da crise alimentar global, servindo também como oportunidade para enfrentar a pobreza e as desigualdades, aumentando a resiliência das comunidades e a inclusão social e fomentando modos de vida mais sustentáveis e saudáveis.

Lembrando, sistemas alimentares hegemônicos estão entre as maiores causas das crises atuais, com a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas e, dessa forma, não podem estar no centro das soluções. Suas consequências negativas incluem, para além da perda da diversidade agrícola e alimentar e impactos ambientais, os efeitos mais observados nas cidades, como o crescimento das doenças crônicas não-transmissíveis associadas à alimentação e o aumento das desigualdades.

A partir dessa nova perspectiva, os modelos de produção de alimentos, tanto no campo quanto nas cidades, devem estar baseados nos direitos humanos, na inclusão e na sustentabilidade, com uma governança forte e protegida, ampla participação da sociedade civil e pequenos produtores e responsabilização das agências e dos governos nacionais.

A FAO e a agricultura urbana e periurbana

A agricultura urbana e periurbana não representa um conceito novo, mas tem tido crescente interesse nela por parte das agências internacionais. Um exemplo foi o seu reconhecimento como prioridade pela FAO, em 2019, com o lançamento de um documento sobre a agenda global de alimentação urbana (*FAO framework for the Urban Food Agenda*), com o objetivo de impulsionar a ação de governos na melhoria da nutrição e da garantia de sistemas alimentares sustentáveis nos espaços urbanos e periurbanos (Food and Agriculture Organization (FAO), 2019). Esse documento traz importantes princípios orientadores para as políticas, que incluem a construção de sinergias entre o rural e o urbano, a garantia da inclusão social e da equidade (trazendo para dentro da agenda o lema dos ODS de “não deixar ninguém para trás”), a garantia de resiliência e sustentabilidade e a necessidade de conexões e interconexões entre os sistemas alimentares, trazendo perspectivas integradas.

Para isso, a FAO propõe um programa de trabalho abrangente para ações na alimentação urbana, reforçando políticas urbanas e territoriais transformadoras. Este programa visa fortalecer sistemas alimentares locais sustentáveis, promover o planejamento integrado e criar mecanismos inclusivos de governança. As iniciativas incluem o fortalecimento de cadeias curtas de produção e consumo conectadas a compras públicas, a geração de empregos e negócios inovadores e sustentáveis, o aumento do acesso a alimentos e espaços verdes, a otimização de cadeias de produção e consumo de alimentos e de bioeconomia circular para reduzir perdas de alimentos, e o desenvolvimento de iniciativas baseadas em evidências para melhorar a governança das políticas.

Além disso, a FAO reconhece a importância da agricultura urbana e periurbana em diversos documentos e iniciativas, incluindo a seleção de heróis locais e boas práticas no âmbito dos sistemas alimentares. No entanto, é necessário fortalecer ainda mais essa agenda transformadora, especialmente para aumentar a responsabilização de governos nacionais e locais no fomento de um novo modelo de participação das cidades nos sistemas alimentares, mediante compromissos e metas, apoio técnico e cooperação. Por exemplo, apesar de frequentemente mencionada, essa agenda ainda tem pouco espaço para discussão, pactuação, financiamento e apoio técnico e científico em comparação com as iniciativas ligadas aos sistemas alimentares hegemônicos, focadas em culturas agrícolas de maior rentabilidade, o que fragiliza os pequenos agricultores, tanto no meio rural quanto nos espaços urbanos e periurbanos.

Na sequência, a FAO também publicou um guia de recursos para a agricultura urbana e periurbana, baseada em evidências e em experiências locais, para apoiar a implementação e políticas de produção, incluindo iniciativas de hortas caseiras e comunitárias, produção comercial de vegetais, gado e peixe e cultivo de alimentos em instituições e abordando desde práticas produtivas e uso da terra e da água até questões financeiras e de mão-de-obra, como como marketing, publicidade e comercialização dos produtos (FAO, 2022).

Essa agenda também está refletida nas discussões da Cúpula de Sistemas Alimentares, como parte da implementação da nova Agenda Urbana (Food and Agriculture Organization (FAO), 2022), considerando o impacto da urbanização sobre os sistemas alimentares e a necessidade de construção e

idades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Nesse sentido, uma possibilidade de desenvolvimento mais efetivo é representada pela criação de uma Coalisão de sistemas alimentares urbanos sustentáveis e inclusivos, em que participam governos nacionais, a FAO e outros parceiros, para aumentar a informação sobre o tema, conectar parceiros, preencher lacunas na governança das políticas, integrar os sistemas alimentares urbanos no planejamento territorial, além de servir como plataforma de compartilhamento de experiências.

Contudo, assim como observado no âmbito das iniciativas da FAO, bem como nas críticas à Cúpula, ainda é frágil o nível de comprometimento e responsabilização dos governos e há grande desequilíbrio de atenção, prioridade, recursos e conhecimentos em relação aos modelos de produção de alimentos baseados em no cultivo em larga escala de *commodities* agrícolas e no ultraprocessamento industrial de alimentos, assim como a falta de participação de diversos representantes da sociedade civil nesses processos globais.

As cidades na agenda no Comitê de Segurança Alimentar

Essa importância das cidades na verdadeira transformação dos sistemas alimentares foi reforçada como tema de grande relevância na assembleia de 2022 do Comitê de Segurança Alimentar (CSA), em que se destacou que a crescente urbanização deve ser acompanhada pela reorientação da agricultura urbana e periurbana e que a perda das oportunidades de uso dessas terras gradualmente levou a um desacoplamento geográfico das áreas urbanas da produção de alimentos, aumentando inclusive os riscos de insegurança alimentar e nutricional (Committee on World Food Security (CFS), 2022).

Nessa assembleia, foi reforçado que o distanciamento entre o meio urbano e a produção, com a continuidade da visão desatualizada das cidades como locais de consumo e do campo como produtor, alterou significativamente os sistemas alimentares. Uma das mudanças trazidas com esse modelo foi o aumento do número de intermediários entre a produção e o consumo, inclusive no processamento dos alimentos. Como resultado, houve crescentes distorções nos preços dos alimentos: os alimentos básicos, in natura e minimamente processados aumentaram de preço, enquanto, por efeito perverso dos sistemas alimentares hegemônicos, os preços dos produtos ultraprocessados tendem a diminuir. Esses produtos ultraprocessados se tornam alternativas mais acessíveis, principalmente para populações mais vulneráveis, substituindo os alimentos tradicionais e criando desertos e pântanos alimentares, onde o acesso aos alimentos saudáveis é mínimo nos territórios. Dessa forma, são ameaçadas a soberania alimentar, a segurança alimentar e a saúde das populações, juntamente com a cultura alimentar local.

Em contraposição a esse modelo, a agricultura urbana e periurbana incorpora muitos componentes essenciais para a transformação dos sistemas alimentares, promovendo circuitos curtos de produção e consumo, baseados na diversidade de alimentos e com a possibilidade de incorporar modos de cultivo mais sustentáveis e resilientes. Assim, essas práticas possuem grande potencial para gerar impactos positivos na diversidade alimentar, na qualidade dos espaços urbanos e no empoderamento das comunidades. No entanto, reconheceu-se que tais iniciativas ainda são pouco incentivadas e apoiadas, além de enfrentarem limitações associadas à regulamentação do uso de áreas urbanas e à competição com outros usos da terra, o que limita as oportunidades de produção local.

Dentre as recomendações políticas do CSA em relação à temática da produção urbana e periurbana de alimentos, reconhecendo sua relação com os ODS 1, 2, 10 e 11 e a necessidade de fortalecer

estratégias de segurança alimentar e nutricional que perpassem a cidade e o campo, em seus contextos e necessidades específicas, destacam-se:

(i) tornar os sistemas alimentares urbanos e periurbanos mais equitativos e acessíveis aos atores sociais e mais efetivos em termos da garantia da segurança alimentar e nutricional;

(ii) aumentar a resiliência das cadeias de produção, abastecimento e consumo de alimentos no meio urbano, incluindo a economia e os trabalhadores formais e informais;

(iii) mudar o planejamento urbano para apoiar todas as dimensões da segurança alimentar e nutricional, garantir a realização do direito humano à alimentação adequada e a sustentabilidade da produção e consumo, especialmente às populações mais vulneráveis;

(iv) aumentar a sustentabilidade, autossuficiência relativa e a resiliência das cidades em relação à segurança alimentar e nutricional, com apoio dos governos nacionais e municipais;

(v) desenhar políticas mais adequadas para tratar do contínuo entre o rural e o urbano, incluindo questões de posse de terras, crescimento urbano sobre terras cultiváveis, migração rural e crescente competição por recursos naturais; e

(vi) mapear os potenciais benefícios e desafios dos mercados territoriais para fortalecer a segurança alimentar e nutricional em áreas urbanas.

Outros compromissos globais: o Fórum de Milão

Além das recomendações do CSA, que devem ser incorporadas às agendas da FAO em particular, mas também articuladas às demais agências que atuam na agenda de sistemas alimentares, vale lembrar a continuidade da iniciativa global de caráter mais descentralizado representada pelo Fórum Global de Milão para o Pacto Global de Política Alimentar Urbana, estabelecido por uma rede global de prefeitos (Milan Urban Food Policy Pact, 2022). As atividades desse Fórum se organizam em torno de seis eixos temáticos: governança, dietas sustentáveis e nutrição, equidade social e econômica, produção e alimentos, oferta e distribuição de alimentos e perdas de alimentos que se articulam entre si, reforçando a responsabilidade governamental, a abordagem de direitos e a ampla participação popular, visando reduzir desigualdades e garantir inclusão, sustentabilidade e resiliência em nível local.

Em 2022, a reunião realizada no Rio de Janeiro teve como tema “Comida para alimentar a justiça climática: soluções de alimentação urbana para um mundo mais justo”. Como o tema traz com clareza, a base em direitos, a inclusão e a sustentabilidade estão no centro da agenda reforçam a importância da agricultura urbana e periurbana como instrumento de transformação local com impactos nacionais e globais, contemplando a produção, a distribuição e o consumo na perspectiva da cultura alimentar e da biodiversidade.

Já em 2024, em Copenhague, o tema do Fórum foi “O Poder das Compras Públicas de Alimentos”, reforçando as articulações da produção urbana e periurbana de alimentos com políticas públicas, com destaque para a alimentação escolar. Nesse contexto, em ambas as reuniões se reforça o apoio a modelos alternativos de produção como a agroecologia, à construção e manutenção de espaços de comercialização dos produtos, como as feiras de agricultores, e a vinculação entre a produção e políticas públicas.

O novo relatório do HPLE/CSA

Conforme abordamos em informes anteriores, o Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE) é a interface entre a ciência e as políticas do Comitê das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial (CSA), que é a principal plataforma internacional e intergovernamental dedicada à segurança alimentar e nutricional (SAN).

Reconhecendo a importância crescente da SAN urbana e periurbana e da agricultura nessas áreas, o CSA definiu que era necessária uma análise aprofundada dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos para garantir que o direito à alimentação, e a SAN em todas as suas seis dimensões. Para esse fim, em 2020, solicitou que o Painel de Alto Nível de Especialistas desenvolvesse um relatório culminando em um conjunto de recomendações políticas focadas e orientadas para a ação sobre o fortalecimento dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos no contexto da urbanização e transformação rural, como um meio chave para alcançar a visão do CSA, bem como o ODS 2 e uma série de outros ODS, incluindo os ODS 1, 10 e 11.

O relatório, denominado “Fortalecendo os sistemas alimentares urbanos e periurbanos para alcançar a segurança alimentar e nutricional no contexto da urbanização e da transformação rural” (*“Strengthening urban and peri-urban food systems to achieve food security and nutrition, in the context of urbanization and rural transformation”*) destaca que, tendo em vista que a maior parte dos alimentos que alimentam as cidades vem de além das fronteiras locais, é essencial considerar o espectro mais amplo de logística, transporte, processamento, atacado e varejo (HPLC/CFS, 2024).

A partir disso, o relatório buscou trazer uma visão abrangente dos sistemas alimentares em áreas urbanas e periurbanas, suas forças e seus desafios, bem como sua relação com os ambientes alimentares, ou seja, o contexto institucional, econômico e social no qual os consumidores urbanos tomam decisões sobre alimentos. Assim, as cidades estão surgindo como centros de inovação em políticas alimentares, demonstrando seu potencial para transformar sistemas alimentares mais amplos, em que a ação dos municípios deve ser desenvolvida em sincronia com a governança nos níveis regional e nacional e o documento pede uma mudança na governança dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos.

Na cerimônia de lançamento, foi, ainda, destacado que o processo de formulação, a exemplo dos demais relatórios do HLPE-FSN, o relatório sobre a agricultura urbana e periurbana foi desenvolvido através de um processo científico, transparente e inclusivo que envolve amplas consultas e integra diversas formas de conhecimento e expertise, seguido por um rigoroso processo de revisão por pares.

Em sua introdução, o relatório lembra que, mais de 60% da população mundial vive em áreas urbanas e a rápida urbanização está causando mudanças nas geografias. Atualmente, 1,7 bilhão das 2,2 bilhões de pessoas no mundo que experimentam insegurança alimentar moderada ou severa vivem em áreas urbanas e periurbanas ou seja, 76% da população (40% nas zonas urbanas e 3% nas periurbanas). O documento reforça, ainda, que embora as áreas urbanas tenham uma menor prevalência de desnutrição crônica em comparação com as áreas rurais, uma maior desagregação das áreas urbanas pela pobreza mostra que os pobres urbanos têm taxas muito altas de desnutrição crônica, tão altas quanto aquelas nas áreas rurais.

Isso demonstra que a capacidade dos residentes nas áreas urbanas e periurbanas de realizar seu direito à alimentação é um desafio crítico, particularmente no contexto das mudanças climáticas,

instabilidade política, aumento da desigualdade, conflitos internos e crescimento rápido das populações urbanas. Para somar a essa situação e agravantes, as políticas nacionais de SAN e sistemas alimentares têm frequentemente negligenciado a segurança alimentar e nutricional urbana e periurbana, além de ignorarem o papel dos governos locais na formação dos sistemas alimentares e dos resultados da SAN. Há, portanto, uma necessidade urgente de redirecionar as políticas e investimentos em segurança alimentar e sistemas alimentares para enfrentar esse crescente desafio.

Diante desse cenário, o CSA solicitou que o painel de especialistas explorasse as questões em torno da urbanização e da transformação rural e suas implicações para a SAN. Segundo o Painel, o direito humano à alimentação foi princípio norteador do desenvolvimento do relatório, garantindo que todas as análises e recomendações fossem fundamentadas na necessidade fundamental de garantir alimentos adequados e acessíveis para todos, sem comprometer a sustentabilidade social e ambiental de sua produção.

À luz desses objetivos, o relatório teve como seus principais objetivos:

I- avaliara a situação existente e identifica os principais gargalos para alcançar a segurança alimentar e nutricional em áreas urbanas e periurbanas

II- destacar as conexões entre os sistemas alimentares urbanos e periurbanos e outros sistemas, como água, energia e mobilidade, e seu impacto na conquista da segurança alimentar e nutricional;

III- investigar as maneiras pelas quais os sistemas alimentares urbanos e periurbanos podem ser transformados e tornados mais equitativos, acessíveis, sustentáveis e resilientes por meio de intervenções nas atividades do sistema alimentar e nos ambientes alimentares; e

IV- apresentar recomendações políticas que levam em conta múltiplos atores e alavancas políticas.

Para tanto, o relatório inclui oito capítulos. O Capítulo 1 fornece a justificativa para focar em áreas urbanas e periurbanas, explica os fundamentos conceituais do relatório e apresenta a teoria da mudança para a ação. O capítulo demonstra que mais de três quartos da população mundial em situação de insegurança alimentar vive em áreas urbanas e periurbanas e descreve a importante influência que estruturas de poder formais e informais, políticas e legislações têm na insegurança alimentar urbana e periurbana, levando os residentes urbanos a terem diferentes níveis de realização do direito à alimentação e acesso desigual aos serviços e infraestrutura urbana. Além disso, o capítulo descreve a necessidade de reforçar o direito fundamental à alimentação e o direito à cidade – significando o acesso equitativo e inclusivo a bens e serviços para uma vida digna – como essenciais para enfrentar o acesso desigual aos alimentos. Dado que a insegurança alimentar em áreas urbanas e periurbanas é moldada por processos econômicos, políticos, espaciais e sociais dentro e além dessas áreas, o capítulo também destaca a necessidade de intervenções específicas projetadas e implementadas por governos nacionais e locais.

O Capítulo 2 demonstra como o processo de urbanização molda a segurança alimentar, escolhas alimentares, nutrição e governança dos sistemas alimentares em áreas urbanas e periurbanas. O capítulo destaca também a importância de entender o contexto de uma determinada área urbana ou periurbana em termos de localização, tamanho e grau de informalidade ao desenvolver respostas políticas e de governança. A partir disso, chama atenção particular para as maneiras como as áreas urbanas e

periurbanas concentram vulnerabilidades em várias dimensões que impactam a segurança alimentar, incluindo desafios relacionados ao clima, conflitos e desigualdade. Como consequência, o texto destaca que a melhoria da resiliência urbana e periurbana como um ponto de entrada crítico para melhorar a SAN nessas áreas.

O Capítulo 3 delinea os desafios e oportunidades apresentados pelas principais atividades do sistema alimentar urbano e periurbano para melhorar a segurança alimentar e nutricional nessas áreas. Para isso, aborda uma série de atividades tais como a produção e comércio de alimentos; as atividades da cadeia de suprimentos a montante, incluindo transporte, logística, processamento e atacado; as atividades mais proximais ao consumo, incluindo o varejo e serviços; e as perdas e desperdícios de alimentos. Dado que os sistemas alimentares urbanos e periurbanos incluem elementos, atividades e atores operando dentro e além dessas áreas (desde as zonas rurais até países distantes), eles são complexos de governar. O capítulo destaca a importância de manter a diversidade dos sistemas alimentares, incluindo componentes tradicionais e informais, para garantir a resiliência do sistema alimentar e a segurança alimentar e nutricional. Isso requer a identificação e gestão tanto de sinergias quanto de *trade-offs* (por exemplo, entre segurança alimentar e nutricional e acessibilidade dos alimentos) entre esses diversos componentes.

O Capítulo 4 aborda os ambientes alimentares para demonstrar como os padrões de consumo alimentar em áreas urbanas e periurbanas são moldados pelas interações do sistema alimentar com outros sistemas, incluindo habitação, água e energia, e pelo status socioeconômico. As dietas e estratégias de obtenção de alimentos nessas áreas variam significativamente, não apenas segundo renda, mas também por outras características individuais e domésticas. O capítulo demonstra que os fatores que moldam a escolha alimentar dentro dos ambientes alimentares urbanos e periurbanos vão além das questões do sistema alimentar e, portanto, requerem um conjunto mais amplo de intervenções. Por exemplo, devem ser incluídos fatores como a falta de tempo, a pobreza de energia e as deficiências de infraestrutura, bem como a estabilidade do emprego e do sustento dos domicílios.

O Capítulo 5 fornece dados sobre o estado da SAN nas áreas urbanas e periurbanas, apresentando esses resultados como consequências das questões sistêmicas abordadas nos capítulos 1 a 4. Ao destacar a alta prevalência de insegurança alimentar e desnutrição em áreas urbanas e periurbanas, demonstra que a insegurança alimentar é distribuída de forma desigual dentro das áreas, com favelas e áreas periurbanas tendo a maior incidência e mulheres, crianças, grupos étnicos marginalizados e migrantes que são mais desproporcionalmente afetados. Dessa forma, os maiores desafios de segurança alimentar se concentram nas áreas pobres das áreas urbanas e periurbanas. Além disso, o capítulo reforça que, embora as dietas urbanas sejam tipicamente mais diversificadas do que as dietas rurais, elas são caracterizadas por um maior consumo de produtos ultraprocessados e de refeições fora de casa.

Considerando as conclusões apresentadas nos capítulos anteriores, o Capítulo 6 fornece uma análise dos desafios e oportunidades de governança associados à SAN nas áreas urbanas e periurbanas. Nesse sentido, devido à natureza complexa dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos, é essencial trabalhar por meio de processos de governança multinível, multissetorial, multilateral e de múltiplos atores, dentro e além do Estado. Isso pode incluir, por exemplo, governos nacionais desenvolvendo estratégias conjuntas de segurança alimentar e nutricional com governos locais, bem como criando grupos de trabalho alimentares intersetoriais no nível do governo local e conselhos de políticas alimentares. Para essa implementação, é destacada, no capítulo, a necessidade de respostas de

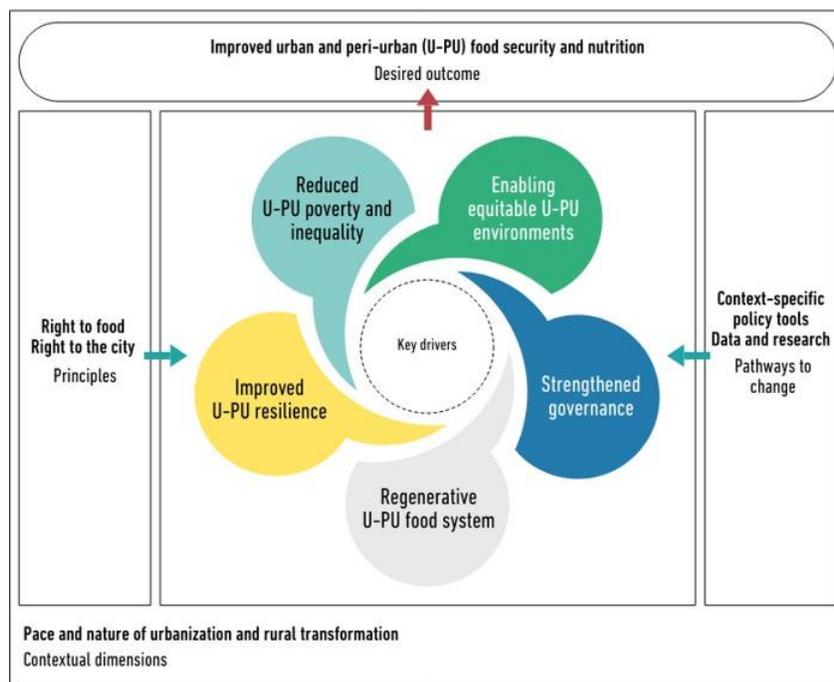
governança para esses contextos e de ter um cuidado especial para evitar reforçar as assimetrias de poder comuns em plataformas de participação dos múltiplos atores.

O Capítulo 7 apresenta seis grupos de instrumentos políticos, que, quando combinados, podem formar estratégias integradas: as políticas regulatórias; as ferramentas fiscais; os instrumentos de transferência; as políticas de mercado; os investimentos; e as políticas de mudança de comportamento visando mudar as preferências e decisões da população. O capítulo fornece exemplos de boas práticas em governança alimentar urbana. Esses instrumentos políticos fornecem os pontos de entrada de governança que enquadram as recomendações do relatório no Capítulo 8.

A teoria da mudança do relatório é um aspecto essencial a ser destacado nesse relatório, que se baseia na argumentação de que, no contexto da urbanização e transformação rural, melhorar a segurança alimentar e nutricional urbana e periurbana em todas as suas seis dimensões requer abordar os fatores que mobilizam os sistemas alimentares (*seus drivers*), bem como outros sistemas e fatores que interagem para os resultados da SAN. A direção da mudança em cada um desses motores deve ser informada pelos princípios do direito à alimentação e do direito à cidade.

Conforme ilustra a Figura 1, há cinco fatores de mudança dentro dos contextos urbanos e periurbanos para moldar os resultados da SAN e a natureza de suas interações e a importância relativa de cada fator são específicas do contexto. Desse modo, os caminhos para a mudança devem ser baseados em ferramentas políticas integradas e informadas pelo contexto. Isso requer um compromisso com a melhoria da coleta e desagregação de dados e pesquisa para a SAN, a fim de entender melhor os motores e resultados da SAN, apoiando a tomada de decisões baseada em evidências e o monitoramento e a avaliação de políticas e programas.

Figura 1. Modelo esquemático da teoria da mudança para a melhoria da SAN nas áreas urbanas e periurbanas



Source: Authors' own elaboration.

O primeiro fator de mudança é o fortalecimento dos sistemas alimentares nas áreas urbanas e periurbanas. Dentro da teoria da mudança, as ações para fortalecer os sistemas alimentares devem então ser baseadas na construção de sistemas alimentares equitativos, justos e inclusivos; produtivos e prósperos; participativos e empoderadores; resilientes; regenerativos e respeitosos aos ecossistemas; e saudáveis e nutritivos.

O segundo fator de mudança é o desenvolvimento de ambientes urbanos e periurbanos mais equitativos. Isso implica abordar os determinantes estruturais da SAN para corrigir, no longo prazo, as desigualdades espaciais, econômicas e de infraestrutura em áreas urbanas e periurbanas que minam a SAN.

O terceiro fator de mudança é a redução da pobreza e da desigualdade para os residentes dentro das áreas urbanas e periurbanas. Isso foca em abordar os impactos imediatos das desigualdades estruturais descritas anteriormente, experimentadas no nível individual e doméstico, focando na pobreza multidimensional, na proteção social e nos meios de subsistência.

O fator de mudança é o fortalecimento da governança dos sistemas alimentares e de outros sistemas em áreas urbanas e periurbanas. As ações devem se concentrar no reconhecimento e respeito dos governos nacionais pelos mandatos dos governos locais/cidades e subnacionais na formação dos sistemas alimentares; fornecer apoio aos governos locais para permitir que eles atuem nesses mandatos; fornecer investimento para enfrentar o desafio de governos locais fracos e fragmentados; e investir em processos de governança multinível, multilateral e de múltiplos atores.

O quinto e último fator de mudança é a melhoria da resiliência urbana e periurbana, entendida como a capacidade de resistir, absorver, recuperar e reorganizar no contexto de choques e crises. O impacto dos choques e estresses é assimétrico entre pessoas e lugares, de forma que as ações para aumentar a resiliência nos sistemas alimentares e outros sistemas nessas áreas devem corrigir vulnerabilidades e impactos assimétricos ao mesmo tempo em que constroem resiliência sistêmica.

Recomendações do relatório

O relatório termina com uma extensa lista de recomendações, que abordam os diferentes componentes dos sistemas alimentares, da produção ao consumo, visando melhorar todas as dimensões da SAN urbana e periurbana e garantir acesso consistente e acessível a dietas saudáveis, particularmente em caso de choques, além de recomendações para os sistemas não ligados à alimentação, mas que afetam a SAN, a governança das ações, a inclusão da resiliência e sustentabilidade e o fortalecimento dos dados.

Isso depende diretamente do fortalecimento dos sistemas alimentares e dos sistemas não alimentares relacionados nessas áreas, o que requer abordagens adequadas de governança e políticas, informadas pelo contexto urbano e periurbano, baseadas no direito humano à alimentação e em outros direitos, como o direito à vida, saúde, água, educação e moradia adequada, que no contexto urbano podem ser articulados sob a garantia do direito à cidade. Medidas específicas devem incluir acesso a espaços para cultivo na cidade, participação pública no design e uso de espaços urbanos e a provisão de espaços públicos para vendedores de alimentos, bem como manter e aumentar a diversidade dentro dos sistemas alimentares.

No contexto dos componentes dos sistemas alimentares, iniciamos com a produção de alimentos, dentro da qual se recomenda que os governos nacionais e outros atores governamentais subnacionais

(provincial/estadual, municipal etc.), devem formular e incentivar políticas para proteger e promover a produção alimentar sustentável, aplicando princípios agroecológicos e outros métodos inovadores, em áreas urbanas e periurbanas, por meio de:

- zoneamento do uso do solo para proteger a agricultura urbana, pecuária e atividades pesqueiras;
- priorização do acesso à terra, água, inovação e tecnologia, e financiamento para projetos que apoiem os meios de subsistência urbanos, atendam às necessidades dos mais inseguros em termos alimentares e promovam práticas sustentáveis;
- apoio a sistemas territoriais e cadeias de suprimentos mais curtas para facilitar o acesso ao mercado para produtores urbanos e periurbanos e aumentar a acessibilidade de produtos frescos para os residentes nessas áreas; e
- parceria com a sociedade civil e organizações de pesquisa para fornecer serviços de extensão aos agricultores e produtores urbanos e periurbanos, promovendo práticas regenerativas e sensíveis à nutrição.

No âmbito do comércio, os governos nacionais e subnacionais devem trabalhar para garantir que as regulamentações e políticas comerciais sejam orientadas para aumentar o acesso e a acessibilidade de dietas saudáveis, com foco particular nas famílias pobres, protegendo as populações urbanas e periurbanas da crescente disponibilidade e marketing direcionado de alimentos não saudáveis (particularmente os produtos ultraprocessados) e protegendo os interesses de operadores de pequena escala e informais, por meio de ações como:

- inclusão dos governos locais nos diálogos nacionais sobre política comercial de alimentos para conscientizar sobre as necessidades específicas e contribuições dos sistemas alimentares nas áreas urbanas e periurbanas para a economia nacional e para a SAN.
- fortalecimento da capacidade dos atores de políticas alimentares urbanas para engajar com os stakeholders de políticas comerciais e de investimento.
- inclusão das implicações das políticas comerciais para os consumidores urbanos e periurbanos pobres e em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- avaliação do papel do setor informal no comércio transfronteiriço e integrar disposições na política para apoiar e proteger o comércio transfronteiriço de assédio e extorsão.

No contexto das atividades intermediárias (armazenamento, processamento, transporte e atacado) das cadeias de suprimentos alimentares urbanas, é essencial para criar políticas alimentares equitativas e eficientes que beneficiem todos os atores na cadeia de suprimentos, por meio da atuação conjunta de governos nacionais e locais e os atores do setor privado devem trabalhar para:

- incentivar o investimento tanto público quanto o privado em infraestrutura, logística, inovação e tecnologia, e capacitação no setor intermediário das cadeias de valor alimentares urbanas, particularmente para alimentos frescos e perecíveis;
- fomentar a diversidade de atores alimentares intermediários mediante mecanismos para apoiar atores de pequena escala e do setor informal, incluindo o desenvolvimento e manutenção de

infraestrutura alimentar pública (por exemplo, mercados atacadistas, tradicionais e digitais) e garantir práticas justas na cadeia de suprimentos para redistribuir valor;

- garantir que os códigos de planejamento e regulamentos dos sistemas alimentares incluam processadores informais operando em áreas urbanas e periurbanas; e

- apoiar mercados atacadistas para fortalecer conexões com pequenos produtores, aproveitando-os para aumentar o acesso a dietas acessíveis, diversificadas e saudáveis.

Para os mercados e varejo, os governos nacionais e locais, de acordo com suas respectivas funções, devem:

- fortalecer diferentes tipos de mercados e varejistas (atacadistas, tradicionais, frescos, semanais) em áreas urbanas e periurbanas para permitir o acesso a alimentos saudáveis e acessíveis e promover os meios de subsistência dos trabalhadores dos sistemas alimentares;

- proteger e sustentar os mercados tradicionais, incentivando o investimento em infraestrutura, operações, logística, inovação e tecnologia, e acesso à água e energia, e fomentando ligações mais estreitas entre mercados tradicionais e pequenos produtores de alimentos e comunidades locais;

- trabalhar com comerciantes de mercados e vendedores ambulantes para melhorar a segurança sanitária dos alimentos (i) criando um ambiente favorável (onde as autoridades locais e nacionais apoiem a segurança dos alimentos através de investimentos em infraestrutura básica, política e regulamentação, capacitação e atividades de monitoramento e vigilância); (ii) fornecendo treinamento e tecnologia apropriados para atores da cadeia de valor; (iii) proporcionando incentivos para mudança de comportamento;

- incentivar a venda de alimentos saudáveis e sustentáveis, enquanto desincentivam alimentos não saudáveis e alimentos prejudiciais ao meio ambiente, por intermédio de instrumentos fiscais e regulatórios apropriados, como impostos e subsídios, rótulos de advertência, licenças para estabelecimentos e produtos, locais de comércio preferenciais para vendedores de alimentos saudáveis e restrições de zoneamento sobre a comercialização e venda de alimentos não saudáveis;

- fornecer incentivos para o estabelecimento de pontos de venda de alimentos saudáveis em áreas carentes, incentivando a diversidade no varejo alimentar;

- priorizar, juntamente com atores do setor privado, o apoio à inovação e tecnologias para pequenos negócios e projetos que conectem consumidores a pequenos agricultores através de aplicativos e serviços de entrega, como programas de agricultura apoiada pela comunidade (como o CSA); e

- promover a mudança de comportamento para escolhas alimentares mais saudáveis por meio de educação e conscientização direcionadas, informadas pelos motores estruturais da escolha alimentar, que podem incluir rotulagem frontal de embalagens, campanhas de educação pública e tributação de alimentos não saudáveis.

Ainda no contexto dos sistemas alimentares, as políticas de aquisição pública e outras iniciativas não-mercantis para os alimentos levam em consideração que, para além dos mercados, é preciso fortalecer outras interações com os produtores e com os consumidores, como as compras públicas de alimentos, as cozinhas comunitárias e entrega de alimentos (como cestas básicas), particularmente em

benefício dos grupos populacionais mais vulneráveis e para proporcionar amortecimento em tempos de crise. Para tanto, os governos nacionais e locais devem:

- investir em programas de aquisição pública orientados para a nutrição, especificamente direcionados às populações vulneráveis dentro das populações urbanas e periurbanas;

- priorizar agricultores locais, agroecológicos e de pequena escala em programas de aquisição pública, particularmente em programas de alimentação escolar e programas voltados para a nutrição nos primeiros 1.000 dias de vida;

- desenvolver leis locais que apoiem o desenvolvimento descentralizado de bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, bem como o repasse de excedentes de alimentos para bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e outros programas de distribuição de alimentos, informados pelos princípios de dignidade e agência; e

- fortalecer o papel das organizações da sociedade civil na prestação de ajuda alimentar em tempos de crise, aproveitando sua capacidade de alcançar populações vulneráveis.

No campo das perdas e desperdícios de alimentos, os governos locais, em colaboração com associações de mercado, atores do setor privado, associações de moradores e estabelecimentos individuais, devem se esforçar para minimizá-los por meio de:

- fornecimento de infraestrutura de suporte (sombreamento, unidades de armazenamento a frio) e acesso a inovação e tecnologia para atores do setor informal para aumentar o acesso a alimentos frescos, preservar vitaminas e minerais em alimentos perecíveis e reduzir a perda e o desperdício de alimentos;

- fornecimento de diretrizes, treinamento e recursos para restaurantes reduzirem o desperdício de alimentos;

- conscientização entre os consumidores para reduzir o desperdício de alimentos; e

- promoção e apoio à circularidade através de compostagem, digestão de biogás, uso de resíduos alimentares para alimentação animal, doação de alimentos excedentes para programas de redistribuição de alimentos etc.

Para além dos sistemas alimentares, também são feitas recomendações para outros sistemas que impactam a SAN nas áreas urbanas e periurbanas, como saúde, educação, habitação, água, energia, infraestrutura e sistemas financeiros, por meio de uma abordagem holística com políticas que visem ações-chave nesses outros sistemas para abordar a pobreza e a desigualdade. Para tanto é necessário a governos, juntamente com atores do setor privado e organizações da sociedade civil:

- garantir que os investimentos em infraestrutura, incluindo transporte, sejam sensíveis à equidade e incluam atores do setor informal e consumidores inseguros em termos alimentares;

- integrar explicitamente alimentos no planejamento urbano, incluindo a incorporação de princípios de planejamento e design sensíveis à alimentação;

- integrar a infraestrutura comercial de alimentos no planejamento de transporte para facilitar a venda de refeições saudáveis aos passageiros;

- incorporar o planejamento de segurança alimentar nas políticas de habitação e zoneamento;
- estabelecer mecanismos financeiros, como microcrédito ou subsídios, para ajudar pequenos produtores e atores do sistema alimentar a adquirir insumos e tecnologia;
- incentivar investimentos direcionados a residentes e bairros de baixa renda para a provisão de água, saneamento, gestão de resíduos e energia confiável para permitir dietas saudáveis, manuseio e lavagem mais seguros dos alimentos e a preparação e cozimento de refeições em casa;
- melhorar o trabalho decente e o emprego nos sistemas alimentares, incluindo a oferta de espaços para cuidados infantis dentro dos mercados tradicionais, promovendo a segurança e saúde ocupacional e garantindo os direitos trabalhistas;
- fortalecer os serviços de saúde urbana (incluindo orientação sobre nutrição neonatal e infantil e diagnósticos preventivos) para os resultados de SAN;
- reconhecer a variação temporal na insegurança alimentar nas áreas urbanas e periurbanas e enquadrar políticas e programas de proteção social para serem responsivos a períodos de insegurança alimentar acentuada;
- desenvolver e investir em programas de proteção social direcionados a contextos específicos urbanos e periurbanos; e
- promover a nutrição nos serviços de saúde, particularmente para mulheres em idade fértil, grávidas e lactantes, e nos serviços pediátricos, informados pela experiência vivida pelos residentes nas áreas urbanas e periurbanas.

No conjunto da governança urbana e periurbana para a SAN, é preciso impulsionar investimentos e abordagens de governança que incluam governos subnacionais e incorporem uma ampla gama de vozes da sociedade civil, instituições de pesquisa e do setor privado de pequena escala. É essencial, nesse sentido, prevenir e mitigar os efeitos negativos da concentração nas cadeias de suprimento alimentar sobre os meios de subsistência urbanos e promover a acessibilidade e a acessibilidade econômica de dietas diversificadas, sustentáveis e saudáveis nas áreas urbanas. Para tanto, os governos nacionais devem

- aumentar o financiamento e a capacidade dos governos locais e urbanos, particularmente em contextos de países de baixa e média renda, para enfrentar os desafios dos sistemas alimentares urbanos;
- incluir governos locais e subnacionais no desenvolvimento de políticas nacionais relevantes para o sistema alimentar, inclusive de agricultura, nutrição, meio ambiente, gênero e política comercial; e
- garantir que o financiamento seja adequado e coerente com os mandatos municipais.

Enquanto isso, a atuação conjunta de governos nacionais e locais deve:

- identificar os mandatos de diferentes níveis de governança na formação da SAN e dos sistemas alimentares em áreas urbanas e periurbanas, e garantir que a política do sistema alimentar seja multinível, intersetorial e de múltiplos atores;
- delinear claramente os mandatos e responsabilidades sobre o sistema alimentar urbano em diferentes níveis de governo e outros setores (saúde, educação, planejamento urbano, infraestrutura etc.)

para garantir a responsabilidade pela ação aos residentes urbanos (incluindo mapeamento de atores para avaliar responsabilidades, instrumentos disponíveis e recursos financeiros e humanos); e

- garantir coerência e coordenação de políticas e programas dentro dos departamentos urbanos e entre níveis de governo e setores, incluindo através de estratégias alimentares urbanas; escritórios de políticas alimentares integrados e estratégias; unidades alimentares urbanas coordenadas; ou plataformas multissetoriais.

Ainda no âmbito da governança, os governos nacionais e locais, junto com as organizações da sociedade civil e os atores do setor privado devem:

- desenvolver plataformas inclusivas de múltiplos atores para incentivar a participação ativa das comunidades locais nos processos de tomada de decisão, incluindo a capacitação para um engajamento efetivo e a abordagem de desequilíbrios de poder inerentes; e

- construir capacidades dos atores do sistema alimentar urbano (especialmente os sub-representados, como associações de comerciantes de mercados tradicionais e associações de consumidores) para permitir uma representação mais forte.

No contexto da resiliência e sustentabilidade urbanas e periurbanas, é notável que os sistemas alimentares nessas áreas são cada vez mais vulneráveis a choques e crises e esses impactos são experimentados de forma desigual e frequentemente aumentam a desigualdade. Portanto, há uma necessidade de planejamento proativo para reduzir vulnerabilidades e aumentar a resiliência sistêmica, informado pela experiência vivida das populações vulneráveis (incluindo organizações da sociedade civil e usando práticas com impacto comprovado na resiliência das famílias e comunidades).

Para tanto, é recomendado que governos nacionais e locais atuem para:

- desenvolver planos de resiliência do sistema alimentar urbano e periurbano e estabelecer planejamento de contingência e sistemas de alerta precoce para fragilidade e choques;

- identificar infraestruturas alimentares críticas a serem priorizadas em tempos de crise, e populações e áreas mais vulneráveis à insegurança alimentar em tempos de desastres e choques;

- incorporar o pensamento de resiliência no planejamento e design urbano;

- incluir o apoio ao sistema alimentar nos planos de financiamento de resposta a desastres em todos os níveis, do nacional ao local;

- manter e aprimorar a diversidade do sistema alimentar – em termos de fontes, cadeias de suprimento e tipologias de varejo – para fortalecer a resiliência sistêmica, considerando o impacto das decisões do sistema alimentar urbano e periurbano na resiliência nas áreas rurais circundantes; e

- integrar alimentos em planos de adaptação climática.

Por fim, no campo dos dados, pesquisas e conhecimentos para a SAN, observa-se uma grande necessidade de dados mais desagregados e pesquisas específicos para a SAN nas áreas urbanas e periurbanas. A tomada de decisão baseada em evidências, em particular, necessita de coleta, gestão, análise e disseminação de dados direcionados entre os atores do sistema alimentar e as interações do sistema.

Nesse sentido, recomenda-se aos governos, em parceria com academia e sociedade civil:

- desenvolver ferramentas de dados específicas para a SAN urbana e periurbana;
- adicionar um módulo específico de segurança alimentar às pesquisas domiciliares das cidades;
- investir em tecnologia da informação e sistemas digitais para melhorar a base de evidências para formuladores de políticas e atores do sistema alimentar planejarem, priorizarem, desenharem e acompanharem atividades do sistema alimentar;
- garantir uma desagregação mais detalhada dos dados (ao longo do contínuo urbano-rural, tamanho da cidade, em áreas da cidade), para permitir a análise da vulnerabilidade interseccional;
- incorporar dados qualitativos na política alimentar urbana e periurbana;
- usar sistemas de georreferenciamento, sensoriamento remoto, ferramentas digitais e mapeamento participativo para identificar áreas mais vulneráveis à interrupção do sistema alimentar para informar o planejamento de longo prazo e a resposta a crises;
- investir no monitoramento e avaliação de políticas e programas alimentares, incluindo impactos não específicos de alimentos (como desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental); e
- investir e aprender com redes alimentares das cidades como um mecanismo para compartilhar conhecimento e treinamento e para aumentar a voz do governo local em espaços de políticas nacionais e internacionais.

Políticas brasileiras para a SAN urbana e periurbana

No Brasil, a abordagem da SAN nas cidades nos dois últimos anos tem adotado abordagens bem amplas e alinhadas com muitas das recomendações do último relatório do HPLE, mesmo antes de sua publicação. Em particular o Ministério do Desenvolvimento Social vem exercendo seu papel de articulador e coordenador do Sistema Nacional de SAN, bem como suas responsabilidades setoriais, considerando ações direcionadas diretamente para os espaços urbanos e periurbanos.

Alguns exemplos incluem os equipamentos sociais, tais como cisternas, feiras e mercados, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e solidárias, entre outros, e o mapeamento de ambientes alimentares e políticas de produção e abastecimento em municípios (incluindo a atualização de metodologias de mapeamento de desertos alimentares e equipamentos sociais para fortalecer as políticas locais).

Ainda, no campo intersetorial dos sistemas alimentares, são um modelo reconhecido as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para estímulo aos pequenos agricultores e aos agricultores familiares, que se articulam com o Ministério da Educação nas compras para a alimentação escolar.

No próprio campo da saúde, ainda que não focados especificamente nas áreas urbanas e periurbanas, há políticas essenciais como as ações dos guias alimentares pela saúde e as ações regulatórias da Anvisa, incluindo a rotulagem nutricional frontal.

Por fim, a governança da SAN e dos outros sistemas relacionados (como saúde e educação) também podem se beneficiar da descentralização e das instâncias de participação social para fortalecer a

efetividade das ações e principalmente da adequada focalização de políticas para as áreas e grupo populacionais mais vulneráveis.

É importante, contudo, que as recomendações do Painel sejam revisitadas no âmbito dos ministérios e da Câmara Interministerial de SAN (Caisan), para fortalecer as políticas já existentes e avaliar novas políticas e compromissos que possam contribuir para a SAN urbana e periurbana, destacando os sistemas alimentares nessas áreas.

Lembramos, finalmente, do momento oportuno representado pela discussão da reforma tributária, que traz, no campo da alimentação, a possibilidade da complementaridade de subsídios para alimentos saudáveis a partir da cesta básica nacional (composta predominantemente de alimentos in natura e minimamente processados) e da tributação seletiva de produtos que causam danos à saúde e ao meio ambiente, ora focada nas bebidas açucaradas, mas para as quais a academia e a sociedade civil defendem a inclusão de todos os produtos ultraprocessados.

Conclusão

O fortalecimento do papel das cidades é um elemento crucial na transformação dos sistemas alimentares, especialmente através da agricultura urbana e periurbana, para construir sistemas alimentares locais diversificados, sustentáveis, resilientes e inclusivos. No entanto, ainda existem muitos desafios a serem superados para que essa agenda alcance todas as cidades e todos os grupos populacionais. Por exemplo, há um acesso limitado a recursos e tecnologias para a produção local, um mapeamento insuficiente da produção e consumo de alimentos nos territórios e, conseqüentemente, o planejamento urbano não incorpora adequadamente a previsão de espaços para preservar áreas verdes e destinar áreas para a produção e acesso a alimentos.

Além disso, mesmo algumas iniciativas já implementadas nas cidades, como as CSAs (Comunidades que Sustentam a Agricultura), hortas urbanas e feiras orgânicas, frequentemente são direcionadas apenas a comunidades de classe média e alta, reforçando a exclusão de comunidades mais pobres, onde predominam desertos e pântanos alimentares. Nesse sentido, além de garantir a inclusão de produtores locais, é fundamental criar espaços para a produção de alimentos e garantir o acesso a alimentos diversos e saudáveis para as populações das periferias e outras regiões vulneráveis, por meio de feiras populares, equipamentos sociais, compras públicas e outras estratégias. Também é essencial fortalecer políticas sociais e econômicas estruturantes que combatam a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional e quebrem os mecanismos de sua transmissão intergeracional.

A transformação dos sistemas alimentares deve ocorrer tanto do âmbito global ao local (e vice-versa) quanto do rural ao urbano, baseada nos mesmos princípios e orientada por uma abordagem de direitos. É necessário repensar as relações entre campo e cidade e mudar as formas de urbanização que, assim como os sistemas alimentares hegemônicos, determinam a produção e consumo de alimentos desvinculados da cultura alimentar local e colocam a saúde em risco, sendo orientadas por interesses financeiros em vez do bem-estar da população e da sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, a transformação dos sistemas alimentares deve gradualmente desenvolver alternativas viáveis para substituir os sistemas hegemônicos e depende diretamente de compromissos efetivos e investimento na agenda. Essa transformação precisa acontecer em todos os níveis, visando garantir a redução da insegurança alimentar e nutricional e o alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) por

meio de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos, com comida de verdade no campo e na cidade, gerando saúde humana, animal e planetária.

Referências

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS). **Fiftieth Session - “Making a Difference in Food Security and Nutrition”**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/nj978en/nj978en.pdf>>.

FAO, R. AND R. **Urban and peri-urban agriculture sourcebook - From production to food systems**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cb9722en>>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAO framework for the Urban Food Agenda**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/ca3151en>>.

____. **UN General Assembly to assess the importance of the urban agenda**. Disponível em: <<https://www.fao.org/urban-food-agenda/news-events/news-detail/en/c/1599835/>>.

HPLC/CFS. **Strengthening urban and peri-urban food systems to achieve food security and nutrition, in the context of urbanization and rural transformation**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/publications/hlpe-19>>.

MILAN URBAN FOOD POLICY PACT. **Milan Urban Food Policy Pact**. Disponível em: <<https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/the-milan-pact/#>>.

UNESCO: educação, ciência e cultura no ECOSOC e HLPF 2024

**Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Heliton Barros
Vitor Rodrigues**

Abstract. *This report indicates and analyses the political declarations of the High-Level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) and the report on the United Nations Sustainable Development Goals 2024 to present how UNESCO's areas of activity and expertise, in particular education, are addressed in the event taking place between 8 and 18 July 2024, whose theme is "Strengthening the 2030 Agenda and eradicating poverty in times of multiple crises: the effective delivery of sustainable, resilient and innovative solutions"..*

Keywords: UNESCO. ECOSOC. HLPF. Education.

Resumo. Este informe indica e analisa as declarações políticas do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) e o relatório dos objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas 2024 para apresentar como as áreas de atuação e expertise da UNESCO, em especial, a educação, são abordadas no evento que ocorre entre os dias 08 e 18 de julho de 2024, cujo tema é “Reforçando a Agenda 2030 e erradicando a pobreza em tempos de múltiplas crises: a entrega eficaz de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras”.

Palavras-chave: UNESCO. OCOSOC. HLPF. Educação.

A educação, ciência, cultura, comunicação e informação no ECOSOC e HLPF 2024

Já reportadas, por Paulo Buss e Santiago Alcázar, no Caderno CRIS/FIOCRUZ nº 11/2024⁴⁶, as bases do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (High-Level Political Forum – HLPF, o evento e sua sigla em inglês) sob os auspícios do Conselho Econômico Social das Nações Unidas (Economic and Social Council – ECOSOC), este informe se propõe analisar as declarações políticas e o relatório dos objetivos do desenvolvimento sustentável, apresentando como as áreas de atuação da UNESCO são abordadas no evento que ocorre entre os dias 08 e 18 de julho de 2024, cujo tema é “Reforçando a Agenda 2030 e erradicando a pobreza em tempos de múltiplas crises: a entrega eficaz de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras” ([A/DEC/77/553](https://portal.fiocruz.br/documento/2024/07/cadernos-cris-fiocruz-informe-11-2024)).

A missão da UNESCO está vinculada à promoção da cooperação internacional para educação, ciência, cultura, comunicação e informação, com prioridades globais para a África e a igualdade de

⁴⁶ Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Relações Internacionais em Saúde. *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde, nº 11/2024, período de 19 de junho a 02 de julho de 2024.* Páginas 14-23. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/2024/07/cadernos-cris-fiocruz-informe-11-2024>. Acesso em 14 jul.2024.

gênero⁴⁷. A educação nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 está expressa no ODS 4 – Educação de qualidade, para garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, enquanto que não há ODS específicos para a cultura, ciência, comunicação e informação, entretanto são áreas transversais e complementares de importante contribuição para a consecução de soluções eficazes e sustentáveis da Agenda 2030. Naturalmente, abordaremos com mais frequência as metas e objetivos da educação na Agenda 2030, sob a coordenação da UNESCO.

Declaração Política adotada no HLPF 2023 e sua implementação proposta em 2024

A educação, ciência e cultura foram acolhidas em seis parágrafos da Declaração Política da HLPF convocada sob os auspícios da Assembleia Geral da ONU, adotada em 29 de setembro de 2023 ([A/RES/78/1](#)). Presentes na reafirmação dos compromissos do Fórum com a Agenda 2030, a cultura tem papel “como facilitadora do desenvolvimento sustentável que proporciona às pessoas e às comunidades um forte senso de identidade e coesão social e contribui para políticas e medidas de desenvolvimento mais eficazes e sustentáveis em todos os níveis” (parágrafo 16) e o acesso à educação inclusiva e equitativa de qualidade como parte da determinação em concretizar a visão de um mundo resiliente, confiável e sustentável para todos (parágrafo 18).

Em relação às lacunas e desafios, as crises globais em cascata evidenciaram e exacerbaram a desigualdade de gênero existente, como o acesso desigual à saúde, educação, proteção social, empregos decentes e oportunidades econômicas (§27), e mesmo com o progresso positivo em um número limitado de áreas, no caso da pandemia da Covid-19, importantes lições foram aprendidas na cultura, educação e ciência (parágrafo 32).

No esforço para implementar a Agenda 2030 e atingir os ODS, o HLPF continuará:

“investindo cada vez mais em educação inclusiva e equitativa de qualidade e em oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, incluindo educação infantil, programas e iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, educação digital, educação cultural, educação para o desenvolvimento sustentável, tecnologias digitais para a educação, aprimoramento de habilidades, educação superior e treinamento vocacional acessíveis, educação em emergências e desenvolvimento profissional contínuo dos professores” (§38(d) primeira parte).

Ainda sobre as ações a serem tomadas em direção à implementação dos ODS, o Fórum reconhece que a educação e os cuidados na primeira infância podem gerar benefícios substanciais para as crianças e abordará os obstáculos à educação de meninas, as lacunas de gênero e de pessoas com deficiência e promoverá a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas na e por meio da educação e de ambientes de aprendizagem seguros, saudáveis e estimulantes que permitam a todos os alunos atingir seu pleno potencial e bem-estar físico, mental e emocional (§38(d) segunda parte).

O HLPF se compromete a superar as divisões entre ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e o uso responsável da CT&I como motores do desenvolvimento sustentável e a construir as capacidades necessárias para transformações sustentáveis, reitera a necessidade de acelerar a transferência de

⁴⁷ UNESCO. *UNESCO in brief*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/brief> Acesso em 14 jul.2024

tecnologias ambientalmente saudáveis para os países em desenvolvimento em termos favoráveis, inclusive em termos concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado, providenciará medidas para aumentar a capacidade dos países em desenvolvimento de se beneficiarem da CT&I, enfrentará os principais impedimentos estruturais ao acesso a tecnologias novas e emergentes, inclusive por meio da ampliação do uso da ciência aberta, da tecnologia acessível e de código aberto, da pesquisa e do desenvolvimento, inclusive por meio de parcerias fortalecidas.

O objetivo do HLPF é aumentar o financiamento para pesquisas e inovações relacionadas aos ODS, desenvolver a capacidade em todas as regiões para contribuir e se beneficiar dessas pesquisas, procurar melhor a concretização dos benefícios e enfrentar os desafios da inteligência artificial. Além disso, compromete-se em aumentar o uso da ciência e das evidências científicas na formulação de políticas (parágrafo 38(q)).

Assim, na Declaração Ministerial 2024 a ser adotada no HLPF 2024, sob os auspícios do ECOSOC, o *Zero Draft*, de 30 de abril de 2024, referenciada, no Caderno CRIS/FIOCRUZ nº 11/2024 supramencionado, é menos extensa e mais focada em suas seis páginas, metade da Declaração anterior, enfatizando os caminhos para ações e financiamento para apoiar a entrega efetiva de soluções e acelerar a erradicação da pobreza.

Sendo sucinta e direta, a Declaração Ministerial 2024 *Zero Draft* da não dá margem para a educação, ciência, cultura, comunicação e informação sejam acolhidas expressamente, porém, identificamos que o HLPF reconhece que mudanças rápidas e em larga escala precisarão ser construídas sobre uma base científica multidisciplinar, amplamente confiável e acessível e se comprometem a superar as divisões entre CT&I e o uso responsável da CT&I como propulsores do desenvolvimento sustentável e a desenvolver as capacidades necessárias para transformações sustentáveis (parágrafo 15) e compromete-se a alavancar a CT&I, bem como os benefícios da digitalização e da inclusão financeira (parágrafo 16).

No parágrafo 48, o compromisso do HLPF com a literacia digital está alinhado com a meta 4.4.2 da ODS 4. A literacia digital envolve o uso confiável e crítico de uma gama completa de tecnologias digitais para informação, comunicação e solução de problemas básicos em todos os aspectos da vida. Ela é sustentada por habilidades básicas em TIC: o uso de computadores para recuperar, avaliar, armazenar, produzir, apresentar e trocar informações e para se comunicar e participar de redes de colaboração via Internet⁴⁸.

Apesar da Declaração Zero Draft fazer parte de um todo a ser construído, analisado, complementado e aprovado em outras instâncias de alta relevância no cenário do sistema das Nações Unidas como a 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas e a Cúpula do Futuro, a percepção é que tudo se resume à questão do financiamento e do sistema financeiro internacional, considerando que as ações e soluções já postas não estão sendo cumpridas e em busca da efetiva aplicação das soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras diante das múltiplas crises globais, também é necessário investimentos consideráveis para tal feito.

⁴⁸ UNESCO. Glossário. Literacia digital. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/glossary-term/digital-literacy>
Acesso em 15 jul.2024

Relatório de progresso rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Secretário Geral da ONU



O Relatório de progresso rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, do Secretário Geral da ONU ([A/79/79-E/2024/54](#)) para subsidiar o HLPF e a 79ª Assembleia Geral do Conselho Econômico e Social, apresenta uma avaliação global do progresso feito rumo ao cumprimento dos ODS, destacando os progressos e desafios enfrentados de 2015 a 2023. O relatório destaca que infelizmente estamos fora do caminho para atingir os ODS até 2030, com apenas 15% das metas em condições de serem alcançadas. O relatório atribui este revés a uma série de desafios globais, incluindo a pandemia de COVID-19, conflitos, crises climáticas e desigualdades crescentes.

Apesar dos muitos desafios apresentados, reconhece-se alguns progressos em áreas como redução da pobreza extrema, melhoria da saúde materna e infantil e aumento do acesso à água potável e saneamento. Neste relatório, capitaneado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a ONU em certa medida "apela" por uma ação global urgente e acelerada para enfrentar estes desafios e acelerar o progresso em direção aos ODS.

Em relação ao ODS 4 – educação de qualidade, os principais desafios apontados neste relatório, que dificultam o seu progresso, estão relacionados aos resultados de aprendizagem insatisfatórios, impacto da pandemia de COVID-19, desigualdades persistentes e recursos e infraestruturas inadequadas.

Os **resultados de aprendizagem insatisfatórios** estão relacionados a "apenas 58% dos alunos em todo o mundo atingiram pelo menos o nível mínimo de proficiência em leitura no final do ensino primário em 2019". Além disso, observa-se em vários países, uma tendência preocupante de declínio nos resultados da aprendizagem no final do ensino secundário/médio. Isso sugere um déficit preocupante na qualidade da educação em muitas partes do mundo. De 2018 a 2022, as pontuações médias em matemática e leitura diminuíram acentuadamente, segundo os testes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

O **impacto da pandemia de COVID-19** causou danos sem precedentes nos sistemas educacionais em todo o mundo, exacerbando as desigualdades existentes e prejudicando os resultados da aprendizagem. Os efeitos a longo prazo da pandemia na aprendizagem e no bem-estar dos alunos continuam a ser uma preocupação.

As **disparidades socioeconômicas** continuam a representar um obstáculo significativo à igualdade de oportunidades educacionais. O relatório destaca que as desigualdades baseadas "na localização ou riqueza familiar são mais pronunciadas", resultando em desvantagens para alunos de famílias rurais ou menos favorecidas. Essas desigualdades tendem a se agravar nos níveis mais elevados de ensino, impactando negativamente as taxas de conclusão e as oportunidades futuras para os alunos menos favorecidos.

A **falta de recursos adequados e infraestruturas de qualidade** continua a ser um desafio importante, particularmente em regiões mais pobres do globo. A formação de futuros professores também segue sendo um grande obstáculo, especialmente em regiões como a África Subsaariana. Adicionalmente, o relatório revela que "apenas metade de todas as escolas primárias têm as

infraestruturas e materiais básicos para proporcionar uma experiência escolar adequada aos alunos com deficiência", evidenciando a necessidade urgente de investimentos direcionados especificamente para garantir condições de aprendizagem adequadas para todos os alunos.

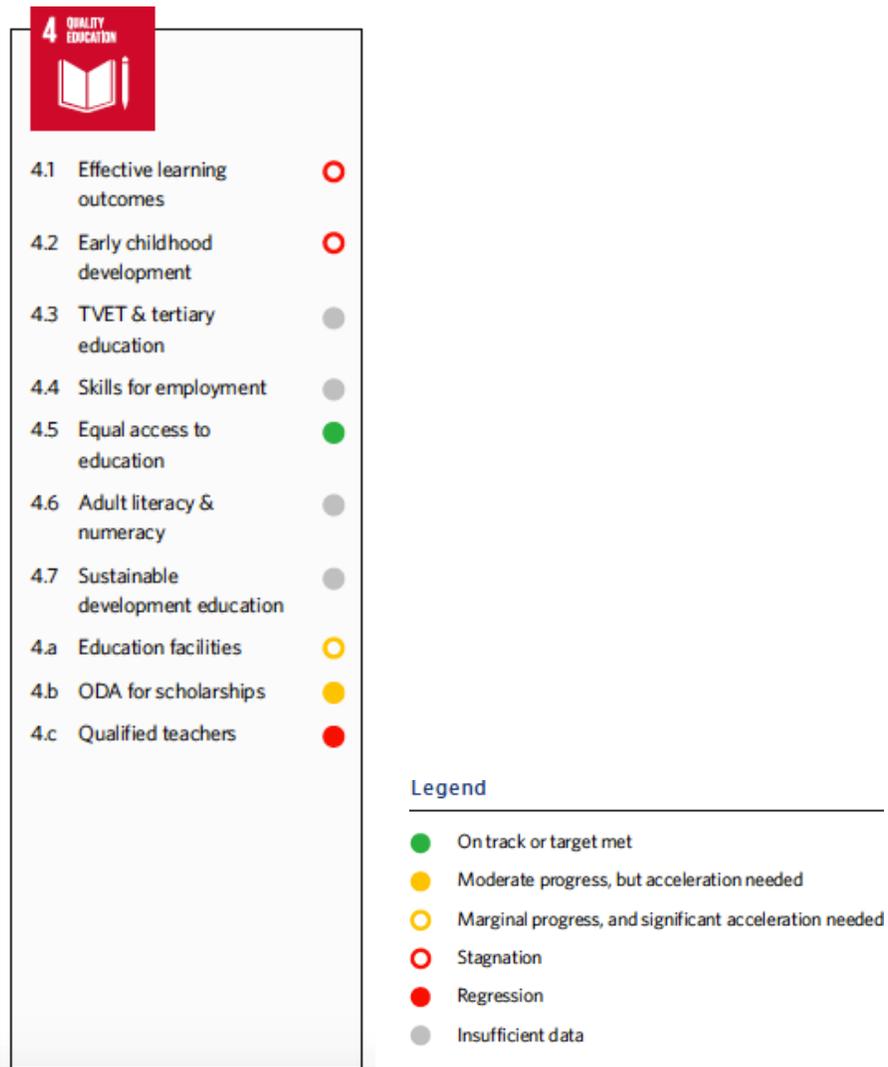
A **evasão escolar** é um desafio global tendo em vista que a taxa de conclusão do ensino médio aumentou apenas 2% em oito anos, e enquanto a taxa de conclusão do ensino primário subiu de 85% para 88% entre 2015 e 2023, a conclusão do ensino secundário superior cresceu de 53% para 59% no mesmo período. Na África Subsaariana, apenas duas em cada três crianças concluíram o ensino primário no tempo adequado, e o crescimento na conclusão do ensino secundário superior diminuiu de 1,3 para 0,9 pontos percentuais ao ano entre 2010-2015 e 2015-2023, respectivamente. No entanto, o Leste e Sudeste Asiático mostraram avanços significativos, com a taxa de conclusão subindo de 63% em 2015 para 74% em 2023.

Em resumo, o relatório enfatiza a necessidade urgente de se abordar esses desafios de forma mais abrangente para garantir que o ODS 4 seja alcançado. Isso inclui esforços concentrados para melhorar a qualidade da educação, promover a equidade e a inclusão. O ODS 4 é um objetivo transversal, que sustenta a realização de todos os outros ODS. O progresso na educação com qualidade tem um efeito multiplicador que beneficia todas as áreas do desenvolvimento sustentável e merece toda atenção e concentração de grandes investimentos para superar os desafios e crises da atual conjuntura global.

Antonio Gutérres, Secretário-Geral da ONU expressa exatamente o que é necessário fazer: "Temos um plano de resgate diante de nós, na declaração política [da Cúpula dos ODS]. Agora é o momento de tirar do papel as palavras da declaração e investir no desenvolvimento em escala como nunca antes"⁴⁹.

⁴⁹ Frase presente na contracapa do Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/> Acesso em: 15 jul.2024

Figura 1 Quadro de progresso do ODS 4



Fonte: Relatório de progresso dos ODS – ONU 2024 (p.44)

Os oitenta anos de Bretton Woods: a Iniciativa Conjunta Necessária do Banco Mundial e do FMI para a Economia Global

The eighty years of Bretton Woods: the World Bank and IMF Joint Initiative for the Global Economy

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *During an event celebrating the anniversary of the Bretton Woods Conference, the World Bank and the IMF announced a joint initiative that will have as its main objective rethinking global economic guidelines.*

Keywords: *World Bank. IMF. Bretton Woods. Global Economy. International Cooperation*

Resumo. Durante a realização de um evento que comemorava o aniversário da Conferência de Bretton Woods, o Banco Mundial e o FMI anunciaram uma iniciativa conjunta que terá como objetivo principal repensar as diretrizes econômicas globais.

Palavras-chave: Banco Mundial. FMI. Bretton Woods. Economia global. Cooperação Internacional

A Conferência de Bretton Woods e a criação do Banco Mundial e do FMI

A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas foi iniciada no dia 1º de julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos (EUA). Informalmente conhecida como Conferência de Bretton Woods, foi realizada no decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde reuniu representantes de quarenta e quatro países que buscavam soluções para o período pós guerra⁵⁰. Os principais objetivos da Conferência foram: criar um sistema econômico e de cooperação internacional que auxiliasse os países que se encontravam destruídos pela guerra, ajudando assim no crescimento global por um período mais alargado⁵¹.

As reuniões foram conduzidas pelo presidente da Conferência Henry Morgenthau, secretário do Tesouro americano da época e pelo economista britânico John Maynard Keynes, que liderou a Comissão II, onde ficou responsável pela proposta da criação de um banco voltado para a reconstrução e o desenvolvimento. Foram criadas comissões que tinham a responsabilidade de estudar e analisar o anteprojeto que foi apresentado antes da Conferência, onde as sugestões e propostas adicionais seriam anunciadas⁵².

⁵⁰ Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Holanda, Índia, México, Polônia e as antigas Tchecoslováquia e União Soviética foram considerados participantes bem ativos durante a Conferência.

⁵¹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history/exhibits/Bretton-Woods-and-the-Birth-of-the-World-Bank>

⁵² Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history/exhibits/Bretton-Woods-and-the-Birth-of-the-World-Bank>

A conclusão da Conferência ficou marcada pela produção dos acordos para a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que posteriormente tornou-se Banco Mundial (BM), tendo o BIRD como um dos seus parceiros.

A Ata Final da Conferência foi apresentada no dia 22 de julho de 1944, onde se encontravam as cartas que norteavam as diretrizes e os mecanismos do BIRD e do FMI, contendo as assinaturas dos delegados, mesmo com algumas questões indefinidas. O BIRD teve os artigos do acordo aprovados um ano depois, em 27 de dezembro de 1945, quando já havia cessado a Segunda Guerra Mundial. Vinte e um países estiveram com os seus representantes em Washington, DC, com o objetivo de serem os primeiros membros das recém-criadas instituições financeiras⁵³.

Cabe ressaltar que os documentos finais do projeto de construção das instituições tiveram uma significativa influência dos planos dos EUA, tendo a estreita colaboração do Reino Unido, não permitindo que as ideias dos países participantes fossem incorporadas⁵⁴.

A Iniciativa do Banco Mundial e do FMI

Em um evento dedicado a comemoração dos oitenta anos da Conferência de Bretton Woods, o presidente do BM, Ajay Banga, e a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, fizeram o anúncio de uma iniciativa conjunta que visa construir uma nova perspectiva a longo prazo a respeito do “futuro da economia global, da cooperação internacional e dos papéis do Banco e do Fundo”⁵⁵.

Com o anúncio da iniciativa, os líderes das instituições financeiras discursaram sobre a nova empreitada. Georgieva disse que o FMI tem buscado atender as necessidades dos países membros eficazmente, os aconselhando na condução de suas políticas econômicas, com os empréstimos e no estímulo ao desenvolvimento de capacidades. Kristalina reconheceu e defendeu a necessidade de uma nova perspectiva, pois, através do desenvolvimento dela, será tangível a compreensão do planejamento do futuro⁵⁶. Banga afirmou que o BM vem ao longo de oitenta anos trabalhando para melhorar a vida das pessoas e do mundo. O presidente falou que o mundo vai continuar precisando dos serviços do BM e que por esta razão, o Banco precisa se preparar para oferecer o melhor no enfrentamento contra o aumento da pobreza e da miséria⁵⁷.

Para trabalhar junto com o BM e o FMI, a iniciativa conjunta já formou os seus consultores externos para iniciar a orientação das tarefas. Os escolhidos foram: Mark Malloch Brown, ex-secretário-geral adjunto da Organização das Nações Unidas (ONU), Sri Mulyani Indrawati, Ministro das Finanças da Indonésia e Patrick Achi, ex-primeiro-ministro da Costa do Marfim. Este grupo discutirá com as partes interessadas globais sobre o cenário econômico mundial atual e o que poderá ser feito para o futuro,

⁵³ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history/exhibits/Bretton-Woods-and-the-Birth-of-the-World-Bank>

⁵⁴ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/mNLSQj6jyFKcG47ZpNGBHvJ/?format=pdf&lang=pt>

⁵⁵ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/06/28/pr24250-imf-wbg-announce-joint-bretton-woods-80-initiative>

⁵⁶ Disponível: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/06/28/pr24250-imf-wbg-announce-joint-bretton-woods-80-initiative>

⁵⁷ Disponível: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/06/28/pr24250-imf-wbg-announce-joint-bretton-woods-80-initiative>

sobre o fortalecimento do multilateralismo e a atuação do BM e do FMI em melhorar a estabilidade e o progresso em um planeta que proporcione melhores condições de vida⁵⁸.

A Conferência de Bretton Woods ajudou na criação do BM e do FMI com a intenção de obter uma coordenação econômica internacional mais robusta, que auxiliasse na reconstrução dos países atingidos pela guerra e no afastamento da possibilidade de haver guerras futuras. Ao completar oitenta anos, as instituições de Bretton Woods neste momento estão precisando de uma revitalização em suas diretrizes, já que a economia global urge por renovação.

O cenário global atual é desafiador, pois vivemos num tempo em que se aprofundam as crises geopolíticas, econômicas e sociais. A economia global em especial vem encontrando sérias dificuldades em retomar o crescimento dos níveis anteriores à pandemia. Há uma extrema necessidade de reformas nos sistemas financeiro e monetário mundial, pois, se nada for feito, continuará intensificando o aumento da pobreza.

Se através desta iniciativa conjunta surgir um novo sistema Bretton Woods, que atenda às necessidades existentes, enfrentando os desafios contidos nos mercados avançados, em desenvolvimento e emergentes, com uma liderança que não fique restrita aos EUA e ao Reino Unido, tendo a colaboração de todos os países, os benefícios serão percebidos a longo prazo.

Ao anunciar esta iniciativa, o BM e o FMI abrem caminhos viáveis para mudanças, considerando que o trabalho será árduo, com o surgimento de contratempos durante os processos, porém, sempre seguindo a orientação de que tudo isso será necessário para impulsionar a agenda global de desenvolvimento de maneira construtiva.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Bretton Woods and the Birth of the World Bank [acesso em 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history/exhibits/Bretton-Woods-and-the-Birth-of-the-World-Bank>

Banco Mundial [homepage na internet] IMF and World Bank Group Announce Joint Bretton Woods at 80 Initiative [acesso em 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/07/01/imf-and-world-bank-group-announce-joint-bretton-woods-at-80-initiative>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] IMF and World Bank Group Announce Joint Bretton Woods at 80 Initiative [acesso em 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/06/28/pr24250-imf-wbg-announce-joint-bretton-woods-80-initiative>

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60) VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.391-419, jan/jun 2012.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/07/01/imf-and-world-bank-group-announce-joint-bretton-woods-at-80-initiative>

Assembleias da OMPI, Queda nos Investimentos nos Países em Desenvolvimento (UNCTAD)

WIPO Assemblies and Falling Investment in Developing Countries (UNCTAD Report)

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract: *The WIPO Assemblies will take place from July 9 to 14, 2024. Among the topics discussed is the approval of a multilateral treaty on genetic resources and associated traditional knowledge. According to a report by UNCTAD, global foreign direct investment (FDI) decreased marginally by 2% in 2023, totaling US\$ 1.3 trillion. The global environment for international investment remains challenging in 2024, with weakened growth prospects, economic fragmentation trends, and trade and geopolitical tensions. FDI flows to developing countries fell by 7%.*

Keywords: *innovation; WTO; development; multilateralism; UNCTAD*

Resumo: As Assembleias da OMPI ocorrem de 9 a 14 de julho de 2024. Entre os temas tratados, merece destaque a aprovação de tratado multilateral sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Segundo relatório da UNCTAD, em 2023, o investimento estrangeiro direto (IED) global diminuiu marginalmente em 2%, totalizando US\$ 1,3 trilhões. O ambiente global para investimentos internacionais permanece desafiador em 2024, com perspectivas de crescimento enfraquecidas, tendências de fragmentação econômica, tensões comerciais e geopolíticas. Os fluxos de IED para países em desenvolvimento caíram 7%.

Palavras-chave: inovação; OMC; desenvolvimento; multilateralismo; UNCTAD

OMPI: Repercussões da Assembleia Mundial da Saúde 2024

De 9 a 14 de julho de 2024, ocorre a Assembleia da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI), em Genebra. O Diretor-Geral da OMPI, Daren Tang, abriu a reunião apelando aos delegados para construir espírito de consenso, considerando o recente avanço diplomático em apoio à transformação da OMPI e do ecossistema mundial da propriedade intelectual. O evento conta com cerca de 1.400 delegados, incluindo perto de 20 ministros, dos Estados membros da OMPI. A Assembleia Geral é presidida pelo Embaixador Alfredo Suescum Alfaro, Representante Permanente do Panamá junto da Organização Mundial do Comércio. Haverá análise do trabalho do Secretariado ocorrido em 2023 e planejamento de atividades futuras, seguindo a direção estratégica para a OMPI aprovada pelos Estados membros em 2022. Tratados administrados pela OMPI, que constituem a espinha dorsal do ecossistema global de propriedade intelectual, serão revistos. Entre os temas tratados, merece destaque a aprovação de tratado multilateral sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. (OMPIa, 2024).

As Assembleias ocorrem logo após êxito na Conferência Diplomática de maio de 2024, marcada por avanço multilateral antes da segunda fase final de negociações do tratado, agendada para novembro em Riade, na Arábia Saudita. Nas palavras de Daren Tang:

“Há dois meses, foi concluído na OMPI novo tratado histórico após 25 anos de negociações. Este novo, 27.º, Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados enviou forte sinal de que, mesmo em áreas difíceis, com grandes emoções e fortes diferenças de pontos de vista, é possível para a comunidade global chegar a consenso - se abordarmos as negociações num espírito de colaboração, pragmatismo, transparência e inclusão. O resultado não foi apenas vitória para os povos indígenas e as comunidades locais e um ecossistema de propriedade mais inclusivo, mas também para as negociações multilaterais (...) Exorto os Estados-Membros a manterem este espírito de trabalho conjunto, não só à medida que nos aproximamos das negociações para um novo Tratado sobre o Direito dos Desenhos e Modelos em novembro, mas também à medida que prosseguimos a tarefa fundamental de reforçar o trabalho da OMPI em todo o mundo. (OMPIa, 2024)”.

O documento “ Report on the Outcome of the Diplomatic Conference to Conclude an International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources (WO/GA/57/11)” faz parte do conjunto dos documentos das Assembleias e relata:

1. Em conformidade com a decisão da Assembleia Geral da OMPI, em julho de 2022, de convocar uma Conferência Diplomática para a conclusão de instrumento jurídico internacional relativo à Propriedade Intelectual, aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Genéticos, a realizar o mais tardar em 2024, e na sequência dos preparativos levados a cabo pelo Comitê Preparatório da referida Conferência e pela OMPI, a Conferência Diplomática foi convocada pela OMPI e realizada em Genebra, de 13 a 24 de maio de 2024 (OMPIb, 2024).
2. O Sr. Daren Tang, Diretor-Geral da OMPI, abriu a Conferência Diplomática (OMPIb, 2024).
3. 176 delegações representando os Estados Membros da OMPI, uma delegação especial, 15 organizações intergovernamentais e 72 organizações não-governamentais participaram da Conferência Diplomática. A Conferência Diplomática elegeu S.E. Guilherme de Aguiar Patriota, Embaixador e Representante Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas em Genebra, como Presidente (OMPIb, 2024).
4. Para facilitar a participação na Conferência Diplomática dos membros da OMPI que são países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, bem como países em transição, a OMPI concedeu financiamento a delegados de 132 desses países (OMPIb, 2024).
5. Em conformidade com a decisão tomada pelas Assembleias da OMPI em 2023 (documento A/64/14, parágrafo 140 (v)), foram financiados 11 representantes dos povos indígenas, bem como das comunidades locais.
6. As deliberações da Conferência Diplomática basearam-se na "Proposta de base para um instrumento jurídico internacional relativo à propriedade intelectual, aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos" (documento GRATK/DC/3) (OMPIb, 2024).
7. Em 24 de maio de 2024, a Conferência Diplomática adotou por consenso o Tratado da OMPI sobre a Propriedade Intelectual, os Recursos Genéticos e os Conhecimentos Tradicionais Associados (documento

GRATK/DC/7). A Conferência Diplomática adotou uma Ata Final, assinada por 141 delegações (documento GRATK/DC/9) (OMPIb, 2024).

8.O Tratado foi aberto à assinatura em 24 de maio de 2024 (OMPIb, 2024).

9.Em 28 de maio de 2024, 31 Estados tinham assinado o Tratado (documento GRATK/DC/10) (OMPIb, 2024).

10. Em conformidade com o artigo 16.º do Tratado, o Tratado permanece aberto para assinatura na sede da OMPI durante um ano após a sua adoção, ou seja, até 23 de maio de 2025 (OMPIb, 2024).

11. Uma oportunidade para que outros Estados Membros da OMPI assinem o Tratado estará disponível durante as Assembleias da OMPI, de 9 a 17 de julho de 2024 (OMPIb, 2024).

12. Nos termos do artigo 17.º do Tratado, o Tratado entra em vigor três meses após 15 partes elegíveis, tal como definidas no artigo 12.º do Tratado, terem depositado os seus instrumentos de ratificação ou adesão (OMPIb, 2024).

13. A Assembleia Geral da OMPI é convidada a tomar nota do "Relatório sobre os resultados da Conferência Diplomática para a conclusão de um instrumento jurídico internacional relativo à propriedade intelectual, aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos" (documento WO/GA/57/11) (OMPIb, 2024).

UNCTAD - WORLD INVESTMENT REPORT 2024

Tendências de Investimento Internacional

Segundo relatório da [UNCTAD](#), em 2023, o investimento estrangeiro direto (IED) global diminuiu marginalmente em 2%, totalizando US\$ 1,3 trilhões. Este valor foi influenciado por oscilações financeiras em algumas economias europeias de trânsito; excluindo esses efeitos, os fluxos globais de IED foram mais de 10% menores do que em 2022. O ambiente global para investimentos internacionais permanece desafiador em 2024, com perspectivas de crescimento enfraquecidas, tendências de fragmentação econômica, tensões comerciais e geopolíticas, políticas industriais e diversificação das cadeias de suprimentos reformulando os padrões de IED, fazendo com que algumas empresas multinacionais (MNEs) adotem uma abordagem cautelosa para a expansão no exterior. No entanto, os níveis de lucro das MNEs permanecem altos, as condições de financiamento estão melhorando e o aumento dos anúncios de projetos de investimento greenfield em 2023 impactará positivamente o IED.

O financiamento de projetos internacionais e as fusões e aquisições transfronteiriças (M&As) foram especialmente fracos em 2023. As M&As, que afetam principalmente o IED em países desenvolvidos, caíram 46% em valor. O financiamento de projetos, importante para investimentos em infraestrutura, caiu 26%. As principais causas do declínio foram condições financeiras mais rigorosas, incerteza dos investidores, volatilidade nos mercados financeiros e, para as M&As, uma regulamentação mais rígida.

Os anúncios de projetos de investimento greenfield foram um ponto positivo. O número de projetos aumentou 2%, com o crescimento concentrado na manufatura, interrompendo uma tendência de declínio gradual de uma década no setor. Além disso, o crescimento foi concentrado em países em

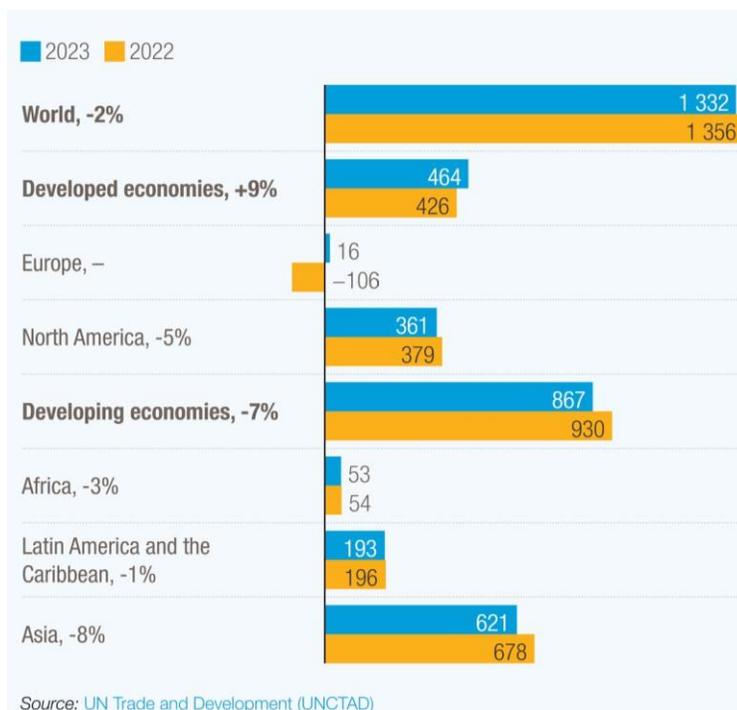
desenvolvimento, onde o número de projetos aumentou 15%. Em países desenvolvidos, os novos anúncios de projetos diminuíram 6%.

Os fluxos de IED para países em desenvolvimento caíram 7% para US\$ 867 bilhões, principalmente devido a uma diminuição de 8% na Ásia em desenvolvimento. Os fluxos caíram 3% na África e 1% na América Latina e no Caribe. O número de acordos de financiamento de projetos internacionais caiu um quarto. Os anúncios de projetos greenfield em países em desenvolvimento aumentaram em mais de 1.000, mas esses projetos foram altamente concentrados; o Sudeste Asiático representou quase metade, o Oeste Asiático um quarto e a África registrou um pequeno aumento, enquanto a América Latina e o Caribe atraíram menos projetos.

- **África:** Os influxos de IED na África diminuíram 3% em 2023, para US\$ 53 bilhões. Anúncios de greenfield incluíram vários megaprojetos, incluindo o maior anúncio mundial – um projeto de hidrogênio verde na Mauritânia. O financiamento de projetos internacionais caiu um quarto em número de acordos e pela metade em valor, afetando negativamente as perspectivas de investimentos em infraestrutura.

- **Ásia em Desenvolvimento:** O IED na Ásia em desenvolvimento caiu 8%, para US\$ 621 bilhões. A China, o segundo maior receptor de IED do mundo, viu uma rara queda nos influxos. Declínios significativos foram registrados na Índia e na Ásia Ocidental e Central. Apenas o Sudeste Asiático manteve-se estável. O investimento industrial na Ásia permanece robusto, conforme mostrado pelos anúncios de greenfield, mas a desaceleração global no financiamento de projetos também afetou a região.

Imagem 1 – Investimento estrangeiro direto por grupo econômico e região, em US\$ bilhões e %



Fonte: UNCTAD, 2024

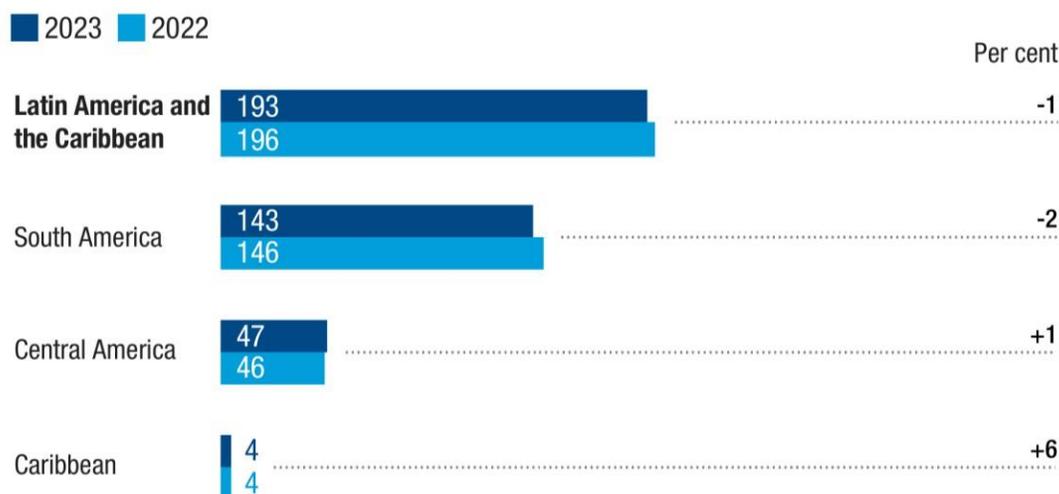
- América Latina e Caribe:

Em 2023, os fluxos de IED para a América Latina e o Caribe diminuíram 1%, totalizando US\$ 193 bilhões. Na América do Sul, o Brasil permaneceu como o maior receptor de IED, com crescimento significativo também na Argentina, Chile e Guiana. Na América Central, o México manteve fluxos de IED estáveis, enquanto no Caribe, a República Dominicana registrou um aumento de 7% nos influxos.

As fusões e aquisições (M&A) caíram US\$ 4 bilhões, totalizando US\$ 11 bilhões. O número de projetos greenfield anunciados diminuiu 4% e os acordos de financiamento de projetos caíram 30%, mas o valor dos projetos aumentou devido a grandes investimentos no Brasil e no Chile. A demanda por commodities e minerais críticos continua a impulsionar investimentos, representando 23% dos valores dos projetos nos últimos dois anos.

O investimento em energia renovável foi significativo, com quatro dos dez maiores projetos voltados para hidrogênio verde ou amônia verde, criando mais de 300.000 empregos. A maioria dos grandes projetos foi realizada por investidores de fora da região. A desaceleração global no financiamento de projetos afetou várias indústrias, com uma queda de 40% nos acordos de energia renovável e uma redução de US\$ 16 bilhões no valor dos projetos em comparação com 2022.

Imagem 2 - Investimento estrangeiro direto, América Latina e Caribe, em US\$ bilhões e %



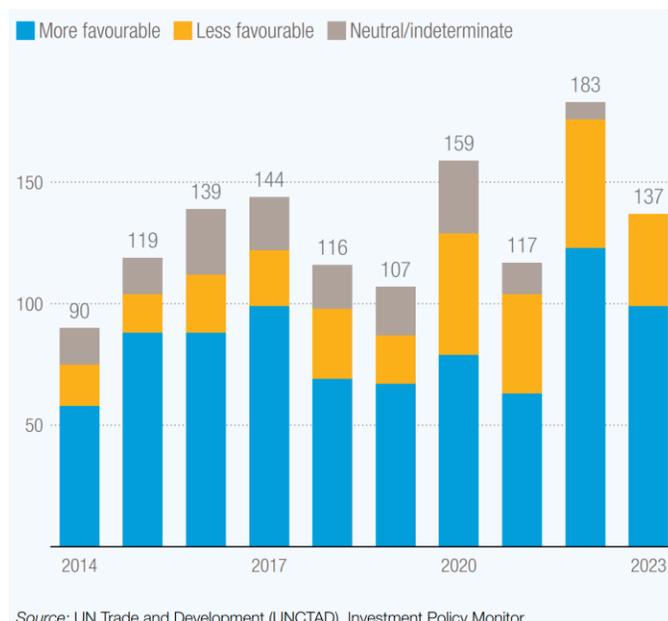
Source: UNCTAD, FDI/MNE database (www.unctad.org/fdistatistics).

Fonte: UNCTAD, 2024.

Tendências de políticas de investimento

Em 2023, 86% das medidas de políticas de investimento adotadas por países em desenvolvimento foram favoráveis aos investidores. Em contraste, 57% das medidas nos países desenvolvidos foram menos favoráveis, com restrições como mecanismos de triagem de IED para questões de segurança nacional.

Imagem 3 - Número e natureza das medidas de política de investimento, no mundo, em porcentagem, 2014–2023



Fonte: UNCTAD, 2024.

Globalmente, o número de medidas de política de investimento em 2023 esteve em linha com a média dos últimos cinco anos, com cerca de três quartos sendo favoráveis aos investidores. A facilitação de investimentos atingiu um recorde de 30% de todas as medidas, com incentivos direcionados principalmente aos setores de serviços e energia renovável.

Foram concluídos 29 novos acordos internacionais de investimento (IIAs) em 2023, menos da metade sendo tratados bilaterais tradicionais. A reforma dos IIAs antigos continua lenta, com cerca de metade do IED global ainda regido por tratados não reformados, aumentando o risco de casos de solução de controvérsias entre investidores e Estados (ISDS). Essa proporção é maior para países em desenvolvimento (dois terços) e LDCs (três quartos).

Apenas 16% do estoque global de IED é coberto por IIAs de nova geração. O número total de casos de ISDS alcançou 1.332, com 60 novas arbitragens em 2023. Cerca de 70% dos novos casos foram contra países em desenvolvimento, incluindo três LDCs, com reivindicações principalmente nos setores de construção, manufatura e extrativo.

Tendências de Financiamento Sustentável

O mercado de financiamento sustentável continua crescendo, mas há sinais claros de desaceleração. Em 2023, o valor dos produtos de investimento sustentável, incluindo títulos e fundos, aumentou 20%, ultrapassando US\$ 7 trilhões. No entanto, grande parte desse aumento foi impulsionada pela emissão cumulativa e pela valorização de ativos, com alguns segmentos do mercado enfrentando dificuldades.

O greenwashing é o desafio mais significativo para o mercado de fundos sustentáveis. A exposição líquida média dos fundos verdes a ativos positivos para o clima (ativos de baixo carbono menos

combustíveis fósseis) é de apenas cerca de 20%, e menos de 5% desses fundos estão livres de ativos de petróleo e gás. São necessários esforços sistêmicos adicionais para combater o greenwashing, incluindo padrões de produtos bem definidos, divulgações robustas de sustentabilidade, auditoria externa e classificações de terceiros.

Os países em desenvolvimento estão se tornando cada vez mais ativos na formulação de políticas de financiamento sustentável, representando cerca de 60% das novas medidas políticas em 2023. Essas medidas estavam concentradas principalmente nas maiores economias em desenvolvimento ou centros financeiros. Os países em desenvolvimento continuam enfrentando desafios para alavancar o financiamento sustentável, como evidenciado pelos fluxos de investimento sustentável persistentemente baixos.

Facilitação de Investimentos e Governo Digital

A facilitação de investimentos tornou-se uma prioridade para os formuladores de políticas globais. Desde a publicação do Menu de Ação Global sobre Facilitação de Investimentos da UNCTAD em 2016, um acordo internacional sobre facilitação de investimentos para o desenvolvimento foi negociado, tornando-se parte essencial dos acordos regionais e bilaterais de comércio e investimento.

A digitalização é crucial para a implementação eficaz da facilitação, com portais de informação e janelas únicas online ganhando destaque. De 2016 a 2023, o número de portais de informação governamentais para registro de negócios em países em desenvolvimento aumentou de 82 para 124, e as janelas únicas online aumentaram de 13 para 67. A qualidade desses portais também melhorou significativamente.

Ferramentas de governo digital podem impactar positivamente a atração de IED. Cada ponto adicional na qualidade dos portais de facilitação digital de negócios e investimentos pode aumentar o IED em cerca de 8% nos países em desenvolvimento. A facilitação digital também promove a formalização e inclusão, com aumentos substanciais no registro de pequenas empresas, incluindo aquelas fundadas por mulheres, jovens empreendedores e populações fora dos centros urbanos.

Referências

1. UNCTAD. 2024 World Investment Report: Investment facilitation and digital government. 2024. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2024_overview_en.pdf
2. OMPIa. Assemblies of the Member States of WIPO: Sixty-Fifth Series of Meetings. 2024. Disponível em: <https://www.wipo.int/about-wipo/en/assemblies/2024/a-65/>
3. OMPIb. Report on the Outcome of the Diplomatic Conference to Conclude an International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources. 2024. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/wo_ga_57/wo_ga_57_11.pdf

As organizações da sociedade civil nunca desistem: as lutas pela justiça climática e pelo fim das guerras

***Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira,
Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito,
Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira
Machado Medrado, Matheus dos Santos da
Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina e Luis
Eugênio de Souza***

Resumo: Na quinzena de 28/06 a 12/07/2024, foram monitoradas 53 organizações da sociedade civil, das quais 35 fizeram manifestações dignas de registro. Os temas destacados no período foram a crise climática, as guerras, o HIV/aids e a saúde digital. As OSC mostraram o compromisso contínuo em abordar as crises e buscar soluções sustentáveis e justas para os desafios que afetam a saúde e o bem-estar das populações ao redor do mundo. A crise climática continua a ser uma preocupação central, com a realização de audiências na Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Emergência Climática e Direitos Humanos. A injustiça climática foi amplamente discutida, evidenciando que aqueles que menos contribuíram para a crise são os mais afetados. Ações foram exigidas dos principais poluidores, como a indústria do petróleo, e das elites econômicas, para corrigir seus erros e adotar soluções. Sudão, Ucrânia e Gaza permaneceram no foco como zonas de conflito, destacando-se as dificuldades da ajuda humanitária. As organizações apelaram por ações concretas da comunidade internacional e garantias do cumprimento das leis que proíbem ataques a civis, profissionais de saúde e hospitais. A questão do HIV/aids ganhou destaque devido à realização da 25ª Conferência Internacional sobre AIDS: as organizações promoveram discussões relativas à epidemia, com um foco renovado nas estratégias de prevenção e tratamento. Por fim, as tecnologias digitais ganham importância, com a multiplicação de discussões sobre seu potencial impacto positivo na saúde, especialmente em regiões em desenvolvimento.

Introdução

Do total de 53 organizações monitoradas, 35 fizeram manifestações públicas consideradas relevantes para este informe, sendo 30 organizações de interesse público e cinco de interesse privado. Os principais tópicos abordados pelas organizações da sociedade civil nessa quinzena estiveram relacionados à crise climática, aos conflitos armados, ao HIV/aids e à saúde digital. Sobre a crise climática, a Greenpeace divulgou diferentes matérias sobre uma inovadora série de audiências na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para a Opinião Consultiva sobre Emergência Climática e Direitos Humanos que ocorreu em abril e maio de 2024 em Barbados e no Brasil, respectivamente. As audiências abordaram as obrigações dos Estados e de atores não estatais no contexto da emergência climática, contando com mais de 150 delegações presentes. Teve destaque a participação de representantes da comunidade El Bosque, no México, a primeira a ser oficialmente reconhecida pelas autoridades como deslocada pelo clima. Sobre a justiça climática, organizações como a Greenpeace e a OXFAM lembraram que aqueles que menos

contribuíram para a crise climática são os mais expostos aos seus impactos, exigindo que os responsáveis diretos, como a indústria do petróleo e os super ricos, ajam para corrigir seus erros e contribuir com soluções. O Global Health Council alertou para os graves impactos na saúde causados pelas mudanças climáticas em estágios-chave da vida, incluindo gravidez, infância e velhice. A Planetary Health Alliance se manifestou sobre as mudanças induzidas pelo homem, discutindo como diferentes padrões de configuração urbana impactam o ambiente e a saúde humana. Com isto, destacou a importância de se cuidar uns dos outros e de partilhar conhecimentos e atitudes para impulsionar a mudança sistêmica.

As guerras no Sudão, Gaza e Ucrânia foram muito mencionadas. A OXFAM apelou pela ação imediata da comunidade internacional para proteger o povo palestino e denunciou as violações do Direito Internacional Humanitário ao forçar 250.000 palestinos em Gaza a se refugiarem em uma zona sem comida, água ou abrigo adequado. Apontou também que os ataques militares contínuos têm impedido a chegada de ajuda humanitária. Sobre este tema, a Médicos Sem Fronteira (MSF) também denunciou as restrições impostas pelas autoridades israelenses para a entrada de caminhões com suprimentos médicos no Sul da Faixa de Gaza e fez um pedido para que todas as partes garantam rotas seguras para o transporte de assistência humanitária. Situação similar foi observada no Sudão, que levou a Médicos Sem Fronteiras a evacuar sua equipe médica após um ano de incidentes violentos dentro e fora das instalações, que incluíram ameaças à vida dos profissionais. A MSF denunciou que muitas instalações estão lutando para permanecer abertas devido ao bloqueio imposto pelas autoridades sudanesas. Na Ucrânia, a situação não está melhor: a CARE Internacional condenou as mortes e ferimentos de crianças como uma tragédia irreversível e a World Medical Association condenou o ataque ao hospital infantil em Kiev, instando a todas as partes em conflito a respeitar e defender incondicionalmente o direito internacional humanitário e as Convenções de Genebra. A CARE Internacional alertou que o Sudão enfrenta a maior crise alimentar do mundo. A GAVI destacou que as principais causas dessa crise são os conflitos violentos, as mudanças climáticas e as crises econômicas. A GAVI sugeriu medidas para enfrentar essa crise humanitária e o apoio internacional necessário para fornecer ajuda emergencial aos mais afetados. A Greenpeace discutiu como as guerras exacerbam a crise climática e humanitária, devido aos danos ambientais extensivos, incluindo significativas emissões de carbono, contaminação por metais pesados e a destruição de infraestrutura essencial de água e agricultura.

O HIV/aids teve grande destaque, nesta quinzena, devido à realização da 25ª Conferência Internacional sobre AIDS em Munique (Alemanha), entre os dias 20 e 26 de julho. Organizações como a Fundação Huesped e a GNP+ anunciaram a sua participação, promovendo eventos que serão realizados durante o congresso. A NCD Alliance também promoveu evento que visa chamar a atenção para o aumento dos riscos de comorbidades de doenças crônicas não transmissíveis e condições de saúde mental de pessoas vivendo com HIV. A fundação Huésped registrou participação em dois eventos recentes, a 5ª Reunião da Junta Coordenadora do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids que abordou a sustentabilidade da resposta ao HIV rumo a 2030 e o encontro anual da HPTN para discutir os avanços em diferentes métodos de prevenção do HIV. A People's Medicines Alliance registrou que o Lenacapavir, medicamento para o HIV, tem um grande potencial para acabar com a AIDS com apenas duas injeções anuais, mas apontou que o preço atual limita o acesso a populações de países de renda média e baixa. A GAVI divulgou pesquisa que revela que meninos nascem com uma resistência natural mais elevada ao HIV em comparação com meninas, o que pode ter implicações importantes para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e tratamento do HIV, especialmente em contextos em que a transmissão vertical é um problema significativo. A GAVI também apontou razões por trás da variabilidade na suscetibilidade

das pessoas ao COVID-19 e como fatores genéticos, imunológicos e ambientais desempenham papéis cruciais, sendo que pesquisas recentes têm revelado insights sobre como esses fatores interagem, destacando a complexidade da resposta individual ao vírus.

A saúde digital está ganhando destaque tanto por organizações de interesse público quanto por organizações de interesse privado. A GAVI explorou o impacto positivo do investimento em tecnologias digitais na África, destacando como essas inovações podem revolucionar os sistemas de saúde locais. A International Hospital Federation divulgou a realização de evento que explorará exemplos de integração bem-sucedida de soluções digitais com uma variedade de aplicações de cuidados em domicílio, serviços de medicina e farmácia e colaboração médico-social para pacientes crônicos em ambientes rurais. A WONCA também anunciou evento sobre a integração da telemedicina aos cuidados de saúde primários e ao combate às ameaças cibernéticas emergentes. A FIND registrou participação em evento na Índia que explorou a integração da inteligência artificial na saúde, especialmente no Sul Global.

Temas menos frequentes, mas não menos importantes, foram: saúde oral, vacinação, regulação de medicamentos, crise migratória, saúde dos idosos, doenças crônicas e participação social. As organizações da sociedade civil de interesses privado também destacaram temas sobre cadeia de suprimentos, financiamento da saúde, saúde da mulher e testes diagnósticos.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática

A Planetary Health Alliance (PHA) divulgou sessão de debate com especialistas sobre as [mudanças induzidas pelo homem nos sistemas naturais da Terra](#) e o seu impacto nas pessoas, sublinhando a importância de cuidar uns dos outros e de partilhar conhecimentos através da colaboração para impulsionar a mudança sistêmica.⁵⁹ A *Planetary Health Alliance* (PHA) divulgou artigo publicado em *The Lancet*, que discute como os diferentes [padrões de configuração urbana](#) impactam o ambiente e a saúde humana.⁶⁰

A Greenpeace divulgou seu [Relatório Anual de 2023](#) sobre um ano marcado por devastação climática. Declarado o ano mais quente pela União Europeia, 2023 testemunhou emergências climáticas globais que resultaram na perda de milhares de vidas e bilhões de dólares em danos. O relatório lamentou a falta contínua de compromisso dos governos e das corporações para enfrentar essa crise climática, apesar dos alertas científicos e dos objetivos do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus Celsius e reduzir drasticamente as emissões de carbono. A Greenpeace continuou suas ações em prol da justiça climática, mantendo a esperança em ação coletiva para um futuro mais justo, seguro e limpo.⁶¹

⁵⁹ PHA Planetary Health Alliance. Experts explore human-induced changes to Earth. 11 jul. 2024. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1811487550479171773. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁶⁰ PHA Planetary Health Alliance. As urbanization increases. 11 jul. 2024b. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1811420426989670479. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁶¹ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Annual Report 2023 - Greenpeace International - Greenpeace International; 1 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/publication/67950/annual-report-2023/>

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou vídeo de sessão no “Congresso Sustainability, research and innovation”, organizada pela IAP e a Save the Children com foco em ["Lições de políticas a partir de estudos de caso globais intersetoriais que abordam os efeitos das mudanças climáticas na saúde"](#). Durante esta sessão, os participantes exploraram os impactos profundos das mudanças climáticas na saúde e aprenderam com um painel abrangente de diversos estudos de caso compilados sobre quatro áreas prioritárias: Sistemas Alimentares e Agricultura; Energia: Produção, Distribuição, Acesso, Eficiência; Urbanização e Planejamento Urbano e Fortalecimento dos Sistemas de Saúde. As descobertas e recomendações políticas desses estudos de caso foram apresentadas na COP28, enfatizando a urgência global de abordar os benefícios à saúde da ação climática. Durante o evento a IAP e a Save the Children anunciaram o lançamento do livro *Climate and Health: Science-based Policy Solutions* (Clima e Saúde: Soluções de Política Baseadas em Ciência) que apresenta uma coleção de 14 estudos de caso que iluminam as conexões intrincadas entre as mudanças climáticas e a saúde, oferecendo soluções baseadas em ciência para formuladores de políticas em todo o mundo.⁶²

O Global Health Council divulgou coleção de artigos recentemente publicados no *Journal of Global Health* que alertam para os graves [impactos na saúde causados pelas mudanças climáticas em estágios-chave da vida](#), incluindo gravidez, infância e velhice.⁶³

Responsabilidade da indústria

A Greenpeace destacou que fortes chuvas e tempestades no Vale d’Aosta e Piemonte, na Itália, causaram inundações, deslizamentos de terra e deslocamento de comunidades. A indústria de petróleo e gás, que lucra bilhões diariamente, não contribui para cobrir os custos dos efeitos desses [eventos climáticos extremos](#), apesar de se saber há décadas que a indústria agrava essas condições e investe para impedir ações de prevenção às mudanças climáticas. O físico climático Antonello Pasini explicou que as mudanças climáticas causadas pela atividade humana estão tornando esses eventos mais frequentes. A Greenpeace exigiu que as empresas de petróleo e gás sejam responsabilizadas pelos danos causados e pague por suas mentiras e destruição.⁶⁴ Em 2023, o mundo experimentou mais de 120 [eventos climáticos extremos](#), que provocaram efeitos que custaram US\$301 bilhões. Esses eventos aumentam as desigualdades, causam doenças transmissíveis e desnutrição, ameaçam suprimentos alimentares e deslocam milhões de pessoas anualmente. Além disso, aceleram a taxa de extinção de espécies, ameaçando ecossistemas globais e biodiversidade.⁶⁵ Junho de 2024 foi registrado como o [mês mais quente](#) da história, marcando o 13º mês consecutivo em que a temperatura média global alcançou

⁶² InterAcademy Partnership [Internet]. The video recording of the IAP session at the SRI-SSD 2024 in Helsinki is available; 5 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/watch-now-policy-lessons-global-case-studies-climate-change-and-health>

⁶³ Global Health Council [X]. A collection of papers recently published in the *Journal of Global Health* warns of serious health impacts from #ClimateChange at key life stages including pregnancy, childhood, & old age.[...]; 13 Julho 2024 [citado em 13 Julho 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalHealthOrg/status/1811031022789620212>

⁶⁴ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Big Oil fuels the climate crisis in Italy and around the world - Greenpeace International; 5 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/68240/big-oil-fuels-climate-crisis-extreme-weather-italy/>

⁶⁵ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Six shocking facts you didn’t know about extreme weather - Greenpeace International; 4 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/68215/six-shocking-facts-you-didnt-know-about-extreme-weather/>

recordes. Em resposta a esses dados alarmantes, a Greenpeace International está intensificando sua campanha "Stop Drilling Start Paying", exigindo que aos governos para adotarem legislações que responsabilizem as empresas e garantam uma transição energética justa e urgente.⁶⁶

A Greenpeace destacou um artigo científico sobre cinco razões pelas quais o **gás natural**, assim como o petróleo e o carvão, é prejudicial ao meio ambiente e à sociedade. Primeiramente, o gás fóssil contribui significativamente para a crise climática, emitindo metano e CO₂, gases de efeito estufa potentes. Em segundo lugar, promove desigualdade e conflitos, com altos preços de energia afetando principalmente os mais pobres e causando violações de direitos humanos. Terceiro, a infraestrutura de extração de gás destrói ecossistemas e comunidades locais. Quarto, a poluição gerada pelo gás causa doenças e mortes. Por fim, a indústria do gás é intrinsecamente perigosa, com frequentes acidentes e desastres. A solução proposta é a transição para sistemas de energia 100% renováveis.⁶⁷

A Greenpeace destacou que a **mudança climática** agravou os desafios de saúde para grupos vulneráveis, especialmente aqueles com doenças crônicas como a diabetes. A organização ressaltou os riscos aumentados de sensibilidade ao calor e infecções para diabéticos devido à mudança climática. Também enfatizou a falta de soluções climáticas adaptadas para pessoas com necessidades especiais e a urgente necessidade de políticas climáticas mais inclusivas. A Greenpeace defendeu a responsabilização dos poluidores para financiar sistemas de saúde robustos e acessíveis e mitigar os riscos compostos enfrentados pelas populações vulneráveis durante emergências climáticas.⁶⁸

Justiça climática

A OXFAM destacou os impactos devastadores das **mudanças climáticas** e da crescente desigualdade, mencionando eventos climáticos extremos recentes na África, como o ciclone tropical Filipo e as inundações na Tanzânia, Quênia e Moçambique. Esses eventos são exacerbados pelo estilo de vida luxuoso dos super ricos. A OXFAM argumenta que os 1% mais ricos do mundo são responsáveis por uma parcela desproporcional das emissões de carbono, enquanto os mais pobres sofrem as consequências mais severas. A organização propôs medidas como um imposto sobre a riqueza global e uma transição rápida para energias renováveis como soluções urgentes para a crise climática e de justiça social.⁶⁹

A OXFAM também destacou que países ricos estão exagerando o "valor real" do **financiamento climático** em até US\$ 88 bilhões. Em 2022, esses países alegaram ter mobilizado quase US\$ 116 bilhões

⁶⁶ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. June 2024 was the hottest on record: Greenpeace calls for making polluters pay the mounting bill for extreme weather - Greenpeace International; 8 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/68274/june-2024-was-the-hottest-on-record-greenpeace-calls-for-making-polluters-pay-the-mounting-bill-for-extreme-weather/>

⁶⁷ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. 5 reasons why 'natural' (fossil) gas is no better than oil and coal - Greenpeace International; 4 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/68200/5-reasons-why-natural-fossil-gas-is-no-better-than-oil-and-coal/>

⁶⁸ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. A Quiet Place: Silent struggle of vulnerable groups in crises - Greenpeace International; 2 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/68134/a-quiet-place-silent-struggle-of-vulnerable-groups-in-crises/>

⁶⁹ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Flooded futures: paying the price for the super-rich's luxury lifestyles | Oxfam International; 5 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/blogs/flooded-futures-paying-price-super-richs-luxury-lifestyles>

para financiar ações climáticas no Sul Global, superando a meta de US\$ 100 bilhões prometida para 2020. No entanto, cerca de 70% desse valor foi concedido como empréstimos, muitas vezes em condições de mercado que aumentam as dívidas dos países de baixa e média renda. A Oxfam estimou que o valor "real" do financiamento climático seja entre US\$ 28 bilhões e US\$ 35 bilhões, com apenas US\$ 15 bilhões destinados à adaptação. Essa discrepância comprometeu a confiança nas negociações climáticas internacionais. A Oxfam defendeu que os países ricos devem fornecer mais fundos em forma de doações e direcionados a iniciativas climáticas genuínas, evitando que os países em desenvolvimento paguem juros pelos empréstimos recebidos para lidar com uma crise climática que pouco causaram.⁷⁰

A Greenpeace divulgou matérias sobre as [audiências](#) na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em Barbados. Durante a Opinião Consultiva sobre emergência climática e direitos humanos a mensagem de jovens membros da comunidade foi que a crise climática já está causando impactos devastadores e irreversíveis, afetando comunidades em todo o mundo, especialmente as mais vulneráveis. Organizações e indivíduos estão lutando por justiça climática e responsabilização das grandes corporações de combustíveis fósseis, que lucram à custa do meio ambiente e das pessoas.⁷¹ A Greenpeace também apresentou testemunhos da [comunidade El Bosque, no México](#), afetada pelas mudanças climáticas, destacando a necessidade urgente de ações globais para mitigar os impactos climáticos e proteger os direitos das comunidades afetadas em todo o mundo. Também enfatizou o papel crescente da litigação climática, destacando as vitórias recentes na Corte Europeia de Direitos Humanos.⁷² Em colaboração com uma coalizão de organizações, sobre a [Emergência Climática e os Direitos Humanos](#), foi submetido um parecer à CIDH, destacando as obrigações dos Estados e das empresas em respeitar os direitos humanos no contexto da crise climática. O parecer enfatizou as atividades das indústrias de combustíveis fósseis e agroindústrias como causadoras do aquecimento global, exigindo que tanto Estados quanto empresas remediem danos e violações de direitos humanos resultantes de suas ações.⁷³

Desenvolvimento Sustentável

A International Federation of Social Workers organizou um evento intitulado "[Assistentes Sociais como Parceiros na Promoção de Soluções Sustentáveis, Inovadoras e Engajadas na Comunidade por meio](#)

⁷⁰ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Rich countries overstating "true value" of climate finance by up to \$88 billion, says Oxfam | Oxfam International; 9 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/rich-countries-overstating-true-value-climate-finance-88-billion-says-oxfam>

⁷¹ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. "If you could talk to future generations, what would you like them to hear?" - Greenpeace International; 4 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/68219/climate-justice-inter-american-court-human-rights-hearings/>

⁷² Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Inside a climate justice case at the Inter-American Court of Human Rights - Greenpeace International; 3 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/68164/inside-climate-justice-case-inter-american-court-human-rights/>

⁷³ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace International participates in the historic process of the Inter-American Court of Human Rights Advisory Opinion on the Climate Emergency and Human Rights - Greenpeace International; 3 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/68171/greenpeace-international-participates-in-the-historic-process-of-the-inter-american-court-of-human-rights-advisory-opinion-on-the-climate-emergency-and-human-rights/>

da [Co-Construção de um Mundo Ecosocial](#)". O evento paralelo ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável contou também com palestrantes da Comissão Indígena da International Federation of Social Workers e do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. No evento, foi apresentada a Carta do Povo para um Mundo Ecosocial e foi discutido como esse documento está sendo usado para orientar a prática do trabalho social.⁷⁴

Conflitos armados

Gaza

A Greenpeace divulgou um artigo que discute a grave e contínua crise ambiental e humanitária em [Gaza](#), exacerbada por uma campanha militar israelense que já dura 270 dias. A guerra causou danos ambientais extensivos, incluindo significativas emissões de carbono, contaminação por metais pesados e a destruição de infraestrutura essencial de água e agricultura. A sociedade agrária de Gaza está devastada, com a maior parte das terras cultiváveis e recursos pesqueiros danificados ou destruídos. A saúde pública da região está em colapso devido à água contaminada, sistemas de gestão de resíduos falhos e falta de suprimentos médicos. As consequências ambientais se estendem aos países vizinhos, impactando Egito, Jordânia e Líbano. Apesar das leis internacionais que protegem o meio ambiente durante conflitos armados, a destruição em Gaza permanece severa. A Greenpeace defendeu medidas urgentes e de longo prazo, incluindo um cessar-fogo imediato, um embargo de armas, reconstrução sustentável e responsabilização pelos danos ambientais. O artigo ressaltou o destino interconectado dos palestinos e libaneses, instando a solidariedade global e a ação para enfrentar a crise.⁷⁵

A OXFAM destacou que agências de ajuda operando no [território palestino](#) ocupado emitiram um alerta urgente, indicando que os ataques de colonos israelenses contra os palestinos aumentaram drasticamente desde 7 de outubro, ultrapassando 1.000 incidentes. Esse aumento alarmante mostra a necessidade imediata de ação concreta da comunidade internacional para proteger o povo palestino. A OXFAM enfatizou a urgência de medidas significativas para responsabilizar o governo israelense e os perpetradores desses ataques, especialmente diante da rápida legalização de postos avançados e da expansão contínua de assentamentos.⁷⁶

A OXFAM denunciou que Israel está violando o Direito Internacional Humanitário ao forçar 250.000 palestinos em [Gaza](#) a se refugiarem em uma zona sem comida, água ou abrigo adequado. A chamada "zona humanitária" designada por Israel é uma das áreas de deslocamento mais densamente povoadas do mundo, onde falta desesperadamente comida, água, serviços médicos e abrigo. Os ataques

⁷⁴ INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS. IFSW Side-event at the UN High Level Political Forum on Sustainable Development – International Federation of Social Workers. 12 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-side-event-at-the-un-high-level-political-forum-on-sustainable-development/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

⁷⁵ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Scorched-earth: making Gaza uninhabitable for generations to come - Greenpeace International; 3 jul 2024 [citado 10 jul 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/68057/scorched-earth-making-gaza-uninhabitable-for-generations-to-come/>

⁷⁶ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Aid agencies demand action as settler attacks on Palestinians surpass 1,000 in the West Bank | Oxfam International; 5 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/aid-agencies-demand-action-settler-attacks-palestinians-surpass-1000-west-bank>

militares contínuos têm impedido a chegada de ajuda humanitária, e os residentes enfrentam condições extremamente precárias, com aumento de bombardeios e falta de condições básicas de higiene, propiciando a disseminação rápida de doenças. A Oxfam exigiu um cessar-fogo imediato para permitir a entrega de ajuda humanitária e garantir a segurança dos civis em Gaza.⁷⁷

Médicos Sem Fronteira denuncia as restrições impostas pelas autoridades israelenses para a entrada de caminhões com suprimentos médicos em 3 de julho, devido aos combates em curso no Sul da Faixa de Gaza. A organização faz um apelo para que Israel abra urgentemente mais pontos de passagem na fronteira para aumentar a quantidade de [ajuda humanitária](#) que chega na região. Ao mesmo tempo faz um pedido para que todas as partes garantam rotas seguras para o transporte de assistência humanitária para dentro da Faixa de Gaza.⁷⁸

O conselho de administração da International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW), conformado por médicos e trabalhadores da saúde em 56 países, publicou um documento de apelo intitulado “[Apelo à Sanidade e à Ação](#)”, pedindo às nações do mundo, especialmente às que estão envolvidas em conflitos armados, defender o direito humanitário internacional, se envolver num diálogo sério pela paz e trabalhar para a abolição das armas nucleares.⁷⁹

Crise humanitária no Sudão

Médicos Sem Fronteiras (MSF) anunciou a [evacuação da sua equipe de médicos](#) e trabalhadores da saúde do Hospital Turco de Cartum, no Sudão, após um ano de incidentes violentos dentro e fora das instalações, que incluíram ameaças contra a vida dos profissionais. Devido ao bloqueio em curso imposto às organizações humanitárias pelas autoridades sudanesas, muitas instalações estão lutando para permanecer abertas. MSF apela às partes em conflito para que civis e infra estruturas civis sejam protegidos, incluindo hospitais e outras estruturas de saúde.⁸⁰

A CARE International divulgou que o [Sudão](#) enfrenta a maior crise alimentar do mundo. A situação de fome e desnutrição chegou ao ponto de obrigar aos adultos a se privarem de uma refeição para alimentar seus filhos⁸¹.

⁷⁷ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Israel breaches International Humanitarian Law by forcing 250,000 Palestinians in Gaza into 'death trap' without food, water, shelter: Oxfam | Oxfam International; 4 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/israel-breaches-international-humanitarian-law-forcing-250000-palestinians-gaza>

⁷⁸ MSF Brasil [Internet]. Último hospital abrangente no sul de Gaza está no limite - MSF Brasil; [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/ultimo-hospital-abrangente-no-sul-de-gaza-esta-no-limite/>.

⁷⁹ IPPNW peace and health blog [Internet]. Call for Sanity, Call for Action; [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://peaceandhealthblog.com/2024/06/12/call-for-sanity-call-for-action/>.

⁸⁰ MSF Brasil [Internet]. Sudão: MSF suspende apoio ao Hospital Turco após mais de um ano de incidentes violentos - MSF Brasil; [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/sudao-msf-suspende-apoio-ao-hospital-turco-apos-mais-de-um-ano-de-incidentes-violentos/>.

⁸¹ CARE International [Internet]. #Sudan is facing the largest food crisis in the world; 11 jul 2024 [citado 12 07 2024]. Disponível em <https://twitter.com/CARE/status/1811461132764213533>.

Ucrânia

A CARE International postou no X declaração sobre a situação na [Ucrânia](#), considerando que as mortes e ferimentos de crianças são uma tragédia irreversível. Além disso, enfatizou que os civis e a infraestrutura civil não deveriam ser alvos⁸².

A World Medical Association [condenou o ataque ao hospital infantil Okhmatdyt, em Kiev, Ucrânia](#), e outros ataques recentes a pessoal de saúde e instalações de saúde em zonas de conflito, expressou seu apoio às vítimas e suas famílias, e instou todas as partes em conflitos a respeitar e defender incondicionalmente o direito internacional humanitário e as Convenções de Genebra para salvaguardar o cuidado de saúde.⁸³

HIV/AIDS

A Fundação Huésped registrou participação na [5ª Reunião da Junta Coordenadora do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids](#) que abordou a sustentabilidade da resposta ao HIV rumo a 2030 e decidiram avançar com o acesso a testagem de HIV por meio da implementação de programas de testagem e tratamento de HIV, a atualização de políticas para permitir testes por provedores comunitários, a integração desses testes em serviços de saúde mais amplos, a redução do estigma e da discriminação e o aumento dos recursos para assegurar acesso equitativo e contínuo a diagnósticos de qualidade.⁸⁴

A Fundação Huésped registrou participação no [encontro anual da HPTN](#), a rede de estudos de prevenção do HIV. No evento reuniram-se pesquisadores, coordenadores e membros das equipes que participam dos estudos para compartilhar informações sobre seus trabalhos. Além disso, foram realizadas diversas plenárias com os avanços em diferentes métodos de prevenção do HIV.⁸⁵

A NCD Alliance é co-organizadora do evento [“Reaching the 4th “90” target: Accelerating the integration of HIV and Noncommunicable Disease responses to improve quality of life”](#), visando chamar a atenção para o aumento dos riscos de comorbidades de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e condições de saúde mental para pessoas vivendo com HIV. O evento também refletirá sobre o cenário global de políticas e as oportunidades futuras globais de financiamento da saúde para acelerar a implementação de serviços de saúde integrados e centrados nas pessoas. O evento que conta também

⁸² CARE International [Internet]. #Ukraine: The deaths and injuries of children are an irreversible tragedy; 9 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em <https://twitter.com/CARE/status/1810685784598495525>.

⁸³ World Medical Association [Internet]. WMA CONDEMNS ATTACK ON UKRAINE CHILDREN’S HOSPITAL AND REPEATS CALL FOR HEALTHCARE TO BE SAFEGUARDED IN CONFLICT ZONES; 10 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-condemns-attack-on-ukraine-childrens-hospital-and-repeats-call-for-healthcare-to-be-safeguarded-in-conflict-zones/>

⁸⁴ Fundación Huésped [Internet]. 5ta Reunión de la Junta Coordinadora del Programa Conjunto de Naciones Unidas sobre VIH/SIDA.; 5 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/5ta-reunion-de-la-junta-coordinadora-del-programa-conjunto-de-naciones-unidas-sobre-vih-sida/>

⁸⁵ Fundación Huésped [Internet]. Asistimos a la reunión anual de HIV Prevention Trials Network (HPTN); 5 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/asistimos-a-la-reunion-anual-de-hptn/>

com a co-organização de GNP+, STOPAIDS, Frontline AIDS, PATH, OMS e International AIDS Society será realizado no dia 22 de julho às 15h em Munique, Alemanha⁸⁶.

A People's Medicines Alliance destacou que o Lenacapavir como medicamento para o HIV tem um grande potencial para [acabar com a AIDS com apenas duas injeções anuais](#), mas o fabricante Gilead não mencionou como as pessoas não podem pagar o preço atual de mais de US\$40 mil, teriam acesso ao tratamento, nem nenhum compromisso de trabalhar com alguma organização para fazer o antiviral mais acessível.⁸⁷

Saúde digital

A International Hospital Federation divulgou a realização de uma sessão, durante seu Congresso, de 10 a 12 de setembro, no Rio de Janeiro, que explorará exemplos de integração bem-sucedida de [soluções digitais](#) com uma variedade de aplicações, incluindo cuidados em domicílio, serviços de medicina e farmácia e colaboração médico-social para pacientes crônicos em ambientes rurais.⁸⁸

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) divulgou a realização de um webinar sobre [telemedicina e segurança cibernética](#), compartilhando informações valiosas sobre a integração da telemedicina aos cuidados de saúde primários e ao combate às ameaças cibernéticas emergentes.⁸⁹

Saúde bucal de mães e filhos

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou um documento, defendendo a [integração da saúde oral nos sistemas de cuidados de saúde primários e pré-natais](#) e a garantia de que todas as comunidades tenham acesso aos cuidados dentários. O documento afirma ainda que assegurar ambientes que apoiem atitudes proativas em matéria de saúde oral pode melhorar significativamente a saúde e o desenvolvimento global das crianças.⁹⁰

Vacinação de profissionais de saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a realização de um webinar para discutir como melhorar a coleta de dados de vacinação de profissionais de saúde em países de renda baixa e médio-baixa. O webinar explorará [abordagens eficazes para garantir que sejam](#)

⁸⁶ NCD AT AIDS 2024 | NCD Alliance. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/event/ncda-at-aids-2024>. Acesso em: 13 jul. 2024.

⁸⁷The People's Medicines Alliance [X]. Gilead's latest announcement mentions neither upper-middle income countries, where people cannot afford anything like Lenacapavir's current +\$40k price tag, nor a commitment to work with the[...]; 11 Julho 2024 [citado em 13 Julho 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesmeds/status/1811405577332920401>

⁸⁸ IHF. International Hospital Federation. This #IHFRio session. 10 jul. 2024. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1811011730736136648. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁸⁹ WONCA - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. WONCA Working Party on eHealth. 10 jul. 2024b. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1810951807218176287>. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁹⁰ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. The Importance of Maternal Oral Health for Mothers and Children. 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/the-importance-of-maternal-oral-health-for-mothers-and-children/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

desenvolvidos e mantidos registros de vacinação precisos e atualizados. Será dada ênfase à importância dos dados para proteger os profissionais de saúde contra doenças evitáveis, apoiar decisões de saúde pública e aumentar a resiliência geral da força de trabalho nestas regiões.⁹¹

Vacinação em serviços de longa permanência

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a realização de uma reunião de peritos para deliberar sobre as ações necessárias para melhorar a política de [vacinação em serviços de longa permanência](#). Convidou as pessoas a lerem e a compartilharem a declaração de consenso e as recomendações resultantes: <https://ow.ly/2EhH50SxavY>.⁹²

Equidade e doenças negligenciadas

A DNDi publicou seu relatório anual de 2023 que contém uma reflexão sobre os 20 anos de sua atuação, olhando para um futuro onde a [equidade esteja no centro da inovação](#) médica. O relatório pode ser lido aqui: <https://dndi.org/about/annual-reports/annual-report-2023/>.⁹³

Micetoma

A DNDi divulgou a visita de sua coordenadora de ações de [combate ao micetoma](#) a cidade de Boru Meda na Etiópia, para encontrar os pacientes e atender suas necessidades: desenvolver tratamentos seguros e acessíveis, prevenir amputações e incapacidades e melhorar o acesso de todos.⁹⁴

Crise migratória

A OXFAM destacou que antes da primeira sessão plenária do novo Parlamento Europeu, mais de 90 organizações de direitos humanos e humanitárias, incluindo Anistia Internacional, alertaram sobre as tentativas da UE e de países membros de tercerizar suas [responsabilidades migratórias](#) para fora da Europa. Essas propostas controversas buscaram deslocar o processamento de asilo e a proteção de refugiados para países fora da UE, minando os princípios fundamentais do direito de asilo. As organizações pediram à UE que abandone essas propostas e apoie políticas de migração e asilo que sejam humanas, sustentáveis e realistas, beneficiando tanto os solicitantes de asilo quanto as comunidades que os acolhem.⁹⁵

⁹¹ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Webinar: Enhancing Vaccination Data Collection for Healthcare Workers in LICs and LMICs | WFPHA. 28 jul. 2024b. Disponível em: <https://www.wfpha.org/webinar-enhancing-vaccination-data-collection-for-healthcare-workers-in-lics-and-lmics/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

⁹² IFA. International Federation of Ageing. An expert meeting. 11 jul. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1811339879541788750>. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁹³ DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. Our 2023 Annual Report has landed! 11 jul. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1811415280838742274>. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁹⁴ DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. The impact of #mycetoma can be devastating. 10 jul. 2024b. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1811056977369313544>. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁹⁵ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. EU must ditch plans to offshore asylum, say over 90 NGOs | Oxfam International; 9 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/eu-must-ditch-plans-offshore-asylum-say-over-90-ngos>

Pobreza infantil na União Europeia

A European Public Health publicou documento com recomendações aos Estados-Membros europeus para assumirem compromissos com os direitos das crianças por meio da [Garantia Europeia para a Criança](#). A organização ressalta que existem 20 milhões de crianças correndo o risco de pobreza e exclusão social, afirmando que a pobreza infantil é uma escolha política e tem efeito sobre a saúde física, mental e bem-estar⁹⁶.

Tributação sobre a riqueza

A OXFAM destacou que a Comissão Europeia reconheceu que a [tributação sobre a riqueza](#) está ganhando "tração globalmente" como uma ferramenta para "assegurar uma distribuição mais justa do ônus tributário entre os indivíduos". De acordo com o novo Relatório Anual sobre Tributação da Comissão, as recentes discussões do G20 sobre a taxação dos super-ricos e a Iniciativa de Cidadania Europeia para um imposto sobre a riqueza destacam essa tendência. O relatório apontou que um imposto anual sobre a riqueza líquida de até 5% sobre os indivíduos mais ricos da Europa poderia arrecadar mais de 250 bilhões de euros, recursos necessários para o combate à pobreza, investimentos em infraestrutura verde e apoio às economias após a pandemia de Covid-19.⁹⁷

A OXFAM destacou que quase 20 ex-líderes de Estado e governo pediram aos atuais líderes do G20 que apoiem um novo acordo global para [taxar os ultra-ricos](#), destacando a proposta do Brasil como uma oportunidade crucial. A carta aberta, coordenada pelo Clube de Madri e pela Oxfam, ressalta que garantir que os mais ricos paguem sua parte justa reduziria a desigualdade e geraria trilhões de dólares para investimentos. Apoiando esta proposta, os líderes do G20 demonstrariam compromisso com a justiça econômica e cooperação internacional para enfrentar a evasão fiscal e a desigualdade extrema.⁹⁸

Reforma tributária

A ACT Promoção da Saúde emitiu uma nota pública que aponta os avanços, os riscos e as oportunidades perdidas na perspectiva da saúde coletiva e prevenção das doenças crônicas na [aprovação da regulamentação da reforma tributária](#) pela Câmara dos deputados no Brasil. A ACT comemorou a aprovação para o imposto seletivo sobre tabaco, álcool e refrigerantes, sendo que estes últimos até então não recebiam qualquer sobretaxa apesar da nocividade à saúde, também celebrou a aprovação da cesta básica nacional de alimentos com alíquota zero de imposto, composta majoritariamente por alimentos saudáveis. A organização lamentou a oportunidade perdida de incluir no imposto seletivo produtos ultraprocessados, agrotóxicos e armas de fogo. A ACT indicou que continuará levando evidências

⁹⁶ European Public Health Alliance - EPHA [Internet]. From Commitment to Reality: Recommendations for Advancing the Child Guarantee; 5 jul 2024 [citado 12 07 2024]. Disponível em: <https://epha.org/from-commitment-to-reality-recommendations-for-advancing-the-child-guarantee/>.

⁹⁷ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. The EU Commission admits taxing wealth is gaining ground | Oxfam International; 4 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/eu-commission-admits-taxing-wealth-gaining-ground>

⁹⁸ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Former heads of state and government call on President Biden and fellow G20 leaders to back global deal to tax the ultra-rich | Oxfam International; 11 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/former-heads-state-and-government-call-president-biden-and-fellow-g20-leaders-back>

científicas livres de conflito de interesse para apoiar as melhores decisões na apreciação da lei pelo Senado.⁹⁹

A ACT Promoção da Saúde realizou campanha para convencer parlamentares da importância do [imposto seletivo para reduzir o consumo de álcool](#), enquanto o Congresso Nacional do Brasil discutia a regulamentação da reforma tributária, a mobilização usou imagens fortes para retratar os danos associados às bebidas alcólicas.¹⁰⁰

Alimentos ultraprocessados

A World Public Health Nutrition Association publicou no X sobre artigo de Carlos Monteiro intitulado "[Alimentos ultraprocessados precisam de advertências no estilo do tabaco](#)".¹⁰¹

Regulação de medicamentos

A Public Citizen informou que o presidente Joe Biden e o senador Bernie Sanders publicaram um artigo no USA Today, criticando a ganância da Big Pharma e o fabricante do Ozempic, Novo Nordisk, por [priorizar os lucros em detrimento da saúde dos americanos](#). Em resposta, a Public Citizen destacou que os preços da Big Pharma estão fora de controle, esgotando orçamentos pessoais e governamentais, e negando tratamentos essenciais. Quase um em cada três americanos racionam suas prescrições devido ao custo, apontou a organização.¹⁰²

A Public Citizen expressou desapontamento e [preocupação com a decisão da FDA de aprovar o donanemab para o tratamento da doença de Alzheimer](#), destacando que as evidências de eficácia do medicamento são modestas e que os riscos à segurança, incluindo inchaço e sangramento cerebral, superam os benefícios.¹⁰³

Participação da sociedade civil

A International Alliance of Patient's Organization divulgou editorial do British Medical Journal intitulado "[World leaders unite to embed social participation in health systems](#)". Neste editorial o BMJ

⁹⁹ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Nota pública sobre a aprovação da regulamentação da reforma tributária pela Câmara dos Deputados; 11 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/nota-publica-sobre-a-aprovacao-da-regulamentacao-da-reforma-tributaria-pela-camara-dos-deputados/19739/>

¹⁰⁰ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Campanha mostra a deputados e senadores por que garantir o imposto seletivo para bebidas alcólicas; 4 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/campanha-imposto-seletivo-para-bebidas-alcoolicas/4364>

¹⁰¹ World Public Health Nutrition Association[Internet].[citado em 13 de julho 2024]. 29 jun2024. Disponível em <https://x.com/WPHNA/status/1807063500818121072>

¹⁰² Public Citizen [Internet]. President Biden, Senator Sanders Confront Big Pharma's Greed; 2 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/president-biden-senator-sanders-confront-big-pharmas-greed/>

¹⁰³ Public Citizen [Internet]. FDA Fails Patients By Approving Flawed Alzheimer's Disease Drug Donanemab (Kisunla); 2 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/fda-fails-patients-by-approving-flawed-alzheimers-disease-drug-donanemab-kisunla/>

elogia os esforços para fortalecer sistemas de decisão participativos nos sistemas de saúde em todo o mundo conforme resolução aprovada na 77ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2024.¹⁰⁴

Doenças Crônicas Não Transmissíveis

Advocacy para as DCNT

A NCD Alliance lançou a terceira fase do [Advocacy Institute](#), uma iniciativa emblemática de desenvolvimento de capacidades. O Advocacy Institute é um programa plurianual projetado para fortalecer a sociedade civil e garantir uma resposta mais eficaz às DCNTs. Com base nas duas primeiras fases muito bem-sucedidas do programa, a terceira fase incluirá as seguintes diretrizes: i) Curso para apoiar alianças nacionais de organizações recém-formadas/nascentes com os fundamentos da formação de coalizões, desenvolvimento organizacional e advocacy; ii) Accelerator Track, que apoia as alianças nacionais de DNTs já estabelecidas na liderança de campanhas de advocacy locais sobre questões de políticas prioritárias, alinhadas com as metas de impacto da NCD Alliance para 2021-2026 - prevenção de DCNT, cuidados, financiamento e envolvimento da comunidade; e iii) uma trilha de defesa regional recém-formada que trabalhará com as alianças regionais existentes da NCD Alliance para melhorar a resposta às necessidades de desenvolvimento nos contextos regionais e para garantir melhores vínculos entre os níveis global, nacional e regional de advocacy.¹⁰⁵

Doenças cardiovasculares

A World Heart Federation está mobilizando para a assinatura de uma [petição que visa por "medidas mais fortes para proteger a saúde do coração e salvar vidas"](#), a partir do desenvolvimento e apoio de um plano de ação nacional de saúde cardiovascular nos países. A ação faz parte da nova campanha trienal do Dia Mundial do Coração. A organização lembra que as doenças cardiovasculares são responsáveis por mais de 20,5 milhões de mortes todos os anos, sendo a maior causa de morte no mundo. No entanto, as políticas nacionais sobre o tema são quase inexistentes¹⁰⁶.



Fonte: [World Heart Federation](#)

¹⁰⁴ INTERNATIONAL ALLIANCE OF PATIENTS' ORGANIZATION. BMJ editorial highlights global efforts to enhance participatory decision-making in health systems | International Alliance of Patients' Organizations. 11 jul. 2024. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15679>. Acesso em: 13 jul. 2024.

¹⁰⁵ NCD ALLIANCE. Advocacy Institute advocates bring a strong presence to Geneva during WHA week. 9 jul. 2024b. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/advocacy-institute-advocates-bring-a-strong-presence-to-geneva-during-wha-week>. Acesso em: 13 jul. 2024.

¹⁰⁶ WORLD HEART Day 2024: USE FOR ACTION - World Heart Federation. 1 jul. 2024. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/world-heart-day-2024-use-heart-for-action/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

Lei da pessoa idosa

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) postou um convite para uma palestra sobre "O estabelecimento e o impacto da [lei dos idosos](#)".¹⁰⁷

Cooperativas para idosos

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) registrou a passagem, em 06 de julho, do [Dia Internacional das Cooperativas](#), divulgando exemplos de cooperativas para idosos na Base de Dados Global de Práticas Amigas dos Idosos da OMS: <https://shorturl.at/ZGnnJ>.¹⁰⁸

Idosos e ODS

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) postou um convite para um painel de discussão sobre "[A inclusão de pessoas idosas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU](#)".¹⁰⁹

Violência entre parceiros íntimos

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) postou convite para um webinar sobre identificação de [violência entre parceiros íntimos](#) na atenção primária.¹¹⁰

Energia solar e acesso à saúde

A Rotary International divulgou relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o [acesso à saúde](#), onde destacou a importância da expansão da energia solar, tendo em vista que 1 bilhão de pessoas usam instalações de saúde sem fonte de eletricidade confiável ou sem nenhuma eletricidade.¹¹¹

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Segurança alimentar

A GAVI, the Vaccine Alliance, abordou [a crise de segurança alimentar mais severa registrada no Sudão até o momento](#)¹¹². Os principais fatores que contribuem para essa crise, como conflitos, mudanças

¹⁰⁷ IFA. International Federation of Ageing. Join us tomorrow at IFA's #GlobalCafé. 11 jul. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1811354881669623998>. Acesso em: 11 jul. 2024.

¹⁰⁸ IFA. International Federation of Ageing. The IFA is celebrating International Day of Cooperatives! 11 jul. 2024c. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1809542946225586428>. Acesso em: 11 jul. 2024.

¹⁰⁹ IFA. International Federation of Ageing. Join us tomorrow at IFA's #GlobalCafé. 4 jul. 2024b. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1808818176395821146>. Acesso em: 11 jul. 2024.

¹¹⁰ WONCA - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Join us on July 20, 2024. 9 jul. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1810650422631150031>. Acesso em: 11 jul. 2024.

¹¹¹ Rotary International [Internet]. Solar energy Expanding healthcare access; 29 jun 2024 [citado 13 07 2024]. Disponível em <https://twitter.com/Rotary/status/1806967111505387887>.

¹¹² GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Sudan now confronting its most severe food security crisis on record. [Internet]. Genebra: Gavi, the Vaccine Alliance; c2024 [citado 12 Jul 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/sudan-now-confronting-its-most-severe-food-security-crisis-record>

climáticas e crises econômicas, fazem com que a situação atual esteja exacerbando a insegurança alimentar e a desnutrição em todo o país, afetando gravemente milhões de pessoas. A aliança explora as medidas necessárias para enfrentar essa crise humanitária e o apoio internacional necessário para fornecer ajuda emergencial aos mais afetados.

Fomento à saúde privada

A Rockefeller Foundation divulgou o seu relatório anual sobre seus investimentos no Zero Gap Fund. Este se trata de um fundo de investimentos em tecnologias disruptivas e empresas de tecnologia para enfrentar a mudança climática, agricultura regenerativa, inclusão financeira e acesso a serviços essenciais, mobilizando capital privado em grande escala. O LeapFrog's Emerging Consumer Fund III, parte desse esforço, proporciona [acesso a serviços financeiros e de saúde para “consumidores emergentes”](#) na África Subsaariana, Sul e Sudeste Asiático, beneficiando 14 milhões de pessoas e gerando 97 mil empregos.¹¹³

Saúde da mulher

A Gates Foundation divulgou estudos que indicam que, [se a saúde das mulheres fosse adequadamente financiada](#), elas teriam em média 7 dias a mais de vida saudável por ano. Ao longo da vida, isso representaria um total de 500 dias adicionais de saúde plena.¹¹⁴

Pesquisa e desenvolvimento

Uma pesquisa divulgada pela GAVI descobriu [que meninos nascem com uma resistência natural mais elevada ao HIV em comparação com meninas](#)¹¹⁵. A pesquisa sugere que isso pode estar relacionado a diferenças nos padrões de expressão genética entre os sexos. A descoberta pode ter implicações importantes para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e tratamento do HIV mais eficazes, especialmente em contextos onde a transmissão vertical é um problema significativo.

A GAVI apontou [razões por trás da variabilidade na suscetibilidade das pessoas ao COVID-19](#)¹¹⁶. A matéria discute como fatores genéticos, imunológicos e ambientais desempenham papéis cruciais na determinação de quem contrai a doença e quem não contrai. Pesquisas recentes têm revelado insights sobre como esses fatores interagem, destacando a complexidade da resposta individual ao vírus. Além disso, a GAVI aborda implicações para políticas de saúde pública e desenvolvimento de vacinas mais eficazes.

¹¹³ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Zero Gap Fund Mobilizes \$1.04B in Private Capital To Advance UN Sustainable Development Goals; jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/zero-gap-fund-mobilizes-1-04b-in-private-capital-to-advance-un-sustainable-development-goals/>.

¹¹⁴ Gates Foundation [Internet]. If women's healthcare was adequately; 10 Julho 2024 [citado em 12 Julho 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/gatesfoundation/status/1811057932076781767>

¹¹⁵ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Boys born with higher natural resistance to HIV, study finds. [Internet]. Geneva: Gavi, the Vaccine Alliance; c2024 [citado 12 Jul 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/boys-born-higher-natural-resistance-hiv-study-finds>

¹¹⁶ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. We finally know why some people got COVID while others didn't. [Internet]. Geneva: Gavi, the Vaccine Alliance; 2024 [citado 12 Jul 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/we-finally-know-why-some-people-got-covid-while-others-didnt>

Testes diagnósticos

A FIND participou da [Conferência de AIDS e Coinfecções](#) da Ásia-Pacífico (APACC) 2024 em Hong Kong e apresentou trabalhos sobre "Inovações em Diagnósticos de Tuberculose".¹¹⁷

Saúde digital

A FIND destacou sua participação em um [evento](#) organizado pela Global Partnership on Artificial Intelligence em colaboração com o Ministério da Eletrônica e TI da Índia, explorando a integração da inteligência artificial na saúde, especialmente no Sul Global.¹¹⁸

A GAVI explorou o [impacto positivo do investimento em tecnologia de saúde na África](#), destacando como inovações tecnológicas podem revolucionar os sistemas de saúde locais¹¹⁹. Foram discutidos exemplos específicos de tecnologias promissoras que estão sendo implementadas ou desenvolvidas no continente, como a telemedicina, aplicativos de saúde móvel, e sistemas de gestão de dados. O foco principal é demonstrar como essas tecnologias podem melhorar o acesso aos cuidados de saúde, a eficiência operacional e os resultados clínicos em contextos africanos.

Participação da Sociedade Civil

O Global Fund anunciou que o [Conselho de Juventude](#) está buscando jovens líderes entre 18-25 anos, engajados na luta contra HIV, tuberculose e malária, para atuar nos próximos dois anos. Este Conselho serve como órgão consultivo para o Diretor Executivo e o Secretariado do Fundo Global, garantindo que as necessidades e perspectivas dos jovens sejam consideradas nos investimentos.¹²⁰

Financiamento da saúde

O Global Fund está colaborando com especialistas em [Gestão Financeira Pública](#) (GFP) para maximizar o impacto e sustentar investimentos em saúde. Em uma recente reunião em Genebra, líderes de finanças e saúde de 14 países discutiram como a GFP pode melhorar a eficiência, transparência e responsabilidade no uso de recursos de saúde.¹²¹

O Global Fund e Ruanda anunciaram dois novos [subsídios](#) no valor de US\$174 milhões para combater a AIDS, a tuberculose e a malária, além de fortalecer sistemas de saúde até 2027.

¹¹⁷ FIND. Twitter [Internet]. Last week, the Asia-Pacific AIDS & Co-Infections Conference (APACC) 2024 took place in Hong Kong. @shubhadashenai represented FIND India and [Tweet]; 4 jul 2024 [citado 11 jul 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1808885217693679664>

¹¹⁸ FIND. Twitter [Internet]. Vice President of Access, Dr Sanjay Sarin, was a speaker @GPAI_PMIA organized by @GoI_MeitY . The event brought together stakeholders to [Tweet]; 10 jul 2024 [citado 11 jul 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1811343384889401627>

¹¹⁹ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Investing in African health tech can transform health systems: here's how. [Internet]. Genebra: Gavi, the Vaccine Alliance; c2024 [citado 12 Jul 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/investing-african-health-tech-can-transform-health-systems-heres-how>

¹²⁰ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Call for Applications: Join the Global Fund Youth Council; 2 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-07-02-youth-council-members/>.

¹²¹ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund Collaborates With Country Public Financial Management Experts to Maximize Impact and Sustain Donor Investments in Health; 9 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-07-09-global-fund-country-public-financial-management-experts/>.

Implementados sob o modelo "Pagamento por Resultados", esses subsídios se aplicarão em várias áreas estratégicas.¹²²

O Global Fund realizará uma [avaliação](#) sobre Respostas Comunitárias e Fortalecimento de Sistemas (CRSS) entre setembro de 2024 e maio de 2025. Esta avaliação abrangerá múltiplos ciclos de financiamento, fornecendo insights cruciais para futuros investimentos.¹²³

Cadeia de suprimentos

O Global Fund, junto com a Gavi e o Fundo Global de Financiamento (GFF), lançou uma [iniciativa conjunta](#) para expandir o pool de fornecedores de serviços de avaliação qualificados. Este esforço visa superar barreiras e melhorar futuras avaliações independentes.¹²⁴

EVENTOS

A Fundação Huésped divulgou a 7ª edição do [Simpósio Satélite Transgênero na América Latina](#), organizado em conjunto com a RedLacTrans, na segunda-feira, dia 22 de julho, em formato híbrido. O evento será realizado durante a 25ª Conferência Internacional de AIDS 2024 em Munique, Alemanha.

A InterAcademy Partnership divulgou webinar ["Engajamento com a sociedade: como as academias podem maximizar o impacto de sua participação pública"](#) em 12 de julho de 2024 que irá delinear o propósito do engajamento público, destacando as últimas tendências e métodos, e fornecerá uma oportunidade para compartilhar conhecimentos e práticas com colegas de toda a Europa.

A Global Network of People Living with HIV (GNP+) divulgou a programação de sua participação na [25ª Conferência Internacional sobre AIDS](#), que será sediada em Munique, Alemanha, entre os dias 20 e 26 de julho. Alguns dos temas discutidos envolvem a *advocacy* de pessoas com HIV, questões jurídicas ligadas ao acesso à serviços de saúde e o papel das comunidades na construção de agendas de políticas públicas.

O CORE Group convidou a participar da [Conferência de Profissionais de Saúde Global 2024](#) que abordará os temas de: comunidades, clima e colaboração.

¹²² The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Rwanda and Global Fund Launch New Grants to Expand Progress Against AIDS, TB and Malaria and Strengthen Health Systems; 3 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-07-03-rwanda-global-fund-new-grants-aids-tb-malaria-strengthen-health-systems/>.

¹²³ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Evaluation of Community Responses and Systems Strengthening (CRSS); 2 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-07-02-evaluation-of-community-responses-and-systems-strengthening/>.

¹²⁴ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Request for Information: Global Fund and Gavi Joint Initiative to Expand the Evaluation Supplier Pool; 11 jul 2024 [citado 12 jul 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-07-11-rfi-global-fund-gavi-joint-initiative-expand-evaluation-supplier-pool/>.

Considerações finais

Na quinzena, foram registrados tópicos recorrentes como a crise ambiental e as guerras. Como novidade, o HIV/aids teve destaque motivado pela realização próxima de uma importante conferência mundial. A saúde digital também teve mais destaque do que em períodos anteriores.

Dessa vez, a crise climática se destacou por manifestações denunciando poluidores corporativos, elites econômicas e governos como responsáveis pelas mudanças climáticas que continuam se exacerbando e afetando cada vez a mais comunidades. As manifestações defendem a luta pela existência da humanidade, por uma vida digna, por um futuro seguro para todos e pela proteção dos diferentes modos de vida ameaçados pela crise climática. Além disso, denunciam que os verdadeiros responsáveis são incapazes ou não estão dispostos a agir suficientemente ou de forma alguma em prol dos direitos das pessoas. A boa notícia é que as pessoas não estão desistindo; essa luta está sendo cada vez mais travada e, com vitórias pontuais importantes, como as sentenças proferidas em tribunais ao redor do mundo, condenando poluidores ou governos omissos.

Sudão, Ucrânia e Gaza continuaram a ser destaque pelas dificuldades da entrada da ajuda humanitária nas zonas que mais precisam dela e pelos ataques que os profissionais de saúde vêm sofrendo enquanto cumprem a seu importante labor. Diferentes organizações apelaram por ações concretas à comunidade internacional, exigindo garantias para proteger hospitais e profissionais de saúde, além de civis, em geral. Continuamente, aponta-se como as guerras impactam negativamente e de forma interrelacionada a saúde, os direitos humanos e o meio ambiente. As consequências ambientais das guerras, como no caso da Faixa de Gaza, estão se estendendo aos países vizinhos, como Egito, Jordânia e Líbano, o que reforça a necessidade de medidas urgentes e de longo prazo, incluindo um cessar-fogo imediato, um embargo de armas, a reconstrução sustentável e a responsabilização pelos danos ambientais. As organizações da sociedade civil mostraram seu permanente compromisso de denunciar as crises globais e buscar soluções sustentáveis e justas para os desafios que afetam a saúde e o bem-estar das populações ao redor do mundo.

**Capitalismo verde ainda é capitalismo:
Bretton Woods está aquém da salvação possível das reformas parciais**

***Green capitalism is still capitalism:
Bretton Woods is beyond the possible salvation of partial reforms***

**Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho**

Abstract. *In this document of number 12 we explore articles and civil and academic movements around the 80 years anniversary of the Bretton Woods Agreement and all that surrounds the namesake system. In Health we analyse the Gaza Genocide through a lens of deprivation of Right to Health as a weaponised mechanism, along with AI possible similar fate, finishing this second section with european health workers recent movements as a political group. In climate, we explore the contours of green capitalism using Israel agrobusiness culture and debt-for-nature swaps as examples.*

Keywords: *Green Capitalism. Bretton Woods System. Right to Health. Decolonized Artificial Intelligence. Green Washing. Debt-for-nature Swaps.*

Resumo. Neste informe do número 12 exploramos artigos e movimentos civis e acadêmicos em torno do aniversário de 80 anos do Acordo de Bretton Woods e o que cerca o sistema homônimo. Na Saúde analisamos o Genocídio de Gaza através de uma perspectiva de privação do Direito à Saúde como uma ação instrumentalizada, juntamente com a IA e seu possível destino semelhante, terminando esta segunda seção com os movimentos recentes dos trabalhadores da saúde europeus como grupo político. No clima, exploramos os contornos do capitalismo verde usando a cultura do agronegócio de Israel e as trocas de dívida por natureza como exemplos.

Palavras-chave: Capitalismo Verde. Sistema de Bretton Woods. Direito à Saúde. Inteligência Artificial Decolonizada. Lavagem Verde. Trocas de dívida por natureza.

Neste informe de número 12 de 2024 seguimos explorando nossos 3 guarda-chuvas temáticos: Panorama político-econômico, Saúde e Clima e tecendo interconexões entre eles. O primeiro bloco é dedicado ao aniversário de 80 anos dos Acordos de Bretton Woods e ao sistema homônimo, com dois textos que detalham as características quase seculares do sistema monetário financeiros internacionais, os seus fundamentos calcados em desigualdades coloniais e a necessidade urgente de mudança, ilustrada com a questão da dívida, dos DSE e das reformas parciais. O bloco é encerrado com o chamado para uma ONU do povo pelo G2H2 destacando, novamente, a necessidade de uma reforma estrutural que “rearrange” os moldes representativos das instituições internacionais e suas dinâmicas de poder.

Em Saúde, abrimos com a questão Palestina através de uma exposição da Doutora Mofokeng, Relatora Especial da ONU em Direito à Saúde, sobre a exploração do sistema de saúde de Gaza como um instrumento de dominação e aniquilação - sem saúde, sem vida. A seguir, o tema da saúde como direito

ou como instrumento de micropolíticas é ampliado para dentro das questões da IA e da disputa de narrativas entre a SCO e a *big techs*, terminando o bloco com a análise dos movimentos dos trabalhadores e sindicatos da saúde dentro da Europa a luz das eleições francesas.

Clima, voltamos com Gaza num documento de 2020 do centro de pesquisa *Who Profits* que analisou a relação entre *agrobusiness*, invasão ilegal israelense e a exportação de mecanismos de tecnologia de Israel para o mundo - lembrando o livro recém publicado no Brasil “Laboratório Palestina” de Antony Loewenstein - em paralelo ao livro de Adrienne Buller “Quanto vale uma Baleia?” e sua denúncia contra a narrativa de *greenwashing* do capitalismo “dito verde”, terminando com a análise crítica das políticas de *debt-for-nature swap* e novamente, sua capa de capitalismo colorido.

Panorama político-econômico

Em julho deste ano, 2024, completamos 80 anos de Bretton Woods. A Conferência marcou o fim da Segunda Guerra e o início da construção de um novo sistema internacional organizado a partir dos acordos feitos nas duas rodadas - a segunda com a presença de banqueiros. A partir daí nasceu o Sistema Bretton Woods, alvo de muitas críticas da SCO e também em nossos informes, que tem em sua hidra de muitas cabeças o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os outros flagelos que configuram o Sistema Monetário Financeiro Internacional e sua concepção ao redor das necessidades dos mercados. Porque sim, quem aprovou Bretton Woods em 1944 não estava necessariamente preocupado com os flagelados do mundo, mas sim com a proteção e manutenção do seu poder - poder colonial e baseado na transferência de riquezas constantes, representado pelos projetos vencedores dos Estados Unidos e do Reino Unido. O repertório do BM conta - numa escrita quase poética, vale a pena ler e rir - como 44 nações estiveram presentes nos acordos e nós reportamos como os projetos aprovados não refletiram os presentes, vencendo a lógica das grandes potências coloniais que sentaram à mesa e decidiram o futuro do mundo, num *foresee* das muitas assembleias, reuniões e COPs: todos vão, mas poucos decidem. A história chegava ao fim porque a partir dali havia - na realidade, não foi dada - alternativa. Ou se entrava no jogo do Bretton Woods e suas condicionalidades, ou se ficava de fora e se aguentava o tranco - tranco esse que foi abafado enquanto havia os aparadores da União Soviética e seus mecanismos paralelos opostos ao neoliberalismo.

Acordos e instituições que supostamente nasceram para facilitar “desenvolvimento, reconstrução e cooperação”, cumpriram com destreza uma agenda de aprofundamento das desigualdades através da exploração das lógicas de poder. Em virtude desse octogésimo aniversário, a DEVEX publicou um artigo opinativo apelando pela reforma das *Special Drawing Rights*, os Direitos de Saque Especiais (DSE), mecanismo do FMI que visa suplementar as reservas em moeda estrangeiras dos países-usuários, numa crítica que cabe a todo sistema. *“Opinion: 80 years post Bretton Woods, it’s time for just finance”* ratifica nosso ponto: a arquitetura do sistema monetário financeiro internacional carrega as dinâmicas da era colonial e do colonialismo e foi - por servir e proteger a esses poderes - incapaz de se adaptar aos chamados por mudança das últimas décadas, mesmo sendo constantemente denunciada em meio a policrise, na qual tem sua culpa.

“As desigualdades desta arquitetura foram reveladas pela pandemia da COVID-19, quando as economias avançadas foram capazes de responder aos choques através de grandes medidas de despesas discricionárias – estimadas em representar pelo menos 10% do seu PIB. Uma resposta semelhante não foi possível para os países de rendimento baixo e médio, que tiveram de contrair empréstimos junto dos mercados financeiros internacionais ou contar com o apoio de emergência do Fundo Monetário

Internacional ou de outras instituições financeiras internacionais. O aperto monetário nos países de rendimento elevado, que levou ao aumento das taxas de juro, foi um golpe adicional para os PRBM, aumentando os seus custos de financiamento e arriscando uma crise de dívida total. Embora não sejam uma solução milagrosa, as reformas dos Direitos de Saque Especiais do FMI, ou DSE, poderiam ajudar e funcionar como um amortecedor, atenuando as piores desigualdades desta arquitetura antiquada. No entanto, tais reformas enfrentam a oposição de alguns dos países membros de rendimento elevado do FMI. Criado em 1969 como ativo de reserva do FMI, a promessa dos DSE permaneceu em grande parte por se cumprir. Embora não sejam moeda em si, os DSE podem ser trocados por moeda forte entre bancos centrais e funcionar como unidade de conta do FMI. Há cinquenta anos, houve um esforço concertado por parte dos estados recentemente independentes para criar um “elo de desenvolvimento” de DSE para garantir que as alocações de DSE estivessem diretamente ligadas às necessidades de desenvolvimento dos países. No entanto, os Estados Unidos e a Alemanha bloquearam estes esforços, ajudando a criar aquilo que o antigo ministro das Finanças da Colômbia, José Antonio Ocampo, referiu como um “não-sistema” monetário internacional onde os PRBM devem tentar auto-segurar-se contra o fluxo de capital transfronteiriço volátil.”

Mesmo que longe da reforma sistêmica que precisamos, os DSE apresentariam uma possibilidade de desafogo temporário para estruturação de economias com crise de dívida - *debt crisis* - e com economias encolhidas, se colocando como alternativa aos empréstimos e *grants* - que as instituições financeiras juram que não tem caráter de crédito, pelos seus juros mais brandos e condicionalidades mais flexíveis (mas é só deixar de pagar as parcelas que vira dívida de novo, bem rapidinho). Por isso, as propostas do DSE foram firmemente negadas pelos países mais poderosos e pelas empresas privadas de crédito internacional, tendo até o *The Economist* publicado artigos contra a medida - mais de uma vez - num tom de “devemos ajudar os empobrecidos, mas não de uma maneira que fuja dos padrões neoliberais”.

Outra política de crédito das instituições internacionais que vem sendo muito criticada pela sociedade civil organizada e pela academia progressista é a política de *surcharges*, as sobretaxas: basicamente, se um país deve muito ou deve há muito tempo, o FMI cobra taxas extras especiais em cima dessa dívida. Em artigo especial de verão, a The Bretton Woods Project publicou no dia 3 de julho o “No false solutions: IMF surcharges must go” frente ao anúncio, em abril, da revisão da política citada por parte do Fundo. A seguir traduzimos as partes cruciais do artigo e pedimos paciência pela extensão dos trechos.

“O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou em abril que irá iniciar uma revisão da sua controversa política de sobretaxas. Para o movimento global que tem procurado descontinuar esta política nos últimos anos, isto representa uma janela de oportunidade fundamental. Mas os defensores das sobretaxas recorreram a velhos argumentos refutados – e estão mesmo a considerar novas políticas que poderiam impedir uma reforma significativa.

As sobretaxas são taxas que o FMI cobra, além dos juros regulares e dos custos de serviço, aos mutuários cuja dívida pendente com o Fundo excede um determinado limite e/ou além de um período de tempo especificado (ver Dentro das Instituições, O que são sobretaxas do FMI?). Dado que as sobretaxas só se aplicam a mutuários altamente endividados, a política tem sido criticada como regressiva e contraproducente, punindo ainda mais os países que já enfrentam encargos de dívida esmagadores. A Ucrânia, que está atualmente no meio de uma guerra, e o Paquistão, que, em 2022, viu um terço do seu

território inundado em resultado das alterações climáticas, são dois dos cinco países mais afetados pelas sobretaxas (ver Observador Summer 2024). (.)

Os proponentes da política afirmam que as sobretaxas desincentivam a dependência excessiva do Fundo. Mas isto pressupõe que a acumulação de dívida é motivada pela falta de incentivos punitivos adequados e ignora que já existe um grande desincentivo nos empréstimos do FMI: a perda de soberania económica resultante de condicionalidades, que são frequentemente de natureza pró-cíclica. Normalmente, os governos só recorrem ao Fundo como último recurso. (.)

Alguns países podem ter uma motivação adicional para manter as sobretaxas em vigor. Os EUA e outras economias avançadas discutiram recentemente a canalização do rendimento líquido dos empréstimos não concessionais do Fundo para o Poverty Reduction and Growth Trust (PRGT), um mecanismo de empréstimo concessional para países de baixo rendimento que deverá enfrentar em breve défices de financiamento devido a uma carteira em expansão juntamente com o declínio das contribuições dos países ricos.

Este rendimento líquido normalmente iria para o financiamento adicional de saldos de precaução. Se for desviado para outros usos, fica mais difícil manter os saldos sem depender de sobretaxas. (.) Entretanto, estes mesmos países de rendimento elevado contribuem para as condições que impulsionam o endividamento, ao não cumprirem consistentemente os seus compromissos de ajuda e financiamento climático para apoiar os países em desenvolvimento. Os países ricos deveriam aumentar as suas contribuições para o PRGT, mas se não estiverem dispostos a fazê-lo, existem opções muito melhores do que uma dependência contínua de sobretaxas – como a venda ou reavaliação de uma fração das vastas e largamente inexploradas reservas de ouro do FMI”

Ou seja, os países endividados - ou melhor, em *debt crisis*, porque a dívida não acaba em si, mas sim se traduz numa série de problemas - acabam, por efeito cascata, pagando algo que eles mesmos financiam (o dinheiro sai como crédito, volta como pagamento de dívida e depois é colocado como crédito de novo), com os países enriquecidos por este esquema (agiotagem internacional) não mexendo nas suas próprias reservas e resistindo a qualquer mudança.

Reconhecido - tanto por nós observadores, como pela sociedade civil - o papel das reformas pontuais é valorizado. Porém, é sempre necessário pontuar a imperial inevitabilidade de buscar reformas sistêmicas, dentro do próprio sistema monetário internacional, como também na estrutura que retroalimenta as instituições financeiras - reformas concomitantes e focadas na desestruturação de um imperativo neoliberal pautado na transferência de recursos do sul para o norte, no arcabouço do desenvolvimento de via única da sociedade capitalista e na manutenção de desigualdades diversas que formam a cara da policrise global e que criam barreiras - através de ameaças, constrição económica e\ou lawfare - para avanços sólidos. Mudanças focalizadas podem fazer parte de um plano maior, claro, principalmente tendo em vista que precisaremos ter uma visão *glocal* para combater um sistema de complexas e estruturantes teias de significado, porém, a lembrança aqui é motivada pelo medo de que essas políticas x ou y bastem em si mesmas caso cooptadas como amortecedores - políticas de controle de insatisfação social - ou calmantes temporários. Por exemplo, mais do que propostas de reforma de saques ou juros, deveria ser discutida e proposta - e pressionada - uma política de cancelamento da dívida e junto a isso propostas de política de redistribuição justa. Instrumentos de alívio são importantes para momentos de crise aguda, mas podem gerar uma sensação de conforto e otimismo momentâneo profundamente enganosos, já que a falta de qualquer medida de apaziguação levaria a *riots* movidos pela

indignação de um planeta pegando fogo em meio a uma economia em colapso, movimento inegavelmente cinético e poderoso demais para ser contido uma vez que posto em órbita.

Com isso, e como mencionado acima, de forma paralela é necessário repensar o sistema que drena a riqueza e o que acumula essa riqueza. O relatório de Gabriel Zucman, comissionado pelo Brasil durante sua presidência do G20, *“A blueprint for a coordinated minimum effective taxation standard for ultra-high-net-worth individuals”* nos mostra um mapa de caminhos para um política coordenada internacional de taxaço das grandes riquezas individuais a partir de uma taxaço base de 2% (que merreca, mesmo o montante final sendo alto) e na implementaço de modelos de taxaço progressiva - em contraste com a maioria dos modelos atuais, regressivos e indiretos. O ponto forte do documento fica na indicaço da possibilidade de adesão parcial - nem todos países precisam aderir para que a proposta funcione - e por expressar, diversas vezes, que a implementaço da política de taxaço comum não deverá vir com condicionalidades sobre como e onde gastar o montante arrecadado.

“Como acontece com qualquer mudança na tributaço, a proposta aqui feita teria custos e benefícios. Sobre o lado dos benefícios, um imposto mínimo sobre indivíduos com patrimônio líquido ultraelevado aumentaria significativamente os montantes de receitas do governo. Esses recursos poderiam ser investidos para apoiar desenvolvimento econômico através de investimentos na educaço, saúde, infra-estruturas públicas, transiço energética e mitigaço das alteraçoes climáticas – aumentando a prosperidade econômica a longo prazo. Além dos ganhos de receitas para os governos, o padrão comum aqui detalhado resolveria um problema fundamental do fracasso dos sistemas tributários contemporâneos, que permitem que os indivíduos mais ricos tenham relativamente baixas taxas de imposto efetivo. Haveria benefícios em termos de maior confiança e coesão social.

Há muito que os países podem fazer unilateralmente para melhorar a eficácia do seu sistema de tributaço no topo da distribuço de riqueza. No entanto, a açõ coordenada acrescenta valor, porque reduziria o risco de um nivelamento por baixo e apoiaria medidas fiscais progressivas nacionais. Quanto ao segundo pilar, a cooperaço global ajudaria a resolver os efeitos desiguais da globalizaço, do qual os bilionários se beneficiaram desproporcionalmente à medida que seus negócios colheram os frutos recompensas de mercados globais cada vez mais integrados. Tal como o Pilar Dois, o padrão comum proposto neste plano poderia ser implementado através de medidas internas, em vez de um tratado multilateral: poderia ser interpretado como um regime voluntário com incentivos integrados para aderir (Kysar, 2024).

Este plano não discutiu como as receitas provenientes de tal padrão global deveriam ser gastas. Os gastos do governo, assim como a tributaço, devem ser decididos através de deliberaço democrática e do voto. Há uma variedade de utilizaçoes legítimas das receitas, incluindo a reduço de impostos sobre intervenientes econômicos tributados, financiando bens e serviços públicos nacionais, ou contribuem para a economia global e bens públicos. Estas questões merecerão uma discussão global exaustiva e inclusiva.

Graças aos recentes progressos na cooperaço fiscal internacional, foi criada uma norma fiscal comum para bilionários tornou-se tecnicamente possível. Implementá-lo é uma questão de vontade política.”

Por último, mas não menos importante, queremos fechar essa seção com um chamado da Geneva Global Health Hub (G2H2) que promoveu, paralelo a 56th Sessão do CDH, um evento de título

“Summit of the Future? Civil Society Must Reclaim the United Nations” analisando o engajamento da sociedade civil com e dentro dos mecanismos e instituições das Nações Unidas e destacando o papel do primeiro como “*watchdogs*” de malfeitorias e constante lembrete das necessidades e direitos dos povos dentro de uma organização bastante dominada pelos interesses dos atores com mais poder de veto e fogo - incluindo atores privados.

“Os painelistas discutiram um novo relatório que analisa o envolvimento da sociedade civil nos fóruns da ONU e propuseram caminhos a seguir para promover o protagonismo das pessoas e das organizações de base. Num contexto de crise de confiança e cooperação no multilateralismo e de enfraquecimento dos mecanismos de coordenação intergovernamental, as organizações da sociedade civil dão o alarme. (...)

Porque “Nós, o povo...” é mais do que Estados-membros. As Nações Unidas são o nosso lugar, onde os cidadãos, através das organizações da sociedade civil, defendem a dignidade humana e promovem os direitos humanos, a paz e o desenvolvimento. Compete aos Estados implementar e garantir estes objetivos comuns. Estamos nos manifestando hoje porque eles são incapazes de fazê-lo. O sistema das Nações Unidas está bloqueado pela dinâmica neocolonial. O potencial democrático na diplomacia da ONU é sufocado por Estados privatizados que bloqueiam constantemente a interação intergovernamental, transformando-a nos seus próprios interesses. Isto ocorre em detrimento da cooperação internacional, dos processos de paz, dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento. Um sistema multilateral descolonializado mais forte, adequadamente financiado e liderado pelas Nações Unidas é hoje mais necessário do que nunca, se quisermos restaurar o direito internacional e a promessa de um futuro neste mundo.

Porque “Nós, o povo...” certamente não é para interesses privados. Não aceitaremos mais ser misturados e confundidos com atores que pretendem promover a agenda social, mas na realidade defendem os seus interesses privados, como é o caso do “multissetorialismo” e do “multilateralismo em rede” de hoje. Este é o arranjo camuflado para a inclusão relevante das elites do setor empresarial, inclusive na sua variante filantrópica.

Não somos ingênuos. Precisamos de regras básicas confiáveis na ONU. Reivindicamos regras que obriguem o setor privado a ter um papel, certamente, mas um papel que está diretamente ligado à garantia dos direitos sociais e econômicos e do direito ao desenvolvimento.

Hoje, os intervenientes privados estão mais frequentemente no centro de conflitos de interesses estruturais, no cenário desregulamentado da globalização, quando se trata de regulamentações internacionais sobre a luta contra as alterações climáticas, os processos de paz ou o direito ao desenvolvimento. Somos pessoas e organizações que lutam pela dignidade humana e pelos direitos sociais, pelo respeito pelos ecossistemas e pelo ambiente, pela paz e pela segurança humana. Eles não são. A diferença não poderia ser maior. NÓS somos a sociedade civil de que o multilateralismo necessita urgentemente para enfrentar a policrise da história contemporânea.”

Saúde

Como no informe passado, abrimos a seção da Saúde voltando à Gaza. *The People 's Health Movement* promoveu, no último dia 8, um webinar com a médica sul-africana, ativista da saúde e Relatora Especial da ONU em Direito à Saúde, Dr. Tlaleng Mofokeng. *“The Right to Health in Times of Genocide”*

tem 58 minutos e tradução do youtube, vale a pena ser assistido com muita atenção, Doutora Mofokeng conecta habilidosamente a questão da saúde e do acesso à saúde - e, por consequência, a negação à saúde e sua impossibilidade - como centralidade da invasão ilegal de Israel aos territórios Palestinos, mostrando como táticas e políticas de morte foram essenciais para minar a sobrevivência da população local - e aqui fazemos lembrança sobre como locais e povos minorizados foram usados como laboratório para políticas de dominação que mais tarde foram exportadas globalmente.

“Quanto a mim, não compreendo como podemos continuar como se a vida fosse normal e que (há) apenas este problema está acontecendo em Gaza (...) isto não é apenas uma coisa em torno de Gaza, é uma grande questão global, em torno do que a ocupação ilegal pode e permite e o que o imperialismo faz e permite”

Com isso, a ação de defender Gaza, pressionar por um cessar fogo e pela libertação do povo palestino e por políticas que promovam a manutenção da vida digna faz parte de um movimento global por justiça social, ambiental, econômica baseada nos direitos humanos como supremos. É responsabilidade da sociedade civil organizada global pressionar, advogar e mover-se para que o nível do inaceitável seja baixo - políticas de falta fabricada? Inaceitável! Políticas de retenção de trabalhadores da saúde para criar o não acesso à saúde? Inaceitável! Ações militares contra civis, hospitais, centros de refúgio, centros de distribuição de comida? Inaceitável!!! E pela promoção do inaceitável, haverá consequências e responsabilização, e somado a isso, para que não volte a se repetir, a compreensão sobre a escalada de violência dentro do neoliberalismo que deve ser vista como potencialidade onipresente: o genocídio é uma tática neoliberal na sua escalada ao regime fascista, e não um acontecimento isolado colocado a cabo por indivíduos cometidos por maldades objetivas.

Trocando de assunto - ou ampliando o que já era assunto - a necessidade de estabelecimento de precedentes e patamares é necessária em várias esferas, uma vez que se não por nós - SCO pró direitos humanos e justiça social - serão estabelecidos pela outra parte interessada. No início do mês, o Outras *Palavras* denunciou o movimento de *big techs* norte-americanas - representadas pela *Coalition for Health AI (CHAI)* - que procuram juntas definir os moldes da IA e seus usos dentro da saúde e do atendimento de pacientes e cuidados. “Big Tech pretende definir padrões da IA na saúde. E nós?” chama a sociedade civil para disputar a narrativa sobre o uso da IA e desafiar os padrões de “IA responsável” defendidos por corporações privadas.

“Eles trabalham com diversos “stakeholders”, incluindo inovadores em tecnologia, equipes de pesquisa acadêmica, organizações de saúde, agências governamentais e pacientes, para desenvolver e adotar abordagens responsáveis para o uso da IA em saúde. Além disso, suas recomendações para uma IA confiável na área da saúde, destacam a praticidade, segurança, responsabilidade e transparência, explicabilidade e interpretabilidade, justiça, segurança, resiliência e privacidade.

Para Forbes, o médico Michael L. Millenson disse que apesar de toda a vibração do bem” da CHAI, há questões sem resposta. Uma destacada pelo ativista é se a coalizão “defenderá seus ideais [manifestos], mesmo que isso irrite apoiadores proeminentes”. Afinal, se nas palavras do CEO da CHAI, Brian Anderson, trata-se de torná-la “a fonte confiável e curadora das melhores práticas de IA na saúde”, em destaque no seu conselho diretor estão Microsoft, Google e da Amazon.”

No final do mês passado, o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA\USP) organizou um colóquio sobre o mesmo tema levantado por Modolo: como moldar uma IA responsável? “Interseções

entre a IA Responsável e Decolonialidade (Colóquio)” teve sua primeira mesa focada em entender os caminhos e os meios para uma Inteligência Artificial *non biased* e construída a partir de preceitos do pensamento descolonial e foi aberta com a fala de Saidah Nash Carter. Carter vem estudando a capacidade geradora da IA há anos a partir da noção de Ubuntu e de futuro regenerativo, e também através das noções de alimentação: “*if garbage comes in, garbage comes out*”, ou seja, se a IA é alimentada com noções que transmitem que a importância e o papel social da saúde são os seus possíveis lucros - duvido muito que uma coalizão da microsoft, da amazon e do google vejam saúde como direito - ela irá construir sinapses organizativas ao redor disso e irá espelhar isso em suas estratégias, maneirismos e ações, reforçando a narrativa de que saúde = lucro. Agora, se alimentarmos a IA com noções de saúde pública global, acesso à saúde, direito à saúde, equidade, justiça ambiental e de gênero como parte da saúde, as sinapses artificiais serão baseadas nisso, por isso a necessidade de disputar e - digo com certo pânico - ganhar essa narrativa, a IA será uma parte muito grande da realidade futura próxima para ser dominada pela lógica neoliberal.

Também num movimento de resistência e de tomada de narrativa, ativistas e sindicalistas europeus da área da saúde tem se organizado intensamente em resposta à falta de iniciativas da UE a crise por falta de pessoal, somando a isso o objetivo de formar uma política justa para os trabalhadores da área baseada em direitos trabalhistas, segurança, remuneração adequada com recortes de gênero, raça, classe e dinâmicas nacionais e internacionais de poder e colonialidade.

“É impossível falar sobre a escassez global de mão-de-obra no setor da saúde sem abordar questões de solidariedade entre países de rendimento elevado e países de baixo rendimento, bem como a dinâmica de poder em diferentes partes da Europa. (...)

O recrutamento de profissionais de saúde do Sul Global agrava a escassez nessas regiões. Países como a Alemanha continuam a recrutar sem refletir sobre o seu papel na escassez global de profissionais de saúde, alegando que os acordos atuais são justos. Mais recentemente, as autoridades de saúde alemãs descreveram os acordos bilaterais com o Brasil e a Índia como “vitórias triplas”. Estes acordos, que facilitam o recrutamento em massa de enfermeiros destes países – ambos os quais já lutam para empregar profissionais de saúde suficientes – minaram ainda mais a estabilidade dos sistemas de saúde da Índia e do Brasil. No entanto, permitiram que a Alemanha recrutasse profissionais de saúde bem formados por uma fração do custo da sua formação local.

Ao mesmo tempo, os sindicatos em toda a Europa enfrentam resistência por parte dos governos em garantir salários adequados para os trabalhadores da saúde e devem encontrar formas de incluir os trabalhadores migrantes nos seus esforços de organização. Isto provou ser pelo menos assustador, uma vez que os trabalhadores migrantes são frequentemente empregados com contratos inseguros e são demasiado intimidados, pelo medo de perderem os seus empregos e estatuto, para se juntarem aos trabalhadores locais nas suas lutas.

A abordagem atual à formação e recrutamento de profissionais de saúde reforça a dinâmica de poder entre o Norte e o Sul globais, tornando difícil para os países de baixos rendimentos defenderem o direito à saúde. “Sob a dinâmica de poder global existente, os padrões de migração dos profissionais de saúde acabam por deixar para trás as populações mais pobres”, disseram os organizadores ao People’s Health Dispatch.”

Paralelamente, ativistas da saúde franceses se juntaram a *New Popular Front* para barrar o avanço da extrema-direita francesa, reconhecendo nesta um retrocesso na pauta de Saúde para Todos com suas políticas neoliberais e austeras e também de possível quebra as políticas de “desertificação da saúde” movidas pela lógica do mercado de Macron - novamente, a proximidade quase fraterna do neoliberalismo e do fascismo.

“No entanto, as políticas de Macron, incluindo a privatização e a mercantilização dos serviços de saúde, alimentaram o crescimento da extrema direita. A sua administração provocou o encerramento de hospitais locais, criando desertos sanitários, e continua a pressionar por mais privatizações, causando sofrimento aos pacientes. Apesar dos fracassos desta abordagem, os liberais continuam a prosseguir a mesma estratégia na campanha atual, defendendo uma lógica mais orientada para o lucro nos cuidados de saúde. O Sindicato dos Médicos dos Centros de Saúde (USMCS) afirmou: “Vivemos diariamente as consequências desta política. Os pacientes sofrem. Não queremos mais disso. (...)”

“Abandonando os valores de solidariedade e universalismo que sustentam o nosso sistema de saúde, um programa de direita agravará as desigualdades sociais e territoriais. Rejeitamos qualquer programa que proponha uma política de saúde baseada na exclusão e na discriminação.”

Sindicatos e organizações, unidos sob o Tour de France pour la Santé, apoiam a Nova Frente Popular (NFP), uma coligação de esquerda que se opõe às políticas de Macron tanto como à extrema-direita. O NFP planeia retirar a controversa reforma das pensões, reduzir os custos de vida e reconstruir o sistema de saúde através do recrutamento de profissionais de saúde, do aumento dos rendimentos e da regulamentação do setor privado. Por exemplo, o programa afirma que novas clínicas privadas só serão permitidas se fornecerem garantias de que os pacientes não enfrentarão quaisquer custos diretos.”

Clima

Quem lucra com o colapso ambiental e quem decide até onde vale a pena irmos nessa política de terra arrasada? O especismo planetário permitiu a hierarquização das espécies e a concretização da visão da natureza como gratuita e explorável, ao nosso dispor, gerando riquezas desiguais e catástrofes igualmente desiguais - não necessariamente pelo locus do acontecimento, mas sim pelas possibilidades diferentes de proteção de cada um; transformando o sistema terra em sistema super explorado e usado para lucro e controle por Estados e empresas que vez ou outra usam uma capa verde e juram que vão melhorar.

Mas essa é uma história antiga para boi dormir, como nos mostra um relatório de 2020 da Who Profits sobre a relação entre *agribusiness* e a invasão de Israel a Gaza. O documento “*Agribusiness as Usual: Agricultural Technology and the Israeli Occupation*” está disponível em PDF [aqui](#).

“As corporações agrícolas israelenses se posicionam cada vez mais como inovadores globais que respondem aos desafios prementes das alterações climáticas e insegurança alimentar. Estas empresas desenvolvem e comercializam sistemas de irrigação inteligente, soluções de proteção de cultivos e fertilizantes especiais para agricultores em todo o mundo, arrecadando bilhões de dólares em vendas anuais, enquanto desfrutam de uma imagem ‘verde’ positiva. Neste relatório, Who Profits mostra que as empresas de tecnologia agrícola israelenses são profundamente cúmplices da ocupação em curso de territórios palestinos e sírios. O relatório expõe a contribuição das empresas agritech para a agricultura em assentamentos ilegais e examina o seu papel no bloqueio israelense de Gaza. Investiga os laços

recíprocos que existem entre o governo israelense e indústrias agrotech e militares e destaca os ganhos econômicos obtidos pelas indústrias agrotecnológicas israelenses por meio de sua colaboração com o governo israelense e o aparato militar. (...)

Como este relatório demonstrou, o setor agrotecnológico israelense é profundamente cúmplice no empreendimento dos colonatos israelitas, no estrangulamento de Gaza e no aparato militar mais amplo de ocupação prolongada. O aumento do interesse global em tecnologias agrícolas apresenta novas oportunidades para as corporações agrícolas e militares israelenses fazerem uma lavagem verde nas suas atividades relacionadas com a ocupação, criando uma imagem “verde” positiva e desviando-se do seu papel na perpetração de violações dos direitos humanos. Para as empresas militares, a adaptação de tecnologias militares para o uso civil no mercado global de agritech oferece imensa economia e ganhos políticos. Tais adaptações comerciais permitem simultaneamente penetrar em novos e lucrativos mercados internacionais e conferir uma legitimidade recém-descoberta sobre tecnologias de repressão, concebidas no contexto de ocupação beligerante e testado em um território palestino ocupado.

Em conclusão, embora as soluções agrotech possam ter um papel positivo a desempenhar num mundo cada vez mais marcado por uma variabilidade climática extrema e pelos desafios concomitantes à produção agrícola, segurança alimentar e meios de subsistência, no contexto israelense, servem para fortalecer a expansão e prosperidade econômica das colônias ilegais, contribuindo para políticas e estruturas de expropriação, exploração e desapropriação.”

O *research center Who Profits* tem uma série de publicações explorando as múltiplas e interconectadas facetas de dominação, controle e exploração de Israel e como o país conseguiu - até relativamente pouco tempo atrás - passar com uma imagem positiva pela mídia de maneira geral e como segue exportando suas tecnologias.

O que nos leva a outra pergunta, já feita muitas vezes aqui: por que buscamos respostas para a policrise no mesmo sistema que a catalisou? Capitalismo verde ainda é capitalismo e capitalismo não enxerga nada além do lucro, como nos lembra Adrienne Buller em seu livro *“Quanto vale uma Baleia?”*. Conta simples: se cabe ao capitalismo - verde ou não - salvar o mundo e se a matemática básica do capitalismo é lucro X gasto e lucro > gasto, salvar certas coisas - desde sistemas de saúde pública a animais marítimos - será considerado muito caro e pouco lucrativo.

“Precisamente por esta razão, a questão inicial esconde armadilhas: procurar soluções naquela economia neoliberal que gerou o problema só poderia fazer-nos perder um tempo precioso. Já há quem se dê ao trabalho de colocar um preço em todo o ecossistema. Há coisas muito importantes que escapam à financeirização. E são precisamente eles que poderão ajudar-nos a encontrar uma nova forma de viver neste planeta, reduzindo as desigualdades e o nosso impacto no ambiente.”

Fechamos nosso informe trazendo um *briefing paper* publicado em junho pela *Third World Network* e escrito por Alexander Kozul-Wright criticando a nova onda salvadora do momento: o *debt-for-nature swaps*, política das instituições financeiras internacionais que perdoa parcialmente dívidas caso o valor montante seja usado em “atividades verdes”. *“Debt-for-nature swaps – no miracle cure”* explora as trocas feitas e agora e identifica os problemas da atividade:

“Contudo, embora as trocas de dívida por natureza sejam apresentadas como uma solução nova ou renovada, tanto para a dívida como para as crises de biodiversidade nos países em desenvolvimento, há mais do que aparenta:

1) O problema fundamental da dívida insustentável não é abordado – as evidências mostram que o impacto global sobre a sustentabilidade da dívida do país é limitado. Também se pode argumentar que encarar o sobre-endividamento como uma “oportunidade” para a conservação é antiético.

2) As trocas de dívida por natureza poderiam desviar os decisores políticos de soluções significativas para a crise da biodiversidade. O foco crescente em tais trocas distrai os governos das economias avançadas da necessidade de cumprir obrigações de assistência ao desenvolvimento (APD) e de financiamento da biodiversidade, e intensificar um maior financiamento por subvenções para o Sul Global.

3) Processos de consulta transparentes nos parlamentos nacionais e entre grupos locais da sociedade civil estão normalmente em falta no processo de tomada de decisão sobre trocas de dívida por natureza.

4) As trocas de dívida por natureza liberam recursos para governos de baixos rendimentos em termos definidos pelo setor de credores privados, consolidando um sistema de desenvolvimento econômico financeirizado. Além do mais, os swaps envolvem “financiamento combinado” – a utilização estratégica do financiamento da ajuda para reduzir o risco do investimento do setor privado nos países em desenvolvimento. Isso levanta a questão: aos interesses de quem estão realmente os swaps de dívida?”

A Cooperação Sul-Sul cada vez mais em evidência
South-South cooperation is becoming increasingly evident

Regina Ungerer
Erica Kastrup
Tiago Nery

Abstract: UNOSSC issued another South-South monthly bulletin outlining the most important aspects of South-South and triangular cooperation at the UN. There were also highlights from HLPF side events and the unique challenges faced by countries with special needs in achieving the SDGs. Following the 4th Conference of Small Island Developing States (SIDS4), held at the end of May, UNOSSC and the International Atomic Energy Agency (IAEA) intend to use science-based solutions to face SDG gaps for SIDS through South-South and triangular cooperation. The Director of UNOSSC emphasized that the transfer of knowledge, experiences, and solutions is the backbone of UNOSSC's support for SIDS.

Brazil, one of the world's biggest agricultural producers and exporters with extensive experience in research and development, has made agriculture a central focus of its South-South cooperation. Brazil has also been actively fighting hunger in the global South.

An important highlight of the G-77 and China was the statement made by the Prime Minister of Uganda during the HLPF ministerial meeting in which she made clear the need to mobilize adequate resources to implement the 2030 Agenda. She called on developed countries to comply with their previous commitments and agree to a new phase of international cooperation through a strengthened and expanded global partnership for development. As we approach the Summit of the Future and the Global Digital Compact, the pact needs to be concise and action-oriented, with realistic and achievable objectives, so that it can be delivered to the Heads of State and Government at the appropriate time.

The Non-Aligned Youth Movement highlighted the World Youth Skills Day by focusing on the skills needed to invest in peace and development. The South Centre published a research paper on the Vaccine Industry after the COVID-19 pandemic analysing the impact that the pandemic had on the vaccine industry from an international perspective. It also published two policy briefs: "Painting the Grass Green: A Climate Change Exception in Investment Agreements" and "Understanding the New WIPO Treaty on Intellectual Property, Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge."

Keywords: South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.

Resumo: Mais um boletim mensal do UNOSSC com as atividades mais importantes da cooperação Sul-Sul e triangular na ONU com destaque para os eventos paralelos do HLPF e os desafios únicos enfrentados pelos países em situações especiais que necessitam de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras para poderem avançar com os ODS. Na continuidade da 4ª Conferência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS4), que foi realizada no final de maio passado, o UNOSSC e a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) planejam aproveitar soluções apoiadas pela ciência para fechar

as lacunas dos ODS em benefício dos SIDS através da Cooperação Sul-Sul e triangular. A Diretora do UNOSSC enfatizou que a transferência de conhecimentos, experiências e soluções é a espinha dorsal do apoio do UNOSSC aos SIDS.

A agricultura tem sido um dos principais temas da cooperação Sul-Sul brasileira que é um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo com uma vasta expertise em pesquisa e desenvolvimento e o país vem contribuindo para o combate à fome e a promoção da saúde em países do Sul global.

O destaque mais importante do G-77 e da China foi a declaração da Primeira Ministra de Uganda durante a reunião ministerial do HLPF em que ela deixou claro a necessidade de mobilizar meios adequados de implementação da Agenda 2030. Ela apelou aos países desenvolvidos para que cumpram com seus compromissos anteriores e concordem com uma nova fase de cooperação internacional através de uma parceria global fortalecida e ampliada para o desenvolvimento. E ao nos aproximarmos da Cúpula do Futuro e do Pacto Digital Global é preciso que o Pacto seja conciso e orientado para a ação, com objetivos realistas e alcançáveis, para que possa ser apresentado aos Chefes de Estado e de Governo, no momento oportuno.

O Movimento jovem dos Não-Alinhados destacou o Dia Mundial das Habilidades para jovens focalizando as competências necessárias para investir na paz e no desenvolvimento.

O Centro Sul apresentou o artigo de pesquisa sobre a indústria das vacinas após a pandemia de Covid-19 com o objetivo de analisar o impacto que a pandemia teve na indústria de vacinas sob uma perspectiva internacional. Apresentou também dois resumos de política: "Pintando a Grama de Verde: Uma Exceção para Mudanças Climáticas em Acordos de Investimento" e "Compreendendo o Novo Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC

Boletim **South-South Monthly**, [junho de 2024](#)

Basta clicar na figura abaixo, ou em cada destaque para entrar no Boletim.



[Seminário do Novo Banco de Desenvolvimento no Cairo enfatiza a importância da Parceria Sul-Sul](#)

[Rede de dados para políticas para decisores políticos organiza segunda sessão do workshop sobre pobreza multidimensional](#)

[Especialistas inter-regionais discutem quadro para medir a cooperação Sul-Sul](#)

[Fórum CTI apela ao aumento da cooperação Sul-Sul para partilhar a inovação digital](#)

[A Sessão do Sul Global na Conferência de Estudos da ONU em Tóquio apela ao reforço das capacidades de negociação institucional](#)

[Dia Mundial do Ambiente: Aproveitar a Cooperação Sul-Sul para a Ação Climática](#)

[Fundo IBAS: Melhorar o Acesso dos Agricultores Familiares aos Mercados Locais na República do Congo](#)

[Iniciativa Solar Regional destaca o compromisso dos líderes do Pacífico com a ação climática](#)

[Fundo Índia-UN: 16 países caribenhos juntam forças para eliminar a transmissão de doenças de mãe para filho](#)

[UNFSSC: P-LINK¹²⁵ destaca a importância de aproveitar as inovações digitais para melhorar os meios de subsistência na sub-região do Mekong](#)

Exemplos de Soluções Sul-Sul



Relacionado ao ODS 4 (educação de qualidade)

[Horizontes: Programa de Educação Rural nas Escolas Secundárias do Peru para abrir horizontes para melhores planos de vida para adolescentes rurais](#)

¹²⁵ Iniciativa Popular de Meios de Subsistência através do Nexus água-energia-alimentos na região do Mekong



Relacionado ao ODS 5 (igualdade de gênero)

[Acabar com a violência contra as mulheres e meninas com deficiência. Uma revisão de da janela de financiamento especial do Fundo Fiduciário da ONU](#)



Relacionado ao ODS 6 (água limpa e saneamento)

[Curso Internacional sobre Ecossistemas com Abordagem Participativa na Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas para capacitar os líderes de 16 países na gestão comunitária, ambiental e de bacias hidrográficas baseada nos ecossistemas](#)



Relacionado ao ODS 17 (parcerias e prol das metas)

[Centro Conjunto COMSATS para a Biotecnologia Industrial para promover uma cooperação Sul-Sul e triangular significativa em biotecnologia industrial](#)

Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) de 2024



A cooperação Sul-Sul e triangular é um catalisador valioso para galvanizar a vontade política e para melhorar o conhecimento necessário para implementar as reformas econômicas e sociais tão necessárias para salvar os ODS.

Reconhecendo isto, os países estão integrando, cada vez mais, a cooperação Sul-Sul e triangular na preparação e apresentação das suas revisões nacionais voluntárias (VNR) durante o HLPF.

Destaque dos eventos paralelos durante o HLPF – 2024

01 de julho de 2024 – [Reunião com os 37 países que irão apresentar suas Revisões Nacionais Voluntárias \(VNR\) em 2024](#)

A reunião foi organizada para orientar as múltiplas partes interessadas e os países que apresentarão suas Revisões Nacionais Voluntárias dos progressos dos ODS em 2024. Os países que apresentarão seus progressos são: Arménia, Áustria, Azerbaijão, Belize, Brasil, Chade, Colômbia, República do Congo, Costa Rica, Equador, Guiné Equatorial, Eritreia, Geórgia, Guiné, Honduras, Quênia, República Democrática Popular do Laos, Líbia, Mauritânia, Ilhas Maurícios, México, Namíbia, Nepal, Omã, Palau, Peru, Samoa, Serra Leoa, Ilhas Salomão, África do Sul, Sudão do Sul, Espanha, Síria, Uganda, Vanuatu, Iémen, Zimbabué.

Os países discutiram o papel e a participação das partes interessadas e dos principais grupos e a integração dos compromissos regionais e sub-regionais nas revisões através da cooperação Sul-Sul e

triangular. Destacaram também a questão do gênero, apresentado as interligações dos ODS e o papel da igualdade de gênero no processo da RNV, ressaltando a perspectiva das mulheres como um grupo importante a ser destacado.

Para acessar o documento publicado em 2023 para orientar os países nas suas Revisões Nacionais Voluntárias, [clique aqui](#).

Eventos Paralelos



08 de julho de 2024 - [Adaptação, Mitigação e Monitoramento – Soluções inovadoras de ação climática baseadas na ciência](#)

Organizado pelo UNOSSC, Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), União Internacional de Telecomunicações (UIT), Missão Permanente da Namíbia e Missão Permanente dos EUA

O evento destacou o papel crítico desempenhado pela ciência na tomada de decisões, ajudando os Estados-Membros a alcançarem o ODS 13 (Ação Climática), através de ações de

adaptação, mitigação e monitorização do clima.

Na ocasião, AIEA e UNOSSC assinaram uma Declaração de Intenções para explorar a cooperação no compartilhamento de conhecimentos, capacitação e eventos conjuntos para construir parcerias sólidas e defender uma cooperação Sul-Sul, aproveitando as redes e instrumentos do UNOSSC. A Declaração de Intenções será implementada através de um plano de ação conjunto para facilitar o desenvolvimento de capacidades e aumentar o impacto da Cooperação Sul-Sul e triangular. Esta parceria é um passo significativo para promover a colaboração alinhada com a Agenda 2030, BAPA+40 e a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, entre outros resultados importantes.

10 de julho de 2024 – [Democratizar os dados de gênero para melhorar a formulação de políticas](#)

Organizado pelo UNOSSC, UNDP, Agência de Cooperação alemã (GIZ), e a Parceria em Estatística para o Desenvolvimento no Século XXI (Paris21)

11 de julho de 2024 - [Intercâmbios de soluções inovadoras para o alívio da dívida: experiências dos países e o papel da cooperação Sul-Sul e Triangular](#)

Organizado pelo UNOSSC e o Governo do Sri Lanka, na qualidade de Presidente do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul



Os grupos tradicionais de coleta de dados impedem, há muito tempo, que decisores políticos se eduquem sobre as questões de gênero. Para melhorar os sistemas de dados sobre gênero, a Rede de Dados para Políticas reuniu governos, a sociedade civil, a academia, os meios de comunicação social e as organizações internacionais em um evento paralelo no HLPF de 2024.

O objetivo foi tornar os dados mais relevantes para que os decisores políticos possam agir e promover a Cooperação Sul-Sul



O encontro abordou os desafios únicos enfrentados pelos países em situações especiais. Explorou as dimensões regionais e locais de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras relacionadas com os ODS.

Como resultado, foi aprovada uma declaração política que detalha as prioridades dos países, incluindo questões de sustentabilidade da dívida que foi um apelo urgente dos países em desenvolvimento para enfrentarem a crise.



<https://x.com/UNOSSC>

10 de julho de 2024 – No Qatar, a UNCTAD, a Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA¹²⁶), as Comissões Regionais da ONU, o UNOSSC, a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNStats) e o grupo do Banco de Desenvolvimento Islâmico organizaram uma reunião regional de peritos sobre a quantificação da cooperação Sul-Sul, para encorajar o diálogo para melhorar a formulação de políticas nacionais.



<https://x.com/UNOSSC>

10 de julho de 2024 - Na sequência da 4ª Conferência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS4), o UNOSSC e a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) planejam aproveitar dados ambientais, soluções e conhecimentos apoiados pela ciência para fechar as lacunas dos ODS em benefício dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento através da Cooperação Sul-Sul e triangular.

¹²⁶ A Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental é uma das cinco comissões regionais sob a jurisdição do ECOSOC

Falando na reunião do HLPF sobre a Implementação dos resultados da 4ª Conferência dos SIDS, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, enfatizou que a transferência de conhecimentos, experiências e soluções é a espinha dorsal do apoio do UNOSSC aos SIDS.

O Brasil na cooperação Sul-Sul

A **agricultura** é um dos principais temas da cooperação Sul-Sul brasileira. O país é um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo e possui uma combinação importante de experiência em agricultura tropical, políticas públicas bem sucedidas e instituições públicas que reúnem amplo expertise em pesquisa e desenvolvimento sobre temas diversos relacionados à agricultura e a segurança alimentar e nutricional. A partir dessa combinação, o Brasil vem contribuindo para o combate à fome e a promoção da saúde em países parceiros do Sul global.

O papel do Brasil na cooperação Sul-Sul em agricultura foi discutido na última edição dos Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde do Cris-Fiocruz, que foi dedicado ao tema do “Enfrentamento Global à Fome: responsabilidades nacionais, regionais e internacionais” e pode ser revisto no [YouTube](#). No evento, especialistas expuseram experiências que demonstram que, ao compartilhar conhecimentos e técnicas agrícolas, o Brasil ajuda outros países a aumentar sua produtividade de alimentos, reduzir a fome e melhorar a nutrição.

Uma das políticas nacionais tidas como modelo para o combate à desnutrição e a promoção da segurança alimentar e nutricional é a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa garantir a oferta de refeições nutricionalmente adequadas e saudáveis a estudantes da educação básica em escolas públicas e filantrópicas do Brasil, sendo reconhecida internacionalmente como um modelo. O programa, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), prioriza uma alimentação equilibrada e diversificada, respeitando hábitos alimentares regionais e culturais e possui a obrigatoriedade de destinar pelo menos 30% dos recursos à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Isso não só apoia pequenos produtores locais, mas também promove o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais. A experiência da PNAE vem sendo compartilhada com países em desenvolvimento por meio de projetos desenvolvidos com o apoio da ABC.

Alinhada com essa política nacional e com sua expressão internacional, a ABC promoveu, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, a terceira temporada do reality show **Vida de Merendeira**. O programa, do qual participam merendeiras escolares selecionadas de várias partes do Brasil em uma competição gastronômica, estreou no dia 09 de maio de 2024 e terminou em 27 de junho, em que, a candidata Josefa Graciene, da cidade de Limoeiro de Anadia, no Alagoas, foi a grande campeã.

No último episódio, três finalistas enfrentaram o desafio de preparar uma refeição completa e nutritiva utilizando os alimentos em sua totalidade. O prato precisava ser composto por uma proteína, salada, dois acompanhamentos e uma sobremesa. Para cozinhar as iguarias, elas receberam uma cesta com dez ingredientes da agricultura familiar que deveriam compor a refeição¹²⁷. O reality show é um importante instrumento de divulgação do PNAE junto à sociedade e impulsionador do debate sobre a oferta da experiência brasileira no plano internacional¹²⁸.

¹²⁷ <https://www.instagram.com/p/C8wzB2ZuTvx/>

¹²⁸ <https://www.instagram.com/p/C9DbwORO3UU/>

Seguindo com a agricultura e dando continuidade ao cultivo do algodão e que foi tema do [informe 11 de 2024 dos cadernos CRIS/Fiocruz, destaca-se](#) a missão "**Jornada Cotton Brasil-África**", em que representantes dos países africanos (Benin, Camarões, Etiópia,, Mali, Senegal, Zâmbia e Zimbábue), com os quais são desenvolvidos projetos bilaterais para o fortalecimento da produção do algodão, estiveram em Minas Gerais entre os dias 27 de junho e 05 de julho de 2024. Os representantes fizeram treinamentos, e visitas técnicas de campo para conhecer localmente as tecnologias brasileiras de manejo de solo e de água, controle integrado de pragas, irrigação por gotejamento, cultivo de fertilidade de solo, cultivo de algodão colorido para o artesanato, arranjos sociais em agricultura familiar em torno do tema. O objetivo foi o de proporcionar, aos representantes africanos, uma visão abrangente da produção de algodão no Brasil, especialmente no Estado de Minas Gerais, a região com maior rendimento de algodão no país¹²⁹.



Entre 01 e 05 de julho de 2024, técnicos brasileiros participaram da **7ª reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton Victoria em Mwanza, na Tanzânia**, um dos países participantes de um projeto que reúne também o **Burundi e o Quênia**, três países localizados na bacia do Lago Victoria, o maior lago de água doce do continente africano.

A iniciativa coordenada pela ABC e desenvolvido pela Universidade Federal de Lavras em Minas Gerais, tem como instituições parceiras o Instituto de Pesquisa em Agricultura da Tanzânia (TARI) e o Conselho de Algodão da Tanzânia (TCB). São também parceiros a Empresa Gestora de Algodão (COGERCO) e o Instituto de Ciências Agrônômicas, ambos do Burundi, além da Autoridade de Agricultura e Alimentação (AFA) e a Organização de Pesquisa Agrícola e Pecuária do Quênia (KALRO), ambos no Quênia.

O objetivo do projeto é oferecer treinamento a produtores locais dos três países para aumentar a produção do algodão com técnicas simples como o espaçamento da plantação do algodão que tem mudado a realidade de produtores locais, ampliando possibilidades de aumento de renda e qualidade de vida.

Na missão, o grupo conheceu de perto a plantação do Sr. Andrea Maganga, produtor da Tanzânia que participa da iniciativa desde 2020 e já está colhendo os frutos das técnicas aprendidas com os especialistas brasileiros. O senhor Maganga explicou que já conseguiu comprar uma casa, mais terras, uma moto e tem mantido as crianças na escola por causa dos resultados positivos do Cotton Victoria¹³⁰.

O projeto será executado até 2025 e a próxima reunião será no Brasil.

A Universidade Federal de Lavras é também executora de um projeto para o aumento do potencial produtivo do algodão em **Cote d'Ivoire**, e realizou uma capacitação para a conservação do solo e da água entre os dias 24 a 28 de junho de 2024 no país africano. A capacitação incluiu aulas teóricas e práticas, com idas a campo. Durante a missão, também foi inaugurada uma "Unidade Técnica de Demonstração (UTD)" do projeto, que servirá como vitrine e espaço de testes e outros treinamentos.

¹²⁹ https://www.instagram.com/p/C89vyUs_di/?img_index=1

¹³⁰ https://www.instagram.com/p/C9DXXDNvhGl/?img_index=1

Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO

Manejo e controle de pragas do Projeto + Algodão da FAO Brasil promoveu capacitação virtual para Cooperativas Agrária de Serviços Múltiplos dos produtores de algodão do Peru.

Os agricultores familiares da cooperativa têm enfrentado problemas com o manejo integrado de pragas (MIP) destacando o bicudo-rosado (*Pectinophora gossypiella*), uma praga que está afetando a cultura do algodão em 2024 no país.

Como divulgado no [informe 11 de 2024 CRIS/Fiocruz](#), o projeto +Algodão foi desenvolvido pelo Brasil em parceria com a FAO e governos de sete países parceiros: Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti, Paraguai e Peru. O projeto é uma cooperação Sul-Sul trilateral na América Latina que tem por objetivo promover sistemas de produção sustentáveis e inclusivos na cadeia de valor do algodão, contribuindo com o desenvolvimento rural, comércio justo e a construção de um sistema agro têxtil inclusivo.

Desenvolvido desde 2013, o projeto vem inovando ao adotar uma gestão compartilhada entre parceiros para a definição de atividades em nível regional e em cada país associado e, após 10 anos de sua execução apresenta conquistas e resultados importantes.



O projeto + Algodão produziu um vídeo de animação para ensinar como o algodão que cresce no campo se transforma na roupa.

Assista ao vídeo no [YouTube](#)

Na América Latina, está sendo desenvolvido um projeto de cooperação trilateral **Brasil-Alemanha-Bolívia** com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil para “**Adaptação em ecossistemas para a reativação econômica familiar camponesa no Cone Sul de Cochabamba**”, ou **COTRIABE**. O projeto já promoveu uma rodada de capacitações, entre os dias 08 e 22 de junho de 2024. O objetivo da missão técnica à Bolívia foi a realização de capacitações simultâneas em sistemas *silvipastoris*¹³¹; em manejo de solos; e em sistemas semi-intensivos de caprinos para técnicos dos governos municipais de Aiquile, Omereque e Pasorapa. A iniciativa é desenvolvida em parceria com a Agência de Cooperação Alemã (GIZ).

A ênfase na agricultura dentro da cooperação Sul-Sul do Brasil reflete a importância estratégica deste setor para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento do Brasil nas relações internacionais entre países do Sul global.

¹³¹ Os sistemas *silvipastoris* (SSP) são uma modalidade de agrofloresta que combina a produção de plantas florestais com animais e pastos, simultânea ou sequencialmente, no mesmo terreno.

Cooperação com os Países de língua portuguesa



9 de julho de 2024 - “Desenvolvimento de regiões irrigadas e políticas de apoio à agricultura familiar de Angola - Desenvolvimento do Vale do rio Cunene”

Uma delegação de especialistas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no Brasil e uma das parceiras da ABC no Programa de cooperação técnica para o desenvolvimento de regiões irrigadas e políticas de apoio à agricultura familiar de Angola - Desenvolvimento do Vale do rio Cunene, no sul do país, esteve no local para discutir um projeto de irrigação e agricultura familiar da Cooperação Brasil-Angola.

Ao longo do mês de julho de 2024, uma equipe da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba estará em Angola trabalhando com representantes do Instituto de Investigação Agronômica de Angola e da polícia e do corpo de bombeiros provincial, com o apoio da Embaixada do Brasil em Luanda.

A equipe brasileira realizará um estudo pedológico¹³² e topográfico em uma área de 2.700 hectares ao longo do canal do Cafu, com vistas a subsidiar a elaboração de um plano de gestão, que servirá de base para a proposição de modelos de exploração agropecuária para área de abrangência do canal.

O Programa tem caráter inédito em Angola, buscando o desenvolvimento de toda a região do Vale do Rio Cunene, na fronteira com a Namíbia, severamente atingida pela seca ao longo dos últimos anos.

Com base nas experiências brasileiras e com o objetivo de combater os efeitos da seca, a iniciativa se destina a compartilhar com Angola os sucessos alcançados no Brasil. A iniciativa é coordenada pela ABC em resposta a demanda recebida do Governo angolano por apoio brasileiro no planejamento do uso de recursos hídricos e na organização de cadeias produtivas na província do Cunene¹³³.

8 a 12 de julho de 2024 - Cabo Verde recebeu uma missão de prospecção formada por representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo e do Ministério das Cidades e dos escritórios Regional para América Latina e Caribe e Regional para a África da ONU-Habitat, para desenvolver um novo projeto de cooperação Sul-Sul trilateral em urbanização sustentável. A delegação foi chefiada pela ABC.

¹³² A Pedologia é um ramo da Ciência do Solo e trata de estudos relacionados com a identificação, formação, classificação e o mapeamento dos solos.

¹³³ https://www.instagram.com/p/C9SYfMqRLHr/?img_index=1



<https://x.com/ABCgovBr>

A visita foi pauta dentro da iniciativa de cooperação Sul-Sul Trilateral firmada entre a ABC e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) **“Promovendo a Urbanização Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul”**.

O principal objetivo é apoiar os governos nacionais e subnacionais de países do Sul Global em prol de um desenvolvimento urbano sustentável, por meio da apropriação e implementação dos ODS, adaptando experiências, estruturas e ferramentas comprovadas no Brasil, em especial, aquelas que foram construídas com o apoio do ONU-Habitat.

As atividades desenvolvidas pelo projeto irão reforçar as capacidades dos governos locais e nacionais para formular, implementar e acompanhar políticas, estratégias e ferramentas que respondam a seus desafios urbanos.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹³⁴, Nairóbi (UNEP)¹³⁵, Paris (UNESCO)¹³⁶, Roma (FAO/IFAD)¹³⁷, Viena (UNIDO)¹³⁸ e Washington (G-24)¹³⁹.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

O G-77 e a China participaram de três reuniões no período.

¹³⁴ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹³⁵ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹³⁶ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹³⁷ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹³⁸ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹³⁹ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento



15 de julho de 2024 – Declaração da Ilustre Primeira Ministra de Uganda Robinah Nabbanja, em nome do G-77 e da China durante o segmento ministerial do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável realizado sob os auspícios do ECOSOC

A Sra Primeira Ministra abriu sua fala dizendo que a maioria dos países se encontram em um momento crítico, pois somente 17% das metas dos ODSs estão a caminho de serem alcançadas. Faltando apenas 6 anos para 2030, é evidente que a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em muitos países em desenvolvimento, está atrasada. Isso ameaça cada vez mais o compromisso coletivo de não deixar ninguém ou nenhum país para trás.

Os países em desenvolvimento continuam a enfrentar múltiplos desafios, em particular os encargos elevados da dívida externa, o espaço fiscal limitado e os efeitos adversos das alterações climáticas que prejudicam os esforços para alcançar os 17 ODS.

O G-77 e a China reforçam que é preciso dar prioridade à plena implementação da Agenda 2030, traduzindo os compromissos acordados durante a Declaração Política da Cúpula dos ODS de 2023 em ações concretas que apoiem plenamente os países em desenvolvimento nos seus esforços para alcançar os ODS.

O reforço da cooperação internacional, do multilateralismo e da solidariedade internacional em todos os níveis é a melhor forma de enfrentar os desafios globais e acelerar a implementação da agenda 2030. Todos devem defender o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas na busca pelo desenvolvimento sustentável.

A erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje e é um objetivo global da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e ainda um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Considerando a interrelação dos ODS, a erradicação da pobreza contribuirá para a realização dos outros ODS.

É extremamente importante oferecer e mobilizar meios adequados de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O G-77 e a China apelam aos países desenvolvidos para que cumpram os seus compromissos anteriores e concordem com uma nova fase de cooperação internacional através de uma parceria global fortalecida e ampliada para o desenvolvimento.

É preocupante o crescente déficit de financiamento para os ODS. O Grupo enfatiza que alcançar os ODS requer financiamento novo, adicional, de qualidade, adequado, sustentável e fixo. Neste contexto, a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA) é parte integrante da Agenda 2030. É fundamental a sua implementação plena e eficaz, para a realização dos ODS e das suas metas, e o G-77 e a China aguardam com expectativa a 4ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, agendada para 2025 na Espanha, que deverá avaliar o seu progresso e abordar os desafios de financiamento atuais e emergentes.

É necessário garantir que os países em desenvolvimento tenham o espaço fiscal necessário para sua recuperação e execução dos ODS. Mas para isso, é fundamental medidas enérgicas incluindo, entre outras: reforma urgente da arquitetura financeira internacional; cumprimento dos compromissos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) por parte dos países desenvolvidos; acesso ao financiamento concessional para todos os países em desenvolvimento, em particular dos países de baixa e média renda; tratamento da dívida; mecanismos de financiamento melhorados, incluindo financiamento inovador; combate aos fluxos financeiros ilícitos que drenam recursos dos países em desenvolvimento; combater as medidas coercivas unilaterais; estabelecer formas de medir o progresso no desenvolvimento sustentável que complemente ou que vá além do PIB; reforçar a cooperação fiscal internacional, bem como aumentar os fluxos de investimento estrangeiro direto para o Sul Global.

É também importante implementar plenamente a proposta do Secretário-Geral de estímulo aos ODS para os países em desenvolvimento para que possam enfrentar o custo elevado da dívida e os riscos crescentes de sobre-endividamento. É preciso reforçar o apoio aos países em desenvolvimento e aumentar massivamente o financiamento acessível a longo prazo que seja usado para o desenvolvimento e é preciso aumentar o financiamento de contingência para os países necessitados.

O G-77 e a China apelam aos países desenvolvidos e às instituições financeiras internacionais para que tomem as medidas necessárias para implementar o Estímulo dos ODS em tempo hábil.



12 de julho de 2024 – Declaração feita pelo Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto da República de Uganda, em nome do G-77 e da China na comemoração do dia internacional de combate às tempestades de areia e poeira.

O G77 e a China reconhecem que as tempestades de areia e poeira são uma questão de preocupação internacional, cujos custos são medidos em termos econômicos, sociais e ambientais.

As tempestades de areia e poeira são uma ameaça crescente à execução de 11 dos 17 ODS e de seus meios de implementação. De acordo com o relatório de 2022 da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, a frequência das tempestades de poeira e areia tem aumentado dramaticamente nos últimos anos.

Estima-se que 2 trilhões de toneladas de areia e poeira entrem na atmosfera terrestre anualmente. Portanto, as tempestades de areia e poeira e a gestão insustentável da terra e da água, do solo, das práticas agrícolas e pecuárias, entre outros fatores, podem causar ou exacerbar estes fenômenos, incluindo as alterações climáticas, representando um sério desafio à realização do desenvolvimento sustentável dos países e regiões.

As tempestades de areia e poeira infligiram danos econômicos, sociais e ambientais substanciais aos habitantes das zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas do mundo, especialmente na África e na Ásia. Por isso, é importante enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais dos países afetados no contexto dos ODS.

O sistema das Nações Unidas deve desempenhar seu papel no avanço e no fortalecimento da cooperação internacional e no apoio ao combate às tempestades de areia e poeira. Todos os órgãos, agências, fundos e programas relevantes da ONU e todas as outras organizações relacionadas devem se

unir para integrarem, nos seus respectivos quadros de cooperação e programas operacionais, ações destinadas a combater tempestades de areia e poeira.

Estas ações devem incluir o reforço da capacitação a nível nacional; desenvolvimento e implementação de programas e projetos regionais e sub-regionais; compartilhamento de informações, melhores práticas e experiências e transferência de tecnologia e devem aumentar seus esforços para controlar e prevenir os principais fatores desencadeantes das tempestades de areia e poeira com o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce.

O Secretário-Geral da ONU deve incentivar a Coligação das Nações Unidas para o Combate às Tempestades de Areia e Poeira para que realizem suas atividades prioritárias, conforme identificadas pelos cinco grupos de trabalho da Coligação, são eles: a partilha de conhecimentos; o reforço de capacidades; a formação; a sensibilização e o apoio a formulação de planos nacionais, regionais e inter-regionais para mitigar os riscos de tempestades de areia e poeira.

Além disso, a Coligação deve intensificar os esforços de mobilização de recursos para aumentar as contribuições voluntárias para poder realizar o seu trabalho.

01 de julho de 2024 - Declaração da República de Uganda, em nome do G-77 e da China na apresentação do Rascunho 2 do Pacto Digital Global

Nesta declaração o G-77 e a China começaram dizendo que é preciso que o Pacto Digital Global seja conciso e orientado para a ação, com objetivos realistas e alcançáveis, para que possa ser apresentado aos Chefes de Estado e de Governo.

Neste rascunho 2, foram incluídas algumas das propostas do Grupo que são importantes incluindo a reinserção de iniciar um Diálogo Global Anual sobre Governança de IA sob os auspícios da ONU e a proposta de iniciar um processo inclusivo para acordos internacionais de governança de dados.

É igualmente importante que o processo de governança de dados na ONU acompanhe o diálogo sobre IA levando em consideração que dados são um dos pilares importantes no desenvolvimento da IA. É essencial abordar a atual fragmentação da governança global de dados para que os países em desenvolvimento criem condições de concorrência equitativas e promovam a interoperabilidade que contribua para a execução do desenvolvimento sustentável.

É preciso reforçar os aspectos da implementação do Pacto, pois sem isso, será muito difícil para os países em desenvolvimento alcançarem os diferentes objetivos e metas estabelecidos no Pacto Digital Global.

Em relação à colaboração e às parcerias multilaterais, deve-se considerar o delicado equilíbrio alcançado na [Declaração de Princípios e no Plano de Ação de Genebra da WSIS](#)¹⁴⁰ e na [Declaração de Túnis](#) para a Sociedade da Informação, em relação aos respectivos papéis e responsabilidades dos Governos e

¹⁴⁰ WSIS significa Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. O Fórum WSIS é um evento anual que acontece em Genebra, na Suíça, e se concentra na implementação das linhas de ação da WSIS. O Fórum WSIS mais recente foi realizado de 13 a 17 de março de 2023

de outras partes interessadas. O G-77 deixaram claro que o documento final do Pacto Digital Global deve refletir esse delicado equilíbrio.

No que diz respeito à Governança da Internet, o Pacto Digital Global não deve antecipar a revisão do Fórum de Governança da Internet do WSIS que vai ser realizado em 2025. Além disso, deve-se destacar outros processos relacionados com a governança da Internet, como a implementação do fortalecimento da cooperação, tal como descrita na Agenda de Tunis.

A proposta de metas específicas mencionadas no documento, não refletirá em encargos adicionais para os países em desenvolvimento, mas sim para incentivar a comunidade internacional para trabalhar em conjunto para ajudar todos os países, em particular os países em desenvolvimento, a atingir essas metas.

O G-77 e a China ressaltaram a necessidade de oferecer e facilitar o acesso às telecomunicações e às tecnologias de informação (TIC), instalações, serviços e aplicações a todos os países. Por conseguinte, o texto deve reiterar o apelo aos Estados-Membros para que se abstenham de tomar qualquer ação unilateral e/ou discriminatória que possa impedir tecnicamente outro Estado-Membro de ter pleno acesso às telecomunicações e às tecnologias de informação, recursos, serviços e aplicações relacionadas.

Nota dos autores para o informe

Depois da declaração política adotada no 75º aniversário das Nações Unidas, em setembro de 2020, o Secretário-Geral António Guterres publicou, em setembro de 2021, o relatório “A Nossa Agenda Comum”. O relatório reflete a visão do Secretário-Geral para o futuro da cooperação global, com foco na colaboração, inclusão e sustentabilidade para os próximos 25 anos e apela para ações urgentes e transformadoras para fechar as lacunas e enfrentar os riscos que surgiram desde 2015.

Para enfrentar estes desafios, reiniciar a cooperação global, repensar o multilateralismo num mundo em rápida mudança, o relatório “A Nossa Agenda Comum” incentiva a realização de uma Cúpula do Futuro em setembro de 2024 para acordar com soluções que possam influir positivamente no futuro.

No centro da agenda da Cúpula do Futuro está o [Pacto Digital Global](#), concebido para enfrentar os desafios da economia digital e, ao mesmo tempo, promover a participação equitativa das nações em desenvolvimento. Um dos pontos importantes do Pacto Digital Global é garantir que todos possam se beneficiar da tecnologia na era digital envolvendo todas as partes interessadas; governos; o sistema das Nações Unidas; o setor privado (incluindo empresas de tecnologia); a sociedade civil; organizações de base; academia e indivíduos, incluindo os jovens.

Espera-se que o Pacto Digital Global delineie princípios compartilhados para um futuro digital aberto, livre e seguro para todos. A “Nossa Agenda Comum” sugere questões que incluem a conectividade digital e evitar a fragmentação da Internet. Também sugere que as pessoas tenham opções sobre a forma como os seus dados serão utilizados; a aplicação dos direitos humanos online e a promoção de uma Internet confiável com critérios de responsabilização.

[Resumo de Políticas da Nossa Agenda Comum relacionado com o Pacto Digital Global.](#)

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

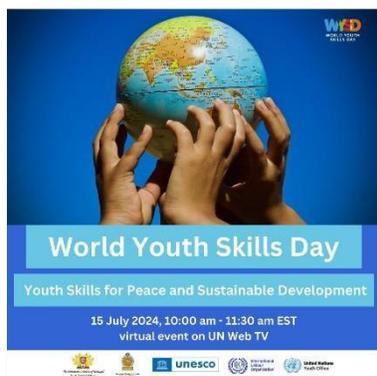
De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Sem destaque na quinzena

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

Destaques do NAMYO



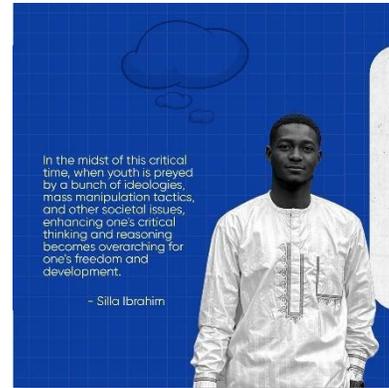
15 de julho de 2024 – Dia Mundial das Habilidades para jovens

Que tipo de habilidade você acha que poderia aprender quando jovem que o beneficiaria no futuro?

Este ano, o foco está nas **“Competências dos Jovens para a Paz e o Desenvolvimento”**, destacando o papel crucial da juventude na abordagem dos desafios multifacetados do nosso planeta.

Hoje em dia, o desemprego de jovens é uma questão fundamental. Por isso, é muito importante dotar os jovens de competências para o emprego e o trabalho digno, uma vez que as suas vozes são vitais para enfrentar os desafios globais e promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com as estatísticas, o número total estimado de jovens desempregados em todo o mundo em 2022 era de 73 milhões. Além disso, a percentagem de jovens desempregados, que não estão estudando ou em algum tipo de formação profissional em 2020 era de 23,3%.

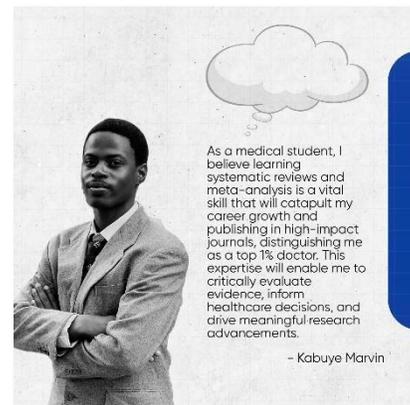


Em meio a este momento crítico, quando a juventude é vítima de um monte de ideologias, táticas de manipulação em massa e questões sociais, melhorar o pensamento crítico e o raciocínio torna-se fundamental para a liberdade e o desenvolvimento de uma pessoa.

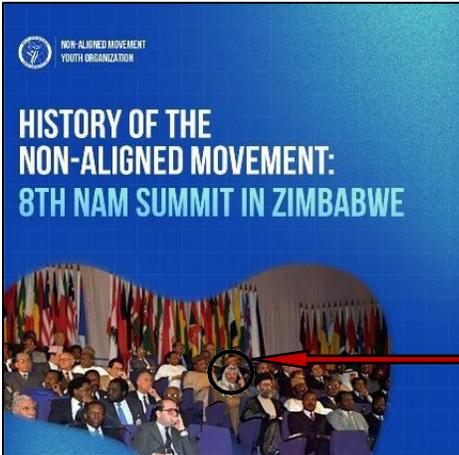


Acredito que dominar habilidades como pensamento crítico, adaptabilidade e inteligência emocional me beneficiará significativamente no futuro.

Essas habilidades me ajudarão a enfrentar desafios, construir relacionamentos fortes e alcançar crescimento pessoal e profissional.



Como estudante de medicina, acredito que aprender revisões sistemáticas e meta-análises será uma habilidade vital que impulsionará o crescimento da minha carreira e a publicação em periódicos de alto impacto, me distinguindo como um dos melhores 1% dos médicos. Esta experiência me permitirá avaliar criticamente as evidências, tomar decisões informadas e impulsionar avanços significativos na pesquisa



08 de julho de 2024. Publicação da série "História do Movimento dos Não-Alinhados" destaca a VIII Conferência do Movimento dos Não-Alinhados, realizada em Harare, no Zimbabué, em 1986

101 países participaram desta conferência, 51 dos quais eram países africanos. Pela primeira vez, o termo cooperação Sul-Sul apareceu na [declaração final do MNA de 1986](#).

No centro da foto ao lado, destaque para o fundador e principal líder da Organização para Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat.

O Apartheid na África do Sul foi a questão dominante na agenda desta conferência e os Estados participantes adotaram, por unanimidade, uma carta sobre sanções econômicas contra a África do Sul.

A delegação da Líbia, chefiada por Muammar Gaddafi, chegou a Harare com 250 membros, divulgou sua associação ao [Pacto de Varsóvia](#)¹⁴¹, que foi fortemente contestada por outros membros do MNA e usou termos antiamericanismo em suas declarações.



06 de julho de 2024. Celebração do primeiro aniversário da inauguração da sede do NAMYO

Por ocasião da Reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do Movimento dos não-alinhados, foi inaugurada em 06 de julho de 2023, a sede do Movimento Jovem dos Não-alinhados, em Baku, construída com apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão. Esta sede é um Centro de Pesquisa e de encontro dos jovens dos Estados Membros do MNA, como divulgado no [informe CRIS/Fiocruz 12 de 2023](#).

<https://x.com/namyouthorg>

¹⁴¹ Organização militar e de segurança do Leste Europeu dominada pela União Soviética. Também conhecida como Organização do Tratado de Varsóvia ou Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua. Vigorou de 1955 a 1988.



<https://x.com/namyouthorg>

20 a 24 de junho de 2024 - O Fórum Jovem de Ação Climática do MNA (NYCAF) reuniu membros da equipe COP29, profissionais de alto nível, especialistas em clima e representantes de 18 Capítulos Nacionais da NAMYO.

O NYCAF teve o objetivo de promover o envolvimento dos jovens na sustentabilidade ambiental, explorando seu envolvimento na mitigação da crise climática, no intercâmbio de conhecimentos entre os jovens do MNA sobre a ação climática e trabalhou na sua conscientização sobre as iniciativas climáticas globais.

Durante 5 dias, o Fórum promoveu discussões intensas e apresentou ideias inovadoras para a ação climática, bem como uma infinidade de oportunidades para intercâmbio cultural. O documento adotado durante o evento será apresentado à Presidência da COP29.

O Chefe do Departamento de Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores do Azerbaijão e o negociador-chefe adjunto da COP29, Samir Bejanov, parabenizou os participantes pela conclusão bem-sucedida do fórum e declarou que a Presidência da COP29 aprecia muito o envolvimento dos jovens nas negociações climáticas. Ele insistiu que todos os membros do NAMYO se envolvam ativamente neste processo.

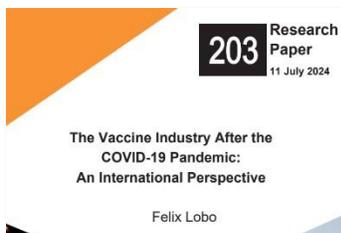
Outras informações e destaque do Movimento Jovem dos Não-alinhados podem ser vistos na [plataforma X do NAMYO](#).

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o Desafio para o Sul (*The Challenge to the South*), enfatizou a necessidade de os países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

Destaques do Centro Sul



11 de julho – Artigo de Pesquisa n. 203: “A indústria das vacinas após a pandemia de Covid-19: Uma perspectiva internacional”.

O objetivo deste relatório é analisar o impacto que a pandemia de Covid-19 teve na indústria de vacinas sob uma perspectiva internacional. Seu propósito é aprender com essa experiência e contribuir para o desenvolvimento de melhores ferramentas para o futuro desenvolvimento e fabricação de vacinas, uma vez que todos devem estar preparados para futuras doenças infecciosas emergentes com potencial de expansão global.

A indústria das vacinas faz contribuições fundamentais para o bem-estar social global, mas do ponto de vista empresarial é complexa e difícil de gerenciar, e do ponto de vista econômico é uma indústria que não se encaixa no paradigma da eficiência do mercado competitivo, com notórias falhas de mercado.

O artigo examina o impacto da pandemia na inovação e no desenvolvimento científico, tecnológico e industrial de vacinas e constata que certos elementos da estrutura da indústria mudaram, enquanto outros permaneceram os mesmos. Também foi incluído um resumo das lições aprendidas com a implementação de algumas políticas públicas para impulsionar o fornecimento e estimular a demanda, com especial atenção para a desigualdade na distribuição global de vacinas e para o programa COVAX¹⁴².

A conclusão é que algumas políticas foram muito eficazes, enquanto outras não alcançaram totalmente seus objetivos. A partir das conquistas e limitações, podem ser extraídas lições para a reformulação e expansão de políticas públicas globais que estimulem a pesquisa e desenvolvimento, fabricação, distribuição e acesso às vacinas.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#)



05 de julho de 2024 – Resumo de Política n. 25: "Pintando a Grama de Verde: Uma Exceção para Mudanças Climáticas em Acordos de Investimento"

Durante a 28ª Sessão da Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), os Estados reconheceram a necessidade crítica de acelerar esforços para mitigar as mudanças climáticas e instaram as Partes a atuar no sentido de

abandonar os combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, alcançando emissões líquidas nulas até 2050.

No entanto, implementar tal transição encontra obstáculos nos mecanismos de resolução de disputas entre investidores e Estados (ISDS), os quais podem minar ações regulatórias necessárias para políticas climáticas, gerando um 'arrefecimento regulatório'. Como resposta a esses desafios, o programa "Futuro dos Tratados de Investimento" da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) propôs um modelo de disposição de exceção para excluir os setores de combustíveis fósseis da proteção do ISDS, com salvaguardas procedimentais, mas sua eficácia pode ser limitada. É necessária uma reforma holística dos acordos de investimento e medidas adicionais, como a retirada de acordos internacionais de investimento, para proteger o espaço regulamentar e promover investimentos sustentáveis e uma transição justa.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#)

¹⁴² O COVAX foi um esforço multilateral histórico co-liderado pela Gavi, a Vaccine Alliance, a Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a UNICEF entre 2020 e 2023. Durante a pandemia de COVID-19, o objetivo do COVAX foi acelerar o desenvolvimento e a fabricação das vacinas contra a COVID-19 e garantir um acesso justo e equitativo a todos os países do mundo. A iniciativa chegou ao fim em 31 de dezembro de 2023.



03 de julho de 2024 – Resumo de Política n. 131: “Compreendendo o Novo Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados”.

Foi adotado em 24 de maio de 2024 um novo Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados.

O tratado estabelece uma obrigação internacional para os requerentes de patentes de divulgar a fonte ou origem de recursos genéticos (RGs) e conhecimentos tradicionais (CTs) associados em pedidos de patentes. Este desenvolvimento representa um passo significativo para mitigar a apropriação indébita de RGs e CTs, beneficiando especialmente os países em desenvolvimento que há muito tempo advogam por esse tipo de estrutura.

Enquanto o tratado estabelece padrões mínimos para divulgação e sanções, ele permite considerável flexibilidade para os estados contratantes na implementação e abre caminhos para a expansão futura de seu escopo para abordar tecnologias emergentes e produtos derivados.

A adoção do histórico tratado internacional sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais pela OMPI marca um avanço significativo para os países em desenvolvimento na criação de ferramentas que podem contribuir para prevenir ou remediar a apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Em negociações desde 1999, o tratado determina a divulgação da origem ou fonte de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados em pedidos de patentes, aumentando a transparência do sistema de patentes. Apesar de seu escopo mais limitado e das restrições em comparação com algumas leis nacionais, o tratado estabelece padrões mínimos de divulgação e permite regulamentações nacionais mais amplas. Sua eficácia dependerá da sua rápida entrada em vigor e do compromisso em expandir o escopo de sua cobertura, sinalizando um passo importante, porém ainda insuficiente, em direção a um sistema internacional de patentes mais equitativo e transparente.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#)

Em momento histórico, sociedade civil deixa sua marca no G20. Ciência e Tecnologia são temas do G7. Mudanças à vista no horizonte da OCDE

In a milestone moment, civil society left its mark on the G20. Science and Technology are themes in the G7. Changes on the horizon for the OECD

**Pedro Burger
Vitória Kavanami
João Miguel Estephanio
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves**

Abstract: G20: *The fortnight at the G20 was marked by important articulations from the engagement groups, starting with the publication of communiqués with recommendations for the leaders of the bloc. In the midst of the third Sherpas meeting in Rio de Janeiro, these documents were delivered in a historic move to broaden the process of consultation and social participation.*

G7: *Highlight of the fortnight goes to the G7 Science and Technology meeting from July 9th to 11th, focusing on priority themes aimed at exploring the central role of science and research in ensuring a more equitable and sustainable future. Looking ahead, expectations are set for the upcoming G7 Trade Ministers' meeting in the coming days.*

OCDE: *The OECD's highlights include the release of the latest edition of the OECD Employment Outlook and the OECD-FAO Agricultural Outlook, the study on small and medium-sized enterprises in the Latin America and Caribbean region and updates on international inflation statistics.*

Keywords: *G20, G7; OECD, Brazil, Science and Technology; Trade.; international cooperation.*

Resumo: G20: A quinzena no G20 foi marcada por importantes articulações dos grupos de engajamento a partir da publicação de comunicados com recomendações para os líderes do bloco. Em meio ao terceiro encontro dos Sherpas, no Rio de Janeiro, esses documentos foram entregues em um movimento histórico de ampliação do processo de escuta e participação social.

G7: O destaque da quinzena vai para o encontro do G7 para Ciência e Tecnologia entre os dias 9 e 11 de julho e os temas prioritários escalados para pensar o papel central da ciência e pesquisa na garantia de um futuro mais equitativo e sustentável. Para os próximos dias, tem-se as expectativas para o encontro dos Ministros do Comércio do G7.

OCDE: Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação da edição mais atual do *OECD Employment Outlook* e do *OECD-FAO Agricultural Outlook*, do estudo sobre pequenas e médias empresas na região da América Latina e Caribe e atualizações sobre estatísticas de inflação internacional.

Palavras-chave: G20, G7; OCDE; Brasil, Ciência e Tecnologia; Comércio; Cooperação internacional.

Em momento histórico, sociedade civil deixa sua marca no G20

A quinzena inicial do mês de julho foi marcada por uma série de encontros pertinentes aos grupos de engajamento¹⁴³ do G20¹⁴⁴. Seguindo o planejamento acordado no começo do ano, o intuito das chamadas *Midterm Conferences*, ou Conferências Intermediárias, foi o de analisar os progressos alcançados até o momento, apresentar soluções inovadoras e explorar novos caminhos de colaboração, sobretudo com a intenção de chegar a um comunicado com recomendações da sociedade civil para os *Sherpas*, representantes das lideranças do bloco. Pela primeira vez na história do G20 esses comunicados foram apresentados de forma antecipada à Cúpula dos Líderes na expectativa de impactar as negociações e a elaboração da declaração conjunta.

Iniciando esses esforços, o T20, o grupo de engajamento que reúne *think tanks* e instituições acadêmicas, se reuniu no Rio de Janeiro entre os dias 1 e 3 de julho. O evento foi organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), organizações também responsáveis pela coordenação dos trabalhos do grupo nesta gestão. Movidos pelos desafios sistêmicos de um cenário de “policrise” que envolve riscos geopolíticos, socioeconômicos e ambientais interconectados, os membros fizeram um apelo ao G20 para que o grupo fortaleça sua posição enquanto um definidor de agendas. De acordo com o preâmbulo do *Communiqué*¹⁴⁵ divulgado, o bloco possui um importante papel para a promoção da reforma e do fortalecimento da governança global e dos mecanismos financeiros internacionais, de modo que essas organizações estejam mais bem equipadas para enfrentar os desafios contemporâneos, liberar os recursos necessários e canalizar esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas do Acordo de Paris. Nesse sentido, a cooperação internacional aparece como força motriz para o desenvolvimento socioeconômico no século XXI, contribuindo para combater as desigualdades estruturais¹⁴⁶.

Como adiantamos no Informe anterior, as dez recomendações centrais contidas no documento foram baseadas em mais de 360 *policy briefs* elaborados por 121 *think tanks*, e foram analisadas, revisadas por pares e aprovadas pelas 6 forças-tarefa do grupo. A saúde aparece com destaque em apenas uma delas, enfatizando os seguintes pontos: (i) priorizar a cobertura universal de saúde e a organização dos sistemas de saúde, expandindo os serviços de saúde acessíveis a populações, comunidades e regiões vulneráveis, bem como aumentando o financiamento do sistema de saúde, a transferência tecnológica e a inclusão digital; (ii) o desenvolvimento de uma infraestrutura digital partilhada para a coordenação global durante e fora de contextos de crise; (iii) a criação de um fundo global de vacinação para garantir a prevenção e a distribuição rápida e equitativa de vacinas durante crises de saúde e eventos epidêmicos;

¹⁴³ Atualmente fazem parte do bloco 13 grupos de engajamento: C20 (sociedade civil); T20 (think tanks); Y20 (juventude); W20 (mulheres); L20 (trabalho); U20 (cidades); B20 (business); S20 (ciências); Startup20 (startups); P20 (parlamentos); SAI20 (tribunais de contas); e os mais novos J20 (cortes supremas) e O20 (oceanos). Juntos, eles compõem o G20 Social.

¹⁴⁴ Sociedade civil no G20: semana está repleta de encontros dos grupos de engajamento. G20. 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/sociedade-civil-no-g20-semana-esta-repleta-de-encontros-dos-grupos-de-engajamento>. Acesso em: 14 jul. 2024.

¹⁴⁵ T20 Brasil 2024 Communiqué. T20. 03 jul. 2024. Disponível em: https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/T20_Communique_A5_Digital.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

¹⁴⁶ ‘Think tanks’ defendem fortalecimento do multilateralismo no G20. Valor Econômico. 03 jul. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/03/think-tanks-defendem-fortalecimento-do-multilateralismo-no-g20.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

(iv) reduzir as restrições que os direitos de propriedade intelectual podem representar no acesso a medicamentos e a outros tratamentos e terapias de saúde. Abaixo listamos todas as recomendações, com tradução livre:

1. Fortalecer a cooperação multilateral no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.
2. Empregar uma política fiscal progressiva e redirecionar os subsídios dos combustíveis fósseis para reduzir as desigualdades e promover a justiça climática.
3. Impulsionar o financiamento do clima e do desenvolvimento sustentável a preços acessíveis, incluindo os recursos necessários para promover transições energéticas justas.
4. Proporcionar o desenvolvimento de capacidades, a transferência de tecnologia e o financiamento adequado para os planos nacionais de transição, incluindo medidas para alavancar a adaptação climática e a bioeconomia.
5. Reformar o Quadro Comum do G20 para o Alívio da Dívida e a política de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para expandir o espaço fiscal para investimentos em desenvolvimento inclusivo e sustentável.
6. Estabelecer o Data20, uma plataforma multissetorial para melhorar a cooperação em governança global de dados.
7. Melhorar a cooperação para melhorar a conectividade significativa, DPIs (Infraestruturas Digitais Públicas, na sigla em inglês) inclusivos e IA (Inteligência Artificial) centrada no ser humano.
8. Reformar e fortalecer a Organização Mundial do Comércio (OMC) como o principal fórum para negociações globais de facilitação de comércio, serviços e investimentos, inclusive em relação às normas comerciais que abordam o clima e a transformação digital.
9. Abordar a desigualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a transferência de tecnologia e a cooperação global em matéria de vacinação, medicamentos e insumos estratégicos de saúde nos países em desenvolvimento.
10. Traduzir em ações os compromissos do G20 em matéria de igualdade de gênero, racial e étnica.

Após a entrega do documento aos *Sherpas*, o trabalho do T20 no segundo semestre será concentrado na implementação das recomendações, de maneira a fornecer às instâncias governamentais elementos complementares que possam auxiliar os processos de tomada de decisões e a formulação de políticas públicas. Segundo Gustavo Westmann, assessor especial do G20 da Secretaria de Assuntos Internacionais da Presidência do Brasil, o desafio agora é exatamente esse: "(...) assegurar que essas recomendações sejam levadas à mesa de negociação"¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Autoridades do G20 recebem recomendações de centros de pesquisas. O Povo. 06 jul. 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2024/07/06/autoridades-do-g20-recebem-recomendacoes-de-centros-de-pesquisas.html>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Em paralelo ao *Communiqué*, outro documento lançado no período foi a Declaração Conjunta do Diálogo de Convergência T20/C20¹⁴⁸. O documento consiste na união de forças de Grupos de Trabalho do C20 e das Forças Tarefas do T20. A declaração acrescenta recomendações em três áreas específicas: economia, mudanças climáticas e digitalização, e parte do pressuposto de que “existem desafios urgentes impostos pelas tecnologias digitais e pela inteligência artificial (IA), uma lacuna de financiamento cada vez maior para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), problemas de endividamento no Sul Global, reforma lenta da governança e um sistema tributário internacional injusto”. Na agenda econômica, participaram da elaboração BRICS Policy Center, Institute of World Economics and Politics, Gestos, Latindadd e Institute of Economic Justice. Na agenda ambiental e climática, estão Plataforma CIPÓ, Institute for Sustainable Development and International Relations (IDDRI), Observatório do Clima, Engajamundo e Climate Justice Network. Na agenda digital, fazem parte Data Privacy, Observer Research Foundation (ORF), Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin) e Amrita Technology Business Incubator. O documento pode ser acessado na íntegra no site oficial.

Figura 1: *Midterm Conference* do T20.



Fonte: G20, 2024.

Em adição, outro evento que ocorreu no período foi o encontro do C20, o grupo de engajamento do G20 que representa a sociedade civil organizada. Também localizados na capital fluminense, representantes das mais de 2 mil organizações da sociedade civil se reuniram durante dois dias: um primeiro dia aberto ao público e com a presença de ministérios brasileiros, focado em debater assuntos

¹⁴⁸ Declaração Conjunta do Diálogo de Convergência T20/C20. T20/C20. 05 jul. 2024. Disponível em: <https://c20brasil.org/wp-content/uploads/2024/07/declaracao-conjunta.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

dos grupos temáticos, e um segundo dedicado a trabalhos internos¹⁴⁹. De maneira semelhante ao T20, o objetivo do encontro era apresentar e debater uma série de recomendações elaboradas pelo grupo¹⁵⁰.

O documento do C20¹⁵¹, no entanto, apresenta um tom bem mais assertivo ao pontuar nos parágrafos iniciais que o G20 falhou em resolver efetivamente os riscos econômicos sistêmicos, prevenir e acabar com guerras e apoiar os países quando necessário, citando a guerra da Rússia contra a Ucrânia, o genocídio em curso na Palestina e o caso do Haiti como exemplos. Além disso, o grupo considera que apesar do bloco ter tentado por muito tempo lidar com as crises econômicas, segue fomentando modelos de produção e consumo insustentáveis, extrativistas e excludentes que são responsáveis pelas desigualdades e as emergências climáticas vigentes. As soluções existem, mas são urgentes e devem considerar as populações em condições vulneráveis e suas interseções relacionadas à raça, gênero, orientação sexual, status socioeconômico e localização geográfica. É o que diz Alessandra Nilo, *Sherpa* do C20 e cofundadora da ONG Gestos: “Soluções existem, mas precisamos de governos tomadores de decisão e que estejam comprometidos a resolver problemas. Não precisamos de medidas paliativas”¹⁵².

Com base nesses apontamentos às 20 recomendações do documento foram elaboradas. Abaixo sistematizamos os principais pontos a partir de tradução livre – saúde aparece com destaque em 14 e 15:

1. Defender a democracia, o laicismo e os direitos humanos e implementar mecanismos robustos de prestação de contas das decisões do G20.
2. Promover políticas públicas baseadas em evidências e totalmente financiadas para todos, garantindo acesso total a trabalho decente, água, terra, moradia, segurança alimentar e sistemas universais de educação, saúde (inclusive saúde mental) e proteção social.
3. Substituir o índice do PIB per capita por um novo índice que considere investimentos e riscos sociais, econômicos e climáticos para a definição de políticas globais.
4. Implementar planos de transição justa, com o desinvestimento em combustíveis fósseis e medidas mais ambiciosas de mitigação e adaptação climática, agir para prevenir e reduzir os riscos de desastres e proteger os direitos das pessoas e dos territórios em condições vulneráveis, garantindo um financiamento novo, adicional e flexível para responder efetivamente às mudanças climáticas.
5. Promover políticas tributárias globais progressivas e justas.
6. Reformar a governança, a estrutura e as práticas das Instituições Financeiras Internacionais e dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs).

¹⁴⁹ Sociedade civil, liderada pelo C20, faz recomendações ao G20 para reduzir desigualdades. Gestos. 04 jul. 2024. Disponível em: <https://gestos.org.br/2024/07/sociedade-civil-liderada-pelo-c20-faz-recomendacoes-ao-g20-para-reduzir-desigualdades/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

¹⁵⁰ No Rio, Civil 20 tem Midterm com vistas a reunião de Sherpas. G20. 30 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/no-rio-civil-20-tem-midterm-com-vistas-a-reuniao-de-sherpas>. Acesso em: 14 jul. 2024.

¹⁵¹ C20 Brasil 2024 Communiqué. C20. 03 jul 2024. Disponível em: https://c20brasil.org/wp-content/uploads/2024/07/Civil20-Brazil-2024_Communique_EN_july_final.docx.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

¹⁵² Representatividade, mais direitos e reformas: as primeiras sugestões da sociedade civil ao G20. O Globo. 05 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/07/05/representatividade-mais-direitos-e-reformas-as-primeiras-sugestoes-da-sociedade-civil-ao-g20.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

7. Reduzir o ônus da dívida e seus custos, principalmente para os países de baixa e média renda.
8. Erradicar a pobreza e a fome, garantindo empregos decentes, seguridade social, acesso universal à saúde, educação e segurança alimentar com dietas nutritivas e seguras.
9. Realinhar a educação à abordagem baseada nos direitos humanos, financiando e garantindo uma educação pública integral, inclusiva e de qualidade ao longo de toda a vida, desde a primeira infância até o ensino superior.
10. Garantir a deliberação pública, a transparência, a responsabilidade, a aplicação do desenvolvimento e o uso da tecnologia para a tomada de decisões e a infraestrutura pública digital.
11. Garantir a representação paritária das mulheres em toda a sua diversidade na governança das instituições econômicas, sociais e ambientais, tanto multilaterais quanto nacionais.
12. Proteger os direitos e a segurança dos trabalhadores, erradicar a exploração e responsabilizar as empresas multinacionais e o setor privado por suas práticas trabalhistas e seus produtos.
13. Medir com precisão a contribuição do trabalho de cuidado não remunerado e reduzir a parcela desproporcional das mulheres e meninas, redistribuir as responsabilidades de cuidado de forma equitativa entre mulheres e homens, famílias e o Estado, garantindo seu acesso à educação e ao trabalho decente.
14. Elevar o papel da saúde pública nos desafios de saúde relacionados ao meio ambiente e fortalecer os sistemas de saúde e a prevenção, preparação e resposta a pandemias – priorizando as pandemias em andamento – e tomar todas as medidas para promover a aliança para a produção regional, a inovação e o acesso a medicamentos e vacinas para responder a doenças e populações negligenciadas e doenças socialmente determinadas.
15. Garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos para todos, com serviços de saúde acessíveis e baratos, especialmente para mulheres e meninas em toda a sua diversidade e pessoas LGBTQIA+, e assegurar o acesso à educação sexual abrangente baseada em evidências e ao planejamento familiar, contracepção, aborto, prevenção de DSTs, cuidados e tratamentos gratuitos, inclusive para HIV/AIDS.
16. Fortalecer o acesso à justiça e garantir a responsabilidade e a reparação para grupos sub-representados e para aqueles em situações vulneráveis que enfrentam injustiças sistêmicas.
17. Aumentar a segurança jurídica das organizações e movimentos da sociedade civil, evitando legislações restritivas baseadas no combate ao terrorismo, e proteger os defensores dos direitos humanos e ambientais e os jornalistas.
18. Reduzir os gastos militares e a produção de armas, prevenir a violência, aumentar os fundos para a ajuda humanitária e o desenvolvimento sustentável nas regiões afetadas, promover a resolução pacífica de conflitos e o cumprimento do Direito Internacional, apoiar a Nova Agenda para a Paz e a reforma do Conselho de Segurança da ONU, e implementar a Agenda de Mulheres para a Paz e Segurança, com sistemas de prevenção, investigação e reparação de violência sexual.

19. Reconhecer e apoiar o papel catalisador da filantropia, especialmente a filantropia comunitária, para promover o desenvolvimento sustentável e mobilizar recursos que sejam acessíveis e adaptados às necessidades das comunidades.
20. Gerar fundos adicionais e previsíveis, inclusive por meio de mecanismos de financiamento alternativos, para permitir que os governos e as ações da sociedade civil acelerem o financiamento da proteção climática e dos ODS e maximizem a eficiência das plataformas e dos mecanismos existentes.

Ainda na esteira desses acontecimentos, às vésperas da reunião de *Sherpas*, o grupo de engajamento de ciência, o S20, realizou o seu evento final no Rio de Janeiro. A 8ª Cúpula do S20, que neste mandato é presidida pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) na figura de Helena Nader, contou com a participação do embaixador Mauricio Lyrio, *Sherpa* do Brasil, e a comunidade científica internacional para fechar o documento final¹⁵³ de recomendações aos líderes do fórum¹⁵⁴. Após dois dias de reunião no Rio de Janeiro, o grupo avançou nos 5 eixos temáticos que elencou como prioridades sob o lema “Ciência para a transformação global”: inteligência artificial, bioeconomia, processo de transição energética, desafios da saúde e justiça social. Para cada eixo foram acordadas uma série de recomendações.

No que concerne à inteligência artificial, o S20 sugere:

1. A criação de políticas fundamentadas em princípios éticos compartilhados para assegurar inovação casada à segurança no emprego e os direitos dos trabalhadores;
2. O estabelecimento de regulamentações para IA, padrões de governança de dados e estruturas intergovernamentais para supervisionar tecnologias de IA que possam operar além do controle ou supervisão humana;
3. Trabalho conjunto para criar e compartilhar grandes conjuntos de dados científicos valiosos e bem curados; e
4. Estabelecer estruturas intergovernamentais para supervisionar tecnologias de IA que possam operar além do controle ou supervisão humana.

Para bioeconomia foram prescritos:

1. Que os países do G20 cheguem a um consenso sobre o papel da bioeconomia como uma das estratégias para enfrentar as mudanças climáticas e suas consequências; e
2. Formular um quadro de políticas conjuntas que permita aos países implementar programas de bioeconomia, investir em inovações sociais e tecnológicas, compartilhar conhecimentos críticos, melhorar a qualidade de vida e proteger os recursos naturais.

¹⁵³ S20 Communiqué. 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-social-divulga-documentos-de-recomendacoes-dos-grupos-de-engajamento-entregues-aos-sherpas/s20-document.pdf/@download/file>. Acesso em: 14 jul. 2024.

¹⁵⁴ Com atenção à justiça social na ciência, Science 20 aprova documento a líderes do G20. G20. 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/com-atencao-a-justica-social-na-ciencia-science-20-aprova-documento-a-lideres-do-g20>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Para transição energética, a equipe recomenda que:

1. Os esforços gerais para reduzir as emissões no processo de transição energética devem se basear no aumento do uso de fontes de energia com baixas emissões, em combinações variáveis de um país para outro, avançando para a eliminação progressiva do carvão; e
2. A captura, utilização e armazenamento de carbono, junto com outras estratégias relacionadas, devem ser utilizadas para minimizar as emissões de CO₂ dos combustíveis fósseis.

Já entre os desafios da saúde a serem enfrentados recomenda-se:

1. Garantir o acesso global a vacinas, medicamentos e ferramentas de diagnóstico essenciais para todos;
2. Promover produção local e regional sustentável através do desenvolvimento de capacidades em pesquisa, inovação, compartilhamento de conhecimento e transferência de tecnologia;
3. Promover estratégias de comunicação eficazes para disseminar informações de saúde, combater a desinformação e conduzir campanhas de saúde;
4. Desenvolver políticas para promover estilos de vida saudáveis, incluindo atividade física e nutrição de qualidade e;
5. Alavancar recursos globais focados nos impactos da saúde pelas mudanças climáticas e ambientais, com foco em grupos com vulnerabilidades conhecidas, como aqueles expostos a eventos climáticos extremos.

Por fim, para justiça social, o S20 prescreve:

1. Expandir a infraestrutura para acesso universal à internet e aumentar a alfabetização digital para garantir que todos os segmentos da sociedade se beneficiem dos avanços digitais;
2. Formular abordagens inclusivas e equitativas para o desenvolvimento digital e;
3. Abordar a desinformação relacionada à ciência nos meios de comunicação digital para evitar impactos adversos na sociedade, ao mesmo tempo em que se desenvolvem estratégias nacionais, regionais e globais envolvendo comunidades científicas e sociedade civil.

A expectativa é que os presidentes das academias de ciências dos países membros assinem o documento até o dia 19 deste mês, comprometendo-se a implementar o máximo das recomendações. Segundo Nader, conseguir consenso para construir o documento não foi uma tarefa fácil e países como a China e a África do Sul foram responsáveis por contribuições significativas, muito por conta da ligação com o BRICS¹⁵⁵. Além disso, para a biomédica, ao assumir a liderança do G20, o Brasil tem o potencial de fazer a diferença, especialmente em um contexto de valorização dos debates do Sul Global: "Espero que

¹⁵⁵ Combate à pobreza conduz recomendações finais do grupo de ciência do G20. Valor Econômico. 02 jul. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/02/combate-pobreza-conduz-recomendaes-finais-do-grupo-de-cincia-do-g20.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

o Brasil consiga liderar a implementação dessas recomendações, a ciência é relevante no país e, sem ela, não há justiça social¹⁵⁶.

Em conclusão, para coroar os esforços da sociedade civil, aconteceu o terceiro encontro dos *Sherpas* do G20 no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 5 de julho. Com a participação de representantes de 29 países e 13 organizações internacionais, o encontro se destacou por uma inovação na história do bloco: uma sessão conjunta dos *Sherpas* com representantes dos 13 grupos de engajamento¹⁵⁷. Tal inovação faz parte do G20 Social, iniciativa brasileira para ampliar o processo de escuta e a gama de recomendações em documentos preparatórios para as reuniões oficiais.

Para além dos três comunicados abordados acima, durante o encontro foram apresentados mais dez documentos com recomendações por parte dos outros grupos de engajamento do bloco – os textos ainda incompletos podem ser encontrados no site oficial¹⁵⁸. Como fala Ilona Szabó, Presidente do Instituto Igarapé, em artigo para a Folha de São Paulo, essa inovação não é coisa pouca e, considerando o tamanho dos PIBs que compõem o G20, a sociedade civil pode ter uma oportunidade única de influenciar a agenda global¹⁵⁹.

Vale dizer que uma maior participação social nos processos de debates e negociações do G20 é uma reivindicação popular antiga ao fórum, só acatada nesta gestão. E, para além de aumentar o escopo de atores envolvidos no processo, a iniciativa ainda pode ser fundamental para uma tomada de decisões mais assertiva, justamente por dialogar com grupos que estão sendo afetados pelos dilemas discutidos. Para Gustavo Westmann, coordenador do G20 Social: “A ideia do governo brasileiro ao criar o conceito do G20 Social foi exatamente de ampliar a base de participação, trazer novos atores pro debate, mas também assegurar que essas vozes estejam sendo escutadas, porque a gente acredita que só assim a gente vai conseguir entender o que está acontecendo no mundo de verdade. Sair do insulamento burocrático e conseguir chegar na ponta, discutir com quem vai ser beneficiário ou quem vai ser afetado por todas as decisões”¹⁶⁰.

Ainda, em outras sessões foi possível discutir o andamento dos trabalhos sob a presidência brasileira do G20, com particular foco nas duas forças-tarefa criadas: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima. A esse respeito, Saulo Arantes Ceolin, coordenador geral de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério das Relações Exteriores (MRE),

¹⁵⁶ S20, braço científico do G20, propõe recomendações para uso e regulamentação de IA. Folha de SP. 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2024/07/s20-braco-cientifico-do-g20-propoe-recomendacoes-para-uso-e-regulamentacao-de-ia.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁵⁷ Começa hoje (03), no Rio de Janeiro, reunião com *sherpas* com vistas à construção do documento final para líderes do G20. G20. 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/comeca-hoje-03-no-rio-de-janeiro-reuniao-com-sherpas-com-vistas-a-construcao-do-documento-final-para-lideres-do-g20>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁵⁸ G20 Social divulga documentos de recomendações dos grupos de engajamento entregues aos *sherpas*. G20. 06 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-social-divulga-documentos-de-recomendacoes-dos-grupos-de-engajamento-entregues-aos-sherpas>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁵⁹ Na sopa de letrinhas do G20, a defesa da reforma do multilateralismo. Folha de SP. 09 jul. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ilona-szabo/2024/07/na-sopa-de-letrinhas-do-g20-a-defesa-da-reforma-do-multilateralismo.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁶⁰ Sociedade civil e *sherpas* juntos à mesa: reunião inédita marca história do G20. G20. 04 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/sociedade-civil-e-sherpas-juntos-a-mesa-reuniao-inedita-marca-historia-do-g20>. Acesso em: 15 jul. 2024.

anunciou que a Força-tarefa praticamente concluiu seu trabalho, com um documento de concepção pronto para ser adotado na próxima reunião ministerial que acontece ainda neste mês¹⁶¹.

De acordo com o embaixador Mauricio Carvalho Lyrio, *Sherpa* do Brasil no G20, para além das duas sessões acima mencionadas, houve também discussões de temas geopolíticos com as questões mais controversas da agenda internacional; e uma última reunião para tratar de planejamentos futuros, envolvendo a condução dos grupos até a realização da Cúpula em novembro e a estrutura da declaração conjunta¹⁶². “Aqui é uma etapa de negociação dos textos que serão usados, tanto nas reuniões ministeriais como na reunião de líderes. É uma oportunidade que nós temos justamente para fazer avançar as prioridades que o Brasil estabeleceu para a agenda, que até agora têm sido muito bem recebidas pelos demais países”, relatou.

Um desdobramento importante desses últimos pontos, a tempo do início da rodada de reuniões ministeriais do G20, foi a decisão por parte dos negociadores brasileiros de não incluir nas declarações conjuntas nenhuma referência a conflitos geopolíticos¹⁶³. O objetivo é evitar que discordâncias sobre o assunto contaminem os trabalhos e impeçam que os ministros produzam documentos acordados em suas respectivas áreas, afetando a credibilidade do bloco. Algo que aconteceu com frequência nas gestões da Indonésia e da Índia, em razão do conflito na Ucrânia. Enquanto os Estados Unidos e seus aliados pressionavam para que todo e qualquer documento do grupo tivesse uma condenação à invasão feita pela Rússia, Moscou, como membro do G20, vetava o texto e impedia a divulgação de declarações oficiais por parte dos ministros. A decisão faz parte de uma estratégia de negociação adotada no Fórum Econômico da Ásia e do Pacífico (APEC). Na ocasião, o Peru, que tem a presidência rotativa do grupo, propôs que a declaração final dos ministros não tivesse nenhuma referência a conflitos geopolíticos. Em troca, Lima divulgou um documento separado, sob sua responsabilidade, no qual declara que durante a reunião alguns participantes “expressaram suas visões sobre Rússia e Ucrânia e a situação em Gaza”. O G20 então seguirá com essa fórmula e parece ser um caminho promissor.

Em linha com a manifestação da sociedade civil, cerca de 20 ex-chefes de Estado e de governo do G20 e de países de renda mais alta, incluindo a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet, o ex-primeiro-ministro da Suécia Stefan Löfven, a ex-primeira-ministra da Austrália Julia Gilliard, o ex-primeiro-ministro da França Dominique de Villepin e o ex-presidente da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, apelaram aos atuais líderes do G20, em uma carta aberta¹⁶⁴, para apoiarem um “novo acordo global para tributar

¹⁶¹ Encontro inédito: Trilhas de Sherpas e de Finanças se reúnem com Forças-Tarefa para fechar propostas para a Cúpula Final do G20. G20. 04 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/encontro-inedito-trilhas-de-sherpas-e-de-financas-se-reunem-com-forcas-tarefa-para-fechar-propostas-para-a-cupula-final-do-g20>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁶² Brasil inova no G20 na terceira reunião de Sherpas. Agência Brasil. 05 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-07/brasil-inova-no-g20-na-terceira-reuniao-de-sherpas>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁶³ Brasil articula documento separado sobre guerras para destravar acordos no G20. Folha de SP. 05 jul. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/07/brasil-articula-documento-separado-sobre-guerras-para-destravar-acordos-no-g20.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁶⁴ Former heads of state and government call on President Biden and fellow G20 leaders to back global deal to tax the ultra-rich. OXFAM INTERNATIONAL. 11 Jul, 2024. Disponível em <https://www.oxfam.org/en/press-releases/former-heads-state-and-government-call-president-biden-and-fellow-g20-leaders-back>.

os indivíduos ultra-ricos do mundo”, conforme vem sendo defendido pelo Brasil em sua presidência do G20.

Figura 2: Grupos da sociedade civil e *Sherpas* reunidos em momento histórico no G20.



Fonte: G20, 2024.

Os ex-líderes afirmam que “a proposta brasileira do G20 sublinha a oportunidade de escrever uma nova história sobre tributação pela primeira vez em uma geração” num momento em que “bilionários, globalmente, estão pagando uma alíquota de imposto equivalente a menos de 0,5% de sua riqueza.” A carta foi apresentada nesta quinzena, justamente antes da reunião dos ministros das finanças e chefes dos Bancos Centrais do G20 que acontecerá no Rio de Janeiro em 25 de julho.

Governos como o Brasil, a África do Sul, a França e a Espanha já manifestaram o seu apoio à iniciativa brasileira que, segundo os ex-líderes, é uma rara proposta que os une e que parece ser politicamente possível.

Reunião dos ministros de ciência e tecnologia do G7

Na última quinzena, no âmbito do G7, podemos dar destaque para a Reunião dos Ministros do G7 sobre Ciência e Tecnologia, que ocorreu entre os dias 9 e 11 de julho. Autoridades e chefes de delegação do Canadá, França, Alemanha, Japão, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia se reuniram para debater o papel central da ciência e pesquisa na garantia de um futuro mais equitativo e sustentável e exploraram iniciativas compartilhadas para alcançar este objetivo. Os temas prioritários para a reunião definidos pela presidência italiana são: i) segurança e integridade da pesquisa, garantindo a liberdade e inclusão na pesquisa científica e ciência aberta e comunicação científica; ii) ampla infraestrutura de pesquisa; iii) cooperação em pesquisa e inovação com África; iv) pesquisa sobre tecnologias novas e emergentes, energia nuclear e espaço; v) mares, oceanos e sua biodiversidade. A declaração emitida após a reunião elenca os principais pontos:

- 1) As autoridades se dispuseram a prestar apoio coordenado e concreto ao sistema de pesquisa e inovação ucraniano, à recuperação do país e à inclusão deste tema como parte integrante da agenda da Conferência de Recuperação da Ucrânia que ocorrerá na Itália em 2025.
- 2) As autoridades se comprometeram em dar ênfase ao papel da ciência e da tecnologia no alcance dos objetivos da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como dos objetivos do Acordo de Paris e do Quadro Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal;
- 3) O G7 se comprometeu a acolher a Declaração sobre Políticas Transformativas de Ciência, Tecnologia e Inovação para um futuro sustentável e inclusivo adotada na reunião ministerial do Comitê para a Política Científica e Tecnológica da OCDE.
- 4) As lideranças se comprometeram a incentivar a participação da sociedade civil nos processos de pesquisa científica, promovendo e apoiando iniciativas de aprendizagem mútua entre pesquisadores e o público. Também reconhecem o valor das iniciativas destinadas a potencializar o potencial de participação e empenho na ciência.
- 5) O G7 afirma a necessidade de reforçar a diversidade, a equidade, a inclusão e a acessibilidade na ciência e na tecnologia para melhorar a qualidade do processo científico, promovendo um maior alinhamento entre a pesquisa e as necessidades da sociedade, identificando e preenchendo as lacunas da pesquisa e facilitando a adoção dos resultados da investigação científica na sociedade. As autoridades reiteram o valor do trabalho do Conselho Consultivo para a Igualdade de Gênero do G7 que promove os valores partilhados na prática da ciência e da investigação¹⁶⁵.

Figura 3. Reunião dos ministros de ciência e tecnologia do G7.



Fonte: G7 ITALIA.

¹⁶⁵ G7 Science and Technology Ministers' Meeting Communiqué. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <[G7-Science-and-Technology-Ministers-Meeting-Communique.pdf \(g7italy.it\)](https://www.g7italy.it/en/communique/g7-science-and-technology-ministers-meeting-communique.pdf)>. Acesso em: 14/07/2024.

Nos próximos dias 16 e 17 de julho os Ministros do Comércio do G7 se reunirão para discutir os maiores desafios ao comércio global e ao crescimento sustentável e inclusivo. Quatro grandes questões foram identificadas pela presidência italiana: i) consolidação do sistema de comércio multilateral através da reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC); ii) igualdade de condições de acesso a mercados terceiros; iii) comércio e sustentabilidade ambiental; iv) resiliência econômica e segurança. Além desses temas, será dada atenção à região Indo-Pacífico e à crise do Mar Vermelho, que afeta rotas comerciais principalmente portos estratégicos do Mediterrâneo e cadeias de abastecimento. Estarão presentes na ocasião, além dos Ministros do Comércio do G7, o Vice Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Itália, Antonio Tajani, o Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissário para o Comércio, bem como aos Ministros dos países convidados e representantes empresariais (Business 7) e das Organizações Internacionais. Uma grande expectativa para o encontro é a apresentação da iniciativa humanitária “Food for Gaza”, com ênfase em aliviar o sofrimento da população civil em Gaza.¹⁶⁶

Mudanças avistadas no horizonte da OCDE

Durante a primeira quinzena de julho, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou a versão de 2024 do estudo “*OECD Employment Outlook 2024: The Net-Zero Transition and the Labour Market*”¹⁶⁷.

A mais recente edição da série de publicações anuais, além de apresentar os últimos desenvolvimentos, tendências e perspectivas do mercado de trabalho e sua qualidade de emprego nos países da OCDE, se propõe a também avaliar o impacto da transição para emissões líquidas zero até 2050 sobre o mercado de trabalho e os empregos de milhões de trabalhadores, abordando as características dos empregos que provavelmente prosperarão devido à transição (os chamados “*green-driven jobs*”, em inglês), sua atratividade em termos de qualidade de trabalho e os compara com empregos em setores de alta emissão que tendem a diminuir.

A análise feita contempla ainda reflexões quanto o custo do deslocamento de empregos nesses últimos setores juntamente com as trajetórias dos trabalhadores que saem deles em direção a novas oportunidades e políticas do mercado de trabalho que podem facilitar a realocação desses empregos. É dada atenção especial às estratégias de aprimoramento e requalificação para facilitar a transição dos trabalhadores para ocupações “verdes” e de rápido crescimento. Os impactos distributivos das políticas de mitigação das mudanças climáticas também são considerados, com foco especial no preço do carbono e nas opções para redistribuir a receita tributária para os mais afetados.

Dessa forma, o cenário observado pelo estudo aponta que, embora se estime que os efeitos agregados da transição climática sobre o emprego sejam limitados no curto prazo, espera-se que a transição climática provoque mudanças e interrupções significativas ao passo que se desenvolva e altere

¹⁶⁶ Trade Minister's meeting. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/trade-ministers-meeting/>>. Acesso em: 14/07/2024.

¹⁶⁷ OCDE. OECD Employment Outlook 2024: The Net-Zero Transition and the Labour Market. OECD Employment Outlook 2024. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jul 12]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ac8b3538-en>.

a conjuntura¹⁶⁸. Assim, haverá perda de empregos nos setores que diminuem o uso intensivo de gases de efeito estufa, enquanto muitos outros serão gerados em atividades de baixa emissão em expansão.

A OCDE, portanto, recomenda aos tomadores de decisão e governos que:

- I. Apoiem a renda dos trabalhadores deslocados afetados pela transição para o zero líquido, como medidas de intervenção precoce direcionadas aos trabalhadores em risco de demissão para mitigar efeitos negativos, além de abordagens direcionadas no apoio no trabalho, incluindo esquemas de seguro salarial temporário;
- II. Requalifiquem os trabalhadores de setores com uso intensivo de gases de efeito estufa, fornecendo treinamentos e capacitações que os auxiliem em suas transições e promovendo maior conscientização sobre as possíveis oportunidades de carreira para os mesmos; e
- III. Abordem as disparidades regionais e o desenvolvimento de políticas locais, com intervenções voltadas a acompanhar e apoiar os trabalhadores e as comunidades para a transição e incorporação eficaz da dimensão local.

Ademais, é válido destacar ainda que o estudo indica que a taxa de desemprego da OCDE foi de 4,9% em maio de 2024 e as taxas de emprego em toda a OCDE, que atingiu 662 milhões em maio de 2024 – um aumento de cerca de 25% desde 2000 – deverá crescer cerca de 0,7% ao ano no período de 2024 e 2025.

Paralelamente, a organização também divulgou durante o período a atualização de 2024 da produção e promoção de estudos e análises anuais de perspectivas e tendências sobre agricultura da organização em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), sendo a principal referência internacional sobre as perspectivas de médio prazo dos mercados de *commodities* agrícolas.

Dessa forma, o documento “*OECD-FAO Agricultural Outlook 2024-2033*”¹⁶⁹, que marca a 20ª edição da publicação conjunta, fornece uma avaliação consensual das perspectivas de dez anos para os mercados de *commodities* agrícolas e peixes. A nova edição do panorama revela tendências importantes sobre a temática e suas projeções: as economias emergentes serão fundamentais para moldar o cenário agrícola global, com expectativas que a Índia ultrapasse a China em liderança do tema e o protagonismo do Sudeste Asiático e da África Subsaariana¹⁷⁰. É interessante destacar que o enfraquecimento do protagonismo chinês é atribuído no estudo não apenas ao declínio da população e ao crescimento mais lento da renda, mas também à estabilização dos padrões de nutrição.

¹⁶⁸ OCDE. OECD employment at record high while the climate transition expected to lead to significant shifts in labour markets. OCDE [Internet]. 2024 Jul 09 [cited 2024 Jul 12]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/07/oecd-employment-at-record-high-while-the-climate-transition-expected-to-lead-to-significant-shifts-in-labour-markets.html>.

¹⁶⁹ OCDE, FAO. OECD-FAO Agricultural Outlook 2024-2033. Paris: OECD Publishing; Rome: FAO, 2024 [cited 2024 Jul 12]. Available from: <https://doi.org/10.1787/4c5d2cfb-en>.

¹⁷⁰ OCDE. Emerging economies will continue driving agricultural markets over the coming decade but with regional shifts projected. OCDE [Internet]. 2024 Jul 02 [cited 2024 Jul 12]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/07/Emerging-economies-will-continue-driving-agricultural-markets-over-the-coming-decade-but-with-regional-shifts-projected.htm>.

O consumo total de produtos agrícolas e pesqueiros (como alimentos, ração, combustível e outras matérias-primas industriais) deverá crescer 1,1% ao ano na próxima década, sendo que quase todo o consumo adicional deverá ocorrer em países de baixa e média renda. Espera-se que a ingestão de calorias alimentares aumente em 7% nos países de renda média, em grande parte devido ao maior consumo de produtos básicos, produtos de origem animal e gorduras. A ingestão de calorias nos países de baixa renda crescerá 4%, muito lentamente para atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de erradicar a fome até 2030.

Além disso, prevê-se que a intensidade mundial de gases de efeito estufa da agricultura diminua, embora as emissões diretas da agricultura provavelmente aumentem em 5% – entretanto, o estudo apresenta o cenário que simula se a perda e o desperdício de alimentos fossem reduzidos à metade, haveria o potencial de diminuir as emissões globais de gases de efeito estufa da agricultura em 4% e o número de pessoas subnutridas em 153 milhões (-26%) até 2030. Tal cenário destaca os possíveis benefícios para os consumidores e o meio ambiente, além de apontar desafios para os produtores devido à redução dos preços ao produtor e à diminuição da produção, que afetariam notavelmente seus meios de subsistência.

Como nas edições anteriores, o Outlook oferece projeções de decênios para cereais, sementes oleaginosas, óleos vegetais, açúcar, carne, peixe, laticínios, bem como algodão, raízes e tubérculos, leguminosas, bananas, frutas tropicais e biocombustíveis. As projeções de mercado são a base para os indicadores de nutrição e emissões de gases de efeito estufa provenientes da agricultura. Os destaques das *commodities* com base nos capítulos dedicados incluem:

- Projeta-se que a demanda de cereais continue a ser liderada pelo uso em alimentos, seguido de perto pelo uso em rações. Em 2033, 41% de todos os cereais serão consumidos diretamente por seres humanos, 36% serão usados como ração animal, enquanto o restante será processado em biocombustível e outros produtos industriais.
- Prevê-se que os desafios de rendimento persistam para as sementes oleaginosas, com os principais produtores apresentando crescimento lento ou quedas de rendimento, principalmente na Indonésia e na Malásia, no caso do óleo de palma, e na União Europeia e no Canadá, no caso das sementes de colza.
- A carne de aves dominará o crescimento do setor de carnes, principalmente devido à sua acessibilidade relativa e às vantagens nutricionais percebidas. A projeção é de que ela responda por 43% do total de proteínas de carne consumidas até 2033.
- Estima-se que a produção mundial de leite cresça 1,6% ao ano na próxima década, mais rápido do que a maioria das outras *commodities* agrícolas importantes. A maior parte do crescimento se dará na Índia e no Paquistão.
- Mais de 85% da produção adicional de peixes projetada será proveniente da aquicultura, elevando sua participação na produção global de peixes para 55% até 2033.

O estudo conclui que o bom funcionamento dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas permanecerá vital para a segurança alimentar mundial e para os meios de subsistências rurais. Os desenvolvimentos esperados devem manter os preços de referência internacionais reais em uma

tendência ligeiramente decrescente na próxima década, embora fatores ambientais, sociais, geopolíticos e econômicos possam alterar significativamente tais projeções.

Outro destaque da quinzena é o relatório intitulado “Índice de políticas para PMEs: América Latina e o Caribe 2024: Rumo a uma recuperação inclusiva, resiliente e sustentável”¹⁷¹. Parte do Programa Regional da OCDE para a ALC e em cooperação com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e o Sistema Econômico da América Latina e do Caribe (SELA) e disponível nos idiomas português, espanhol e inglês, o estudo se propõe a avaliar e monitorar o progresso na elaboração e implementação de políticas para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) na região da América Latina e do Caribe (ALC). Acompanhando o progresso feito desde 2019 em oito dimensões de políticas públicas, o relatório identifica os desafios emergentes que afetam as PMEs na região e oferece recomendações aos governos para construir um setor de PMEs bem-sucedido e é a primeira edição que introduz o Brasil e o Paraguai aos já sete países participantes (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai), garantindo a inclusão de todos os membros da Aliança do Pacífico e Mercosul.

Por fim, a organização intergovernamental também divulgou a atualização referente ao mês de maio de 2024 de um de seus tradicionais mapeamentos estatísticos periódicos sobre a economia internacional: sua pesquisa sobre o consumo e a inflação mundial. Assim, a inflação anual na OCDE, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês), aumentou ligeiramente em maio de 2024, passando de 5,7% em abril para 5,9%¹⁷². Desde outubro de 2023, a inflação anual tem se mantido em 6,0% ou um pouco abaixo desse. A inflação básica aumentou em 18 dos 38 países participantes da OCDE, com destaque especial para os desempenhos acima de 5,0% na Colômbia e na Islândia e acima de 70% na Turquia, e diminuiu em 13. A inflação de energia da OCDE subiu significativamente da deflação de menos 0,1% registrados em abril para 2,5% em maio – seu nível mais alto desde fevereiro de 2023, com aumentos em 24 países da OCDE. Em relação aos dados coletados de inflação anual do G7, manteve-se a estabilidade em 3,9% em maio, enquanto no G20 observou-se um leve aumento de 7,3% em maio.

¹⁷¹ OCDE, CAF, SELA. Índice de políticas para PMEs: América Latina e o Caribe 2024: Rumo a uma recuperação inclusiva, resiliente e sustentável. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jul 12]. Available from: <https://doi.org/10.1787/fd161d9a-pt>.

¹⁷² OCDE. OECD headline inflation increases slightly to 5.9% in May 2024 as energy inflation rises rapidly. OCDE [Internet]. 2024 Jul 09 [cited 2024 Jul 12]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/07/consumer-prices-oecd-updated-9-july-2024.html>.

As recomendações do T20 e do C20 ao G20 para salvar nossa existência e o planeta, as possíveis contribuições do BRICS e do NBD: O estado atual das coisas

The T20 and C20 recommendations to the G20 to save our existence and the planet, the possible contributions of the BRICS and the NBD: The current state of affairs

Claudia Hoirisch

Abstract: *The T20 presented a proposal for recommendations subject to subsidize policies. The Communiqué with the recommendations was delivered to the Sherpas of the G20 political trail, with the purpose of supporting the bloc's decision-making process. The proposals aim to strengthen international cooperation, contribute to economic and social development, and face global challenges. C20 (Civil 20), an engagement group representing organized civil society within the G20, expressed deep concern about the increasingly serious policrise that puts our very existence and the planet at risk. Civil 20 recalled that although the G20 tried to face economic crises, it failed to resolve systemic economic risks and promoted unsustainable production and consumption models that led to existing inequalities and climate emergencies. However, despite growing global challenges, C20 signalled that solutions do exist. They prepared a more detailed document than the one organized by the T20 containing recommendations to the G20, aiming to respond to economic, social and climate crises, promote social and economic development and guarantee human rights. I highlight some recommendations from the T20 and C20 for the G20 and how the latter can benefit from some BRICS member-countries and BRICS itself and reproduce some of their initiatives to guarantee our survival and that of the planet.*

Keywords: *G20. T20. C20. Recommendations to support policies. International cooperation. Economic, social and climate crises. Sustainable development and human rights. Economic development. Social development. BRICS. NBD. BRICS Bank.*

Resumo: O T20 apresentou uma proposta de recomendações passíveis de subsidiar políticas. O Comunicado com as recomendações foi entregue aos Sherpas da trilha política do G20, com o propósito de subsidiar o processo decisório do bloco. As propostas visam fortalecer a cooperação internacional, impulsionar o desenvolvimento econômico e social, e enfrentar os desafios globais. O C20 (Civil 20), grupo de engajamento que representa a sociedade civil organizada no âmbito do G20, expressou profunda preocupação sobre a policrise cada vez mais grave que coloca em risco nossa própria existência e o planeta. Relembrou que apesar do G20 ter tentado enfrentar as crises econômicas, não logrou em resolver os riscos sistêmicos econômicos e promoveu modelos de produção e consumo insustentáveis que nos levaram às desigualdades existentes e às emergências climáticas. No entanto, apesar dos crescentes desafios globais, sinalizou que existem soluções. Elaborou um documento mais detalhado que o elaborado pelo T20 contendo recomendações ao G20, visando responder às crises econômicas, sociais e climáticas, promover o desenvolvimento social e econômico e garantir os direitos humanos. Destaco algumas recomendações do T20 e do C20 para o G20 e como este último pode se beneficiar de alguns países-membros do BRICS e do próprio BRICS e reproduzir algumas de suas iniciativas para garantir a nossa sobrevivência e a do planeta.

Palavras-chave: G20. T20. C20. Recomendações para subsidiar políticas. Cooperação internacional. Crises econômicas, sociais e climáticas. Desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. Desenvolvimento econômico. Desenvolvimento social. BRICS. NBD. Banco dos BRICS.

O grupo de think tanks dos países do G20 (T20), apresentou uma proposta de recomendações passíveis de subsidiar políticas em áreas como combate à fome, pobreza e desigualdades; sustentabilidade climática e transição energética inclusiva e justa; reforma da arquitetura financeira internacional; comércio e investimentos para um crescimento sustentável e inclusivo; fortalecimento do multilateralismo e da governança global. As recomendações resultam de seis forças-tarefa (FT) do T20, que contaram com representantes da comunidade de pesquisa nacional e internacional. O Comunicado¹⁷³ das FTs foi entregue aos Sherpas da trilha política do G20, com o propósito de subsidiar o processo decisório do bloco. As propostas visam fortalecer a cooperação internacional, impulsionar o desenvolvimento econômico e social, e enfrentar os desafios globais.

O C20 (Civil 20), grupo de engajamento que representa a sociedade civil organizada no âmbito do G20, expressou profunda preocupação sobre a policrise cada vez mais grave que coloca em risco nossa própria existência e o planeta. O C20 relembra que apesar do G20 ter tentado enfrentar as crises econômicas, não logrou em resolver os riscos sistêmicos econômicos e promoveu modelos de produção e consumo insustentáveis que nos levaram às desigualdades existentes e às emergências climáticas.

No entanto, apesar dos crescentes desafios globais, incluindo o aumento da pobreza, da fome, da violência de gênero e o encolhimento do espaço cívico, o C20 sinalizou que existem soluções. Elaborou um documento mais detalhado que o elaborado pelo T20 contendo recomendações ao G20 sobre temas como combate à fome, transição energética justa, igualdade de gênero, economias inclusivas visando responder às crises econômicas, sociais e climáticas e promover o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos.

A seguir, destaco algumas recomendações do T20 e do C20 para o G20 e como os países-membros do BRICS ou BRICS podem ajudar a implementá-las.

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

"Quem tem fome tem pressa". "A fome é a pior das indignidades do ser humano."
Herbert de Souza (Betinho)

O presidente Lula anunciou o compromisso de remover (novamente) o Brasil do Mapa da Fome e de estender essa luta para o mundo ao propor a criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A proposta está ligada ao cenário em que 735 milhões de pessoas no mundo passam fome¹⁷⁴ e ao fato de

¹⁷³ <https://t20brasil.org/en/communique>

¹⁷⁴ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/07/12/com-735-milhoes-de-pessoas-passando-fome-onu-diz-que-mundo-esta-fora-do-caminho-para-meta-de-2030.htm>

que o Brasil já havia desembarcado do Mapa da Fome em 2014¹⁷⁵, e retornou após o desmonte de políticas públicas, com 33 milhões de brasileiros em 2022^{176,177,178}.

No G20, a ideia da Aliança começou a ser trabalhada quando o Brasil assumiu a presidência do grupo, em Nova Delhi, na Índia, no ano passado.

É provável que o Brasil seja um dos países com uma das maiores, se não a maior redução na insegurança alimentar na proporção da população, e da extrema pobreza e da pobreza.

A Aliança está baseada em três pilares: nacional, financeiro e de conhecimento. No primeiro, os países membros se comprometeriam a adotar políticas efetivas. O segundo tem por objetivo alinhar uma variedade de fundos globais e regionais existentes para apoiar os países na implementação de programas contra a fome e a pobreza. Já o terceiro pilar, serviria como um polo de conhecimento dedicado a promover a cooperação técnica e o compartilhamento de experiências entre os membros da Aliança.

Nos dois últimos pilares, o objetivo da Aliança é estabelecer um mecanismo para mobilizar recursos de onde são mais abundantes e canalizá-los para onde são mais necessários, apoiando a implementação e a ampliação da escala de políticas no nível nacional.

No documento, o T20 preconiza que o G20 deve garantir apoio político e compromisso com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza por meio da mobilização de financiamento, facilitação do acesso aos fundos existentes, partilha do conhecimento e transferência de tecnologia para apoiar os países. Espera-se que a Aliança seja lançada no final do mandato do Brasil na presidência do G20 e que todos os países e não apenas os membros do G20 ingressem na coalisão. O C20 complementa a instrução do G20, ao apontar em seu documento que é preciso garantir empregos decentes, seguridade social, acesso universal à saúde, educação e segurança alimentar com dietas nutritivas e seguras; reduzir a perda e o desperdício de alimentos, enfrentando as ameaças da expansão de alimentos ultraprocessados; reduzir o uso de pesticidas; combater a monotonia alimentar; investir em pequenos agricultores; promover o acesso à terra e à água e a segurança da posse como forma de erradicar a pobreza e a fome.

Os países do G20 podem reproduzir algumas das iniciativas empregadas no Brasil e no BRICS.

No quesito financiamento, na reunião anual do NBD em 2023, a presidente da Instituição Dilma Rousseff, já havia reiterado o compromisso do Banco em erradicar a pobreza e combater a fome. O governo brasileiro, na qualidade de PPT do G20, declarou que seguirá aprofundando as relações com o Banco dos BRICS, de modo a garantir apoio à sua agenda no G20, em especial na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

O Brasil pode compartilhar sua experiência exitosa. O combate à fome no país passa por programas de renda mínima familiar e medidas para reduzir as desigualdades regionais e depende de

¹⁷⁵ Em 2003, 50 milhões de brasileiros passavam fome.

¹⁷⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-atualmente-aponta-pesquisa.shtml>

¹⁷⁷ A meta é garantir que cada brasileiro possa ter segurança alimentar e nutricional com, no mínimo, três refeições por dia.

¹⁷⁸ A insegurança alimentar e nutricional grave no Brasil recuou de 33 milhões (2022) para 8,7 milhões (2023) e ainda afeta 4,1% da população.

questões como estabilidade econômica do país, melhora na educação, geração de emprego, acesso à água e saneamento básico e proteção ambiental.

Em relação ao BRICS, o fórum conta com quatro dos cinco maiores produtores de alimentos do mundo, China, Índia, Brasil e Rússia. O grupo é responsável por mais de 40% da produção global de cereais e carne, quase 40% dos produtos lácteos e mais de 50% da produção total de peixes e frutos do mar e pode ajudar no combate à fome e à pobreza.¹⁷⁹ O grupo apoia o estabelecimento de uma bolsa de grãos¹⁸⁰ que permitiria aos compradores a aquisição direta dos produtores, a criação e desenvolvimento de uma plataforma e a possibilidade de liquidações em moedas nacionais de seus países¹⁸¹.

Financiamento acessível para o clima, o desenvolvimento sustentável e a transição energética justa

Para o T20, o G20 deve apoiar a reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e otimizar o acesso de países de baixa renda aos Fundos Multilaterais Climáticos¹⁸². O G20 deve promover a cooperação entre os BMDs para compartilhar riscos, diversificar fontes e melhorar as oportunidades de uso de moedas locais.

Quanto a necessidade de reforma da arquitetura financeira, a Indonésia e a Índia prepararam o terreno para o G20 atuar na reforma da arquitetura financeira. Agora, a presidência brasileira do G20 pode liderar essa implementação, concentrando-se nas reformas do FMI e dos BMDs, no que tange ao custo do capital, ao risco climático e à tributação internacional.

Os BMDs já começaram a se movimentar. Um grupo de dez bancos multilaterais, que inclui o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS anunciou medidas conjuntas para trabalhar de forma mais eficaz como um sistema e enfrentar os desafios de desenvolvimento. Os BMD apresentaram um compromisso¹⁸³ de aumentar sua capacidade de financiamento que deverá ser ampliada para até US\$ 400 bilhões na próxima década.

Esses recursos adicionais serão destinados, prioritariamente, a projetos de mitigação e adaptação climática nos países em desenvolvimento. Os bancos de desenvolvimento também se comprometeram a ampliar o uso de instrumentos financeiros inovadores para aumentar sua capacidade de empréstimos, como a canalização de direitos especiais de saque do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em Nota¹⁸⁴ os BMDs, delinearam os principais resultados para uma ação conjunta enquanto suas instituições trabalham para acelerar o progresso em direção aos ODS e apoiar os países no enfrentamento dos desafios regionais e globais. Comprometeram-se com resultados concretos em áreas como a ampliação da capacidade de financiamento dos BMDs; impulsionando a ação conjunta sobre a mudança

¹⁷⁹ <https://www.infomoney.com.br/economia/paises-do-brics-apoiam-ideia-de-bolsa-de-graos-diz-ministra-da-russia/>

¹⁸⁰ A ideia é estabelecer uma bolsa de grãos dentro dos países membros do BRICS

¹⁸¹ <https://tass.com/economy/1810099>

¹⁸² instituições internacionais financiadas por diversos países desenvolvidos para distribuir concessões climáticas e/ou empréstimos

¹⁸³ <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/bancos-multilaterais-de-desenvolvimento-aprofundam-colaboracao-para-funcionar-como-um>

¹⁸⁴ <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2024/04/Heads-of-MDBs-Viewpoint-Note-20-April-2024.pdf>

climática; fortalecendo a colaboração e o cofinanciamento em nível de país e melhorando a eficácia e o impacto do desenvolvimento.

A notícia que esses dez bancos passarão a trabalhar como um sistema e que ampliarão sua capacidade de financiamento é animadora, isso porque houve aumento dos fluxos financeiros para projetos de mitigação e adaptação no contexto internacional¹⁸⁵. De acordo com dados do *Climate Policy Initiative* (CPI), os recursos públicos e privados destinados à ação climática mais que triplicaram na última década, chegando a US\$ 1,3 trilhão entre 2021 e 2022. Mesmo com esse crescimento, o montante de financiamento destinado ao clima ainda é pequeno (apenas 1% do PIB global), em comparação às necessidades efetivas dos países, em especial daqueles mais pobres e vulneráveis. Estima-se que países em desenvolvimento precisarão de cerca de US\$ 2,4 trilhões em financiamento climático por ano até 2030¹⁸⁶. Além disso, as condições de financiamento ainda prendem os governos ao fantasma da dívida externa.

Diversos BMDs se uniram para lançar um portal digital para facilitar e acelerar o cofinanciamento de projetos do setor público¹⁸⁷. O Portal ajudará a preencher lacunas de financiamento, melhorar a coordenação, facilitar um melhor alinhamento do financiamento dos BMD com as prioridades dos países e aumentar a transparência.

Está entre as prioridades da presidência brasileira do G20 desburocratizar o acesso dos países do Sul Global aos quatro principais fundos multilaterais que financiam projetos para frear a crise climática. Juntos, o Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund); Fundo de Investimento Climático (Climate Investment Funds); Fundo de Adaptação (Adaptation Fund) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility) possuem uma carteira de investimentos que ultrapassa os 27 bilhões de dólares. O grupo de trabalho de Finanças Sustentáveis da Trilha de Finanças do G20, identificou a existência de mais de 10 bilhões de dólares em fundos verdes que não conseguem ser investidos ou financiar projetos sustentáveis (empocamento)¹⁸⁸.

Muitos dos países BRICS estão contidos no G20, e estão numa posição única para estimular a cooperação em energia verde e políticas relacionadas. Como atores-chave dos setores de carvão, petróleo, gás e nuclear, suas decisões e trajetórias serão fundamentais para atingir metas globais, bem como apoiar e dar o tom para um uso mais eficiente e justo da energia no mundo em desenvolvimento. Os países dos BRICS são responsáveis por aproximadamente 40% do consumo mundial de energia, ou seja, não há transição energética sem esses países.

Os BRICS estão entre os maiores emissores globais de gases poluentes, mas decisões na última Cúpula podem dar fôlego para os compromissos verdes. O grupo possui uma série de projetos relevantes à pauta climática, como a Plataforma de Cooperação em Pesquisa

¹⁸⁵ <https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/mudancas-climaticas/noticia/2024/04/22/bancos-de-fomento-ampliam-dinheiro-verde-para-financiamento-climatico.ghtml>

¹⁸⁶ <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/press-release/relatorio-apresenta-8-prioridades-para-o-brasil-impulsionar-o-financiamento-climatico-durante-a-presidencia-do-g20/#:~:text=O%20financiamento%20clim%C3%A1tico%20%C3%A9%20uma,acordo%20com%20estudo%20do%20CPI.>

¹⁸⁷ <https://www.cofinancing.org/#/ebiz/cofinancelogin>

¹⁸⁸ <https://www.g20.org/pt-br/noticias/fundos-verdes-sao-alvo-do-brasil-no-g20-entenda-porque>

Energética do BRICS¹⁸⁹, criada em 2018, e o plano de ação para cooperação energética até 2025¹⁹⁰, com ênfase em energias renováveis, biocombustíveis e transportes sustentáveis.

Existem algumas áreas de cooperação¹⁹¹ que os BRICS poderiam estimular:

- A cooperação científica, tecnológica e técnica no desenvolvimento de energias renováveis, incluindo alternativas emergentes, tais como o hidrogênio verde. Poderiam focar na melhoria da eficiência dos sistemas nacionais de energia de seus membros. Há também espaço para investir na transformação digital do setor de energia de forma a permitir uma transição justa.

- Os BRICS são, historicamente, proponentes relevantes de políticas industriais e, portanto, atores-chave nas crescentes discussões sobre política industrial verde — acelerando o crescimento das indústrias verdes rumo a uma economia de baixo carbono. Através de um maior intercâmbio sobre como projetar e implementar transformações estruturais sustentáveis, a coalizão pode impulsionar uma economia verde e trazer benefícios para suas populações.

- Os BRICS devem aproveitar a oportunidade de cooperar na infraestrutura da energia verde, por exemplo, em sua geração, transmissão, armazenamento e distribuição. O Banco dos BRICS está bem-posicionado para assumir a liderança nessa área, mas são necessários critérios e linhas de financiamento mais claros.

- Os BRICS poderiam cooperar mais no financiamento das transições energéticas no mundo em desenvolvimento, especialmente através da cooperação regional e CSS. Isto pode ser alcançado não apenas através de suas instituições nacionais, tais como bancos e agências de desenvolvimento, mas também por meio do NDB e do Acordo de Reserva de Contingência, incorporando mecanismos financeiros que poderiam impulsionar a transição energética.

Acesso à saúde

Para o T20 e o C20, o grupo dos vinte deve priorizar a cobertura universal de saúde e a organização dos sistemas de saúde, expandindo serviços acessíveis para populações vulneráveis, além de aumentar o financiamento, a transferência tecnológica e a inclusão digital.

Deve elevar o papel da saúde pública nos desafios de saúde ambiental e fortalecer os sistemas de saúde e a prevenção, preparação e resposta a pandemias (priorizando as em curso) e tomar todas as medidas para promover a aliança para produção regional, inovação e acesso a medicamentos e vacinas para responder a doenças e populações negligenciadas e doenças socialmente determinadas. O G20 deve também apoiar a criação de um fundo global de vacinação.

No que diz respeito à prevenção, preparação e resposta a pandemias(PPRP), o GT saúde do G20 discutiu as negociações em curso na OMS para um acordo internacional e sobre emendas ao RSI; o

¹⁸⁹ [v.br/mme/pt-br/arquivos/document-0-4212313567488658.pdf](https://mme.gov.br/arquivos/document-0-4212313567488658.pdf)

¹⁹⁰ <https://antigo.mme.gov.br/documents/1151369/0/Road+Map+para+a+coopera%C3%A7%C3%A3o+em+energia+no+BRICS.pdf/d49769de-4368-1969-1500-d40db012af0c>

¹⁹¹ <https://dialogue.earth/pt-br/nao-categorizado/55236-opinioo-como-os-brics-podem-impulsionar-a-cooperacao-em-energias-renovaveis/>

encontro contou com a participação do DG da OMS, Tedros Adhanom¹⁹². A presidência russa do BRICS também está trabalhando no reforço da capacidade de detectar e responder a surtos de doenças infecciosas de interesse internacional. Atendendo às diretivas da PPT do BRICS para esse ano, os Altos Funcionários de Saúde do BRICS reuniram-se em abril para discutir como avançar na implementação de um Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa.

A mais recente emergência sanitária mundial, a pandemia da Covid-19, em seu auge, escancarou as disparidades entre os países quanto à capacidade de ofertar insumos para diagnóstico, tratamento e, sobretudo, a proteção por meio das vacinas. Com o intuito de atenuar essa questão, o Brasil conclamou os países do Grupo dos 20 a firmarem uma Aliança Global para a Produção Local e Regional e Inovação¹⁹³.

O G20 pode desempenhar um papel decisivo na redução das desigualdades na saúde, incluindo as disparidades no acesso a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias de saúde, especialmente para populações vulneráveis. O MS brasileiro propôs a Aliança com a missão de fortalecer a produção de maneira descentralizada geograficamente em todo o mundo, para que nenhum país fique dependente de poucos atores.

Mais de 50 organizações e países acolheram a proposta brasileira, a primeira de produção e inovação local coordenada por um país do sul global e um passo decisivo para que a estratégia do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), que coloca a saúde como componente de desenvolvimento¹⁹⁴. O MS brasileiro apresentou a estruturação da Aliança, os elementos ao processo de implementação do projeto, que culmina na transferência de tecnologia. Devem participar da iniciativa: países membros do G20; países convidados; organizações regionais e internacionais; instituições de tecnologia e inovação e produção regional e local; organizações de financiamento, incluindo bancos e fundos; sociedade civil; setores privados e públicos e indústrias; e mecanismos de compra conjunta de bens essenciais e medicamentos. O Brasil vai abrigar a Secretaria-Executiva da cooperação, que terá a tarefa de estimular a articulação das iniciativas da Aliança com os países membros do G20 e convidados, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e demais organizações, iniciativas e fóruns multilaterais. O grupo também deve contar com Comitê Diretor e Comitê Consultivo.

O BRICS ou seus membros podem ajudar o G20 a reduzir a dependência por diagnósticos, medicamentos e vacinas. Abhishek Singh, representante do MRE da Índia e Sherpa do país no grupamento, fez uma proposta para criar um depósito único de medicamentos do BRICS¹⁹⁵. O BRICS possui uma Rede de Pesquisa sobre TB que conduz investigações destinadas a promover a inovação em diagnósticos, vacinas, medicamentos para TB. A Rede reuniu-se em abril para debater o estado atual da Pesquisa em prevenção, diagnóstico e tratamento da TB, incluindo a TB multirresistente. A tuberculose ainda é a segunda principal causa de morte no mundo devido a um único agente infeccioso, depois da Covid-19.

¹⁹² <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/brasil-propoe-alianca-global-no-g20-para-garantir-mais-vacinas-e-medicamentos>

¹⁹³ <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/no-g20-brasil-apresenta-proposta-de-alianca-global-para-producao-local-de-insumos-e-inovacao07062024>

¹⁹⁴ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/brasil-propoe-alianca-global-no-g20-para-garantir-mais-vacinas-e-medicamentos>

¹⁹⁵ <https://tvbrics.com/en/news/russia-s-brics-sherpa-names-the-priority-areas-of-cooperation-in-the-year-of-russia-s-chairmanship-i/>

Está agendada uma reunião no âmbito do BRICS para articular o funcionamento de seu Centro de Vacinas, mas data ainda não está definida.

Enquanto a Aliança para a Produção Regional e Inovação não é criada, a Índia e a Rússia aproveitaram para assinar acordos em áreas de medicamentos, insumos farmacêuticos e dispositivos médicos no final de 2023¹⁹⁶. No início de junho, a Sinovac divulgou que investirá US\$ 100 milhões no desenvolvimento de terapia celular, produção de vacinas e anticorpos monoclonais no Brasil.

A Sinovac e a Fiocruz também anunciaram a intenção de cooperar na P&D de vacinas para o combate a crises sanitárias. As duas instituições são representantes oficiais de Brasil e China no Centro de P&D de Vacinas do BRICS (CPDV/BRICS)¹⁹⁷.

Considerações finais

Negociações feitas pelo governo brasileiro mostram que a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma bandeira do presidente Lula da Silva no ano em que o Brasil preside o G20, pode ter a adesão de mais de 100 países em seu lançamento.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento reconhecem o dever coletivo de acelerar os esforços internacionais para erradicar a pobreza e a fome, reduzir as desigualdades, enfrentar os desafios regionais e globais, incluindo os relacionados com o clima e a saúde, e o impulsionamento do desenvolvimento socioeconômico. Isso se expressa no desejo dos BMD de ampliarem os financiamentos em até US\$ 400 bilhões nos próximos dez anos.

Após a entrega das principais recomendações ao G20, o C20 dedicará o próximo semestre à incidência política para garantir que essas recomendações sejam incorporadas à Declaração de Líderes do G20, que será apresentada em novembro de 2024 durante uma grande conferência a ser realizada no Rio de Janeiro.

¹⁹⁶ <https://www.prensalatina.com.br/2023/12/27/india-e-russia-assinam-novos-acordos-bilaterais/>

¹⁹⁷ <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/06/fiocruz-e-sinovac-anunciam-cooperacao-no-desenvolvimento-de-vacinas>

A desunião latino-americana: desafio para integração e desenvolvimento da região

La desunión latinoamericana: un reto para la integración y el desarrollo de la región

**Sebastian Tobar
Sâmia de Brito
Miryam Minayo**

Resumen. *En esta edición de nuestro informe, presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana. Analizamos la 64ª Cumbre de Presidentes del MERCOSUR y el lanzamiento del Foro Político de Alto Nivel 2024 - HLPF Informes Nacionales Voluntarios de los países latinoamericanos. Por último, seguimos las agendas de los organismos regionales relacionados con la salud y el desarrollo, como ORAS-Conhu, que participó en agendas sobre población y desarrollo y detección de brotes, SECOMISCA participó en agendas sobre salud de la mujer, inmunización y emergencias, OTCA lanzó un nuevo sitio web para el Proyecto Cuenca Amazónica y SELA organizó un taller virtual sobre migración y mujeres.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración*

Resumo. Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político e econômico recente da região latino-americana. Observamos a 64ª Cúpula dos Presidentes do MERCOSUL e o lançamento do Relatórios Voluntários Nacionais de países latino-americanos High-Level Political Forum 2024- HLPF. Por fim, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o ORAS-Conhu que participou de agendas nas temáticas de população e desenvolvimento e detecção de surtos, a SECOMISCA participou em agendas com os temas saúde da mulher, imunização e emergências, a OTCA lançou um novo site do Projeto Bacia Amazônica e o SELA organiza oficina virtual no tema de migrações e mulheres.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

Apresentação

Na América Latina, as diferenças ideológicas e a fragmentação impedem o consenso regional, enfraquecendo o projeto mercosulino e da unidade latino-americana. As palavras de Milei, da Argentina, ao opinar sobre o presidente Lula ou sobre a realidade dos países vizinhos, ultrapassam os limites, fragilizam os relacionamentos interpessoais entre os mandatários na região e dão “trabalho” para as burocracias diplomáticas.

Infelizmente o comportamento do presidente de Argentina não é um fato isolado na região recentemente. Como exemplo, o presidente equatoriano, Daniel Noboa¹⁹⁸ tem criticado abertamente

¹⁹⁸ Daniel Noboa referiu-se aos seus homólogos regionais numa entrevista ao 'The New Yorker': “Petro é um esnobe de esquerda; Milei não conseguiu nada; Bukele é arrogante” <https://elpais.com/america/2024-06-19/daniel-noboa-petro-es-un-esnob-de-izquierdas-milei-no-ha-logrado-nada-bukele-es-arrogante.html>

alguns dos seus colegas, como o presidente Petro da Colômbia, Bukele de El Salvador e o próprio Milei da Argentina.

A relação complicada entre os presidentes dos dois principais parceiros do MERCOSUL extrapola para as expectativas futuras do bloco, as quais indicam haver mais diferenças do que acordos entre os vizinhos. Mas tudo isto não acontece num vácuo, e sim fazem parte do contexto de perda de importância relativa do MERCOSUL.

Embora as exportações e o comércio intrabloco estejam crescendo, honrando o Tratado de Assunção que promoveu a "livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos", o MERCOSUL é apresentado como um processo de integração que oferece poucos incentivos aos investimentos e ao comércio com o restante do mundo. A falta de concretização de tratados com outros blocos, como a UE e com outros países, é uma das razões desta falta de incentivos e estagnação.

Todos os estados membros do MERCOSUL aumentaram o seu comércio com a China, a Índia, o Vietnã ou a Indonésia, o que destaca a conveniência da negociação conjunta em vez da negociação e comércio individual de cada um deles.

As disputas ideológicas vão para além dos relacionamentos entre presidentes latino-americanos, e tem influenciado diretamente em períodos eleitorais. A Venezuela enfrenta o seu teste eleitoral mais difícil em décadas. O resultado poderá dar a Maduro mais seis anos no poder ou acabar com as autoproclamadas políticas socialistas que outrora alimentaram com sucesso programas anti-pobreza, mas cuja má gestão sustentada mais tarde empurrou o país para uma crise econômica crônica¹⁹⁹.

Nesse sentido, o presidente Maduro da Venezuela tem apelado para a criação uma frente "antifascista" em defesa da democracia interna²⁰⁰. Diante dos avanços na intenção dos votos a favor do candidato Edmundo González, Maduro tem conclamado a criação de grande frente nacional em defesa da democracia, da paz, da estabilidade, da Constituição e da luta antifascista, ideia próxima ao conceito utilizado por manifestantes franceses nas últimas semanas.

Mandatários da região tem acompanhado com preocupação a proximidade das eleições no país caribenho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, disse que a "normalização da vida política" na Venezuela significa a estabilidade da América do Sul e pediu que as eleições "se desenvolvam normalmente" e os resultados das eleições no país "sejam reconhecidos por todos". O brasileiro também afirmou que espera "receber rapidamente a Venezuela de volta" ao Mercosul²⁰¹.

Entretanto, e com a aproximação das eleições na Venezuela, marcadas para 28 de julho, a Conferência Episcopal Venezuelana, reunida na 122ª Assembleia Plenária²⁰², dirigiu-se aos fiéis convidando-os a exercer o direito de voto e refletindo sobre a sua importância: "O exercício dos direitos políticos por cada cidadão é essencial para superar a inércia política a que nos levaram anos de

¹⁹⁹ <https://www.latimes.com/espanol/internacional/articulo/2024-07-12/por-que-maduro-aparece-13-veces-en-la-boleta-de-la-eleccion-presidencial-de-venezuela>

²⁰⁰ <https://versionfinal.com.ve/politica-dinero/maduro-convoca-a-venezolanos-a-crear-un-frente-antifascista-en-defensa-de-la-democracia>

²⁰¹ <https://www.elnacional.com/venezuela/elecciones-venezuela-2024-lula-pide-que-los-resultados-sean-reconocidos-por-todos/>

²⁰² <https://www.vaticannews.va/es/iglesia/news/2024-07/obispos-venezuela-exhortacion-pastoral-caminar-esperanza-jul-24.html>

divergências e confrontos estéreis e negativos. Portanto, a participação livre, consciente e responsável nestas eleições é de grande importância para desenhar um futuro com esperança e construir um país de progresso, paz, justiça e liberdade: isto demonstrará que o povo é o verdadeiro protagonista da democracia”.

A Bolívia também vive turbulências e os cocaleiros do Trópico de Cochabamba anunciaram neste sábado que iniciarão uma “mobilização por tempo indeterminado” caso a candidatura do chefe nacional do Movimento ao Socialismo (MAS), Evo Morales, seja desclassificada para as eleições presidenciais de 2025²⁰³. Enquanto isso, grupos ligados ao governo Arce se mobilizam em defesa da democracia. A mobilização, chamada de “grande marcha em defesa da democracia”, foi liderada pela Central Obrera Boliviana (COB) e começou na Ceja de El Alto em direção ao centro da cidade de La Paz²⁰⁴.

No Haiti, as forças policiais multinacionais lideradas pelo Quênia comprometeram-se a garantir eleições democráticas. Os quenianos, no entanto, recebem um grande desafio dado que encontrarão um cenário onde as gangues ganharam o controle de 80% da capital Porto Príncipe e a UNICEF informa que a cada minuto uma criança é forçada a abandonar a sua casa devido à violência²⁰⁵.

Finalmente, o endurecimento das políticas de imigração nos Estados Unidos²⁰⁶ reconfigura a mobilidade na região e a população de migrantes já começa a se concentrar em territórios de passagem, como é o caso do Estado brasileiro do Acre²⁰⁷. A população migrante, especialmente venezuelanos e cubanos, concentra-se na pequena cidade de Assis, que se tornou o epicentro de uma nova rota migratória improvisada. Com as recentes negociações diplomáticas entre o Panamá e os Estados Unidos, a fronteira vem diminuindo e o Brasil corre o risco de se tornar sala de espera de migrantes em trânsito.

²⁰³ “Alertamos com uma mobilização nacional por tempo indeterminado, até as últimas consequências, caso o Governo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou os autoprorrogados (magistrados) realizem o banimento do camarada Evo Morales”, diz uma das conclusões do reunião da qual participou. Os cocaleiros presentes nessa reunião também rejeitaram a suspensão das eleições primárias porque consideram que esta proposta “tem uma intenção clara de proibir” a candidatura de Morales. https://correodelsur.com/politica/20240714_cocaleros-advierten-con-movilizaciones-si-inhabilitan-a-evo.html

²⁰⁴ https://correodelsur.com/politica/20240712_organizaciones-afines-a-arce-se-concentran-para-la-marcha-por-la-democracia.html

²⁰⁵ Estima-se que o número de crianças deslocadas internamente no Haiti tenha aumentado 60% desde março, o que equivale a uma criança sendo deslocada a cada minuto como resultado da violência contínua causada por grupos armados. Estima-se que 600.000 pessoas estejam deslocadas. O Haiti continua a enfrentar múltiplos perigos, incluindo violência horrível e níveis críticos de deslocamento”, afirmou a Diretora Executiva do UNICEF, Catherine Russell. <https://news.un.org/es/story/2024/07/1530906>

²⁰⁶ <https://www.telemundo.com/noticias/noticias-telemundo/inmigracion/migrantes-pausa-amazonia-brasil-restricciones-asilo-biden-rcna160377>

²⁰⁷ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/07/13/el-estado-amazonico-de-acre-en-brasil-corre-el-riesgo-de-convertirse-en-el-nuevo-epicentro-de-la-crisis-migratoria-en-america-latina/>

²⁰⁸ <https://www.lapatilla.com/2024/07/05/migrantes-venezolanos-quedaron-varados-en-el-amazonas-porque-llegar-a-eeuu-es-mas-dificil-tras-las-restricciones-al-asilo/>

64° Cúpula dos Presidentes do MERCOSUL

A 64° Cúpula dos Presidentes do MERCOSUL foi realizada na cidade de Assunção, no dia 8 de julho e foi marcada pela ausência de Milei, após as trocas e abusos verbais com o Presidente Lula do Brasil²⁰⁹ e a afirmação de um "autogolpe de Estado" de Luis Arce na Bolívia²¹⁰.

Participaram do evento o presidente Lula do Brasil, o presidente Luis Arce da Bolívia, o presidente Lacalle Pou do Uruguai e o anfitrião Santiago Peña, presidente do Paraguai. Também esteve na capital paraguaia, o Presidente da República do Panamá, José Raúl Molino. Em mensagem exigindo maior abertura do bloco, Luis Lacalle Pou²¹¹ destacou que “se o MERCOSUL fosse tão importante, todos os presidentes teriam que estar aqui”. Em clara alusão ao seu homólogo argentino.

A participação de Arce, da Bolívia, ocorre dias depois do suposto golpe de Estado ter sido reprimido e ter recebido apoio do presidente Lula, do Brasil, que afirmou: *“A democracia prevaleceu graças à firmeza do governo boliviano, à mobilização do seu povo e ao rechaço da comunidade internacional. O MERCOSUL permaneceu mais uma vez unido em defesa da plena vigência do estado de direito, consagrada no Protocolo de Ushuaia. A reação unânime ao 26 de junho na Bolívia e ao 8 de janeiro no Brasil demonstram que não há atalhos à democracia em nossa região. Mas é preciso permanecer vigilantes”*.

O presidente brasileiro adicionou que²¹²: *“Precisamos de uma integração regional profunda, baseada no trabalho qualificado e na produção de ciência, tecnologia e inovação para geração de emprego e renda. O Mercosul é e seguirá sendo a grande aposta de inserção internacional e de desenvolvimento do Brasil”*

O Estado Plurinacional da Bolívia ratificou o Protocolo de Adesão ao MERCOSUL em 8 de julho, passando a fazer parte do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no bloco, do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção dos Direitos Humanos do MERCOSUL e do Protocolo Constitutivo do Parlamento do bloco²¹³

No tema de acordos de parceria com países/regiões terceiras, o Bloco encontra-se numa situação difícil. Passando por uma estagnação crônica no Acordo com a UE e uma relação com a China que não avança. Esta última situação deve-se em parte ao fato de o Paraguai não ter representação diplomática

²⁰⁹ <https://www.pagina12.com.ar/750740-lula-califico-de-estupidez-inmensa-la-ausencia-milei-en-el-m>

²¹⁰ O Governo do Estado Plurinacional da Bolívia informou que o embaixador argentino na Bolívia, Marcelo Adrián Massoni, foi convocado para manifestar seu “forte repúdio” às declarações do Gabinete do Presidente da República Argentina, Javier Milei, a respeito do golpe do Estado de falhido, ocorrido em 26 de junho. <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/politica/gobierno-boliviano-llama-al-embajador-de-argentina-para-expresar-su-energico-rechazo-a-declaraciones-de-milei>

²¹¹ https://www.clarin.com/politica/fuerte-reclamo-lacalle-pou-milei-cumbre-mercosur-aca-deberiamos-presidentes_0_ZH8BU8DFVF.html

²¹² A íntegra do discurso do Presidente Lula pode ser consultada em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-na-64a-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-de-estados-associados>

²¹³ A Bolívia conta, ainda, com até quatro anos para adotar o acervo normativo vigente do MERCOSUL. Também nesse período, a Bolívia deverá adotar a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), a Tarifa Externa Comum (TEC) e o Regime de Origem do MERCOSUL (ROM). https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/adesao-da-bolivia-ao-mercosul-como-estado-parte

no seu país, devido a política do país platino frente a Taiwan, da qual Beijing não aprova. O Uruguai tentará priorizar o relacionamento com a China durante a sua Presidência Pro Tempore que se inicia e se manterá durante o segundo semestre de 2024.

Ao final da Cúpula, os Chefes de Estado entregaram o Comunicado conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e da Bolívia^{214,215,216} no qual ratificaram "... o compromisso do MERCOSUL com o fortalecimento das instituições democráticas, a plena vigência do Estado de direito, os princípios do direito internacional, a proteção dos direitos humanos e o crescimento econômico"; " expressaram seu firme compromisso com o fortalecimento, revitalização e atualização do MERCOSUL, com destaque para a intensificação das negociações externas, que permitam maior inserção internacional do bloco "

No âmbito econômico e comercial, destacaram a redução da Tarifa Externa Comum (TEC) acordada em julho de 2022 e reafirmaram a necessidade de dar continuidade, neste novo contexto, ao processo de revisão abrangente da TEC para reforçar a sua consistência e reduzir sua dispersão. Os presidentes saudaram a entrada em vigor, em 18 de julho de 2024, do novo Regime de Origem do MERCOSUL (ROM), instrumento essencial para a simplificação e facilitação do comércio, a integração dos setores produtivos dos Estados Partes, permitindo sua adaptação à realidade dos fluxos nacionais e internacionais.

Em relação à cooperação, constatou-se a necessidade de avançar na implementação de projetos e iniciativas de financiamento com o apoio das instituições de cooperação dos Estados Partes. Neste contexto, foi mencionado o Perfil do Projeto aprovado pelo Grupo Mercado Comum: "Fronteiras saudáveis e seguras no MERCOSUL" que tem como objetivo geral contribuir para garantir que as populações fronteiriças das localidades ligadas ao MERCOSUL sejam mais seguras e mais integradas em termos da Saúde.

Oito países latino-americanos apresentam seus Relatórios Voluntários Nacionais no HLPF 2024

Durante o próximo High-Level Political Forum 2024- HLPF217, que acontecerá de 15 a 18 de julho de 2024, estão previstas as apresentações das *Revisões Nacionais Voluntárias* de oito países das Américas: Belize, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México e Peru.

As Revisões Nacionais Voluntárias são apresentadas como uma oportunidade para cada país demonstrar o progresso na implementação da Agenda 2030 e o progresso no alcance dos ODS em seus territórios, bem como partilhar experiências e dificuldades encontradas.

Os relatórios nacionais voluntários estão alinhados com seus planos de desenvolvimento nacional. Esses documentos constituem uma instância nacional de reafirmação de um compromisso global como a

²¹⁴<https://www.mercosur.int/64-cumbre-comunicado/>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/comunicado-conjunto-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-e-da-bolivia>

²¹⁵ <https://www.lapoliticaonline.com/paraguay/politica-py/argentina-y-brasil-no-disimulan-sus-diferencias-en-asuncion-y-se-complica-la-declaracion-conjunta/url>

²¹⁶ O comunicado dos Presidentes pode ser consultado na íntegra em: <https://www.mercosur.int/64-cumbre-comunicado/>

²¹⁷ <https://hlpf.un.org/2024>

Agenda 2030 e permitem também recalculer os Planos Nacionais de Desenvolvimento, definindo as prioridades e a estratégia para atingir os objetivos.

Todos os países afirmam que a Pandemia constituiu um obstáculo significativo ao cumprimento da Agenda 2030 e dos seus ODS. No caso do Brasil, foi criticado explicitamente o negacionismo científico e as políticas do governo anterior, anunciando o seu compromisso com a agenda 2030 e a governança nacional constituída para recalculer a estratégia para de implementação, que reintroduza a participação social.

O desafio de fortalecer a coleta de informações e estatísticas para monitorar as métricas do desenvolvimento sustentável é um desafio presente em vários dos relatórios nacionais voluntários dos países da região. Destaca-se que a construção de relatórios nacionais voluntários conta com a participação de diferentes atores governamentais; públicos e privados, governos locais, sociedade civil, empresas privadas e organizações não governamentais.

Analisaremos um pouco mais abaixo os RNVs de cada um dos países:

Belize²¹⁸ apresenta o seu segundo Relatório Voluntário Nacional 2024 como resultado de extensas consultas com as partes interessadas e baseou-se em dados qualitativos e quantitativos. O RVN está alinhado com a sua Estratégia de Desenvolvimento de Meio Prazo 2022-2026. O relatório reconhece que os avanços têm sido prejudicados por choques exógenos, financiamento limitado para o desenvolvimento, dívida, alterações climáticas, restrições de infraestrutura e acontecimentos imprevistos.

Reconhece o déficit como a falta de planeamento, colaboração e coordenação intersetorial e interministerial adequados, os efeitos da pandemia da COVID-19 e do furacão Lisa que exigiram uma reorientação dos recursos nacionais para iniciar os esforços de recuperação, dificultando o alcance dos ODS. O país promoveu diálogos de liderança nacional e de parceria nacional para os ODS de 2023, através dos quais o Governo de Belize se comprometeu ainda mais a reforçar a resiliência, reduzir as desigualdades e reduzir a pobreza, alinhado com a promessa transformadora “não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030.

A RNV de Belize apresenta como desafios inerentes o fato de ser um pequeno Estado insular em desenvolvimento. Problemas de acesso ao financiamento para o desenvolvimento e as alterações climáticas, como obstáculos ao desenvolvimento sustentável, se tornam uma combinação de limitações para coordenar e supervisionar de forma eficaz a implementação do plano de governança para o alcance da Agenda 2030 e ODSs.

O **Brasil**²¹⁹ aproveita a oportunidade para apresentar em segundo relatório nacional voluntário²²⁰ o seu retorno como “Big Player” no cenário global, com as bandeiras do combate à fome e à pobreza; da promoção das três dimensões do desenvolvimento sustentável; e da participação na reforma da governação global. O principal objetivo subjacente a essas prioridades é a redução das desigualdades dentro e entre as nações, que o Brasil selecionou como objetivo principal da Agenda 2030.

²¹⁸ <https://hlpf.un.org/countries/belize/voluntary-national-reviews-2024>

²¹⁹ <https://hlpf.un.org/countries/brazil/voluntary-national-reviews-2024>

²²⁰ A anterior revisão nacional voluntária data de 2017, e a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi dissolvida em 2019, durante o governo Bolsonaro.

Em 2023, o Brasil reafirmou seu compromisso com a Agenda 2030. O país se recupera dos efeitos da pandemia, do negacionismo científico e dos ataques ao Estado democrático, que resultaram em mortes, desemprego, desinformação, inflação e o ressurgimento da fome em um país que já foi admirado mundialmente por suas políticas inovadoras de desenvolvimento.

Em relação à Agenda 2030, da qual o Brasil participa intensamente desde o início de suas negociações internacionais. Mesmo com um período de dificuldades da implementação da Agenda, o relatório afirma que a sociedade brasileira abraçou os Objetivos como diretrizes estratégicas para a criação de alternativas e resistências.

Em uma correção de curso, o Governo Federal reintroduziu a participação social como método de governança e recriou a Comissão em 2023, uma comissão paritária com participação de todos os ministérios, governos estaduais e municipais e diversas representações da sociedade civil. Também reorganizou as prioridades internas para monitorar e acelerar a Agenda 2030.

Neste relatório nacional voluntário, o Brasil está comprometido com o princípio de “não deixar ninguém para trás”, que definiu as escolhas e ações para lidar com profundas desigualdades históricas.

A **Colômbia** destaca a insegurança alimentar como um dos principais desafios, agravada pelas alterações climáticas e pelos conflitos armados. Destaca que o Relatório Voluntário Nacional foi elaborado com a participação de diversos setores, incluindo representantes da sociedade civil, do setor público, da academia e da cooperação internacional, propondo medidas de inclusão, sustentabilidade e respeito à diversidade, e apelando à efetivação da proteção humana direito à alimentação na Colômbia através da construção coletiva.

Postulando a defesa do direito humano à alimentação, a Colômbia identifica 5 dimensões fundamentais para garanti-lo, tais como: dinâmicas socioculturais e políticas públicas, o ciclo de vida e o impacto da fome infantil em outras etapas do desenvolvimento; a governação dos sistemas agroalimentares; e participação social e comunitária. Neste sentido, surge a questão: Que políticas podem enfrentar estes desafios? E aponta a necessidade de reestruturar a governança dos sistemas agroalimentares, adotar uma abordagem intersectorial para enfrentar as armadilhas da pobreza, reforçar as capacidades locais e apoiar o setor privado através da inovação e da criação de alianças.

A **Costa Rica**²²¹ continua a ter uma forte liderança na promoção e realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, graças à colaboração multidimensional e multilateral destinada a garantir o bem-estar dos cidadãos. A Costa Rica facilitou uma aprendizagem significativa e uma maior integração dos Objetivos, especialmente na esfera pública e entre outros atores-chave do desenvolvimento sustentável. Destaca-se pela metodologia participativa, alinhada ao modelo de governança dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo diversos grupos sociais nas decisões que promovem o desenvolvimento sustentável.

O terceiro relatório nacional da Costa Rica examina a Agenda 2030 e seus objetivos como um compromisso nacional baseado no Pacto Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2016, com contribuições de vários setores, como o setor público (poderes executivo, legislativo e judiciário), o setor privado, governos locais, organizações acadêmicas e da sociedade civil, incluindo organizações religiosas e organizações do sistema das Nações Unidas na Costa Rica. Esta abordagem foi

²²¹ <https://hlpf.un.org/countries/costa-rica/voluntary-national-reviews-2024>

reforçada com o recente relançamento do Pacto Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2023.

A partir das principais lições aprendidas em relação à Agenda 2030, a Costa Rica propõe os próximos passos no esforço contínuo para alcançar o desenvolvimento sustentável inclusivo, entre eles, o monitoramento adequado da Estratégia Nacional de Metas dos ODSs para poder tomar decisões que promovam o desenvolvimento sustentável, a expansão de programas como a Rede de Cantões Promotores dos Objetivos, o fortalecimento da coordenação intersectorial, o desenvolvimento de políticas públicas com enfoque multidimensional e futuro e o monitoramento estratégico dos recursos institucionais para garantir sua efetiva implementação.

O **Equador**²²² apresenta seu terceiro Relatório Nacional Voluntário, no qual identifica desafios pendentes e estabelece aceleradores para alcançar o desenvolvimento sustentável. O “Plano Nacional para um Novo Equador 2024-2025” constitui o roteiro para o planejamento nacional e reflete a visão do Estado, alcançando um equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e econômica, colocando uma forte ênfase na localização, através da ação dos governos locais em linha com o planejamento nacional e a Agenda 2030. Foi concebida uma estratégia para reorganizar a função executiva do sector público através de gabinetes sectoriais correspondentes a cada pilar do plano de desenvolvimento nacional e responsáveis pela sua implementação. Esses gabinetes são espaços de revisão, coordenação, harmonização e formulação de políticas públicas.

O terceiro Relatório Voluntário Nacional do Equador salienta que as taxas de pobreza mostram o desafio de melhorar as condições de vida da população, especialmente dos mais vulneráveis, através, por exemplo, da provisão e melhoria da segurança alimentar, da redução das lacunas no acesso a saúde, educação e outras limitações ao pleno exercício dos direitos das crianças e adolescentes, dos jovens, das mulheres, dos povos e nacionalidades, das pessoas em situação de mobilidade humana e de outros grupos. Com o objetivo de “não deixar ninguém para trás” na busca pelo desenvolvimento, priorizará ações relativas à segurança cidadã e à erradicação da violência, e construirá alianças em nível local, regional e internacional.

Alguns dos desafios que surgem são a proteção e manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos; criar ferramentas que ajudem a gerir riscos, construir infraestruturas mais resilientes, trabalhar no sentido da sustentabilidade e da eficiência energética; e reforçar a conectividade; desenvolver leis e estratégias destinadas a promover a diversificação da sua matriz produtiva e aumentar a produtividade de bens de alto valor acrescentado, com base na atração de investimento privado e em alianças público-privadas que ajudem a promover o crescimento económico e a criação de empregos dignos.

A estrutura do terceiro relatório voluntário de avaliação nacional das **Honduras**²²³ baseia-se nas três dimensões (económica, social e ambiental) da Agenda 2030, que servem de quadro para enfrentar os desafios e prioridades do desenvolvimento sustentável nas Honduras. Como parte de cada uma destas dimensões, são identificadas seis áreas de transição que são fundamentais para avançar no sentido da consecução dos Objetivos. As áreas representam eixos de ação fundamentais para acelerar o progresso

²²² <https://hlpf.un.org/countries/ecuador/voluntary-national-reviews-2024>

²²³ <https://hlpf.un.org/countries/honduras/voluntary-national-review-2024>

no sentido de alcançar os Objetivos e estão alinhadas com os 10 compromissos apresentados pelo Governo das Honduras durante a Cúpula dos ODS de 2023.

O relatório destaca o papel de liderança dos intervenientes do desenvolvimento local na promoção do progresso e na aceleração dos ODS. Os dois primeiros relatórios locais voluntários em Honduras (San Nicolás e Intibucá) estão atualmente em preparação.

O relatório constitui uma oportunidade fundamental para lançar as bases para um novo caminho de desenvolvimento para Honduras, promovendo a governança nacional, como a criação do Ministério do Planejamento Estratégico, com a necessidade de uma transição rápida para um modelo de desenvolvimento que fortaleça a produção nacional e que permita a construção gradual de uma economia socialista que satisfaça as necessidades nacionais e priorize o bem-estar da população.

Tal como outros países da região, o principal desafio das Honduras reside em termos de redução da pobreza relacionada com a dimensão social e com duas áreas de transição: sistemas alimentares e emprego e proteção social. Neste sentido, a ação governamental de combate à pobreza reflete-se na criação de um programa de rede de solidariedade que funciona como uma iniciativa abrangente de proteção social (cerca de 2.007 aldeias e 350.000 famílias), que presta atenção focada e prioritária para garantir que as pessoas possam aceder a serviços básicos de desenvolvimento (incluindo alimentação, educação, saúde, habitação, água e saneamento e acesso económico).

No seu quarto Relatório Voluntário Nacional, o **México**²²⁴ explica que avançou na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como resultado da adoção de um novo paradigma de desenvolvimento desde a mudança de Governo em 2018. Baseando-se no humanismo mexicano, que coloca as pessoas, especialmente as mais desfavorecidas e vulneráveis, no centro da sua agenda. Como resultado deste paradigma, entre 2018 e 2022, 5 milhões de pessoas saíram da pobreza (ODS 1 e 10), reduzindo o fosso entre ricos e pobres. Em 2018, as pessoas mais ricas ganharam 21 vezes mais do que as pessoas mais pobres, valor que será reduzido para 15 vezes em 2022. O salário-mínimo foi aumentado em 110%, foram aumentados os gastos sociais em 38% e reduzidos a taxa de desemprego para 2,6% e o investimento direto estrangeiro aumentou 27%. além de alcançar um aumento significativo nas receitas fiscais. No período 2018-2022, aumentou em mais de 10 milhões o número de pessoas que desfrutaram de segurança alimentar (acesso físico e acessível, em todos os momentos, a alimentos suficientes e seguros) aumentou em mais de 10 milhões.

O quarto relatório de revisão nacional voluntária mexicana consiste em três seções principais. A primeira apresenta uma visão geral do contexto económico e analisa a abordagem do Estado à redução da pobreza e ao planeamento. A segunda parte, utilizando uma metodologia de interpretação de dados maioritariamente qualitativa, seis iniciativas de desenvolvimento sustentável empreendidas a nível local e nacional pela sociedade civil, pelo sector empresarial e pelo Governo do México. E a terceira parte faz um balanço do nível de progresso alcançado, dos principais desafios no caminho para 2030 e das lições aprendidas.

Finalmente, o **Peru**²²⁵ menciona que através de uma visão de longo prazo, adota o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento que expressa seu compromisso com a Agenda 2030 e

²²⁴ <https://hlpf.un.org/countries/mexico/voluntary-national-reviews-2024>

²²⁵ <https://hlpf.un.org/countries/peru/voluntary-national-reviews-2024>

estabelece objetivos e metas nacionais para orientar os esforços do país para o pleno desenvolvimento das capacidades das pessoas, o a gestão sustentável do seu território, o aumento da competitividade e da produtividade e a consolidação de uma sociedade justa e democrática.

O relatório peruano indica que os maiores progressos foram alcançados nos Objetivos relacionados com a saúde e o bem-estar, a igualdade de género e a água potável e o saneamento, uma vez que os indicadores continuaram a mostrar uma tendência positiva, apesar da pandemia da doença coronavírus (COVID-19). No entanto, é necessário dar prioridade aos ecossistemas terrestres, às instituições, ao crescimento económico e à geração de trabalho digno, uma vez que os indicadores relacionados têm tido uma tendência negativa, tanto antes como depois da pandemia. A priorização do Objetivo 1, de acabar com a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo, também é necessária, uma vez que o progresso nesta área foi revertido nos últimos anos. Os ODS são implementados pelo Sistema Nacional de Planeamento Estratégico do Peru com base na estratégia do Estado, nas políticas nacionais e nos planos estratégicos dos três níveis de governo. Existem atualmente 38 políticas nacionais em vigor, a maioria delas alinhadas com os Objetivos 4, 8, 10 e 16, e visam o fornecimento de bens e serviços e a implementação de investimentos.

Devem ser destacadas algumas experiências, como as desenvolvidas no âmbito do Plano Nacional de Infraestruturas Sustentáveis para a Competitividade, que contribuirá principalmente para o Objetivo 11, sobre cidades e comunidades sustentáveis. A cooperação técnica internacional também tem sido uma importante fonte de receitas para financiar os Objetivos 2, 3, 8 e 10. O papel da ação empresarial é destacado através da organização Perú Sostenible, que executou projetos a nível nacional destinados à sua maioria para avançar no Objetivos 4 e 8.

O quadro institucional do país foi identificado como um fator que deve ser abordado como prioridade. Atualmente, assistimos a elevados níveis de protesto e conflito social, a uma elevada rotatividade de autoridades e a diversas formas de crime, incluindo a corrupção, que estão a gerar perdas económicas significativas e serviços públicos de pior qualidade. As alterações climáticas são outro aspecto fundamental, que afeta a agricultura, a insegurança alimentar, a disponibilidade de água, bem como aumenta a presença de doenças infecciosas.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) participou de agendas nas temáticas de população e desenvolvimento e detecção de surtos ^{226,227}

O ORAS-Conhu participou da V Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, organizada pela Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL) em Cartagena das Índias, Colômbia. O objetivo do evento foi apresentar a versão final do segundo informe sobre a implementação, resultados positivos e desafios para o Consenso de Montevideo sobre População e Desenvolvimento

²²⁶<https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-impulsa-el-abordaje-de-la-salud-en-la-quinta-reunion-de-la-conferencia-regional-sobre>

²²⁷<https://www.orasconhu.org/es/taller-regional-fortaleciendo-capacidades-para-la-deteccion-y-reporte-de-brotos-de-enfermedades>

Na ocasião, a secretaria executiva da Organização destacou que o papel da saúde deve continuar no centro de todas as políticas e, além disso, falou sobre a desigualdades, racismo e justiça socioambiental e seus impactos sobre o gozo pleno do direito a saúde. No caso das desigualdades, sinalizou que vem trabalhando na área andina sobre o tema através da Mesa Andina Intersetorial de Concertação contra as desigualdades em saúde.

Outro tema abordado pela representante andina foi o de criança e adolescentes. Sinalizou-se a importância da discussão em saúde mental e o incremento dos casos de gravidez na adolescência na região.

Na agenda de detecção de surtos de doenças zoonóticas, representantes do Oras-Conhu participou da oficina regional “Fortalecendo capacidades para a detecção e registro de surtos de doenças zoonóticas” na primeira semana de julho. O evento foi organizado pela agência Health Security Partners e promoveu a interação entre representantes de setores envolvidos em Saúde única de três países: Brasil, Argentina e Peru.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA) participou em agendas com os temas saúde da mulher, imunização e emergências^{228,229,230}

A SE-COMISCA, junto com a Universidade do Novo México, lançou uma telementoria ECHO Saúde da Mulher para a Guatemala. A secretaria executiva do Comisca destacou que o compartilhamento de saberes é importante no tema e que o programa busca melhorar a qualidade da atenção a mulheres da Guatemala e da Região. A fala principal do evento ficou a cargo de representantes de associações sociais e da classe médica.

Na temática de imunizações, o SECOMISCA e Centro para o Controle e Prevenção de Doenças(CDC -EUA), sob o marco de projeto de Saúde Global, desenvolveram oficinas de alinhamento técnicos do Programa de Imunização e Fórum sobre a Equidade em vacinação de comunidades indígenas na América Central 2024. Entre os objetivos das oficinas e fórum estavam o desenvolvimento da primeira sessão de Equidade na Vacinação de Comunidades Indígenas na Guatemala, como parte da série sobre Equidade de Saúde na América Central. Além de avaliar avanços nas coberturas de vacinação a nível nacional (todas as vacinas).

As atividades envolveram conscientização do pessoal da saúde sobre a importância de aumento das coberturas e também sobre a preparação de um plano de crises para 2024 e entradas no Sistema de registros de Campanha de Vacinação da SICA.

Por fim, o SECOMISCA participou uma XXV reunião de coordenadores dos programas de emergências em saúde para América Central e República Dominicana que foi coordenado pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). Os objetivos do encontro foram revisar o estado atual da

²²⁸ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-lanza-nuevo-echo-salud-de-la-mujer_1_134237.html

²²⁹https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-talleres-de-lineamientos-tecnicos-del-programa-de-inmunizaciones-pi-y-foro-sobre-la-equidad-en-la-vacunacion-de-comunidades-indigenas-en-centroamerica-2024_1_134244.html

²³⁰ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-la-xxv-reunion-de-coordenadores-de-los-programas-de-emergencias-en-salud-para-centroamerica-y-republica-dominicana_1_134256.html

redução de riscos, preparação, resposta e recuperação frente a emergências em saúde e desastre e também compartilhar experiências e boas práticas.

Além disso foram discutidos desafios, obstáculos e prioridades no marco da Estratégia para a Gestão Integral de Riscos de Desastres e Emergências frente a perspectiva de saúde na América Central e República Dominicana 2021 e 2025 e outros instrumentos regionais.

A Organização do Tratado Amazônico (OTCA), em comemoração aos 46 anos do TCA, lançou um novo site do Projeto Bacia Amazônica²³¹.

A OTCA acredita que o novo portal tem a função de ser o canal de comunicação do projeto com os seus públicos-alvo: gestores de recursos hídricos, pesquisadores, cientistas, comunidades indígenas e tradicionais, professores e estudantes, jornalistas, investidores e doadores.

A coordenadora do Projeto, Maria Apostolova, afirmou que “É de extrema importância o acompanhamento da execução do projeto, principalmente para aquelas populações que são diretamente beneficiadas por iniciativas tais como a instalação de sistemas de alerta precoce para a previsão e redução do risco de desastres de inundação e a integração de dados de monitoramento ambiental dos rios da região.”

Por fim, o novo site reúne as principais informações sobre o Projeto Bacia Amazônica, segmentadas por tópicos de interesse, dados relativos a histórico, estrutura organizacional, benefícios ambientais e sociais estão disponíveis.²³²

O Sistema Econômico Latinoamericano e do Caribe (SELA) organiza oficina virtual no tema de migrações e mulheres

O SELA junto ao Instituto Nacional das Mulheres do México e com a participação do Fundo da População das Nações Unidas, OIM, ONU Mulheres e UNICEF organizaram a oficina virtual “Estratégias para a integração das mulheres e meninas migrantes” que será realizada no dia 16 de julho.

Os objetivos são apresentar programas exitosos implementados por Estados membros, governos, agências internacionais, sociedade civil e atores privados para a integração de mulheres e meninas migrantes; e promover iniciativas que fortaleçam políticas de integração migratória, orientadas a atender as necessidades específicas dessas populações.

O Sela promover um espaço para especialistas, representantes de Estados membros, organismos regionais e sub-regionais compartilhem iniciativas e discutam obstáculos e desafios que ainda continuam a influenciar o atendimento a mulheres e meninas que buscam seus direitos nesses processos de mobilidade.

²³¹ <https://otca.org/pt/para-comemorar-o-46o-aniversario-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-a-otca-lanca-o-novo-site-do-projeto-bacia-amazonica/>

²³² Para acessar o novo site, entre no link: <https://aguasamazonicas.otca.org/>

64° CUMBRE: Comunicado conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y Bolivia²³³

Los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR, Santiago Peña Palacios, por la República del Paraguay; Luiz Inácio Lula da Silva, por la República Federativa de Brasil, Luis Lacalle Pou, por la República Oriental del Uruguay y la Ministro de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, Diana Mondino, por la República Argentina, así como el Presidente del Estado en proceso de Adhesión, Luis Alberto Arce Catacora, por el Estado Plurinacional de Bolivia, participaron de la LXIV Cumbre de Presidentes del MERCOSUR, realizada el 8 de julio de 2024, en la ciudad de Asunción, en Paraguay.

Saludaron la presencia del Presidente de la República de Panamá, José Raúl Molino.

Reafirmaron su firme compromiso con los objetivos y principios de los Tratados fundacionales del MERCOSUR, así como con los principios de consenso y reciprocidad de derechos y obligaciones, con miras a fortalecer el proceso de integración regional.

Ratificaron el compromiso del MERCOSUR con el fortalecimiento de las instituciones democráticas, la plena vigencia del Estado de derecho, los principios del derecho internacional, la protección de los derechos humanos y el crecimiento económico.

Destacaron el encuentro de Cancilleres de los Estados Partes del MERCOSUR y Bolivia, celebrado el 24 de enero de 2024 en Asunción, oportunidad en la que se consideró la situación actual del proceso de integración, así como las perspectivas a futuro, priorizándose el fortalecimiento del proceso de integración, el desarrollo de la integración física y las negociaciones externas con miras a lograr resultados concretos en beneficio de las poblaciones de los Estados Partes.

Agradecieron a la Presidencia Pro Tempore de Paraguay, por la realización del Seminario de Alto Nivel “Reflexión sobre el Futuro del MERCOSUR” y tomaron nota de las conclusiones y aportes del mismo para el análisis de las dimensiones económica, comercial, social, institucional y política del bloque, teniendo presente el objetivo de los Estados Partes de fortalecer el proceso de la integración regional, superar los obstáculos que persisten al interior del bloque y avanzar hacia un MERCOSUR más fuerte, unido y próspero.

Manifestaron su firme compromiso con el fortalecimiento, dinamización y actualización del MERCOSUR, con énfasis en la intensificación de las negociaciones externas, que permitan una mayor inserción internacional del bloque, y en la eliminación de restricciones internas que limitan o imposibilitan el libre intercambio de bienes y servicios, que establece el Tratado de Asunción, y a la vez, profundizan los desequilibrios estructurales, monetarios y fiscales de los Estados Partes.

Se congratularon por el trabajo realizado y agradecieron al Presidente Santiago Peña por el impulso otorgado al MERCOSUR durante la Presidencia Pro Tempore de Paraguay.

ARANCEL EXTERNO COMÚN DEL MERCOSUR

En el ámbito económico y comercial, resaltaron la reducción del Arancel Externo Común (AEC) acordada en julio 2022 y reafirmaron la necesidad de dar continuidad, en este nuevo contexto, al proceso de revisión integral del AEC para fortalecer su consistencia y reducir su dispersión.

MEDIDAS QUE AFECTAN AL COMERCIO INTRAZONA

Destacaron la creación del Comité Ad Hoc sobre Medidas que Afectan al Comercio Intrazona (CAH-MACI) que permitirá identificar los gravámenes y las restricciones que limiten o imposibiliten el intercambio de bienes y

²³³ Fuente: [64° CUMBRE: Comunicado conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y Bolivia - MERCOSUR](#)

servicios en el bloque con el fin de encontrar soluciones y facilitar la eliminación de barreras comerciales, conforme lo dispone el Tratado de Asunción.

RÉGIMEN DE ORIGEN DEL MERCOSUR

Se congratularon por la célebre incorporación y próxima entrada en vigor, el día 18 de julio de 2024, del nuevo Régimen de Origen MERCOSUR (ROM), instrumento esencial para la simplificación y facilitación del comercio, la integración de los sectores productivos de los Estados Partes, permitiendo su adaptación a la realidad de los flujos nacionales e internacionales.

Asimismo, con vistas al mismo objetivo, coincidieron en la importancia del esfuerzo continuo de modernización de los Regímenes de Origen de los acuerdos suscritos por el bloque en el marco de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), teniendo en consideración la condición geográfica del Paraguay de país en desarrollo sin litoral marítimo.

COORDINACIÓN DE POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

Tomaron nota de los resultados de la Reunión de Ministros de Economía y los Presidentes de Bancos Centrales (RMEPBC) celebrada el día 7 de julio en Asunción, y del diálogo franco y abierto mantenido en dicha ocasión sobre políticas macroeconómicas que fomenten el comercio en el MERCOSUR y respecto a la resiliencia económica y fenómenos climáticos extremos en la región.

Finalmente, destacaron la importancia que tiene fortalecer la estabilidad monetaria, financiera y de precios en los Estados Partes del MERCOSUR para alcanzar una mayor convergencia macroeconómica, condición fundamental para profundizar la integración regional.

SERVICIOS

Conscientes del impacto del sector de los servicios en las economías y el desarrollo del bloque, reconocieron la importancia de hacer los mayores esfuerzos para la pronta incorporación de la VIII Ronda de Negociaciones de Compromisos Específicos en Materia de Servicios y de seguir trabajando en la liberalización progresiva del comercio de servicios intrazona con el fin de que empresas y consumidores puedan beneficiarse de sus resultados.

SECTOR AUTOMOTOR

Tomaron nota de la reactivación de los trabajos del Comité Automotor (CA), en cuyo marco se analizarán alternativas para la inclusión del sector al MERCOSUR, considerando las asimetrías, los acuerdos bilaterales vigentes, que han permitido el desarrollo de capacidades de exportación en los cuatro Estados Partes, así como las potenciales ganancias comerciales derivadas de la armonización de reglas en el ámbito del bloque.

SECTOR AZUCARERO

Reiteraron la relevancia de continuar con los trabajos en el Grupo Ad Hoc Sector Azucarero (GAHAZ) a la definición de los términos de referencia de un estudio sobre el contexto actual del sector azucarero e industrias conexas en el MERCOSUR, a fin de sugerir acciones y alternativas para promover su mejor aprovechamiento, delinear políticas de apoyo y cooperación regional, que permitan fortalecer la competitividad de sus productos en los Estados Partes, así como facilitar el acceso a mercados.

TEMAS REGULATORIOS

Destacaron la elaboración de la Guía de Análisis de Impacto Regulatorio (AIR) para Autoridades de Regulación del Etiquetado de Eficiencia Energética del MERCOSUR, herramienta de buenas prácticas para promover la actualización y modernización de los procesos regulatorios que resulten efectivos y beneficiosas para los consumidores y empresas, así como para fortalecer la cooperación sobre estándares internacionales que coadyuben a facilitar los flujos comerciales.

Tomaron nota de la creación de la Comisión de Cooperación Regulatoria sobre Etiquetado de Eficiencia Energética (CEEE) en el ámbito del Subgrupo de Trabajo N° 3 “Reglamentos Técnicos y Evaluación de la Conformidad” (SGT N° 3) que permitirá la continuidad de los intercambios de experiencias, desarrollo de lineamientos comunes y ejercicios conjuntos sobre etiquetado de eficiencia energética en el bloque.

Agradecieron al Instituto Nacional de Metrología de Alemania (Physikalisch-Technische Bundesanstalt – PTB) por las actividades organizadas en pos del fortalecimiento de la Infraestructura de la Calidad en el área de etiquetado de eficiencia energética.

Agradecieron el apoyo del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) por el desarrollo del Programa de Capacitaciones de Análisis de Impacto Regulatorio para los tomadores de decisiones de los Estados Partes del MERCOSUR involucrados en el proceso de elaboración de reglamentos técnicos y regulaciones similares.

PROPIEDAD INTELECTUAL

Destacaron la creación del Grupo Ad Hoc sobre Propiedad Intelectual (GAHPI) que tiene como objetivo relevar las cuestiones relacionadas con los derechos de propiedad intelectual, como las indicaciones geográficas, marcas, patentes, derechos de autor y conexos en el seno del MERCOSUR. Para tal efecto, el Grupo Ad Hoc podrá convocar reuniones de expertos para discutir los temas técnicos específicos.

Coincidieron en el rol clave de los derechos de propiedad intelectual en el comercio internacional y en que su protección y observancia contribuyen a incentivar la creatividad y promover la innovación, la transferencia y difusión de la tecnología en beneficio recíproco de los productores y los usuarios de conocimientos tecnológicos, favoreciendo el desarrollo en la región.

MUJERES Y COMERCIO

Tomaron nota de la presentación, por parte de la Presidencia Pro Tempore del Paraguay, de una propuesta para crear el Subgrupo de Trabajo, dedicado a temas relacionados con la participación de las mujeres en el comercio internacional. Asimismo, tomaron nota de la organización el 7 de junio, en Asunción, del panel “Estrategias y acciones para Fortalecer el Networking y las Redes Sectoriales en el Comercio Internacional”.

MICRO, PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS (MIPYMES)

Valoraron positivamente la reactivación del Grupo Ad Hoc de las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas (GAHMIPYMES), con miras a elaborar una nueva hoja de ruta para estructurar sus trabajos. Asimismo, destacaron la relevancia de dar continuidad a los encuentros del grupo y resaltaron la importancia de las MIPYMES y emprendedores en las economías del bloque y la necesidad de favorecer la integración en diversos temas como el intercambio de información, el comercio cross border, el comercio electrónico y el intercambio de bienes y servicios, entre otros.

FORO EMPRESARIAL DEL MERCOSUR

Destacaron la realización de la XII Edición del Foro Empresarial del MERCOSUR, espacio que promueve la participación creciente del sector privado en el proceso de integración, con vistas a lograr con el objetivo de mejorar la articulación con el sector público y fortalecer la integración comercial de bienes y servicios en el MERCOSUR como herramienta para el crecimiento económico, la generación de empleo y el bienestar de la población

En dicho contexto, tomaron nota de los intercambios y recomendaciones del sector privado en los segmentos sobre: i) Integración comercial de bienes y servicios; ii) La economía naranja en el MERCOSUR; iii) Manufacturas livianas; y iv) Logística fluvial: competitividad regional para el mundo.

FONDO PARA LA CONVERGENCIA ESTRUCTURAL DEL MERCOSUR (FOCEM)

Coincidieron en la importancia del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) como herramienta del MERCOSUR para la reducción de asimetrías existentes entre los Estados Partes y el fortalecimiento del proceso de integración.

Celebraron la aprobación del “Convenio de Complementación Financiera entre el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y el Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)” que definirá el marco del financiamiento de estudios de pre-inversión y de la contrapartida local de proyectos financiados por el FOCEM, para ampliar la escala de los proyectos seleccionados y del “Convenio de Complementación Técnica entre el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y el Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)”, mediante el cual se define el alcance y las modalidades de cooperación y asesoramiento técnico.

Se congratularon por la conclusión del proyecto “Construcción de la Avenida Costanera Norte de Asunción, segunda etapa y conexión (Avda. Primer Presidente) con la ruta Nacional N° 9” que representa una mejora sustancial para el acceso a la ciudad de Asunción y que fue inaugurado el 7 de julio con la presencia de los Cancilleres de los Estados Partes del MERCOSUR.

COOPERACIÓN

Coincidieron en la necesidad de avanzar en la implementación de proyectos e iniciativas de financiamiento con el apoyo de las instituciones de cooperación de los Estados Partes.

Celebraron en este contexto la aprobación, por parte del Grupo Mercado Común (GMC), del Perfil de Proyecto “Fronteras saludables y seguras en MERCOSUR” que tiene como objetivo general contribuir a que las poblaciones fronterizas de localidades vinculadas del MERCOSUR se encuentren sanitariamente más seguras e integradas.

Asimismo, concordaron en seguir avanzando en la implementación de los diferentes memorandos de entendimiento vigentes con organismos internacionales y regionales, como la Organización Internacional de Migraciones (OIM), la Organización Internacional del Trabajo (OIT), la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP), la Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), la Corporación Andina de Fomento (CAF), el Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), a fin de concretar apoyo para los proyectos incluidos en la cartera de proyectos del Grupo de Cooperación Internacional (GCI).

ASUNTOS ADUANEROS Y FACILITACIÓN DEL COMERCIO

Destacaron la importancia de las Áreas de Control Integrado en el MERCOSUR para agilizar el tránsito de personas y bienes y, manifestaron su voluntad para resolver las dificultades identificadas en el “Estudio Técnico sobre el Estado y Situación del Nivel de Integración de las Áreas de Control Integrado MERCOSUR”, a fin de fortalecer la gestión coordinada de fronteras, modernizar la infraestructura regional y facilitar el comercio.

En ese sentido, celebraron la creación del Comité Ad Hoc sobre Áreas de Control Integrado (CAH-ACI), cuyo trabajo permitirá identificar cursos de acción y soluciones a las problemáticas resaltadas en dicho estudio.

Celebraron los avances registrados en el proyecto “Gestión Coordinada de Fronteras del MERCOSUR”, que tiene como objetivo identificar oportunidades de mejora que afectan a los procedimientos de control y tránsito en las fronteras. En este sentido, tomaron nota de que la presentación de los resultados de dicho Proyecto tendrá lugar en la República Argentina, el próximo 6 de agosto de 2024 y contará con la participación de las máximas autoridades de las administraciones aduaneras de los Estados Partes, representantes de agencias internacionales y organismos intervinientes en las fronteras.

AGENDA DIGITAL

Destacaron los trabajos realizados por la Comisión de Ciberseguridad del Grupo Agenda Digital del MERCOSUR (GAD), en cuanto a la implementación de mecanismos de coordinación y cooperación en materia de ciberseguridad, para la prevención y respuesta al uso malicioso de las tecnologías cibernéticas, de manera a promover como bloque, un ciberespacio abierto, seguro, estable, accesible, pacífico e interoperable.

Acordaron seguir trabajando para la cooperación entre las autoridades nacionales de protección de datos en el ámbito del MERCOSUR.

Asimismo, resaltaron la importancia de reforzar la coordinación regional, en la materia, en foros multilaterales.

COMERCIO ELECTRÓNICO

Reiteraron la importancia de la entrada en vigor bilateral, entre la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, del «Acuerdo sobre Comercio Electrónico del MERCOSUR» y coincidieron en la importancia de su ratificación por el resto de los Estados Partes. Asimismo, tomaron nota de los trabajos en curso sobre el proyecto de “Acuerdo de Reconocimiento Mutuo de Medios de Identificación Electrónica del MERCOSUR.

COMUNICACIONES

Celebraron la entrada en vigor bilateral entre la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay del “Acuerdo para la eliminación del cobro del cargo de roaming internacional a los usuarios finales del MERCOSUR”, y recordaron que la eliminación de los cargos por itinerancia móvil internacional es una medida concreta en beneficio de los ciudadanos de los Estados Partes y un paso fundamental en la facilitación de las relaciones comerciales en el ámbito del MERCOSUR.

ENERGÍA

Destacaron la importancia de lograr una mayor integración energética regional, en particular en materia de interconexión eléctrica y gasífera, con miras al pleno aprovechamiento de las complementariedades de los diferentes recursos de cada país y una mayor incorporación de fuentes energéticas renovables a las redes de distribución.

Recordaron, a su vez, que la profundización de la integración gasífera, tanto a través del tendido y ampliación de la red de gasoductos como la ejecución de proyectos de gas natural licuado, y el aprovechamiento de la infraestructura existente, permitirá el aprovechamiento de este recurso como combustible complementario de transición energética. En este marco, agradecieron la contribución de las propuestas de integración energética de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE) para optimizar la planificación y análisis de aprovechamiento de recursos.

COMERCIO Y DESARROLLO SOSTENIBLE

Tomaron nota de los trabajos realizados del Grupo Ad Hoc sobre Comercio y Desarrollo Sostenible (GAHCDS) durante la PPTP, y de los esfuerzos para la sistematización de las acciones que desarrolla el MERCOSUR en la materia y la identificación de las medidas y regulaciones adoptadas por terceros países o bloques que puedan impactar negativamente el comercio en la región.

MEDIO AMBIENTE

Destacaron los avances alcanzados en la materia, reflejo del compromiso de los Estados Partes. Resaltaron la importancia de fortalecer la cooperación internacional en la materia y saludaron la realización de la XXXI Reunión de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR (RMMA) y sus resultados.

Tomaron nota del proyecto del Observatorio de Especies Exóticas Invasoras que representa un hito crucial en la preservación de la biodiversidad regional, promoviendo la detección temprana y una rápida respuesta a estas amenazas.

Asimismo, se congratularon por la reciente suscripción del Acuerdo sobre la Conservación y Uso Sostenible de la Biodiversidad Marina más allá de las Jurisdicciones Nacionales (BBNJ) por parte de la República Argentina y la República Oriental del Uruguay

Subrayaron la importancia de coordinar posiciones en materia de ambiente, en particular respecto a sustancias y productos químicos peligrosos, destacando la relevancia de fortalecer el trabajo conjunto en materia de evaluación de impacto ambiental.

DEFENSA DE LA COMPETENCIA

Celebraron la entrada en vigor del “Acuerdo de Defensa de la Competencia del MERCOSUR” que tiene por objetivo promover la cooperación y coordinación entre los Estados Partes del bloque para la aplicación de las leyes de competencia nacionales, para combatir prácticas anticompetitivas de manera más efectiva y consistente dentro del mercado común.

DEFENSA DEL CONSUMIDOR

Resaltaron la iniciativa de elaborar un Plan de Políticas de Comunicación de Defensa del Consumidor en el MERCOSUR con el objetivo de fomentar la promoción de actividades y programas orientados a la defensa de los consumidores y al cumplimiento del principio de transparencia. Asimismo, destacaron la iniciativa de profundizar la cooperación internacional en temas de protección y defensa de los consumidores.

ESTADÍSTICAS DE COMERCIO EXTERIOR

Resaltaron los esfuerzos concernientes a la promoción y fortalecimiento del Sistema de Estadística de Comercio Exterior del MERCOSUR (SECEM), herramienta esencial para la provisión de datos estratégicos e información estadística para la investigación, el análisis y la toma de decisiones.

CIENCIA Y TECNOLOGÍA

Resaltaron la importancia de la promoción y colaboración en ciencia y tecnología e innovación entre los Estados Partes del MERCOSUR para que las empresas, emprendedores y startups, y el sector académico, puedan innovar y se transformen en actores relevantes de la nueva revolución tecnológica que conlleva la ciencia orientada a datos y la Inteligencia Artificial. Asimismo, destacaron los Premios MERCOSUR de Ciencia y Tecnología y de Divulgación y Periodismo Científico, los trabajos de la Plataforma Regional de Métodos Alternativos al Uso de Animales y el relevamiento de las infraestructuras de investigación del MERCOSUR.

En ese marco, tomaron nota de la realización del II Encuentro de Diplomacia Científica y de las presentaciones de las experiencias nacionales en materia de transición energética e hidrógeno verde, ya que consideran clave que el MERCOSUR se posicione como un actor relevante en el escenario internacional en esta materia.

En ese sentido, reiteraron la importancia de fortalecer la cooperación científico-tecnológica, como un eje transversal y componente indispensable para la modernización y el desarrollo.

SALUD

Tomaron nota de las actividades de vigilancia, vacunación, preparación y respuesta a emergencias de salud pública y redes de urgencias y emergencias inter fronterizas, así como la realización del Taller de Salud Mental, que arrojó datos de relevancia, para establecer líneas estratégicas y afianzar el compromiso político y de cooperación regional en la materia.

Resaltaron la importancia de contar con herramientas que permitan identificar y monitorear la demanda estratégica de medicamentos, dispositivos médicos y tecnologías de la salud en la región, fortalecer las capacidades de producción e innovación y posibilitar la disponibilidad de un instrumento adicional para el acceso a la salud por parte de la población de los Estados Partes del MERCOSUR.

Celebraron el afianzamiento de la cooperación técnica ya existente con OPS/OMS y la concreción de la alianza con REDSUR/TEPHINET para impulsar acciones estratégicas que permitan el desarrollo de competencias y capacidades en vigilancia epidemiológica.

INTEGRACIÓN FRONTERIZA

Saludaron la reciente entrada en vigor para la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay del “Acuerdo sobre Localidades Fronterizas Vinculadas del MERCOSUR”, el cual facilitará la circulación vecinal y posibilitará a las poblaciones fronterizas el acceso a beneficios diversos.

Enfatizaron que los beneficios de la integración regional alcancen y puedan ser disfrutados por las poblaciones fronterizas y, en dicho contexto, coincidieron con la importancia de que se avance con las ratificaciones pendientes por el resto de los Estados Partes.

Asimismo, adhirieron a trabajar en pos de alcanzar una integración fronteriza que priorice las necesidades de las poblaciones que habitan las fronteras compartidas por los Estados Partes y que promueva el crecimiento y el potencial de sus economías regionales.

INDUSTRIAS CREATIVAS

Se congratularon por la suscripción del “Acuerdo MERCOSUR de coproducción cinematográfica y audiovisual”, instrumento que permitirá fortalecer los procesos industriales de producción y circulación de las obras, y contribuirá al prestigio y la expansión económica de la industria en ese sector.

AGRICULTURA FAMILIAR

Tomaron nota de la realización el día 18 de junio en Asunción, del Conversatorio “20 años de la Reunión Especializada de Agricultura Familiar (REAF) MERCOSUR y desafíos en el decenio de la agricultura familiar 2019-2028” y las recomendaciones y resultados de la REAF.

Destacaron las contribuciones de esta forma de agricultura a la producción alimentaria, al desarrollo sostenible y a la economía de los países, ya que promueve mayores oportunidades para las poblaciones rurales.

TRANSPORTE TERRESTRE

Valoraron los trabajos de estandarización del transporte terrestre internacional de cargas y pasajeros en la región en lo que respecta a normativas sobre pesos y dimensiones de vehículos para optimizar la eficiencia y seguridad del transporte de carga y pasajeros, así como los trabajos de la revisión de especificaciones técnicas de los ómnibus del MERCOSUR y de la armonización de datos para facilitar los procesos fronterizos y agilizar la logística regional.

TRANSPORTE AÉREO

Tomaron nota de los avances registrados en lo que respecta a la modernización de los acuerdos bilaterales sobre servicios aéreos suscritos por los Estados Partes, acorde al principio de “cielos abiertos”, los cuales favorecerán la competencia, aumentarán la oferta de vuelos de carga y pasajeros, facilitarán la expansión y oportunidades de los servicios regionales, y promoverán el más alto grado de seguridad operativa, en beneficio de los ciudadanos y empresas del MERCOSUR.

INFRAESTRUCTURA FÍSICA

Se congratularon por los trabajos en el ámbito del Subgrupo de Trabajo N° 14 “Infraestructura Física” (SGT N° 14), tendientes a lograr mejorar y expandir los corredores regionales, promoviendo una mayor conectividad terrestre, aérea, fluvial, digital y energética. En este sentido, celebraron la realización del Seminario de Integración Física y Conectividad Digital que favoreció la discusión político-técnica y la coordinación de acciones con vistas a trabajar en un plan multimodal que incorpore los diversos proyectos nacionales que contribuyan a la integración regional y la promoción de inversiones privadas en el sector.

En ese contexto, celebraron, además, los avances hacia la construcción del Corredor Vial Bioceánico.

ASPECTOS INSTITUCIONALES Y SOCIALES

Tomaron nota del informe de la Presidencia del Parlamento MERCOSUR al Consejo del Mercado Común, en particular, del diálogo mantenido durante el semestre con los órganos auxiliares de la estructura institucional del MERCOSUR.

Tomaron nota del informe de la Presidencia del Tribunal Permanente de Revisión (TPR) al Consejo del Mercado Común.

Tomaron nota de los informes del Instituto Social del MERCOSUR (ISM) y del Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos (IPPDDHH) al Consejo del Mercado Común.

Tomaron nota de los intercambios y propuestas sobre el sistema de adopción de decisiones y respecto a la aplicación en los ordenamientos jurídicos nacionales de las normas MERCOSUR.

Tomaron nota de las propuestas para avanzar en una actualización financiera del MERCOSUR a través, entre otras, de la puesta en vigor del Presupuesto MERCOSUR y de la asignación más eficiente de los recursos disponibles en los órganos MERCOSUR con presupuesto propio.

Tomaron nota de la realización, el día 1 de julio, de manera virtual, de la Cumbre Social del MERCOSUR, que dio continuidad a la participación de organizaciones en los diálogos sobre el proceso de integración.

CENTRO DE ARBITRAJE Y MEDIACIÓN

Tomaron nota de la remisión a la Reunión de Ministros de Justicia del MERCOSUR (RMJ) de la propuesta oportunamente presentada por la República del Paraguay relativa a la creación de un Centro de Arbitraje y Mediación del MERCOSUR, con la finalidad de brindar apoyo logístico en la solución de controversias surgidas de contratos comerciales internacionales entre de personas físicas o jurídicas en el ámbito del derecho privado de los Estados Partes del MERCOSUR.

RELACIONAMIENTO EXTERNO

Compartieron su interés en transformar al MERCOSUR en una plataforma competitiva para su inserción internacional y en un instrumento eficiente para expandir el intercambio comercial con terceros países o grupos de países tanto de la región como del resto del mundo y generar corrientes comerciales más dinámicas.

AGENDA EXTERNA REGIONAL

Celebraron la conclusión de las negociaciones para la actualización del Régimen de Origen entre el MERCOSUR y Chile en el marco del Acuerdo de Complementación Económica N° 35, cuya implementación permitirá ampliar los beneficios para el sector industrial y promover inversiones, la facilitación de la operativa del comercio exterior, la simplificación de los procedimientos de control, y la aplicación de un tratamiento diferenciado entre Estados Partes.

Tomaron nota del interés de proseguir con la profundización de los acuerdos comerciales con Bolivia (ACE N° 36), Colombia (ACE N° 72), Ecuador (ACE N° 59) y Perú (ACE N° 58).

Reafirmaron la decisión de reanudar los contactos con la República de El Salvador, con la República Dominicana y Panamá con vistas a alcanzar sendos acuerdos comerciales con el MERCOSUR.

AGENDA EXTERNA EXTRARREGIONAL

Saludaron los avances registrados con miras a la pronta entrada en vigor del Acuerdo de Libre Comercio entre el MERCOSUR y Singapur, el cual constituye el primer acuerdo con un país del sudeste asiático que permitirá ampliar los flujos comerciales y mejorar las condiciones para la radicación de inversiones.

Reiteraron la importancia que le asignan a las negociaciones con la Unión Europea y reafirmaron su voluntad de concluir los asuntos pendientes, durante el segundo semestre de 2024, y alcanzar un acuerdo que sea balanceado y mutuamente beneficioso para las Partes.

Saludaron la adopción del Marco General y el inicio formal de las negociaciones con los Emiratos Árabes Unidos, cuya I Ronda tuvo lugar en la ciudad de Asunción, del 2 al 4 de julio de 2024. En este contexto, registraron el avance en las negociaciones para alcanzar el Acuerdo de Asociación Económica Integral (CEPA), el cual contribuirá a incrementar el comercio, las inversiones y la cooperación entre las partes.

Tomaron nota de la realización de la 11° Ronda de Negociaciones con la Asociación Europea de Libre Comercio (EFTA por sus siglas en inglés), que permitió retomar el diálogo y coincidieron en la necesidad de que ambas partes reafirmen su compromiso en concretar la firma de un acuerdo comercial equilibrado y mutuamente beneficioso.

Tomaron nota de la realización de la V Reunión del Diálogo para Fortalecer el Relacionamiento Económico entre MERCOSUR y Japón, que retomó las conversaciones entre ambas partes, con miras al lanzamiento de negociaciones de un acuerdo comercial.

INCORPORACIÓN DE BOLIVIA

Reiteraron que todo intento de afectar instituciones democráticas o afectar el orden constitucional en Bolivia debe ser condenado.

Debe apoyarse siempre el estado de derecho y apego a instituciones democráticas.

Tomaron nota, como hito histórico para el proceso de incorporación del Estado Plurinacional de Bolivia como Estado Parte del MERCOSUR, de la reciente aprobación de la Ley de Ratificación del Protocolo de Adhesión por la Asamblea Legislativa Plurinacional y la correspondiente promulgación de dicho instrumento por el Presidente Luis Arce Catacora.

Discurso do presidente Lula na 64ª Cúpula de chefes de Estado do Mercosul e de Estados Associados

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão plenária dos presidentes do Mercosul e Estados Associados, em Assunção, no Paraguai, em 8 de julho de 2024

Publicado em 08/07/2024, 12h19. Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-na-64a-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-de-estados-associados>

Quero agradecer de coração a calorosa acolhida dispensada à minha delegação e a mim pelo presidente Santiago Peña e sua equipe.

Retornar à cidade onde o MERCOSUL foi lançado sempre nos motiva a refletir sobre o estado da integração.

Há menos de quinze dias, um membro de nosso bloco sofreu uma tentativa de golpe.

A democracia prevaleceu graças à firmeza do governo boliviano, à mobilização do seu povo e ao rechaço da comunidade internacional.

O MERCOSUL permaneceu mais uma vez unido em defesa da plena vigência do estado de direito, consagrada no Protocolo de Ushuaia.

A reação unânime ao 26 de junho na Bolívia e ao 8 de janeiro no Brasil demonstram que não há atalhos à democracia em nossa região.

Mas é preciso permanecer vigilantes.

Falsos democratas tentam solapar as instituições e colocá-las a serviço de interesses reacionários.

Enquanto nossa região seguir entre as mais desiguais do mundo, a estabilidade política permanecerá ameaçada.

Democracia e desenvolvimento andam lado-a-lado.

Os bons economistas sabem que o livre-mercado não é uma panaceia para a humanidade.

Quem conhece a história da América Latina reconhece o valor do estado como planejador e indutor do desenvolvimento.

No mundo globalizado não faz sentido recorrer ao nacionalismo arcaico e isolacionista.

Tampouco há justificativa para resgatar as experiências ultraliberais que apenas agravaram as desigualdades em nossa região.

Esta é a décima nona Cúpula do MERCOSUL de que participo como chefe de Estado.

Nunca nos deparamos com tantos desafios, seja no âmbito regional, seja em nível global.

Nos últimos anos, permitimos que conflitos e disputas, muitas vezes alheios à região, se sobreponham à nossa vocação de paz e cooperação.

Voltamos a ser uma região balcanizada e dividida, mais voltada para fora do que para si própria.

Num contexto de acirramento da competição geoestratégica, a questão que se impõe é se nossos países querem se integrar ao mundo unidos ou separados.

Não vejo contradição entre participar da economia global e cooperar entre vizinhos.

Minha aposta no MERCOSUL como plataforma de inserção internacional e de desenvolvimento do Brasil permanece inabalável.

Nosso bloco é um projeto ambicioso e que gerou muitos frutos desde seu lançamento.

O comércio entre nós multiplicou-se dez vezes e hoje já é de 49 bilhões de dólares.

É preciso pensar grande, como nossos antecessores ousaram fazer nesta capital há 33 anos.

O MERCOSUL será o que quisermos que seja.

Não nos cabe apegar-nos a propostas simplistas que o debilitam institucionalmente

Nossos esforços de atualização devem apontar para outra direção.

Temos uma agenda inacabada, que envolve dois importantes setores de nossas economias excluídos do livre comércio.

Os avanços para a inclusão do setor automotivo ainda são insuficientes.

No setor açucareiro, que engloba o desenvolvimento dos biocombustíveis, não logramos sair das discussões teóricas.

Precisamos de uma integração regional profunda, baseada no trabalho qualificado e na produção de ciência, tecnologia e inovação para geração de emprego e renda.

A adesão plena da Bolívia tem enorme valor estratégico e faz do nosso bloco ator incontornável no contexto da transição energética.

Somos ricos em recursos minerais e possuímos abundantes fontes de energia limpa e barata.

Temos tudo para nos tornar um elo importante na cadeia de semicondutores, baterias e painéis solares.

Podemos formar uma aliança de produtores de minerais críticos para que os benefícios do processamento desses recursos fiquem em nossos países.

A governança regional de dados no MERCOSUL é vital para nossa soberania futura e para o desenvolvimento da Inteligência Artificial.

É preciso habilitar nossa região a desenvolver capacidade própria de coletar, processar e armazenar dados, insumo fundamental para avançar no desenvolvimento tecnológico e na digitalização da indústria regional.

Atualização do bloco também implica em uma ambiciosa agenda comercial externa.

Na presidência brasileira, assinamos o acordo de livre comércio com Singapura, o primeiro entre o nosso bloco e um país asiático.

Sob a liderança do presidente Santiago Peña, foi lançado processo de negociação com os Emirados Árabes Unidos.

Só não concluímos o Acordo com a União Europeia porque os europeus ainda não conseguiram resolver suas próprias contradições internas.

Nos orgulhamos de ser o primeiro país do bloco a ratificar o Acordo de Livre Comércio com a Palestina, mas não posso deixar de lamentar que isso ocorra no contexto em que o povo palestino sofre com as consequências de uma guerra totalmente irracional.

Espero que neste ano possamos aprofundar o diálogo sobre um acordo abrangente com a China.

Aprimorar o Sistema de Pagamentos em Moeda Local será importante tarefa da próxima presidência pro tempore.

Maior harmonização nos procedimentos adotados pelos nossos bancos centrais para esse tipo de operação reduzirá custos e beneficiará sobretudo pequenas e médias empresas do nosso continente.

O FOCEM permanece instrumento chave para a redução das nossas disparidades e assimetrias. Cabe aproveitá-lo em todo seu potencial.

O Brasil saldou, no ano passado, a totalidade de sua dívida com o Fundo, permitindo uma nova rodada de projetos.

Já selecionamos oito iniciativas no valor de 70 milhões de dólares, contemplando saneamento, desenvolvimento produtivo para geração de emprego e renda, mobilidade urbana e infraestrutura social para aldeias indígenas.

É isso que faz a diferença na vida das pessoas.

Um pseudo “aggiornamento” que afasta o MERCOSUL de suas bases sociais nos enfraquece.

Apagar a palavra gênero de documentos só agrava a violência cotidiana sofrida por mulheres e meninas.

Para superar flagelos como a fome, a pobreza e as desigualdades, é importante contar com um Instituto Social forte, com meios para estabelecer metas e ações concretas.

O Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos deve dispor dos recursos necessários para apoiar nossos países na complexa tarefa de garantir direitos e dignidade.

Fortalecer a relação com o PARLASUL também contribuirá tanto na internalização e implementação de normas do bloco, como na aproximação com diferentes segmentos sociais.

Não podemos vir a cada Cúpula de Chefes de Estado apenas para discursar. É preciso ouvir.

Por isso, o Brasil defende o fortalecimento da Cúpula Social, que é uma das principais plataformas de interação com representantes da sociedade civil.

Meus amigos, minhas amigas,

A crise climática nos aproxima muito rapidamente de um cenário catastrófico.

No último um ano e meio, vivemos secas históricas na Amazônia, nos Pampas e no Pantanal brasileiro e boliviano, que também padeceram com incêndios nos últimos dias.

Há poucas semanas, o Rio Grande do Sul sofreu enormes perdas humanas e materiais com inundações sem precedentes, que também impactaram o Uruguai.

Além de agradecer a solidariedade de todos os sócios do MERCOSUL que ofereceram prontamente os mais diversos tipos de ajuda humanitária, quero fazer um chamado por maior engajamento e ambição climática.

É muito oportuna a adesão do MERCOSUL, nesta Cúpula, ao Memorando de Entendimento sobre cooperação em gestão integral de risco de desastres.

Somos o continente com a maior floresta tropical e as maiores reservas de água doce do mundo.

Este ano, na COP-16, em Cáli, mostraremos também a magnitude da biodiversidade sul-americana.

No próximo, o Brasil sediará COP 30, em Belém.

Serão oportunidades para o MERCOSUL e a América do Sul apresentar uma visão coletiva sobre os desafios do desenvolvimento sustentável.

Temos a autoridade moral para nos fazer ouvir e a responsabilidade histórica de liderar pelo exemplo.

Já estamos na metade da presidência brasileira do G20.

A lamentável reversão dos avanços no combate à pobreza e à fome dos últimos anos é uma preocupação compartilhada.

Em duas semanas farei a apresentação da Aliança contra a Fome e a Pobreza no âmbito do Grupo, que será aberta em breve a todos os países.

Espero contar com o apoio de todos vocês como membros da Aliança.

Senhoras e senhores,

O MERCOSUL é resiliente e tem sobrevivido aos difíceis anos de desintegração.

Pensar igual nunca foi critério para engajamento construtivo nas tarefas do bloco.

A diversidade de opiniões, sem extremismos e intolerância, é bem-vinda porque fortalece nossas democracias e nos conduz a escolhas melhores.

O MERCOSUL é e seguirá sendo a grande aposta de inserção internacional e de desenvolvimento do Brasil.

Quero, por fim, parabenizar a presidência paraguaia pelo comando firme e pragmático dos trabalhos do MERCOSUL ao longo deste semestre e desejar ao meu colega Lacalle Pou sucesso na sua presidência a partir de agora.

O querido presidente Pepe Mujica costuma dizer que “é preciso construir vínculos em nossa região para que possamos, juntos, ser ouvidos em nível internacional. Os desafios que temos como humanidade requerem, mais do que nunca, esforços coletivos e propostas inovadoras”

Que suas palavras inspirem todos nós a olhar para o MERCOSUL como fonte de soluções para os nossos desafios e desenvolvimento.

Precisamos de um mundo de paz.

Essa é a razão do nosso engajamento em prol de uma solução para o conflito entre Rússia e Ucrânia que efetivamente envolva as duas partes.

O apoio do Brasil à África do Sul em sua ação na Corte Internacional de Justiça visa a por fim à matança indiscriminada de mulheres e crianças em Gaza.

Encerro com o registro da vitória das forças progressistas nas recentes eleições no Reino Unido e na França. Ambas são fundamentais para a defesa da democracia e da justiça social contra as ameaças do extremismo.

Muito obrigado.

Fim de deportação de imigrantes para Ruanda

End to deportation of immigrants to Rwanda

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *The African Union held a round table to support the implementation of the Urban Resilience Program, with representatives from development partners and diplomatic missions. The 1st African Union Pan-African Conference on Girls' and Women's Education took place under the theme "Prioritizing girls' and women's education: a strategy for inclusive access." African Union Commissioner Josefa Correia Sacko lamented that landlocked African countries face multiple and unique challenges in pursuing their sustainable development with the persistent impacts of conflicts, climate shocks and economic turmoil, which have exacerbated existing inequalities. CDC Africa launches initiatives in geographic information system-based mapping for laboratories in North African Member States. To reduce maternal deaths, CDC Africa has launched training programs for clinicians in the Member States. And in the field of public health informatics, it has also launched another program aimed at filling the huge gap that still exists in this field. At the 5th Forum on Local Government Co-operation, Chinese and African representatives called for greater co-operation between local governments. The new Labour prime minister will abandon the deportation of asylum seekers to Rwanda. There are growing fears of the risk of the disintegration of the ECOWAS bloc following the recent creation of a confederation by the military regimes of Niger, Mali and Burkina Faso. The 7th edition of the EurAfrican Forum 2024 was held in Portugal under the theme "Africa: The Next Chapter - Partnering for Growth".*

Keywords: *African Union. China. Portugal. Africa CDC. GAVI.*

Resumo. A União Africana realizou uma mesa redonda para apoiar a implementação do Programa de Resiliência Urbana, com representantes de parceiros de desenvolvimento e missões diplomáticas. A 1ª Conferência Pan-Africana da União Africana sobre a Educação das Raparigas e das Mulheres decorreu sob o tema "Dar prioridade à educação das raparigas e das mulheres: uma estratégia para o acesso inclusivo." A Comissária da União Africana, Josefa Correia Sacko, lamentou que os países africanos sem litoral enfrentam desafios múltiplos e únicos na prossecução do seu desenvolvimento sustentável com impactos persistentes dos conflitos, choques climáticos e turbulência económica, que agravaram as desigualdades existentes. O CDC África lança iniciativas em cartografia baseada em sistema de informação geográfica para laboratórios dos Estados-Membros do Norte de África. Para a redução de mortes maternas, o CDC África lançou programas de treinamento destinados aos clínicos dos Estados-Membros. E no domínio de informática de saúde pública, também lançou um outro programa destinado a preencher o enorme vazio que se verifica ainda nesse domínio. No 5º Fórum sobre Cooperação entre Governos Locais, representantes chineses e africanos conclamaram pela maior cooperação entre governos locais. O novo primeiro-ministro trabalhista vai abandonar a deportação de requerentes de asilo para o Ruanda. Teme-se cada vez mais o risco da desintegração do bloco a CEDEAO depois da recente criação de uma

confederação pelos regimes militares do Níger, Mali e Burkina Faso. A 7ª edição do *EurAfrican Forum 2024* realizou em Portugal, sob o tema “*Africa: The Next Chapter – Partnering for Growth*”.

Palavras-chave: União Africana. China. Portugal. CDC África. GAVI.

União Africana

Mesa redonda sobre resiliência urbana

"Há uma necessidade urgente de aumentar a colaboração, o investimento e a coordenação para fazer face ao número crescente de catástrofes nas cidades e zonas urbanas em África". Esta mensagem-chave surgiu de uma [mesa redonda](#) de parceria e mobilização de recursos realizada na sede da União Africana em Adis Abeba para apoiar a implementação do Programa de Resiliência Urbana de África (AURP, *Africa Urban Resilience Programme*). O evento contou com a participação de 31 representantes de parceiros de desenvolvimento e missões diplomáticas.

Georges Mba Asseko, Chefe da Divisão de Economia Azul da Comissão da União Africana, observou: "São urgentemente necessárias medidas de reforço da resiliência para promover um desenvolvimento informado sobre os riscos em África. Entre janeiro de 2000 e dezembro de 2015, 46% de todas as catástrofes que exigiram assistência humanitária - 119 de 257 eventos - ocorreram em áreas urbanas, demonstrando um peso urbano significativo nas perdas e no número de pessoas afetadas por catástrofes".

Joachim Beijmo, Chefe da Cooperação para o Desenvolvimento Regional da Embaixada da Suécia, afirmou: "O AURP e a sua via de implementação da parceria Aqinile (com o PNUD e a UN-Habitat) cimentam a esperança e a resiliência rumo a um futuro urbano sustentável. Neste processo também aprecio o empenho de outros parceiros de desenvolvimento, como a Alemanha."

Michael Münch, Conselheiro para a Cooperação para o Desenvolvimento da Embaixada da Alemanha, sublinhou que "a forma como planejamos e construímos hoje as infraestruturas urbanas irá moldar as cidades nos próximos anos". Expressou o compromisso da Alemanha em apoiar a implementação do Programa através da [Iniciativa de Resiliência em África](#), liderada pela GIZ, e reiterou a necessidade de uma maior colaboração e coordenação.

O Coordenador Regional para África, Redução do Risco de Desastres e Recuperação no Centro de Resiliência do PNUD para África, Gatkuoth Kai, reconheceu o apoio constante do governo da Suécia para o desenvolvimento do AURP através do [Projeto de Resiliência do Sahel](#). Em seguida, o PNUD e a UN-Habitat apresentaram conjuntamente uma panorâmica da parceria Aqinile, sublinhando ainda mais a importância fundamental do desenvolvimento informado sobre os riscos e a necessidade de impulsionar os investimentos em infraestrutura resilientes, e destacaram a forma como "a resiliência urbana proporciona grandes oportunidades para parcerias".

Oumar Sylla, Diretor do Gabinete Regional para África do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), salientou: "Podemos antecipar a forma como as cidades podem reduzir a sua pegada de carbono, explorar a oportunidade de desenvolvimento económico e circularidade, alavancar o investimento, alavancar a transformação digital e promover a coordenação para um sistema urbano resiliente através da Parceria Aqinile."

A Agência de Cooperação Alemã ([GIZ](#)) apresentou a Iniciativa Resiliência África (RIA) e as suas componentes, incluindo o desenvolvimento de plataformas de aprendizagem e intercâmbio, o desenvolvimento de orientações inclusivas e sensíveis ao género para o desenvolvimento urbano informado sobre os riscos e intervenções práticas sobre a adaptação às mudanças climáticas e a melhoria da gestão do risco de catástrofes urbanas, em especial nos aglomerados informais.

As partes interessadas receberam calorosamente as apresentações e seguiram com deliberações e apoio esmagador para a agenda da União Africana sobre a resiliência urbana. O Embaixador da Índia na Etiópia e na União Africana, Anil Kumar Rai, afirmou que a Índia tem muitas lições para partilhar com a África sobre o desenvolvimento resiliente e a redução do risco de desastres e convidou as partes interessadas para a próxima Cúpula Índia-África. Os representantes de várias missões diplomáticas com sede em Adis Abeba que participaram no evento representavam a Espanha, a Alemanha, a Suécia, o Japão, a Suíça, a Dinamarca, a Índia, o Reino Unido, a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Europeu de Investimento, o PNUD, o UN-HABITAT e a GIZ.

1ª Conferência Pan-Africana sobre educação de meninas e mulheres

A 1ª Conferência Pan-Africana da União Africana sobre a Educação das Raparigas e das Mulheres ([AU/PANCOGED1](#)) foi oficialmente aberta. A cerimónia de abertura teve lugar nas instalações da Comissão da União Africana (CUA) no dia 2 de julho de 2024. O evento decorreu sob o tema "Dar prioridade à educação das raparigas e das mulheres: uma estratégia para aumentar o acesso à aprendizagem inclusiva, ao longo da vida, de qualidade e relevante em África." e decorrerá até 5 de julho. Na abertura da cerimónia, a Vice-Presidente da CUA, Monique Nsanzabaganwa, salientou o empenho da União Africana (UA) em promover e capacitar as raparigas através de uma educação de qualidade.

"A CUA está fortemente empenhada em defender a implementação, pelos seus Estados-Membros, da Agenda 2063, da [Estratégia Continental de Educação para África](#) (CESA, Continental Education Strategy for Africa) 16-25, do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África ([Protocolo de Maputo](#)), dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 5 e de outras políticas relacionadas com a promoção da educação das raparigas e das mulheres no continente.

Moderada pelo Comissário do ESTI (*Education, Science, Technology and Innovation*), o Prof. Mohammed Belhocine, a cerimónia deu o mote para as deliberações de quatro dias sobre a educação das raparigas e das mulheres em África.

Com a presença de cerca de 500 participantes presenciais e cerca de 300 participantes online, a AU/PANCOGED1 (*The 1st African Union Pan African Conference on Girls and Women's Education*) é organizada no âmbito das atividades do Ano da Educação da União Africana.

O Ministro de Estado da Educação da República Centro-Africana e Presidente do Comité Diretor da Educação, Ciência e Tecnologia, Aurelien-Simplice Kongbelet-Zingas, fez questão de expressar as suas expectativas em relação à conferência. "Estou convencido de que os debates e as reflexões que iremos realizar nos próximos dias nos permitirão compreender melhor os desafios complexos que dificultam a educação das raparigas e das mulheres e desenvolver estratégias eficazes para os ultrapassar."

Durante o seu discurso de abertura, o Embaixador da Noruega junto da UA, Stian Christensen, afirmou que

"o tema desta conferência é altamente relevante a este respeito. A educação das raparigas é importante em todas as áreas e a todos os níveis. Trata-se de capacitar as raparigas e as mulheres para serem membros de pleno direito da sociedade, para desbloquear o enorme potencial de África para o desenvolvimento económico e a melhoria de vida dos seus cidadãos."

Representando a defesa da educação das raparigas e das mulheres a nível mundial, a Diretora da Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas (UNGEI, *UN Girls' Education Initiative*), Antara Ganguli, salientou um dos desafios mais resistentes à educação das raparigas, as normas sociais e as crenças, "[...] as crenças subjacentes das pessoas sobre o papel das raparigas e das mulheres na sociedade não mudaram, o que dificultou o apoio genuíno às realizações educativas das raparigas".

O encontro é organizado pelo Departamento de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação da CUA, (ESTI, em inglês) através do seu gabinete técnico e especializado, o Centro Internacional da União Africana para a Educação das Raparigas e das Mulheres em África ([AU/CIEFFA](#), *African Union International Center for Girls and Women's Education in Africa*), dirigido por Simone Yankey. O evento, que é o primeiro do género, realiza-se em colaboração com as agências das Nações Unidas, os órgãos e departamentos da UA, os parceiros de desenvolvimento, as organizações que promovem a educação das raparigas e das mulheres e os jovens defensores da educação das raparigas. Espera-se que as várias partes interessadas intervenham e tragam a sua experiência ao longo da Conferência.

Após a cerimónia de abertura, os debates ao longo dos quatro dias abordaram questões de atualidade relacionadas com políticas e planeamento sensíveis ao género, financiamento da educação, combate à violência baseada no género (VBG) e práticas socioculturais prejudiciais para facilitar o acesso e a inclusão da educação das raparigas, e envolvimento dos jovens na educação das raparigas e das mulheres.

Objetivos gerais da conferência:

- ❖ Popularizar e divulgar amplamente a campanha continental #AfricaEducatesHer;
- ❖ Avaliar e cristalizar a situação da educação de raparigas e mulheres;
- ❖ Explorar oportunidades de financiamento sustentável para a educação de raparigas e mulheres;
- ❖ Identificar desafios, recomendações e soluções-chave para o avanço da educação e desenvolvimento de competências das raparigas e mulheres;
- ❖ Fortalecer as redes e parcerias das partes interessadas que trabalham nas intersecções da igualdade de género e da educação;
- ❖ Defender a adoção de *frameworks*, recomendações e políticas, em particular os formulados pela Cúpula de Chefes de Estado e de Governo a UA, através do 8º Diálogo de Alto Nível da CIEFFA sobre a igualdade de género.

Recorde-se, o Centro Internacional para a Educação das Raparigas e das Mulheres em África (AU/CIEFFA) é uma instituição especializada da União Africana desde 2004, que se ocupa da educação das mulheres e das raparigas na sequência da Decisão Assembly/AU/DEC.44 (III). A UA/CIEFFA é uma instituição especializada da União Africana sob a alçada do Departamento de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ESTI). O Centro tem por objetivo promover a educação das raparigas e das

mulheres com vista à sua plena participação na erradicação da pobreza e na edificação de um mundo pacífico para um desenvolvimento humano sustentável.

Desafios de desenvolvimento sustentável dos países africanos sem litoral

A Comissária da União Africana, Josefa Correia Sacko, [afirmou em Nova Iorque](#), que os países africanos sem litoral enfrentam desafios múltiplos e únicos na prossecução do seu desenvolvimento sustentável. O facto resulta dos impactos persistentes dos conflitos, choques climáticos e turbulência económica, que agravaram as desigualdades existentes, acrescentou a diplomata.

Josefa Sacko, que falava num painel de análise temática do desempenho dos países africanos menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento sem litoral, em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), disse que a atual situação geopolítica e macroeconómica mundial resultou num fraco progresso económico.

“Isto exacerbou os desafios estruturais dos países africanos menos desenvolvidos sem litoral, colocando-os fora do caminho para cumprir o [Programa de Ação de Viena para os Países Menos Desenvolvidos](#)”, acrescentou.

A diplomata assegurou que este importante pacto internacional de Viena de desenvolvimento, acordado em 2014 para promover o desenvolvimento dos países em desenvolvimento sem litoral durante uma década, que termina em 2024, visa a erradicação da pobreza, em prol da paz, justiça e instituições sólidas.

Disse que para os países em desenvolvimento em geral, o relatório sobre os ODS de 2024 revela que os progressos foram interrompidos e invertidos em várias frentes, agravaram o poder de compra e o acesso aos alimentos, com um impacto negativo na segurança alimentar e nos resultados nutricionais, apesar dos compromissos reafirmados.

Na sua opinião, para alcançar os ODS, são necessários esforços significativos para mitigar os impactos das mudanças climáticas, dos conflitos e da crise económica. Defendeu ações concretas para acelerar os progressos no sentido da Agenda 2030, tendo em conta as múltiplas crises enfrentadas pela maioria destes em África que teve um desempenho fraco nas seis áreas-chave delineadas no [Programa de Ação de Doha](#).

De sublinhar, o Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos abrange a década de 2022-2031, foi adoptado em 2022 e centra-se em ajudar estes a assegurar uma recuperação sustentada e inclusiva e uma maior resiliência à pandemia da Covid-19.

“Temos todos de trabalhar em conjunto para ajudar estes países africanos a cumprir o Programa de Ação de Doha. É por isso, fundamental um novo programa para os países menos desenvolvidos, que deve tirar partido das lições aprendidas do passado e potenciar as sinergias com este programa a fim de aumentar a sua eficácia”, destacou a Comissária da União Africana.

No seu entender, as parcerias e a colaboração podem acelerar a implementação da Agenda 2030, e ajudar a alcançar resultados animadores, tendo em atenção que os países em desenvolvimento enfrentam um défice de investimento anual de 4 bilhões de dólares para alcançar os ODS.

Fez saber que no contexto de declínio da cooperação internacional e de aumento das tensões geopolíticas, são necessárias parcerias globais reforçadas para colmatar as crescentes lacunas de financiamento, reforçar a recuperação pós-pandemia e promover o desenvolvimento sustentável, em especial nos países menos desenvolvidos e noutros vulneráveis.

“Na cúpula dos ODS, em setembro de 2023, os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a fazer avançar a proposta de estímulo dos ODS do Secretário-Geral da ONU de desbloquear anualmente 500 bilhões de dólares em financiamento e investimento adicionais, e devem ser urgentemente implementadas medidas para concretizar este objetivo”, defendeu Josefa Sacko.

Trinta e três dos 45 Países Menos Desenvolvidos e 16 dos 32 países em desenvolvimento sem litoral situam-se em África. Desde 1971, apenas 3 países africanos abandonaram este estatuto, designadamente, Cabo Verde, Botswana e Guiné Equatorial, e nenhum país em desenvolvimento sem litoral em África passou do estatuto de país menos desenvolvido na última década.

CDC África - cartografia para a saúde pública

A Tunísia manifestou interesse em implementar a [cartografia baseada em Sistema de Informação Geográfica](#) (SIG) para as funções laboratoriais entre os países do Norte de África. Esta iniciativa tem como objetivo criar representações visuais pormenorizadas das capacidades e competências laboratoriais em todo o país.

A candidatura surgiu durante a primeira reunião do CDC África sobre o SIG para a saúde pública com sete países do Norte de África, incluindo a Argélia, a Tunísia, o Saarauí, a Líbia, Marrocos e a Mauritânia, realizada de 26 a 28 de junho.

"A capacitação centrou-se no conhecimento do mapeamento SIG no Norte de África, nas experiências com a sua implementação e no nível de avanço de várias iniciativas SIG na região", disse o Dr. Aytenew Ashenafi Eshete, Gestor do Programa, Redes e Sistemas Laboratoriais do CDC África.

O mapeamento geoespacial das funções e capacidades dos laboratórios provou ser uma ferramenta eficaz para identificar deficiências críticas, planejar melhorias, otimizar redes de laboratórios e estabelecer sistemas robustos de encaminhamento de amostras. Esta iniciativa tem como objetivo avaliar as capacidades laboratoriais em toda a África, utilizando o mapeamento GIS para abordar as falhas existentes. O projeto *LabMap* alinha-se com a prioridade estratégica do CDC África de aumentar a resiliência e a capacidade de resposta das redes de laboratórios às ameaças à saúde. Apoia igualmente a Estratégia Regional da OMS AFRO para a Segurança Sanitária e as Emergências, que dá ênfase ao planeamento baseado em provas para intervenções de fortalecimento das capacidades no sistema de saúde.

Em colaboração com a ASLM (*African Society for Laboratory Medicine*), o CDC África fez um levantamento das capacidades laboratoriais existentes em 18 Estados-Membros. No entanto, o Norte de África não participou em nenhum programa de mapeamento GIS. "Pretendíamos obter a sua adesão ao programa de mapeamento GIS para reforçar a rede de laboratórios em África", afirmou o Dr. Aytenew.

"Em termos gerais, a cartografia SIG para a capacidade laboratorial pode melhorar significativamente a gestão, análise e visualização dos recursos e capacidades laboratoriais", acrescentou. "Pode ser utilizado eficazmente para a recolha e integração de dados, mapeamento e visualização de

capacidades, análise de cobertura e apoio à decisão, incluindo a melhoria da atribuição de recursos, a melhoria da resposta a surtos e o aumento da acessibilidade."

A capacitação revelou que o Norte de África dispõe de um bom conhecimento de cartografia SIG e infraestruturas adequadas para lidar com tarefas afins, incluindo recursos humanos e capacidade de análise de dados.

"A maioria dos dados disponíveis no Norte de África não está incluída na cartografia SIG, o que significa que o sistema de informação geográfica não possui os dados espaciais e de atributos necessários para uma análise e visualização eficazes. Isto pode resultar numa análise incompleta, numa afetação ineficiente de recursos e num apoio limitado à decisão", explicou o Dr. Aytenew.

A utilização do SIG para a capacidade laboratorial centra-se principalmente na melhoria da gestão, análise e visualização dos recursos laboratoriais para melhorar os resultados de saúde pública. O SIG desempenha um papel crucial na atribuição e otimização de recursos, preparação e resposta a emergências, vigilância da saúde pública, visualização de dados e apoio à decisão.

"Utilizamos a informação para estabelecer a otimização da rede de diagnósticos", afirma o Dr. Aytenew. "Para além do levantamento das capacidades laboratoriais num país ou região específicos, outra aplicação valiosa envolve a compilação e comparação de informações laboratoriais entre diferentes países. Esta abordagem pode fornecer informações sobre as capacidades de saúde globais, as disparidades e as áreas de colaboração." Após a formação, o plano é começar a implementar a ferramenta de mapeamento GIS num país. "A Tunísia mostrou-se disposta a abraçar a cartografia SIG e vamos avançar enquanto primeiro país", afirmou o Dr. Aytenew.

CDC África – Treinamento para redução da mortalidade materna

Dez clínicos de 10 Estados-Membros da União Africana receberam treinamento para instruir outros especialistas na redução da mortalidade materna. Este [curso de cinco](#) dias de Cuidados Obstétricos e Neonatais de Emergência (EmONC, *Emergency Obstetric and Newborn Care*), organizado pelo CDC África, teve lugar em Nairobi, no Quênia, de 2 a 8 de junho, no seguimento de um curso inicial realizado em dezembro passado.

Entre os dez formandos encontravam-se sete gestores de saúde reprodutiva e materna dos Ministérios nacionais da Saúde dos respectivos países. Estes participantes foram selecionados a partir do curso do ano passado e foram acompanhados por funcionários técnicos, administrativos e de comunicação do CDC África.

"A Gestão Abrangente dos Cuidados Obstétricos e Neonatais de Emergência é uma estratégia amplamente documentada que tem contribuído significativamente para a redução da mortalidade materna e neonatal. Equipar os médicos com estas competências irá reduzir significativamente a mortalidade materna e neonatal em África", afirmou o Dr. Abdulaziz Mohammed, responsável do CDC África em Adis Abeba.

O Dr. Mohammed enfatizou que a adoção desta abordagem para a formação EmONC capacita os Estados-Membros de forma sustentável para reduzir a mortalidade materna e neonatal. Citou o inquérito online sobre as prioridades da Saúde Reprodutiva do CDC de África, que destacou a necessidade de reforçar as capacidades dos médicos em EmONC como uma prioridade decisiva.

A formação de reforço de capacidades incluiu uma combinação de palestras, práticas, atividades de grupo e debates interessantes. As áreas abrangidas foram extensas, incluindo a gestão e facilitação de discussões de grupo, interpretação de partogramas, competências de ensino, realização de Avaliações Clínicas Estruturadas Objetivas (OSCE, *Objective Structured Clinical Evaluations*), técnicas de parto vaginal assistido, documentação e auditoria da prática, reanimação de adultos e recém-nascidos, competências cirúrgicas e gestão de cenários de hemorragia pós-cesariana.

O treinamento baseou-se no Relatório do Plano de Ação 2023 da OMS para Acabar com a Mortalidade Materna Evitável/Todos os Recém-Nascidos, abordando a deficiência de competências na prestação de cuidados intraparto e pós-parto de qualidade para reduzir a mortalidade em todo o continente. Coordenada por três obstetras da Universidade de Nairobi, liderados pelo Professor Charles Ameh, o treinamento também envolveu os Centros de Coordenação Regional (CCR) do CDC África para facilitar a formação em diferentes regiões e países.

"Para coordenar a formação regional liderada pelos RCC, foi essencial que os pontos focais de saúde reprodutiva compreendessem os aspectos logísticos e administrativos da organização dessa formação", afirmou o Dr. Mohammed. "Este envolvimento também os ajudou a compreender os procedimentos e competências necessários, preparando-os para liderar a formação a nível regional e nacional para a sustentabilidade."

Os participantes debateram os elementos essenciais necessários para implementar a formação de formadores em cada CCR, incluindo a sensibilização, a aquisição de equipamento de formação e o aumento do número de formadores nos Estados-Membros. Concordaram com a necessidade de um lançamento nacional da formação, seguido de monitorização e avaliação.

O próximo passo é a disseminação da formação pelas cinco regiões do CCR e, eventualmente, por cada um dos Estados-Membros da União Africana para garantir a sua sustentabilidade. "A formação inicial dirigiu-se a 25 Estados-Membros da União Africana com as taxas de mortalidade materna mais elevadas. Seguiu-se a formação de dez clínicos identificados na formação inicial pelo CDC África e pelas faculdades", afirmou o Dr. Mohammed.

Estes clínicos formados constituirão uma equipa continental de formadores e conduzirão a formação regional, reduzindo a necessidade de contratar consultores externos e equipamento de formação.

O Dr. Ebba Secka, consultor técnico sénior do CDC África, irá aperfeiçoar os planos para difundir a formação EmONC nos países da região. O treinamento visa melhorar os futuros seminários de formação, com todos os materiais traduzidos para as línguas oficiais do CDC africano e uma revisão e acompanhamento contínuos para garantir uma massa crítica de formadores nacionais. O CDC África é chamado a apoiar os países com os piores indicadores de saúde materna e a reforçar a formação em EmONC baseada em provas nas instituições de formação de profissionais de saúde para garantir a sua sustentabilidade. Em consonância com a Nova Ordem de Saúde Pública de África, o CDC África criou uma unidade de Saúde Reprodutiva no âmbito da Divisão de Controlo e Prevenção de Doenças para apoiar e acelerar a implementação do Plano de Ação de Maputo (MPoA) 2016-2030. Esta unidade faz parte da estratégia global quinquenal do CDC África (2022-2026) e centra-se na aceleração da redução da mortalidade materna, abordando as principais componentes identificadas pelos Estados-Membros como estando atrasadas.

CDC África - novo currículo de informática

Uma [bolsa de estudo sobre informática de saúde pública](#) (PHI, *Public Health Informatics*) do CDC África, com a duração de dois anos, deverá ter início este ano, à medida que o financiamento for disponibilizado. A bolsa é uma das vertentes de AES (*Africa Epidemic Services*), um programa de prestígio da força de trabalho concebido para apoiar os Estados-Membros.

O projeto final do currículo da bolsa foi aprovado durante uma oficina realizada em junho, em Adis Abeba, na sede do CDC África. A oficina contou com a participação de mais de 45 pessoas, incluindo representantes dos Estados-Membros, do Grupo Técnico Consultivo e de parceiros como a HELINA (*Health Informatics in Africa*), US-CDC, USAID, GIZ e representantes da academia.

"Existe um enorme vazio na formação em informática", afirmou o Dr. Bonheur Dounebaine, técnico superior para a força de trabalho no CDC África. "Este é o primeiro programa continental que procura resolver esse problema", acrescentou.

O Africa Epidemic Services é um projeto emblemático no âmbito da estratégia de transformação digital do CDC África e aborda os objetivos programáticos definidos no Quadro de Desenvolvimento da Força de Trabalho 2020-2025.

O AES-PHI visa dotar os profissionais de competências informáticas em matéria de saúde pública para a era digital, permitindo-lhes desenvolver, gerir e liderar organizações de saúde com conhecimentos informáticos e melhorar os resultados de saúde da população em África.

O modelo de formação AES-PHI adotado pelo CDC África foi concebido como um programa de bolsas aplicadas de dois anos, com 80% de formação prática e 20% de formação pedagógica. Esta formação será ministrada através de sessões presenciais e virtuais, com intervalos de aprendizagem prática em locais de acolhimento selecionados, que incluem os Ministérios da Saúde e os Institutos Nacionais de Saúde Pública.

Os locais de acolhimento para a formação no terreno do primeiro grupo incluem os Institutos Nacionais de Saúde Pública de Marrocos, da Zâmbia e da República Democrática do Congo, bem como os Ministérios da Saúde do Quênia e do Senegal.

O Dr. Bonheur Dounebaine referiu que serão selecionados 15 bolsistas africanos para o primeiro grupo, na sequência de um convite do CDC África.

No final desta formação aplicada, espera-se que os bolsistas desenvolvam uma compreensão abrangente da informática no domínio da saúde pública, incluindo competências e conhecimentos essenciais em matéria de gestão de dados, sistemas de informação e tecnologias digitais. Estarão também aptos a apoiar o desenvolvimento de orientações estratégicas para a informática no domínio da saúde pública nas organizações e a garantir que as intervenções no domínio da informática no domínio da saúde pública respeitam as leis, regras, regulamentos e políticas pertinentes. Muitos parceiros, incluindo o CDC dos EUA, *Resolve to Save Lives*, GIZ, HELINA e a Universidade de Washington/PATH, apoiaram a fase inicial do programa AES-PHI. Graças a estes investimentos iniciais, a equipa de apoio desenvolveu um esquema curricular abrangente.

África - China e a cooperação entre governos locais

Representantes chineses e africanos enfatizaram a necessidade de aumentar a cooperação entre os governos locais no [5º Fórum sobre Cooperação entre Governos Locais China-África](#), realizado em Guangzhou, no sul da China, no dia de julho.

Cerca de 350 delegados participaram do evento, incluindo líderes políticos, funcionários e responsáveis de organizações da China e da África. Os participantes concordaram em aumentar a cooperação entre os governos locais para compartilhar experiências de governança, respostas conjuntas a assuntos e benefícios mútuos.

Christian Ntsay, primeiro-ministro de Madagáscar, manifestou no fórum que o fortalecimento da cooperação entre os governos locais é essencial para o desenvolvimento sustentável. Esse fórum oferece uma oportunidade para os países africanos explorarem oportunidades de desenvolvimento através de fortalecimento da colaboração e da amizade entre os povos chinês e africano, acrescentou.

Durante o fórum, Ntsay testemunhou a assinatura de uma carta de intenção para fortalecer os intercâmbios e a cooperação amigáveis entre a cidade de Foshan, em Guangdong, e a cidade de Sambava, em Madagáscar.

Dados divulgados pela Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros indicaram que 28 províncias, regiões e cidades da China estabeleceram 166 relações de cidades geminadas com contrapartes em 35 países africanos. Entre elas, Guangzhou estabeleceu relações de gemação da cidade e do porto com 10 cidades e 5 portos africanos, respectivamente.

Zhao Baogang, vice-prefeito da cidade de Weihai, Província de Shandong, no leste da China, indicou que nos primeiros cinco meses deste ano, as importações e exportações de Weihai para a África aumentaram 73,2%. A cidade estabeleceu empresas em 22 países africanos, abrangendo áreas como agricultura, energia e saúde.

E este ano, a Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros e o governo provincial de Guangdong organizaram conjuntamente o Fórum sobre Cooperação entre Governos Locais China-África, que foi inaugurado em 2012.

A China está disposta a oferecer novas oportunidades para a África no que diz respeito ao seu desenvolvimento e gostaria dar as mãos para [promover a modernização](#), disse o vice-primeiro-ministro chinês, Liu Guozhong. Liu, também membro do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, fez estas observações ao discursar na cerimônia de abertura deste 5º Fórum. Afirmou que a China e a África trabalharam em conjunto para aprofundar e consolidar as relações e que os dois lados entraram em um novo estágio de construção conjunta de uma comunidade China-África de alto nível com um futuro compartilhado na nova era. Observando que o mundo atual está entrelaçado e caótico, com mudanças nunca vistas em um século se acelerando, Liu disse que a China e a África precisam fortalecer a solidariedade e a cooperação mais do que nunca e que os governos locais da China e da África devem se tratar como iguais para obter benefícios mútuos e resultados vantajosos para todos e expandir as dimensões de abertura e cooperação. Enfatizando a inovação, ele pediu que os dois lados acelerem a transformação ecológica, ao mesmo tempo em que defendem a inclusão e o aprendizado mútuo para impulsionar os intercâmbios entre as pessoas.

A China está pronta para promover o alinhamento entre a construção conjunta de alta qualidade do Cinturão e Rota, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Civilização Global, a Agenda 2063 da União Africana e as estratégias de desenvolvimento dos países africanos, acrescentou Liu.

Memorando de Entendimento União Africana – Fórum Regional das Universidades

Um [Memorando de Entendimento](#) entre a Comissão da União Africana (CUA) e o Fórum Regional das Universidades para o Reforço das Capacidades na Agricultura foi rubricado no dia 8 de julho, em Adis Abeba, Etiópia, para apoiar a implementação do programa integrado para o desenvolvimento da agricultura em África.

Segundo uma nota de imprensa da União Africana, esta parceria visa enriquecer o processo consultivo em curso destinado a desenvolver a próxima agenda agrícola de 10 anos para o continente. “ Por isso, encaremos esta ocasião como uma celebração do compromisso duradouro da parceria entre as nossas instituições, através da renovação do memorando, para apoiar a implementação do programa integrado para o desenvolvimento da agricultura em África ”, frisou a Comissária da União Africana para Agricultura, Josefa Sacko, quando assinava o documento.

A diplomata angolana reiterou que o momento é oportuno para se tirar lições do processo de implementação da Declaração de Malabo de 2014 sobre o crescimento agrícola acelerado, a transformação para propriedade partilhada e melhoria dos meios de subsistência para o desenvolvimento da Declaração de Kampala de 2025. Assegurou estarem alinhados plenamente com os planos de ação conjunta para a operacionalização dos respectivos memorandos, a fim de promover a coerência, a complementaridade e a cooperação de uma forma orientada para a ação e de resultados. Ela ressaltou Josefa Sacko que nunca é demais realçar a importância da união de sinergias e as ações multissetoriais.

Deste modo, mostrou-se confiante quanto ao compromisso renovado para impulsionar a ação coletiva, os esforços coordenados, bem como a colaboração reforçada para se alcançar e concretizar os objetivos comuns e as aspirações partilhadas da Agenda 2063.

Na ocasião foi assinado um outro memorando com o Fórum Africano de Serviços de Aconselhamento Agrícola, que vai promover serviços de extensão e aconselhamento agrícola, de modo a contribuir de forma eficaz e eficiente para a produtividade sustentada, rentabilidade e crescimento inclusivo da agricultura para a segurança alimentar, nutricional e de rendimento. O documento visa também a criação de emprego e de riqueza em África.

De assinalar que os memorandos de entendimento foram rubricados pela Comissária da UA, Josefa Correia Sacko, o Secretário Executivo do Fórum Regional das Universidades para o Reforço das Capacidades na Agricultura, Patrick Okori, e pelo Secretário Executivo do Fórum Africano de Serviços de Aconselhamento Agrícola (AFAAS), Nahdy Silim Mohammed.

Fim de deportação de imigrantes para Ruanda

O novo primeiro-ministro trabalhista, Keir Starmer, disse que vai abandonar a controversa política conservadora de [deportação de requerentes de asilo para o Ruanda](#), considerando que a medida nunca teve resultados, apesar do dinheiro investido.

"O projeto do Ruanda estava morto e enterrado antes de começar", disse o novo primeiro-ministro em conferência de imprensa, após a primeira reunião do seu Governo, acrescentando: "Nunca funcionou como um fator de dissuasão. Quase o contrário".

A medida foi um dos primeiros atos de Starmer no cargo, embora fosse amplamente esperada. Durante a campanha eleitoral, o líder trabalhista tinha dito que iria abandonar o plano que custou centenas de milhões de dólares, mas que nunca chegou a ser implementado. Starmer fez o anúncio depois de realizar a sua primeira reunião do gabinete no número 10 de Downing Street, na sequência da vitória clara do Partido Trabalhista, que derrubou 14 anos de Governo conservador.

O plano para o Ruanda foi uma das medidas do ex-primeiro-ministro conservador Rishi Sunak para tentar impedir que os imigrantes tentassem entrar no Reino Unido através do Canal da Mancha. Contudo, o plano foi confrontado com questões de direitos humanos e nunca conseguiu deportar uma única pessoa, apesar de terem sido desembolsadas centenas de milhões de libras num pacto com a nação da África Oriental.

No entanto, o cancelamento da política de deportação para o Ruanda já mereceu críticas de Suella Braverman, uma conservadora da linha dura do partido e possível candidata a substituir Rishi Sunak como líder do partido. "Anos de trabalho árduo, atos do Parlamento, milhões de libras gastas num esquema que, se tivesse sido implementado corretamente, teria funcionado", disse Suella, continuando: "Há grandes problemas no horizonte que, receio, serão causados por Keir Starmer".

Sobre a primeira reunião do seu Governo, depois de ter sido investido no cargo pelo Rei Carlos III, Starmer admitiu ter "muito trabalho pela frente". Entre uma série de problemas que enfrentam, estão a dinamização de uma economia lenta, a correção de um sistema de saúde falido e o restabelecimento da confiança no Governo.

Por seu lado, o [governo do Ruanda](#) afirma estar ciente da intenção do Reino Unido de travar o seu plano de deportar requerentes de asilo para o país da África Oriental.

Num comunicado divulgado, o gabinete do porta-voz do governo ruandês disse que o acordo foi iniciado pelo Reino Unido "para resolver a crise de imigração irregular que afeta aquele país europeu, um problema que diz respeito ao Reino Unido, não ao Ruanda".

É a primeira vez que as autoridades ruandesas comentam oficialmente os planos do novo governo trabalhista britânico para cancelar o programa, que tem sido criticado por defensores dos direitos humanos e outros como cruel e desumano. Não está claro se as autoridades ruandesas estão a responder às notícias da imprensa ou se foram oficialmente informadas dos planos para rescindir o acordo.

Recorde-se, o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, disse na sua primeira conferência de imprensa que o plano de deportação do Ruanda estava "morto e enterrado antes mesmo de começar". Starmer denunciou o plano como um "truque", embora não esteja claro o que exatamente ele fará de diferente, já que um número recorde de pessoas desembarcou nos primeiros seis meses do ano. E o plano de deportação do Ruanda foi apresentado como uma solução que impediria os migrantes de arriscarem as suas vidas numa viagem que poderia terminar com a sua deportação para a África Oriental.

Até agora, custou ao governo britânico centenas de milhões de dólares sem sair do papel. A declaração do Ruanda termina informando que o governo “respeitou plenamente a sua parte do acordo, inclusive no que diz respeito à parte financeira”.

Mas já veio o porta-voz do governo ruandês, Alain Mukuralinda, [negar a devolução a Londres do dinheiro recebido](#) pelo polémico acordo que contempla a deportação de migrantes irregulares. Alain Mukuralinda confirmou o não reembolso do dinheiro caso o acordo seja cancelado e afirmou que as autoridades do seu país cumpriram a sua parte. O governo de Londres teria dado ao Ruanda pelo menos 240 milhões de libras como parte do acordo, que foi contestado por vários países africanos e sectores sociais, que o descreveram como “cruel e desumano”.

Risco da desintegração da CEDEAO

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) advertiu que a região corre o [risco de “desintegração”](#), depois da criação de uma confederação pelos regimes militares do Níger, Mali e Burkina Faso.

Para além das numerosas ameaças à paz e à segurança e dos desafios da pobreza, “a nossa região enfrenta também o risco de desintegração”, afirmou o presidente da Comissão da CEDEAO, Omar Aliou Touray, alertando os três países que saíram do bloco regional para o risco de “isolamento diplomático e político” e para a perda de milhões de dólares em investimentos, para além da obrigatoriedade de vistos para os cidadãos que pretendam viajar entre os países deste grupo que inclui Cabo Verde e a Guiné-Bissau.

Em causa está a criação pelo Burkina Faso, Mali e Níger, de uma confederação, a Aliança dos Estados do Sahel, concretizada depois de meses de exclusão da CEDEAO e na sequência dos golpes militares feitos nestes países desde 2020 por militares.

A rotura com estes três países também agravará a insegurança regional e dificultará a criação de uma força regional, acrescentou Touray, citado pela agência France-Presse.

As relações entre o Níger e a CEDEAO deterioraram-se na sequência do golpe de Estado de Julho de 2023, que levou os militares ao poder e que levou a CEDEAO a ameaçar com sanções económicas e até uma intervenção militar, o que acabou por não se realizar, ao contrário das sanções económicas, que foram levantadas em fevereiro deste ano.

Antes da reunião presidencial, os ministros da Defesa e das Finanças da CEDEAO tinham reunido para debater a criação e o financiamento de uma “força regional de luta contra o terrorismo e de restabelecimento da ordem constitucional”, uma proposta antiga da Comissão da CEDEAO. O seu projeto prevê a criação de uma primeira unidade de 1500 homens, com a proposta de reunir posteriormente uma brigada de 5000 soldados, com um custo de cerca de 2,6 bilhões de dólares por ano.

Apesar das notícias de desacordo sobre a possível recondução do presidente nigeriano, Bola Ahmed Tinubu, como presidente *pro tempore* da CEDEAO, foi eleito por unanimidade para mais um mandato de um ano.

CPLP

Portugal e Maurícias querem reforçar cooperação nos oceanos, energia e turismo

O chefe de Estado português, Marcelo Rebelo de Sousa, recebeu esta segunda-feira, 15 de julho, o Presidente das Maurícias, Prithvirajsing Roopun, em Lisboa, no início da sua [visita de Estado de dois dias](#) a Portugal, que considerou ser "um momento histórico".

"Esta visita traz consigo novas e significativas oportunidades no plano bilateral e multilateral", afirmou Marcelo Rebelo de Sousa, em declarações conjuntas perante a comunicação social.

"Concordámos em reforçar e consolidar as nossas relações bilaterais. E discutimos como nós, sendo países menores, podemos juntar-nos e contribuir para o desenvolvimento económico não só dos nossos dois países, mas do continente africano", declarou Prithvirajsing Roopun, a seguir.

O Presidente português destacou o empenho conjunto dos dois países "na luta dos oceanos", no plano multilateral, em particular no quadro das Nações Unidas. "É uma luta importante para os dois países: preservar, proteger, garantir a biodiversidade. Garantir também a ratificação, necessária para ser aplicado, do Tratado sobre o Alto Mar", disse Marcelo Rebelo de Sousa. Na sua opinião, deve haver maior ligação entre a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP) e o tema da proteção dos oceanos: "Têm andado paralelamente, mas sem conjugação."

O chefe de Estado português salientou que Portugal "é o país da Europa com maior jurisdição nos mares", acrescentando: "Isso é um tema que nos pode aproximar, quem sabe se não pode convencer as Maurícias a apoiar a nossa candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2027-28."

Marcelo Rebelo de Sousa mencionou que "as Maurícias são membro associado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, como observador da CPLP estão particularmente interessados, por exemplo, na língua portuguesa", dada a vizinhança entre este país insular, situado no Oceano Índico, e Moçambique.

Segundo o Presidente português, as Maurícias poderiam vir a ter "como terceira língua importante a portuguesa" e, "naturalmente, Portugal está muito empenhado nesse desenvolvimento".

No plano bilateral, apontou a energia, o digital e o turismo como outros setores em que a cooperação pode "ir mais longe", e concluiu: "Há um mundo de realidades económicas a desenvolver entre os dois".

Por sua vez, o Presidente das Maurícias referiu a proteção do ambiente, as energias renováveis, o turismo, mas também a cultura como áreas em que os dois países podem "partilhar experiências", num "novo capítulo" das suas relações. Prithvirajsing Roopun manifestou-se convicto de que este "é apenas o começo de uma nova colaboração", que "dará muitos frutos".

EurAfrican Forum 2024

A sétima edição do EurAfrican Forum 2024 realiza-se nos dias 15 e 16 de julho na NOVA SBE, Carcavelos, Portugal, sob o tema "Africa: The Next Chapter – Partnering for Growth".

O *EurAfrican Forum* é uma plataforma orientada para a ação que procura reforçar a colaboração entre a Europa e a África, melhorando o crescimento verde e inclusivo, revelando oportunidades

inovadoras de negócio e de investimento de impacto social, bem como gerando mais sinergias entre ambos os modelos de inovação. Constituído por pioneiros, líderes de opinião, sonhadores e inovadores que estão a moldar a África de hoje, o fórum reúne a “Rede da Comunidade Euro-Africana”.

Este ano, o fórum reúne líderes Europeus e Africanos de vários setores para um debate objetivo, atual e inclusivo, apoiado em ideias, propostas, realidades e projetos de interesse mútuo dos dois continentes, nas seguintes áreas:

- ❖ *Geopolítica*: Desafios e oportunidades;
- ❖ *Energia e minas*: acesso à energia e gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável;
- ❖ *Mulheres empresárias e representação feminina*: Equity Gap;
- ❖ *Educação*: programas de e-Escola para impulsionar o acesso ao ensino primário e superior;
- ❖ *Agronegócio*: investimento público e privado para a segurança alimentar;
- ❖ *Digitalização*: segurança, acesso e inovação na era digital;
- ❖ *Investimento*: desenvolvimento financeiro para o crescimento económico e resiliência no mercado global;
- ❖ *Infraestruturas e urbanismo*: os desafios e as oportunidades da nova agenda urbana;
- ❖ *Desporto*: fomentar a integração e o desenvolvimento sustentável;
- ❖ *Saúde*: reforçar a eficiência dos sistemas e promover a qualificação da mão de obra.

Neste fórum, o [presidente da Aliança Global das Vacinas](#) (GAVI), Durão Barroso, disse que vai pedir à comunidade internacional cerca de 9 bilhões de dólares para financiar a vacinação nos países em desenvolvimento nos próximos anos.

"Informei este fórum dos planos para o próximo ciclo de financiamento, em que pedimos 9 bilhões de dólares para, nos próximos nove anos, vacinar crianças nos países em vias de desenvolvimento", disse o líder da GAVI em declarações aos jornalistas à margem do Eurafrican Forum.

"Em junho, na cúpula em Paris, com o governo da França, a União Europeia e a União Africana, lançámos o Acelerador para a Capacidade de Fabrico de Vacinas em África, e levantámos 1,4 bilhões de dólares para isso", acrescentou o antigo presidente da Comissão Europeia, salientando a importância da saúde em África.

A saúde, venceu, "é essencial estar num plano prioritário da nossa cooperação, é um dos aspetos mais urgentes, e já salvámos milhões de vidas de crianças em África, a mortalidade tem vindo a baixar sobretudo pela vacinação, porque a vacinação evita doenças mortais", acrescentou.

Sobre Portugal, Durão Barroso disse esperar que as autoridades continuem a fazer parte do 'partido africano', ou seja, dos países que defendem a cooperação com o continente.

"Isto é um esforço concreto, é um dos capítulos da nossa cooperação com África e espero que Portugal continue a cooperar com África através da GAVI, Portugal já colaborou no ciclo anterior e gostava

que continuasse a dar uma ajuda para a vacinação de África através da GAVI; é um dos países do partido africano, ou seja, dos países da UE que defendem uma cooperação forte com África", concluiu.

Falando também como presidente do Eurafrican Forum, Durão Barroso disse também que "o objetivo é ajudar África e promover os interesses da economia europeia".

A Europa, continuou, "precisa de mais investimento, e África tem potencial, uma grande dinâmica demográfica, e na UE temos muitos recursos para o desenvolvimento de África, na saúde, na educação, na formação profissional, mas ao mesmo tempo África tem potencial de riqueza que pode ser muito útil para a economia europeia".

A Europa resiste: não passarão!

Europe resists: won't pass!

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *In the Europe's chapter, Freire comments on the results of the elections in France and the United Kingdom and the new composition of the European Parliament. Under the rotating presidency of the European Union, Hungarian Prime Minister Viktor Orbán made surprise visits to Russia and China, shortly after visiting Ukraine, in a move he calls "Peace Mission 3.0".*

Keywords: *Global Health; European Union; European Parliament; Far right;*

Resumo. No capítulo sobre a Europa, Freire comenta o resultado das eleições na França, no Reino Unido e a nova composição do Parlamento Europeu. Sob a presidência rotativa da União Europeia, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, fez visitas surpresas à Rússia e à China, logo após visitar a Ucrânia, em movimento que denomina "Missão de paz 3.0".

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Parlamento Europeu; Extrema direita;

A França resistiu à maré ultraconservadora. Foi um belo exemplo de articulação política em prol do bem comum, coisa inédita no Brasil. Em menos de 2 dias, mais de 200 candidaturas haviam sido retiradas, num movimento que buscou consolidar os votos contrários à extrema direita e se mostrou, definitivamente, bem-sucedido. A Nova Frente Popular (NFP) venceu as eleições, deixando o Reunião Nacional (RN) – que havia vencido o primeiro turno -, em terceiro lugar. Apesar de vencedora, a esquerda não obteve os votos necessários para compor maioria e indicar um primeiro-ministro, cenário que traz incerteza.

A composição da nova legislatura francesa ficou assim:

- ✓ Nova Frente Popular (esquerda): 182 assentos
- ✓ Juntos (coalizão governista, de centro): 168 assentos
- ✓ Reunião Nacional (extrema direita): 143 assentos

Como ninguém obteve maioria absoluta, haverá necessidade de se estabelecer alianças para a governabilidade da França. Macron segue na presidência e pediu ao primeiro-ministro Gabriel Attal – que chegou a pedir renúncia -, que permanecesse no cargo. A expectativa é que a NFP se alie ao centro para garantir maioria. Contudo, as divergências a serem transpostas são muitas, à exemplo de temas como a reforma de previdência, impostos, imigração e política externa para o Oriente Médio, o que torna o cenário incerto e desafiador. Este será o 1º governo francês sem uma força dominante clara desde a 2ª Guerra Mundial, o que tem levado à conjecturas de que o parlamento poderá ficar paralisado. Ao que tudo indica, chega ao fim a era do macronismo na França. Para Marine Le Pen, a vitória da extrema direita foi apenas adiada.

O Reino Unido, como esperado, deu uma guinada à esquerda. Depois de garantir uma das maiores vitórias eleitorais da história do seu partido, o líder trabalhista Keir Starmer já está formando seu governo e nomeando ministros. O Partido Trabalhista, de centro-esquerda, ganhou em todo o país, mais do que duplicando o seu número de deputados. Entre os principais ministros nomeados, estão a vice-primeira-ministra Angela Rayner, a chanceler do Tesouro Rachel Reeves, o ministro dos Negócios Estrangeiros, David Lammy, e a ministra do Interior, Yvette Cooper. O governo de Starmer tem número recorde de mulheres: 11 em 25 ministros. Pela primeira vez na história do Reino Unido, uma mulher será ministra das Finanças: Rachel Reeves. Quase todos os membros frequentaram escolas públicas, outro recorde que contrasta com os ministros conservadores dos últimos 14 anos.

[Wes Streeting será novo secretário de saúde](#), encarregado de supervisionar a política do NHS, um sistema de saúde que enfrenta uma série de questões, incluindo, escassez de mão de obra e altos tempos de espera. Em Novembro de 2021, assumiu o cargo de secretário paralelo da saúde e alertou que o NHS deveria "modernizar-se ou morrer" - e que o setor privado deveria ser utilizado para ajudar a resolver os atrasos. O Partido Trabalhista prometeu fornecer mais 2 milhões de operações, exames e consultas por ano, à noite e nos fins de semana, com £ 1,1 bilhão pagos em horas extras. Também pretende duplicar o número de scanners do NHS e realizar 700 mil consultas odontológicas urgentes. Streeting prometeu que reduzirá o tempo de espera - dizendo que o Partido entregaria "mais 40.000 consultas por semana, clínicas extras à noite e nos finais de semana" para atingir o objetivo.

[A reversão do Brexit não está em pauta](#). Durante a campanha, Keir Starmer disse que não reabriria o Acordo de Comércio e Cooperação com a UE, mas que gostaria de responder às preocupações de 70% das pessoas no Reino Unido que afirmam que o Brexit piorou as suas vidas. Para as negociações com a UE, Starmer não quer adesão à união aduaneira, nem ao mercado único, nem retomar a liberdade de movimento. Por outro lado, poderão ser abertas portas para novos acordos sobre normas veterinárias e mobilidade dos jovens. "Keir Starmer já disse que quer rever as normas sanitárias para reduzir os controles fronteiriços sobre alimentos, plantas e animais, o que deveria ajudar os agricultores, por exemplo, e os importadores de alimentos", afirmou Charles Grant, diretor do Centro para a Reforma Europeia. A longo prazo, um esquema de mobilidade juvenil também está nos planos. [Em relatório recente, o Centro para Reforma Europeia identifica outras áreas de possível cooperação](#) reforçada com a UE, tais como as políticas de ação climática e energética e serviços financeiros. Outra área de cooperação que poderá ser reforçada é a da segurança e defesa, dada a guerra na Ucrânia e a deterioração das relações com a Rússia. Neste ponto, há total alinhamento: o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, David Lammy, afirmou que o compromisso do país com a Ucrânia é "inabalável".

O informe passado abordou a primeira visita do primeiro-ministro da Hungria Viktor Orbán à Ucrânia, realizada no 2º dia da presidência húngara da União Europeia (UE). Na ocasião, Orbán propôs ao presidente ucraniano, um cessar-fogo rápido, vinculado a um limite de tempo. Menos de 2 dias depois, Orbán estava em Moscou, visitando o presidente russo, Vladimir Putin. Alguns dias depois, Orbán desembarcava de surpresa na China, anunciando o que chamou de "missão de paz 3.0": "China é uma potência chave para criar as condições de paz", justificou. Segundo ele, a principal tarefa nos 6 meses da presidência húngara será a luta pela paz. A UE interpreta a série de visitas como uma tentativa de instrumentalização da presidência rotativa, por parte de Orbán, que não dispõe de um mandato negociador em nome do bloco. Após as visitas inesperadas à Ucrânia, à Rússia e à China, [Orbán se autoproclamou o único líder da UE a manter relações amigáveis com os dois governos autoritários mais importantes do mundo](#).

A presidência húngara do Conselho deverá esperar até ao final do ano para que Orbán apresente sua agenda - Tornar a Europa Grande Novamente - ao Parlamento Europeu. As tentativas de Orbán, de se dirigir aos eurodeputados na sessão plenária inaugural da nova assembleia eleita, foram rejeitadas pelos chefes parlamentares, que não o convidaram, argumentando que não conseguiram encontrar espaço para o incluir na ordem de trabalhos. Por convenção, os chefes de governo têm a oportunidade de se dirigir ao Parlamento quando assumem a presidência rotativa do Conselho da UE, apresentando a agenda para os seus 6 meses à frente das negociações políticas intergovernamentais e respondendo a perguntas dos deputados.

Como visto, Orbán não está perdendo tempo à frente da presidência rotativa da UE. O mesmo acontece em relação à articulação para a recomposição de forças no Parlamento Europeu (PE). O grupo nacionalista "[Patriotas pela Europa](#)", foi criado por ele e conta com 84 deputados, representando o 3o maior grupo político do PE. Importantes legendas como o RN francês e a Liga de Itália aderiram ao bloco. A maior delegação dos Patriotas será o RN de Marine Le Pen, com 30 eurodeputados. Seguem-se o Fidesz de Orbán, com 10 deputados, a Liga de Matteo Salvini, com 8, e a ANO de Andrej Babiš, com 7. Outras delegações nacionais incluem o Partido da Liberdade austríaco (FPÖ), o partido de extrema-direita espanhol Vox e o nacionalista holandês PVV, cada um com 6 deputados. O grupo inclui ainda 3 deputados do Vlaams Belang (Bélgica), 2 do Chega (Portugal) e 1 do Partido Popular Dinamarquês (Dinamarca), num total de 84 eurodeputados. O líder do RN, Jordan Bardella, foi nomeado presidente do grupo.

As movimentações políticas foram intensas para o novo desenho político do Parlamento. Com 84 deputados, os Patriotas ultrapassaram os "Conservadores e Reformistas Europeus" (ECR), liderado por Giorgia Meloni, que tem 78 deputados, e o liberal "Renovar a Europa", com 76 deputados, alcançando o objetivo inicial de Orbán de se tornar a terceira força no Parlamento Europeu. Outro novo grupo de extrema direita criado no Parlamento Europeu é o "[Europa das Nações Soberanas](#)" (ESN, na sigla em inglês), que tem o Alternativa para a Alemanha (AfD) como principal força política. O grupo engloba 28 eurodeputados, de nove Estados-membros diferentes, critérios que permitem estabelecer uma bancada (pelo menos 23 eurodeputados de sete Estados-membros). Apesar da sua natureza variada, os oito partidos do ESN estão unidos pela oposição ao Pacto de Migração e Asilo, ao Pacto Ecológico Europeu, aos valores do progressismo social e à assistência militar à Ucrânia. Além disso, todos contestam o projeto de integração europeia. O AfD é um dos partidos de extrema-direita mais conhecidos da Europa e tem sido acusado de promover crenças etnonacionalistas, espalhar a islamofobia, praticar o revisionismo histórico e negar a existência de alterações climáticas provocadas pelo homem. O Partido está isolado e chegou a ser expulso da coligação a qual fazia parte, o Identidade e Democracia (ID), grupo que foi dissolvido após as eleições e deu lugar ao "Patriotas pela Europa", de Viktor Orbán.

As principais forças políticas do Parlamento Europeu ficaram assim distribuídas: Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita é a maior força política, com 188 eurodeputados; seguido pelo Socialistas & Democratas, de centro-esquerda, com 136 assentos; Patriotas pela Europa, de Viktor Orbán, com 84 representantes; Europa das Nações Soberanas (ESN), também de extrema direita, com 78; Renovar a Europa, liberal com 76 representantes; e Verdes com 53. Lamentavelmente, [o percentual de mulheres no Parlamento Europeu baixou pela primeira vez em 45 anos](#). A 10.ª legislatura do Parlamento Europeu terá 720 deputados, 15 a mais do que na anterior, mas com menos mulheres em sua composição. A redução é de apenas 1%, mas mantém o Parlamento Europeu longe da equidade, já que apenas 38,7% dos membros são mulheres. Outra mudança é que a média de idade aumentou ligeiramente e metade são estreatantes.

Durante discurso na Cúpula da Otan, realizada na quinzena, Joe [Biden anunciou uma doação histórica de equipamentos de defesa aérea à Ucrânia](#). Os EUA, a Alemanha, os Países Baixos, a Romênia e a Itália emitiram um comunicado conjunto anunciando um plano para o fortalecimento das defesas aéreas da Ucrânia. Os países se comprometeram a disponibilizar mais de US\$ 1 bilhão em apoio nesse sentido. A Otan, contudo, volta a estar ameaçada com a possibilidade da vitória de Trump nas eleições presidenciais dos EUA. Trump já criticou abertamente o pacto e os seus membros, ameaçando abandonar a aliança caso outros países não aumentassem as suas despesas em segurança. Quanto à adesão da Ucrânia, o Secretário de Estado norte-americano Antony Blinken afirmou que o movimento é "irreversível", mas não se comprometeu com um calendário concreto.

Considerações finais

A democracia venceu na França, mas a derrota de Macron é indubitável. O cenário é incerto, tendo em vista a necessidade de coligações para se alcançar a maioria e garantir a governabilidade. Há preocupações em torno da capacidade de aglutinação das forças, em função de diferenças e discordâncias. O cenário é parecido no Parlamento Europeu, onde os agrupamentos de partidos estão sendo formados. Com o crescimento da extrema direita tanto no Parlamento Europeu, quanto nos governos dos Estados-membros, as áreas que mais podem ser afetadas são: migração, ambiental, novas adesões de países à UE e a guerra da Ucrânia. A vitória da esquerda no Reino Unido não compromete o Brexit, apesar da promessa de reaproximação com a União Europeia.

Guerra em Gaza: Poder, Ética e Etologia

Lucia Marques

*A ganância envenenou a alma do homem, criou uma barreira de ódio, nos guiou no caminho do assassinato e do sofrimento.*²³⁴

Resumo: Após nove meses de guerra em Gaza - meses de desproporcionalidade, meses de restrição a acesso a água, a alimentos, energia, medicamentos e/ou outras ajudas para manutenção da vida humana -, a situação caminha para o extermínio. Um artigo no The Lancet aponta que o número de mortos em Gaza pode ultrapassar os 186 mil, ao computar as mortes indiretas, em consequências do conflito, com a destruição das infraestruturas de saúde, de energia e de saneamento e pela falta de tratamento, entre outras causas. A falta de preocupação com a vida humana, principalmente de mulheres e crianças, demonstra a “desumanização do inimigo” praticada por Israel, tanto nas ações bélicas, quanto nas falas das autoridades israelenses - a desumanização ignora preocupação com os Direitos Humanos. Ao olharmos para essas ações que visam desumanização e genocídio em Gaza sob a ótica da ética social (capacidade de negociação, cooperação e paz), da etologia (capacidade de conflito e extermínio) e da geopolítica (poder, assimetralidade, inimigos e aliados) podemos visualizar uma trajetória de extermínio praticado por Israel e seus aliados em prol de seus reais interesses em Gaza. E se é uma guerra de extermínio, fica impossível um tratado de paz.

Palavras chaves: Desumanização, extermínio, ética social, etologia, guerra e paz, Israel, Gaza

Abstract: *After nine months of war in Gaza - months of disproportionality, months of restrictions on access to water, food, energy, medicine and/or other aid to maintain human life - the situation is heading towards extermination. An article in The Lancet points out that the number of deaths in Gaza could exceed 186 thousand, when counting indirect deaths, because of the conflict, with the destruction of health, energy and sanitation infrastructures and the lack of treatment, among other causes. The lack of concern for human life, especially women and children, demonstrates the “dehumanization of the enemy” practiced by Israel, both in its war actions and in the speeches of the Israeli authorities - dehumanization ignores concern for Human Rights. When we look at these actions aimed at dehumanization and genocide in Gaza from the perspective of social ethics (capacity for negotiation, cooperation and peace), ethology (capacity for conflict and extermination) and geopolitics (power, asymmetry, enemies and allies) we can visualize a path of extermination practiced by Israel and its allies in favor of their real interests in Gaza. And if it is a war of extermination, a peace treaty is impossible.*

Keywords: *Dehumanization, extermination, social ethics, ethology, war and peace, Israel, Gaza*

Após nove meses de guerra em Gaza - meses de desproporcionalidade, meses de restrição a acesso a água, a alimentos, energia, medicamentos e/ou outras ajudas para manutenção da vida humana

²³⁴ Charlie Chaplin, em *O grande ditador* <https://tribunadaimpressalivre.com/o-discurso-de-carlitos/>

-, a situação caminha para o extermínio. E se é uma guerra de extermínio, fica impossível um tratado de paz.²³⁵

Dos 11 relatórios elaborados e divulgados pelas agências da ONU e seus parceiros de ajuda humanitária que estão atuando e acompanhando a situação em Gaza e nos Territórios Palestinos, dois deles apontam para a desproporcionalidade e indiscriminação, afirmam que os meios e métodos de guerra escolhidos por Israel levaram ao sofrimento maciço dos palestinos, inclusive através de mortes de civis em larga escala, deslocamentos repetidos e extensos, destruição de casas e a negação de alimentos suficientes e outros itens essenciais à vida, configuram violação do Direito Humanitário Internacional, configuram crimes de guerra e genocídio.²³⁶

O porta-voz do escritório de direitos humanos da ONU, Jeremy Laurence, disse que centenas de palestinos civis foram mortos e feridos e que a forma como o ataque ao campo de refugiados foi conduzida, "em uma área tão densamente povoada, coloca seriamente em questão" se as forças israelenses respeitaram os princípios de distinção, proporcionalidade e precaução, conforme estabelecido nas leis da guerra.²³⁷

Corroborando, um estudo recentemente publicado no The Lancet – "[Contar os mortos em Gaza: difícil, mas essencial](#)", chama a atenção para a verdadeira escala do número de mortes na Faixa de Gaza, uma vez que, devido à destruição de grande parte da infraestrutura dificulta a coleta de dados; o que significa que o número das mortes reveladas é provavelmente subestimado. O estudo leva em consideração as mortes indiretas em consequências do conflito²³⁸, dada a intensidade do conflito; destruição da infraestrutura de saúde; grave escassez de alimentos, água e abrigo; a incapacidade da população de fugir para lugares seguros²³⁹; e a perda de financiamento para a UNRWA, uma das poucas organizações humanitárias ainda ativas na Faixa de Gaza.²⁴⁰ Os autores estimam que o número de mortos chega a "186 000 e pode chegar a mais".²⁴¹

²³⁵ Daniel Barreiros, professor e pesquisador do Laboratório de Ética e Poder Global da UERJ. In: Guerra, Ética, Etologia: fundamentos evolucionários do conflito e da cooperação na linhagem do homem. *Journal of Big History*, II(2); 1-18. <https://doi.org/10.22339/jbh.v2i2.2299>

²³⁶ Para saber sobre os 11 relatórios: **Marques, L. 2024. Gaza: mais que uma calamidade, é um massacre em câmara lenta.** In: *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 11-2024*, p.227-235.

²³⁷ <https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833016>

²³⁸ Mortes por desnutrição e desidratação, por fome, por doenças infecciosas e entéricas, por doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, e insuficiência renal, e por câncer, por falta de acesso aos tratamento, pela destruição das infraestruturas de saúde e medicamentos, ente outras.

²³⁹ <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1834386>

²⁴⁰ <https://www.reuters.com/world/britain-italy-finland-pause-funding-un-refugee-agency-gaza-2024-01-27/>

²⁴¹ Tomando como base para a estimativa a população da Faixa de Gaza que era de 2.375.259 em 2022 e um relatório de 7 de fevereiro de 2024, quando o número direto de mortos era de 28 mil pessoas.



UNRWA | Seguindo as ordens de realocação israelenses, os palestinos levam o máximo de pertences que podem para se mudarem para um novo local. Nenhum lugar é seguro em Gaza

A falta de preocupação com a vida humana, principalmente de mulheres e crianças, demonstra a desumanização praticada por Israel, tanto nas ações bélicas, quanto nas falas das autoridades israelenses²⁴² - a desumanização ignora preocupação com os Direitos Humanos. E essa desumanização – ou limpeza étnica - é praticada em todo Território Palestino Ocupado, como apontado em [relatório](#) da Comissão de Inquérito do Comitê de Direitos Humanos da ONU. [Ver imagens](#).

Ao olharmos para essas ações que visam desumanização e genocídio em Gaza sob a ótica da ética social (capacidade de negociação, cooperação e paz), da etologia²⁴³ (capacidade de conflito e extermínio) e da geopolítica (poder, assimetralidade, inimigos e aliados) podemos visualizar uma trajetória de extermínio de um grupo praticado por Israel e seus aliados em prol de seus reais interesses em Gaza.

A capacidade de conflito e extermínio é inerente a todos os primatas, inclusive ao *Homo sapiens*. Mas a ética da guerra e a capacidade cognitiva para a paz interssocietária parece ser uma capacidade exclusivamente humana.²⁴⁴

“Há enorme quantidade de vidas humanas em risco e diretamente atingidas pela guerra. Quando se avoca a análise do processo histórico, pode-se considerar causalidades. É preciso priorizar os cuidados com as vulnerabilidades humanas e ambientais e assumir uma posição firme em defesa da vida. É preciso buscar as questões éticas, de essência, para exercer o humanismo. É preciso olhar para a população, para as crianças, para os mais vulneráveis – e assumir como prioridade os traços de humanidade que distanciam a civilização da barbárie.”²⁴⁵

Ao longo de 30 anos, uma paz entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina nunca foi para frente – as várias tentativas foram frustradas por diferentes causas e razões.²⁴⁶ Será que agora, diante do

²⁴² Ao falar sobre o bombardeio em Rafah, Benjamin Netanyahu disse que foi “um erro trágico”. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/27/apos-ataque-em-rafah-cresce-pessao-para-que-israel-cumpra-ordem-da-cij-netanyahu-diz-que-foi-erro-tragico.ghtml>

²⁴³ Etologia é o estudo de comportamento animal.

²⁴⁴ Daniel Barreiros em [Guerra, Ética Etologia: fundamentos evolucionários do conflito e da cooperação na linhagem do homem](#).p.1.

²⁴⁵ [Impactos sociais e ambientais da guerra - Le Monde Diplomatique Brasil](#)

²⁴⁶ <https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-em-30-anos-tentativas-de-alcancar-paz-entre-israel-palestinos-fracassaram-23759962>

novo contexto global, com novos atores em cena, com mais países ao redor do mundo reconhecendo a Palestina como um Estado nacional, os dois lados da guerra conseguirão concordar em um cessar-fogo e avançar para um processo de paz?

O plano do presidente americano, Joe Biden, para cessar-fogo, parece ter sido aceito pelo Hamas e por Israel. O plano é dividido em três etapas: a primeira fase implica uma trégua e o regresso de alguns reféns detidos pelo Hamas, após o que, as partes negociariam uma cessação aberta das hostilidades para uma segunda fase, em que os restantes reféns vivos seriam libertados. No fim, ele levará a uma trégua total, libertação de reféns israelenses, soltura de prisioneiros palestinos detidos em Israel e facilitação de acesso à ajuda humanitária no enclave.²⁴⁷ O projeto também prevê a retirada das tropas israelenses de Gaza e inclusão de investimentos para a reconstrução do território palestino, sobretudo escolas e hospitais destruídos ao longo de nove meses de intensas operações israelenses. Nada é garantido. Há muitos detalhes em jogo.

No entanto, esse mesmo novo contexto global, sob o prisma de uma reconfiguração da geopolítica energética do sistema mundial, pode dificultar um avanço para a paz prolongada na região. Como escreve José Luís Fiori,²⁴⁸ “sempre existiu uma relação muito estreita entre disputa pelos recursos energéticos mundiais e guerras travadas entre os grandes impérios clássicos e entre os Estados nacionais modernos.” O autor avança em sua análise, no contexto da guerra na Ucrânia e suas consequências para os mercados globais do petróleo, do gás e dos demais biocombustíveis, correlacionando a mudança radical, “o desdobramento das guerras e o próprio processo de transição energética.”

E o que isso tem a ver com a guerra em Gaza ou com uma (im)possível paz entre Israel e Palestinos - um impasse que já está completando mais de 75 anos?

Para além da hipótese de que “a grande maioria das guerras não tem como objetivo a obtenção da paz ou da justiça,”²⁴⁹ mas a submissão dos derrotados e expansão do poder dos vitoriosos, devemos olhar para os grandes interessados em apoiar Israel e para o que a região da Faixa de Gaza representa e sua riqueza.

Sim. Gaza é rica em gás e petróleo como mostra um estudo de 2019 intitulado [O Custo Econômico da Ocupação do Povo Palestino: O Potencial Não Realizado de Petróleo e Gás Natural](#), elaborado pela UNCTAD/ONU. Embora não seja a única riqueza, o foco do estudo é o petróleo e o gás natural “devido ao seu alto valor e à importância crítica em atender potencialmente às necessidades básicas da Palestina por energia, e pelas receitas fiscais e de exportação”.

As novas descobertas de petróleo e gás natural na Bacia do Levante, na costa da Palestina, Israel, Líbano e outros países, colocam esta bacia como um dos recursos de gás natural mais importantes do mundo. De acordo com a pesquisa, o gás natural na Bacia do Levante, no Mediterrâneo, está na faixa de 122 trilhões de pés cúbicos, enquanto a quantidade de petróleo recuperável ronda os 1,7 bilhão de barris, que poderiam gerar US\$ 524 bilhões. Segundo a UNITAD, com esses fundos, poderiam financiar o

²⁴⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/assessor-de-netanyahu-diz-que-israel-concorda-com-plano-de-biden-para-cessar-fogo-em-gaza1/>

²⁴⁸ Fiori, J.L. (Org.) 2023. Apresentação. In: A guerra, a energia e o novo mapa do poder mundial. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: INEEP, 2023. (p.13).

²⁴⁹ Fiori, J.L. (Org.) 2021. Prefácio. In: Sobre a Paz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. P. 11-27.

desenvolvimento socioeconômico nos territórios palestinos como parte da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.²⁵⁰

O petróleo e gás da Palestina, assim como outros recursos naturais, continuam sendo explorados por Israel, como uma potência ocupante – o que, pelo Direito Internacional e regras da guerra, é ilegal. A pesquisa recomenda mais estudos detalhados “para estabelecer claramente o direito do povo palestino a seus recursos naturais de forma separada”. Ainda de acordo com a UNCTAD, sobre as novas descobertas de petróleo e gás natural no Mediterrâneo Oriental também é fundamental ressaltar “que Israel começou a explorar para seu próprio benefício, enquanto esses recursos podem ser considerados compartilhados, já que o petróleo e o gás natural existem em consórcios comuns”.

Israel continua impondo restrições à circulação do povo palestino, à sua produção, exportações, importações, transferências de capital, receitas públicas e espaço político, cobrando custos adicionais que continuam aumentando com o tempo à medida que a ocupação persiste, em contravenção ao direito internacional e à justiça natural. Isto é, para além da restrição ampla - o povo palestino tem sido “proibido de explorar as reservas de petróleo e gás em suas próprias terras” – e, portanto, impedido de conseguir atender às suas necessidades energéticas e gerar receitas fiscais e de exportação. O impacto negativo do sistema de controle israelense, multifacetado, no desenvolvimento e na atividade econômica palestina em todo o Território Palestino Ocupado é substancial, de acordo com outro relatório da UNCTAD - [Custos econômicos da ocupação israelita para o povo palestino: o custo das restrições adicionais na Área C, 2000–2020](#).

O gás e o petróleo ao largo da costa de Gaza são um alvo estratégico para o governo de Benjamin Netanyahu, que aposta em um futuro econômico baseado na exploração para consumo interno e distribuição para os países europeus do combustível. O país vem explorando e exportando o gás – mesmo depois da explosão da guerra em Gaza, o governo israelense concedeu 12 licenças de exploração a empresas petrolíferas para explorar gás no oeste do campo de Leviatã, localizado em um meridiano que inclui o norte da Faixa de Gaza.²⁵¹

Considerando que a energia é uma necessidade urgente para a Europa, e que a busca de fontes alternativas ao gás russo marcou as agendas comerciais dos países dependentes desta matéria-prima fundamental, nesta equação geopolítica, o Oriente Médio, com seus vastos reservatórios, passou a ser uma opção estratégica de abastecimento – a região concentra 40% das reservas mundiais de gás e 48% de petróleo.²⁵² Considerando que o outro super produtor de gás na região é o Irã, cuja produção chega a 260 bilhões de metros cúbicos, então apoiar Israel, ao invés de condená-lo, é uma questão de sobrevivência geopolítica energética.

Retomando a etologia, “as demonstrações de intimidação, agressividade e poder são observadas atentamente por todos os membros do grupo, que, ao longo do tempo, tendem a se posicionar na disputa, em apoio a cada um dos contendores. Durante o processo de estranhamento entre facções, as coalizões

²⁵⁰ <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1685021>

²⁵¹ <https://monitormercantil.com.br/israel-explora-petroleo-e-gas-da-palestina/>

²⁵² <https://www.brasil247.com/mundo/gas-natural-de-gaza-pode-estar-por-tras-do-apoio-dos-eua-ao-genocidio-palestino-apontam-analistas>

se formam cotidianamente para tarefas específicas – ferrageamento (no caso, abastecimento de gás), *grooming*²⁵³ (no caso, estabelecimento de aliados)²⁵⁴ – mesmo que voláteis.

E, levando-se em conta que, para Israel é uma questão de **poder**, é uma questão de ser o grande gestor de recursos energéticos e dos canais comerciais, aí os direitos humanos não falam acima dos interesses econômicos e financeiros.

Já para os EUA, há uma necessidade urgente de mudar o *Status Quo* da região, uma vez que Arábia Saudita e Irã retomaram relações diplomáticas sob articulação da China, e Rússia segue mantendo boas relações com Pequim e Teerã. Lembrando que, mesmo com toda pressão, Riad ainda não assinou os Acordos de Abraão, para normalização com Israel. Para a América, esse *status quo* é desfavorável, à medida que a China é o maior consumidor de energia do mundo e, por isso, capaz de ter influência num cenário geoeconômico na região.

Considerações finais

Enquanto finalizávamos esse informe, a artilharia israelense bombardeou o campo de refugiados de Al Shati, a oeste da cidade de Gaza. Um outro ataque já havia acontecido, dois dias antes, ao campo de refugiados de Al Mawasi, na província de Khan Yunis, no sul de Gaza, deixando pelo menos 90 mortos e mais de 300 feridos. O ministro das Relações Exteriores do Egito disse que esses crimes não podem ser aceitos sob qualquer justificativa. As Nações Unidas disseram que foi um massacre sem sentido.²⁵⁵

“A espécie humana fracassou. O que nos torna humanos, o reconhecimento do outro, a empatia diante do sofrimento, enclausurou-se em nome dos poderosos”, escreve Marcos Roitman Rosenmann, sociólogo, analista político e ensaísta chileno-espanhol. “Membros da espécie humana praticam o extermínio de seus semelhantes, com a anuência de outros seres humanos. Suas razões, sejam quais forem, demonstram o desprezo pela vida”, complementa.²⁵⁶

Os protestos se espalham pelo mundo, as pessoas pedem o fim das guerras – Ucrânia e Gaza, principalmente. Mas os ouvidos dos governantes, dos tomadores de decisão, estão surdos. A **desumanização** avança em ritmo acelerado. O verdadeiro vencedor do processo de desumanização é o **complexo financeiro-industrial-militar**. Os senhores da guerra seguem manipulando os algoritmos e doutrinando quem é o inimigo da vez.

Se o objetivo da guerra é o extermínio, um tratado de paz fica impossível.

²⁵³ Termo usado para “catação, importante ritual social entre primatas.

²⁵⁴ Daniel Barreiros em [Guerra, Ética Etologia: fundamentos evolucionários do conflito e da cooperação na linhagem do homem](#). p. 12.

²⁵⁵ <https://www.jornada.com.mx/noticia/2024/07/14/mundo/bombardea-israel-en-gaza-dos-campos-de-refugiados-7797>

²⁵⁶ <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/633669-homo-sapiens-sapiens-gaza-o-fracasso-da-especie>

Inteligência Natural e Artificial na ONU

Natural and Artificial intelligence at the UN

André Costa Lobato

Abstract. *UN General Assembly approves China's proposed declaration on the development of Artificial Intelligence. Brazilian mission holds meeting in Beijing on CBERS 6 and project advances one more step. Reform in the health system continues and priorities for 2024 are made explicit. Guideline prohibits genetic alteration of human germ cells.*

Keywords: Artificial Intelligence, medical reform, space program

Resumo. Assembleia Geral da ONU aprova declaração proposta pela China de desenvolvimento de Inteligência Artificial. Missão brasileira faz reunião em Pequim sobre CBERS 6 e projeto avança mais um passo. Reforma no sistema de saúde continua e prioridades para 2024 são explicitadas. Diretriz proíbe alteração genética de células germinativas humanas.

Palavras-chave: Inteligência artificial, reforma médica, programa espacial

Diplomática

- Equipes do INPE e da CAST, juntamente com representantes da AEB e da CNSA, se reuniram em Pequim por ocasião da Revisão Preliminar de Projeto do satélite CBERS 6. O encontro marcou o alinhamento de padrões técnicos e o projeto avançou para a sua próxima fase de desenvolvimento. Com previsão de lançamento em 2028, o CBERS 6 fará uso da Plataforma MultiMissão (PMM), desenvolvida pelo Brasil e validada na missão Amazonia 1, juntamente com uma carga útil radar SAR (Synthetic Aperture Radar) em banda X, fornecida pela China. O maior benefício da tecnologia SAR é a geração de dados em qualquer condição climática. Esta missão complementar os dados já fornecidos pelas missões ópticas dos satélites anteriores da série CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), com a vantagem de operar dia e noite, e poder realizar observações do território brasileiro através de nuvens, brumas, fumaça e em condições de chuva²⁵⁷.
- A 78ª Assembleia Geral da ONU, realizada em 1º de julho, adotou resolução proposta pela China sobre o aprimoramento da cooperação internacional para a capacitação de inteligência artificial (IA)²⁵⁸.

Esta resolução, a primeira da ONU sobre capacitação global de IA, destaca o papel fundamental da China na condução da colaboração internacional em IA. A resolução proposta pela China sublinhou que

²⁵⁷ <https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/revisao-preliminar-de-projeto-do-satelite-cbers-6-foi-concluida-com-sucesso>

²⁵⁸ https://pekinginsight.substack.com/p/chinas-ai-vision-for-itself-and-beyond?r=t1lz&utm_medium=ios&triedRedirect=true

o desenvolvimento de IA deve seguir princípios centrados nas pessoas, promover o bem maior e beneficiar a humanidade como um todo.

Em um discurso à Assembleia Geral da ONU, Fu Cong, representante permanente da China na ONU, destacou que os países em desenvolvimento ainda não conseguiram acessar, usar e se beneficiar verdadeiramente da IA, já que a desigualdade digital global continua a se ampliar.

Na resolução, a China pediu cooperação internacional e ações concretas para ajudar todos os países, especialmente as nações em desenvolvimento, a aprimorar suas capacidades de IA. A resolução²⁵⁹ solicita ao Secretário-Geral que informe à Assembleia Geral em sua oitenta sessão, dentro dos recursos, processos e documentos existentes, sobre os desafios únicos enfrentados pelos países em desenvolvimento na capacitação de inteligência artificial, com recomendações que abordem esses desafios.

Em seus mais recentes esforços para facilitar a governança global, a China adicionou pela primeira vez uma reunião de alto nível sobre governança global de IA à Conferência Mundial de IA de 2024, que será realizada em Xangai.

A Conferência publicou uma declaração e “defende o estabelecimento de um mecanismo de governança de IA de escopo global, apoiamos o papel das Nações Unidas como canal principal, saudamos o fortalecimento da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul e apelamos para aumentar a representação e a voz dos países em desenvolvimento”²⁶⁰.

A IA fez sua estreia no relatório de trabalho do governo chinês em 2017. No relatório deste ano, o país introduziu pela primeira vez o conceito de "IA Plus".

O conceito enfatiza a capacitação do desenvolvimento industrial de cadeia completa, abrangendo P&D e aplicações em cenários.

Em uma diretriz divulgada em 2017, o país estabeleceu a meta de se tornar um importante centro global de inovação em IA até 2030, liderando o mundo em teoria, tecnologia e aplicação de IA.

Uma iniciativa recente é a diretriz sobre a construção de um sistema padrão para IA, na qual o país prometeu desenvolver mais de 50 padrões nacionais e industriais de IA até 2026.

Sanitária

- Conferência nacional sobre reforma do sistema de saúde da China foi realizada no mês passado, com uma coletiva de imprensa do Conselho de Estado explicitando os pontos para este ano da reforma. A reforma vem ocorrendo há anos, visa fortalecer a saúde pública em nível de base, melhorar a articulação entre hospitais de referência e centros médicos, baratear e ampliar os serviços dos seguros de saúde e melhorar a qualidade e a disponibilidade de medicamentos. Em coletiva de imprensa do conselho de Estado²⁶¹, líderes da reforma apresentaram os sete objetivos principais para este ano:

²⁵⁹<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/197/26/pdf/n2419726.pdf?token=7ylciUzbsG3NxGb7IE&fe=true>

²⁶⁰ <https://english.news.cn/20240704/dcfe4b48f3d34ee7a97ef463b687945a/c.html>

²⁶¹ http://english.scio.gov.cn/pressroom/node_9008148.htm

1. Fortalecer a liderança da reforma médica, promovendo a implementação de responsabilidades de aprofundamento da reforma médica pelos governos locais.

2. Promover a experiência da reforma médica de Sanming, avançar no sistema de aquisição centralizada e em massa de medicamentos e consumíveis médicos.

3. Melhorar ainda mais o sistema de serviços médicos e de saúde, aumentar as capacidades de serviços de saúde pública, fortalecer a construção de capacidades de serviços médicos e de saúde de base.

4. Promover o desenvolvimento de alta qualidade dos hospitais públicos, introduzindo novas medidas de desenvolvimento de alta qualidade.

5. Aperfeiçoar um sistema de garantia de saúde de múltiplos níveis, desenvolvendo seguro de saúde comercial.

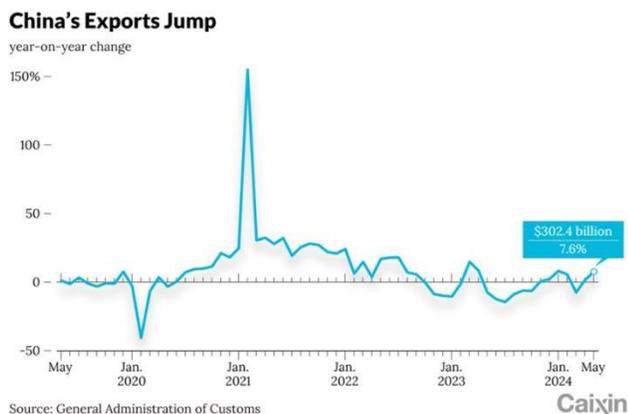
6. Aprofundar as reformas e inovações no campo farmacêutico, melhorando o uso e a gestão de medicamentos.

7. Coordenar e avançar outras reformas-chave, incluindo a promoção da reforma médica habilitada digitalmente e a construção de sistemas de cuidado infantil.

- Uma diretriz ética para a pesquisa de edição do genoma humano foi divulgada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China, proibindo o uso de células germinativas editadas, óvulos fertilizados ou embriões humanos para gravidez e reprodução. A diretriz visa regular a realização de pesquisas de edição do genoma humano e promover o desenvolvimento saudável neste campo, pois os riscos envolvidos são imprevisíveis e têm implicações para a dignidade e o bem-estar dos indivíduos, bem como possíveis questões éticas, legais e sociais que podem impactar a sociedade humana, justifica a diretriz. Atualmente, é proibido realizar qualquer pesquisa clínica sobre a edição do genoma germinativo, de acordo com a diretriz. Em 2018, um pesquisador anunciou ter editado células germinativas, resultando no primeiro caso público de pessoas geneticamente modificadas. Ele foi condenado a três anos de prisão²⁶²²⁶³.

Socioeconômica

- A crescente demanda por produtos chineses no Sudeste Asiático e no Brasil tem sustentado o mercado de exportação da China, num momento de protecionismo nos grandes mercados de EUA e Europa. Dados recentes das alfândegas chinesas revelam um aumento na atividade de exportação, marcando uma recuperação robusta após quedas anteriores. No entanto, esse impulso pode ser de



²⁶² <https://enapp.globaltimes.cn/article/1315666>

²⁶³ https://www.most.gov.cn/kjbgz/202407/t20240708_191311.html

curta duração. Isso ocorre à medida que os exportadores chineses aceleram suas remessas para superar os iminentes aumentos tarifários em tudo, desde aço até veículos elétricos nos principais mercados.

- Esta semana ocorre a Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, agendada para 15 a 18 de julho. A expectativa é de que temas estruturais sejam abordados, com decisões no campo da tecnologia e na economia²⁶⁴, com repercussões “para o mundo todo”, disse o Global Times em editorial. Em 78, a Terceira Plenária marcou a transição para o período de reforma e abertura. Em 2013, deu início a uma série de políticas em tecnologia, judiciário e construção partidária²⁶⁵.

²⁶⁴ <https://www.globaltimes.cn/page/202407/1316028.shtml>

²⁶⁵ <https://triviumchina.com/2024/07/12/the-partys-third-plenum-triviums-seven-big-questions>

Desigualdades gritantes: Uma comparação da situação dos sem-teto nos EUA, Portugal, Brasil e América Latina

Guto Galvão

Resumo: Desigualdades Gritantes: Uma Comparação da Situação dos Sem-Teto nos EUA, Portugal, Brasil e América Latina. A dura realidade da população em situação de rua nos Estados Unidos, Portugal, Brasil e América Latina é marcada por disparidades gritantes no acesso à saúde, à moradia e às oportunidades básicas de vida. Sem um lar fixo, muitas vezes lutando contra vícios e doenças mentais, e enfrentando a exclusão social, essa população enfrenta barreiras quase intransponíveis para garantir o bem-estar físico e mental.

Palavras-chave: Situação dos Sem-Teto, população em situação de Rua

Summary: *Glaring Inequalities: A Comparison of the Situation of Homelessness in the U.S., Portugal, Brazil, and Latin America. The harsh reality of the homeless population in the United States, Portugal, Brazil and Latin America is marked by glaring disparities in access to health, housing and basic life opportunities. Without a fixed home, often struggling with addictions and mental illnesses, and facing social exclusion, this population faces almost insurmountable barriers to ensuring physical and mental well-being.*

Keywords: Homeless Situation, Homeless Population

Realidade Mundial: Enfrentando a Situação das Pessoas em Situação de Rua

Introdução

A situação das pessoas em situação de rua é um problema global que afeta milhões de indivíduos em diferentes partes do mundo. Fatores como pobreza extrema, falta de moradia acessível, conflitos armados, desastres naturais, doenças mentais e vícios contribuem para essa realidade complexa e desafiadora. Cada país enfrenta nuances e particularidades nesse contexto, exigindo soluções abrangentes e contextualizadas para garantir os direitos humanos e a dignidade dessa população marginalizada.

Estatísticas Globais

- População em Situação de Rua: Mais de 100 milhões de pessoas (estimativa da ONU)
- Concentração

Maiores concentrações: nas regiões Subsaariana da África, América Latina, Ásia Meridional e cidades como Mumbai, São Paulo, Lagos e Kinshasa

- **Perfil Demográfico**
 - Diversidade de origens, histórias de vida e perfis socioeconômicos
 - Presença significativa de crianças, jovens, mulheres, minorias étnicas e pessoas com deficiência

Fatores Preponderantes

- **Pobreza Estrutural:** Desigualdade social, concentração de renda e acesso limitado a oportunidades perpetuam a exclusão social.

- **Falta de Moradia Acessível:** Crescimento do custo do aluguel, escassez de moradia social e políticas habitacionais ineficazes agravam o problema.

- **Conflitos Armados e Violência:** Guerras, conflitos civis e violência urbana deslocam populações e as deixam em situação de vulnerabilidade.

- **Desastres Naturais:** Furacões, terremotos, inundações e outros eventos causam perdas materiais e desabrigam populações.

- **Doenças Mentais e Vício:** Falta de acesso adequado a tratamento e acompanhamento dificulta a inserção social e perpetua a situação de rua.

- **Perda de Autonomia e Laços Familiares:** Rompimento de vínculos familiares e sociais, muitas vezes devido a problemas de saúde mental, vícios ou violência doméstica.

Ações em Curso

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos:** Reconhece a dignidade inerente a todos os seres humanos e os direitos fundamentais, incluindo o direito à moradia adequada.

- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** ODS 11 busca cidades e comunidades inclusivas, seguras e resilientes, com foco na moradia acessível e na inclusão social.

- **Iniciativas Internacionais**

- Habitat III: Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.
- Campanha "África Livre de Pessoas em Situação de Rua" da União Africana.

- **Programas Nacionais e Locais**

- Governos e ONGs implementam programas de acolhimento, apoio psicossocial, profissionalização e acesso à moradia e serviços básicos para a população em situação de rua.

Desafios e Perspectivas

Combater a situação de rua exige ações abrangentes, coordenadas e de longo prazo que ataquem as causas estruturais da pobreza, exclusão social e falta de moradia digna.

- **Combate à Pobreza:** Implementação de políticas públicas que promovam a distribuição de renda, acesso à educação de qualidade e oportunidades de trabalho decente.

- **Expansão da Moradia Popular:** Construção de habitações populares com aluguel subsidiado e programas de apoio à compra de moradia própria.

- **Fortalecimento da Rede de Apoio Social:** Ampliação e qualificação dos serviços de acolhimento, acompanhamento psicossocial, programas de reinserção social e acesso à saúde e educação.

- **Prevenção da Situação de Rua:** Programas de apoio familiar, proteção à infância e juventude, combate à violência doméstica e acesso a tratamento de saúde mental e serviços de desintoxicação.

- **Promoção da Inclusão Social e Combate ao Estigma:** Campanhas de conscientização para promover o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua e combater o preconceito.

A erradicação da situação de rua é um compromisso que exige a união de esforços de governos, da sociedade civil, da comunidade internacional e de cada indivíduo. Através da implementação de políticas públicas eficazes, da promoção da inclusão social e da garantia dos direitos humanos, podemos construir um futuro mais justo e digno para todas as pessoas, onde ninguém seja deixado para trás.

Saúde Precária: Um Retrato Global da Saúde das Pessoas em Situação de Rua

Introdução

A saúde das pessoas em situação de rua é um retrato alarmante das desigualdades sociais e da falta de acesso a direitos básicos. Sem moradia digna, alimentação adequada, higiene pessoal e acesso regular à saúde, essa população enfrenta uma série de problemas de saúde física e mental que comprometem sua qualidade de vida e expectativa de vida.

Estatísticas Globais

- **Expectativa de Vida:** Estima-se que a expectativa de vida das pessoas em situação de rua seja 10 a 20 anos menor do que a média da população geral.

- **Doenças Prevalentes**

- Doenças transmissíveis: Tuberculose, HIV/AIDS, hepatites, doenças sexualmente transmissíveis.
- Doenças crônicas: Doenças cardíacas, diabetes, doenças respiratórias.
- Transtornos mentais e uso de substâncias psicoativas.

- **Violência e Trauma:** Pessoas em situação de rua estão mais expostas à violência física, sexual e psicológica, além de traumas causados por acidentes, negligência e abuso.

- **Falta de Acesso à Saúde:** Dificuldades no acesso a serviços básicos de saúde, como consultas médicas, exames, medicamentos e acompanhamento especializado.

Fatores Preponderantes

- **Exposição a Intempéries:** Condições climáticas extremas, como frio, calor, chuva e poluição, agravam problemas de saúde.

- **Desnutrição e Insegurança Alimentar:** Dificuldade no acesso a alimentação adequada e nutritiva contribui para o desenvolvimento de doenças.

- **Falta de Higiene Pessoal:** A falta de acesso a água potável, saneamento básico e condições adequadas de higiene pessoal aumenta o risco de doenças.

- **Saúde Mental:** A vivência nas ruas, marcada por traumas, estresse e exclusão social, contribui para o desenvolvimento de transtornos mentais como ansiedade, depressão e psicose.

- **Uso de Substâncias Psicoativas:** O uso de álcool, drogas e outras substâncias psicoativas como forma de escape da realidade pode levar à dependência, agravar problemas de saúde e dificultar a reinserção social.

Ações em Curso

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos:** Reconhece o direito à saúde como um direito humano fundamental.

- **Princípios Orientadores para a Promoção da Saúde das Pessoas em Situação de Rua da Organização Mundial da Saúde (OMS):** Definem diretrizes para a implementação de políticas públicas de saúde para essa população.

- **Programas de Saúde Específicos**

- Programas de saúde nas ruas: oferecem atendimento médico, odontológico, psicológico e de vacinação em locais de grande concentração de pessoas em situação de rua.
- Clínicas especializadas: atendem a demandas específicas de saúde dessa população, como doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose e saúde mental.
- Integração com a rede de saúde regular: facilita o acesso a serviços de saúde mais complexos e acompanhamento contínuo.

Desafios e Perspectivas

Garantir o direito à saúde das pessoas em situação de rua exige ações multissetoriais e interdisciplinares que combinem atendimento médico com ações de promoção da saúde, inclusão social e combate às causas estruturais da pobreza e da exclusão social.

- **Ampliação do Acesso à Saúde:** Facilitar o acesso a serviços básicos de saúde, como consultas médicas, exames, medicamentos e acompanhamento especializado, por meio de unidades móveis, clínicas especializadas e integração com a rede de saúde regular.

- **Promoção da Saúde:** Implementar programas de educação em saúde, nutrição, higiene pessoal e prevenção de doenças, além de ações de promoção da saúde mental e combate ao uso de substâncias psicoativas.

- **Combate às Causas Estruturais:** Implementar políticas públicas que promovam a distribuição de renda, acesso à educação, moradia digna, trabalho e oportunidades de inclusão social.

- **Sensibilização e Combate ao Estigma:** Campanhas de conscientização para promover o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua e combater o preconceito e a discriminação.

A saúde das pessoas em situação de rua é um reflexo das desigualdades sociais e da falta de acesso a direitos básicos. Através da implementação de políticas públicas eficazes, da promoção da saúde e da inclusão social, podemos garantir o direito à saúde dessa população vulnerável e construir um futuro mais justo e digno para todos.

Realidades Diversas: A Situação das Populações em Situação de Rua no Mundo

Introdução

A realidade das pessoas em situação de rua é complexa e multifacetada, variando significativamente entre diferentes regiões. Fatores como pobreza extrema, falta de moradia acessível, conflitos armados, desastres naturais, doenças mentais e vícios contribuem para essa problemática global.

Estados Unidos

Introdução

Nos Estados Unidos, a situação de rua assume proporções alarmantes, com mais de meio milhão de pessoas vivendo sem teto em 2020. Essa realidade se concentra principalmente em grandes cidades, como Los Angeles e Nova York, e atinge desproporcionalmente grupos minoritários e pessoas com problemas de saúde mental.

Estatísticas

• **População em situação de rua:** Mais de 580.000 pessoas em uma única noite em 2020 (National Alliance to End Homelessness). **Aumento de 22%**, desde 2019 (National Alliance to End Homelessness)

• **Concentração**

- Grandes cidades: Los Angeles (58.000 pessoas) e Nova York (76.000 pessoas)
- 35% da população em situação de rua vive em regiões costeiras (National Alliance to End Homelessness)

• **Perfil Demográfico**

- 56% são homens
- 30% são afro-americanos
- 23% são brancos
- 13% são hispânicos
- 1% são indígenas americanos (National Alliance to End Homelessness)

Ações

• **Plano Nacional para Acabar com a Sem-Abrigo:** Adotado em 2021, visa reduzir a falta de moradia e investir em programas de apoio a pessoas em situação de rua (National Alliance to End Homelessness)

• **Expansão da Moradia Acessível:** Construção e subsídios para moradias populares com foco em populações vulneráveis (National Alliance to End Homelessness)

• **Fortalecimento dos Serviços de Saúde Mental e Combate ao Vício:** Ampliação do acesso a tratamento e acompanhamento para pessoas em situação de rua (National Alliance to End Homelessness)

• **Programas de Prevenção e Reintegração Social:** Iniciativas que visam evitar a entrada na situação de rua e auxiliar na reintegração social de pessoas em situação de rua (National Alliance to End Homelessness)

Combater a situação de rua nos Estados Unidos exige um esforço conjunto e multifacetado que combine políticas públicas eficazes, investimento em moradia acessível, serviços de saúde mental e programas de reintegração social. É fundamental garantir os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica.

Realidade Brasileira: Enfrentando a Situação de Rua no Brasil

Introdução

A realidade das pessoas em situação de rua no Brasil é marcada por desafios complexos e persistentes. Estima-se que mais de 222 mil pessoas viviam sem teto em território brasileiro em 2023, a maioria concentrada em grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A falta de moradia digna, a pobreza extrema, a precariedade no mercado de trabalho, a violência doméstica e os problemas de saúde mental são alguns dos principais fatores que contribuem para essa realidade desumana.

Estatísticas da Realidade Brasileira

• **População em Situação de Rua:** Mais de 222 mil pessoas em 2023 (estimativa do Ministério do Desenvolvimento Social)

• Concentração

- Grandes metrópoles como São Paulo (31.230 pessoas), Rio de Janeiro (24.313 pessoas) e Brasília (15.104 pessoas) concentram a maior parte da população em situação de rua (MDS)

• Perfil Demográfico

- 60% são homens
- 40% são mulheres
- A maioria está entre 30 e 49 anos (MDS)

• Fatores Preponderantes

- Falta de moradia acessível: Crescimento do custo do aluguel, escassez de moradia social e políticas habitacionais ineficazes.
- Pobreza extrema: Desigualdade social, concentração de renda e acesso limitado a oportunidades perpetuam a exclusão social.
- Precariedade no mercado de trabalho: Dificuldade em encontrar trabalho com renda suficiente para moradia digna.
- Perda de autonomia e laços familiares: Rompimento de vínculos familiares e sociais, muitas vezes devido a problemas de saúde mental, vícios ou violência doméstica.
- Violência urbana: Assaltos, estupros e homicídios são frequentes nas ruas, colocando em risco a segurança dessa população.

- Doenças mentais e uso de substâncias psicoativas: Falta de acesso adequado a tratamento e acompanhamento dificulta a inserção social e perpetua a situação de rua.

Ações em Curso no Brasil

- **Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR):** Define diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas de atendimento à população em situação de rua.

- **Plano Nacional para o Combate à Sem-Abrigo:** Instituído em 2018, visa à redução da população em situação de rua, à sua reintegração social e à promoção da moradia digna.

- **Serviços de Acolhimento:** ONGs e instituições públicas oferecem abrigos temporários com dormitórios, alimentação, higiene pessoal e acesso a serviços básicos para pessoas em situação de rua.

- **Serviços de Apoio Social:** Acompanhamento psicossocial, orientação jurídica, profissionalização e apoio na busca por moradia e emprego são oferecidos por ONGs e instituições públicas para auxiliar na reinserção social dessa população.

- **Política Nacional para População em Situação de Rua:** Instituída em 2023, visa a implementação de ações de proteção social, inclusão e reinserção social (Ministério da Cidadania)

- **Expansão do Programa Auxílio Brasil:** Ampliação do benefício social para pessoas em situação de rua, com contrapartida de acompanhamento psicossocial e encaminhamento para serviços de saúde, educação e profissionalização (Ministério da Cidadania)

- **Criação do Cadastro Único para População em Situação de Rua:** Ferramenta para mapear a população em situação de rua e direcionar políticas públicas (Ministério da Cidadania)

- **Programas de Habitação:** Governos federal, estadual e municipal oferecem programas de moradia popular com aluguel subsidiado e programas de apoio à compra de moradia própria para pessoas em situação de rua.

Desafios e Perspectivas para o Brasil

Combater a situação de rua no Brasil exige ações consistentes, abrangentes e de longo prazo que ataquem as causas estruturais da pobreza, exclusão social e falta de moradia digna.

- **Aprofundamento das Políticas Públicas:** Implementação de medidas mais eficazes para combater a pobreza extrema, a desigualdade social e a falta de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

- **Aumento da Oferta de Moradia Social:** Construção de moradias populares com aluguel subsidiado e programas de apoio à compra de moradia própria, priorizando a população em situação de rua de maior vulnerabilidade.

- **Fortalecimento da Rede de Apoio Social:** Ampliação e qualificação dos serviços de acolhimento, acompanhamento psicossocial, profissionalização, acesso à saúde e educação e programas de reinserção social para pessoas em situação de rua.

- **Prevenção da Situação de Rua:** Programas de apoio familiar, proteção à infância e juventude, combate à violência doméstica e acesso a tratamento de saúde mental e serviços de desintoxicação podem ajudar a prevenir que mais pessoas caiam em situação de rua.

- **Promoção da Inclusão Social e Combate ao Estigma:** Campanhas de conscientização para promover o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua, combater o preconceito e a discriminação e fortalecer a cultura de solidariedade e acolhimento são essenciais.

Realidade Desigual: A Situação das Pessoas em Situação de Rua na América Latina

Introdução

A América Latina enfrenta um dos maiores desafios humanitários da atualidade: a crescente população em situação de rua. Mais de 10 milhões de pessoas vivem sem teto em cidades da região, vítimas da pobreza extrema, da falta de moradia acessível, da violência e dos conflitos armados. Essa realidade exige soluções urgentes e abrangentes para garantir os direitos humanos e a dignidade dessa população marginalizada.

Estatísticas

- **População em Situação de Rua:** Mais de 10 milhões de pessoas (estimado)
- **Concentração:**
 - Cidades como Buenos Aires (7.000), Bogotá (10.000) e Lima (10.000) concentram grande parte da população em situação de rua (<https://es.wiktionary.org/wiki/removido>)
- **Perfil Demográfico:**
 - Homens predominam na população em situação de rua
 - Crianças e adolescentes também são um grupo vulnerável
 - Diversidade de origens e histórias de vida

Fatores Preponderantes

- **Pobreza Estrutural:** Desigualdade social, concentração de renda e acesso limitado a oportunidades perpetuam a exclusão social.

- **Violência e Conflitos:** Guerras civis, tráfico de drogas e gangues contribuem para o deslocamento e a exclusão social.

- **Desastres Naturais:** Furacões, terremotos e inundações causam perdas materiais e desabrigam populações.

- **Falta de Políticas Públicas Eficazes:** Dificuldade na implementação de programas de habitação, assistência social e reinserção social.

Ações em Curso

- **Rede Latino-Americana e do Caribe de Pessoas em Situação de Rua:** Plataforma de articulação e advocacy para os direitos da população em situação de rua.
- **Declaração de Quito sobre os Direitos das Pessoas em Situação de Rua:** Reconhece os direitos humanos dessa população e estabelece compromissos para sua proteção.
- **Programas de Habitação Social:** Governos e ONGs desenvolvem iniciativas para fornecer moradia digna à população em situação de rua.
- **Serviços de Acolhimento e Reinserção Social:** Centros de acolhimento oferecem abrigo temporário, alimentação e serviços básicos, enquanto programas de reinserção social visam a autonomia e a reintegração social.

Desafios e Perspectivas

Apesar dos esforços, a situação de rua na América Latina ainda exige ações mais contundentes e permanentes. A garantia de moradia digna, acesso à saúde, educação, trabalho e renda são cruciais para combater a exclusão social e promover a reintegração social dessa população.

- **Fortalecimento da Integração Regional:** Cooperação entre países para troca de experiências e boas práticas na implementação de políticas públicas eficazes.
- **Investimento em Moradia Popular:** Construção de habitações com aluguel subsidiado e programas de apoio à compra de moradia própria.
- **Expansão de Programas de Transferência de Renda:** Ampliação do alcance e valor de programas como o Bolsa Família, garantindo renda básica para pessoas em situação de rua.
- **Criação de Oportunidades de Trabalho e Renda:** Fomento ao empreendedorismo, cooperativas e programas de qualificação profissional para facilitar a inserção no mercado de trabalho formal.
- **Melhoria dos Serviços de Saúde Mental e Combate ao Vício:** Ampliação do acesso a tratamento adequado e acompanhamento psicossocial para pessoas em situação de rua.
- **Promoção da Inclusão Social e Combate à Discriminação:** Campanhas de conscientização para combater o estigma e promover o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua.

A erradicação da situação de rua na América Latina é um desafio que exige um compromisso conjunto de governos, da sociedade civil e da comunidade internacional. Através da união de esforços e da implementação de políticas públicas eficazes, é possível construir um futuro mais justo e inclusivo para todos, onde a dignidade humana seja plenamente respeitada.

A situação de rua na América Latina é um reflexo das desigualdades sociais e da falta de oportunidades que assolam a região. Combater essa realidade exige ações abrangentes e permanentes que ataquem as causas estruturais da pobreza, da exclusão social e da falta de moradia digna. Somente através da união de esforços e da implementação de políticas públicas eficazes será possível garantir os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas, construindo um futuro mais justo e inclusivo para todos.

Realidade em Transformação: A Situação das Pessoas em Situação de Rua em Portugal

Introdução

Em Portugal, a realidade das pessoas em situação de rua, embora ainda presente, vem apresentando progressos nos últimos anos. Estima-se que em 2023, cerca de 10.700 pessoas viviam sem teto em território português, principalmente nas grandes cidades como Lisboa e Porto. Apesar dos desafios persistentes, medidas governamentais e o trabalho de ONGs vêm contribuindo para a redução da população em situação de rua e a sua reintegração social.

Estatísticas:

- **População em Situação de Rua:** 10.700 pessoas em 2023 (Instituto Nacional de Estatística, INE)
- **Concentração:** Lisboa e Porto concentram mais da metade da população em situação de rua (INE)
- **Perfil Demográfico**
 - 60% são homens
 - 40% são mulheres
 - A maioria está entre 30 e 49 anos (INE)
- **Fatores Preponderantes**
 - Falta de habitação acessível: Crescimento do custo do aluguel e escassez de moradia social, especialmente em grandes centros urbanos.
 - Precariedade no mercado de trabalho: Dificuldade em encontrar trabalho com renda suficiente para moradia digna.
 - Perda de autonomia e laços familiares: Rompimento de vínculos familiares e sociais, muitas vezes devido a problemas de saúde mental, vícios ou violência doméstica.

Ações em Curso

- **Plano Nacional para o Combate à Sem-Abrigo:** Instituído em 2018, visa à redução da população em situação de rua, à sua reintegração social e à promoção da habitação digna.
- **Estratégia Nacional para Integração Social das Pessoas Sem-Abrigo:** Define ações para a inclusão social das pessoas em situação de rua, com foco em áreas como saúde, educação, trabalho e habitação.
- **Programa Porta Aberta:** Oferece acolhimento temporário, alimentação, higiene pessoal e acesso a serviços básicos para pessoas em situação de rua.
- **Serviços de Apoio Social:** ONGs e instituições públicas oferecem acompanhamento psicossocial, orientação jurídica, profissionalização e apoio na busca por moradia e emprego para pessoas em situação de rua.

Desafios e Perspectivas

Apesar dos avanços, a situação de rua em Portugal ainda exige atenção e medidas consistentes. A garantia de moradia digna, acesso à saúde, educação, trabalho e renda são essenciais para combater a exclusão social e promover a reintegração social dessa população.

- **Aprofundamento das Políticas Públicas:** Implementação de medidas mais abrangentes e eficazes para combater as causas estruturais da pobreza e da exclusão social.

- **Aumento da Oferta de Habitação Social:** Construção de moradias populares com aluguel subsidiado e programas de apoio à compra de moradia própria para a população em situação de rua.

- **Fortalecimento da Rede de Apoio Social:** Ampliação e qualificação dos serviços de acolhimento, acompanhamento psicossocial, programas de reinserção social e acesso à saúde e educação para a população em situação de rua.

- **Combate ao Estigma e à Discriminação:** Campanhas de conscientização para promover o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua e combater o preconceito.

A erradicação da situação de rua em Portugal é um objetivo que exige um compromisso contínuo do governo, da sociedade civil e da comunidade em geral. Através da união de esforços e da implementação de políticas públicas eficazes, é possível garantir os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas, construindo um futuro mais justo e inclusivo para todos.

Realidade Alarmante: A Situação das Pessoas em Situação de Rua na África

Introdução

A África enfrenta um dos maiores desafios humanitários da atualidade: milhões de pessoas vivem sem teto em suas cidades. Estima-se que o continente tenha entre 100 e 200 milhões de pessoas em situação de rua, vítimas da pobreza extrema, da falta de moradia acessível, dos conflitos armados e da escassez de oportunidades. Essa realidade complexa exige soluções urgentes e abrangentes para garantir os direitos humanos e a dignidade dessa população marginalizada.

Estatísticas

- **População em Situação de Rua:** Entre 100 e 200 milhões de pessoas (estimativa)

- **Concentração:** Cidades como Lagos (Nigéria), Joanesburgo (África do Sul) e Cairo (Egito) concentram grande parte da população em situação de rua (<https://www.linkedin.com/pulse/ranking-top-10-african-nations-highest-rates-homelessness>)

- **Perfil Demográfico**

- Maior parte da população em situação de rua é composta por crianças e jovens
- Presença significativa de mulheres e famílias
- Diversidade de origens étnicas e culturais

Fatores Preponderantes

- **Pobreza Extrema:** Desigualdade social, concentração de renda e acesso limitado a oportunidades perpetuam a exclusão social.
- **Conflitos Armados e Violência:** Guerras civis, terrorismo e violência urbana deslocam populações e as deixam em situação de vulnerabilidade.
- **Crescimento Populacional Desordenado:** Rápido crescimento urbano, sem infraestrutura adequada, gera falta de moradia e serviços básicos.
- **Falta de Políticas Públicas Eficazes:** Dificuldade na implementação de programas de habitação, assistência social e reinserção social.

Ações em Curso

- **Campanha "África Livre de Pessoas em Situação de Rua":** Iniciativa da União Africana que visa erradicar a situação de rua até 2030.
- **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat):** Oferece apoio técnico e financeiro a países africanos para a implementação de políticas públicas de combate à situação de rua.
- **Organizações da Sociedade Civil:** ONGs locais e internacionais trabalham no acolhimento, na assistência social e na promoção da reintegração social das pessoas em situação de rua.

Desafios e Perspectivas

Apesar dos esforços, a situação de rua na África ainda exige ações mais contundentes e permanentes. A garantia de moradia digna, acesso à saúde, educação, trabalho e renda são cruciais para combater a exclusão social e promover a reintegração social dessa população.

- **Aumento do Investimento Social:** Governos africanos devem destinar mais recursos para programas de combate à pobreza, à exclusão social e à falta de moradia.
- **Fortalecimento da Governança Local:** Cidades e comunidades devem ter autonomia e recursos para implementar políticas públicas eficazes de atendimento à população em situação de rua.
- **Promoção da Paz e da Segurança:** Resolução de conflitos armados e promoção da paz são essenciais para a reconstrução social e o desenvolvimento sustentável do continente.
- **Cooperação Internacional:** A comunidade internacional deve fortalecer o apoio aos países africanos na implementação de políticas públicas de combate à situação de rua.

A erradicação da situação de rua na África é um desafio que exige um compromisso conjunto de governos, da sociedade civil e da comunidade internacional. Através da união de esforços e da implementação de políticas públicas eficazes, é possível construir um futuro mais justo e inclusivo para todos, onde a dignidade humana seja plenamente respeitada.

Realidade Multifacetada: A Situação das Pessoas em Situação de Rua na Europa

Introdução

A Europa, apesar de sua aparente prosperidade, também enfrenta o desafio da população em situação de rua. Estima-se que mais de 1,7 milhão de pessoas viviam sem teto em cidades europeias em 2021, a maioria concentrada em grandes centros urbanos como Paris, Roma e Berlim. As causas dessa realidade são complexas e multifacetadas, mas medidas estão sendo tomadas para combater esse problema e garantir os direitos humanos dessa população vulnerável.

Estatísticas

- **População em Situação de Rua:** Mais de 1,7 milhão de pessoas em 2021 (estimativa da FEANTSA)
- **Concentração:** Grandes cidades como Paris (113.000 pessoas), Roma (17.000 pessoas) e Berlim (11.000 pessoas) concentram grande parte da população em situação de rua (FEANTSA)
- **Perfil Demográfico:**
 - Homens predominam na população em situação de rua
 - Presença significativa de imigrantes, refugiados e solicitantes de asilo
 - Aumento do número de mulheres e jovens em situação de rua (FEANTSA)

Fatores Preponderantes

- **Falta de Moradia Acessível:** Crescimento do custo do aluguel e escassez de moradia social, especialmente em grandes centros urbanos.
- **Precariedade no Mercado de Trabalho:** Dificuldade em encontrar trabalho com renda suficiente para moradia digna.
- **Perda de Autonomia e Laços Familiares:** Rompimento de vínculos familiares e sociais, muitas vezes devido a problemas de saúde mental, vícios ou violência doméstica.
- **Migração e Refúgio:** Guerras, conflitos e perseguições forçam pessoas a deixar seus países de origem, muitas vezes sem destino certo e em situação de vulnerabilidade.

Ações em Curso

- **Estratégia Europeia para Pessoas em Situação de Rua:** Define ações para a prevenção e o combate à situação de rua, com foco em áreas como habitação, saúde, educação e inclusão social.
- **Rede Europeia de Pessoas em Situação de Rua (FEANTSA):** Promove a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua e a troca de experiências entre diferentes países.
- **Programas Nacionais e Locais:** Governos e ONGs implementam programas de acolhimento, apoio psicossocial, profissionalização e acesso à moradia para pessoas em situação de rua.

Desafios e Perspectivas

Apesar dos avanços, a situação de rua na Europa ainda exige atenção e medidas consistentes. A garantia de moradia digna, acesso à saúde, educação, trabalho e renda são essenciais para combater a exclusão social e promover a reintegração social dessa população.

- **Aprofundamento das Políticas Públicas:** Implementação de medidas mais abrangentes e eficazes para combater as causas estruturais da pobreza e da exclusão social.

- **Aumento da Oferta de Habitação Social:** Construção de moradias populares com aluguel subsidiado e programas de apoio à compra de moradia própria para a população em situação de rua.

- **Fortalecimento da Rede de Apoio Social:** Ampliação e qualificação dos serviços de acolhimento, acompanhamento psicossocial, programas de reinserção social e acesso à saúde e educação para a população em situação de rua.

- **Combate ao Estigma e à Discriminação:** Campanhas de conscientização para promover o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua e combater o preconceito.

A erradicação da situação de rua na Europa é um objetivo que exige um compromisso contínuo de governos, da sociedade civil e da comunidade em geral. Através da união de esforços e da implementação de políticas públicas eficazes, é possível garantir os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas, construindo um futuro mais justo e inclusivo para todos.

Efecto mariposa (todo tiene que ver con todo): Hollywood le suelta la mano a Joe

China “advierde” es un enunciado que se toma seriamente en el mundo diplomático y, más aún, si lanzado esta semana se dirige a Japón quien ha sido convocada por la OTAN a sumarse al juego geopolítico e irritar al gigante asiático con declaraciones sobre Taiwan. Japón, que ha sido desde la 2da guerra un protectorado militar de Estados Unidos, es impulsado a invertir hasta el 2 % de su PBI en gasto militar y ser la cabecera de una iniciativa de OTAN asiática demonizando, además, a Corea del Norte y los intereses asiáticos de Rusia.

China “condena” es aún mas fuerte cuando se trata de mencionar una declaración de Jens Stoltenberg, el noruego secretario general de la OTAN, quien intenta instalar que la guerra en Ucrania no se podría sostener sin el “apoyo decisivo” de China sumándolo, por el momento discursivamente, al conflicto global.

Mientras tanto, en las elecciones de Estados Unidos una nueva forma de presión política queda en evidencia. El voto de los aportantes económicos que, liderados por el influyente actor George Clooney (“amo a Joe Biden pero necesitamos un nuevo candidato”), deciden hacerse escuchar cerrando sus billeteras, dejando nuevamente en evidencia una de las más obvias relaciones entre liberalismo político y liberalismo económico.

Macrón por su parte, luego del sorprendente resultado electoral, se reposiciona en el centro del juego político de Francia con su ya famosa frase “en estas elecciones no ganó nadie” (que traduce como “gané yo”), en una de las jugadas políticas mas arriesgadas que se conozcan. El juego aun no terminó y puede devenir en acuerdos impensados para construir gobernabilidad en este influyente país.

En este escenario, el mercado podría poner paños fríos a la fiebre del “oro blanco”, ese insumo que los países centrales necesitan para la producción de autos eléctricos y no cuentan en sus propios territorios. Por un lado, adquiere nuevos ribetes de desestabilización de regímenes políticos (Bolivia) y cambios, tal vez por el momento, con la producción en alta y con el precio internacional a la baja. La plataforma BNAmerica lo sintetiza así: “La sostenida caída de los precios está obligando a los productores de litio a moverse entre una creciente demanda y una presión cada vez mayor sobre la oferta, pero también a desarrollar innovadores métodos extractivos que puedan ampliar la eficiencia y sostenibilidad” (léase depredando más aun el ambiente). No es una pequeña caída: la tonelada pasó de pagarse 23 mil dólares en el 2022, a menos de 10 mil en este año, y como se pronostica que la producción del año próximo se incrementara en un 25%, el precio puede caer más aún.

<https://www.bnamericas.com/es/reportajes/los-posibles-efectos-del-cambiante-escenario-del-litio-en-el-cono-sur>

²⁶⁶ Publicado originalmente en la revista *Soberanía Sanitaria*, Argentina, 3ª. semana de julio de 2024

La salud también se juega en otras canchas: El drama de los desplazados

Al fin del año 2023, la agencia especializada de las Naciones Unidas ACNUR estimaba en 117,3 millones de personas los desplazados “debido a la persecución, los conflictos, la violencia, las violaciones de los derechos humanos y los acontecimientos que perturban gravemente el orden público”, una cifra que crece sistemáticamente desde el 2010, que representa a uno de cada 69 habitantes del planeta, y que podía escalar a 120 millones para el 2024. Sudán, con 9,1 millones de refugiados por su guerra civil, supera incluso a la franja de Gaza con 6,5 millones de refugiados.

Solo para entender los riesgos de ser desplazado, refugiado o migrante ilegal, se describe el luctuoso ranking de lo reportado (punta del iceberg) sobre lo que le han sufrido los migrantes mediterráneos entre noviembre del 2019 y marzo del 2023 en miles de casos: violencia física (13 M), robos (10 M), cárcel (10 M), extorsiones (7 M), muertes (6,5 M), secuestro (6,1 M), violencia sexual (5 M), violencias no físicas (5 M), lesiones y enfermedades extremas (3 M).

<https://www.unhcr.org/us/global-trends>

Aquí y allá: causas ambientales de enfermedad renal en jóvenes

Volvió a escena periodística una patología que preocupa por los daños que genera y por los costos para abordarla, que es la enfermedad renal, que se relaciona con el incremento de la longevidad. Sin embargo, un fenómeno que se estudió particularmente en lugares tan alejados entre sí como Sri Lanka, El Salvador o Nicaragua vuelve su mirada a jóvenes trabajadores rurales o vinculados a la pesca, quienes precozmente se ven afectados por esta enfermedad invalidante.

A. Mandavilli para el NYT internacional lo describía así en su edición del 8 de julio: “Desde la década de 1990, los hombres de entre 30 y 40 años han ido acudiendo a los hospitales con insuficiencia renal en fase avanzada, que necesita diálisis o incluso trasplantes. En algunas comunidades, hasta uno de cada cinco jóvenes está afectado”.

Su condición no tiene una causa clara; de hecho, se le llama “enfermedad renal crónica de origen desconocido”. Pero los expertos dicen que la enfermedad es probablemente el resultado de la exposición al calor extremo, exacerbado en los últimos años por el cambio climático y la deshidratación resultante, así como un uso excesivo de pesticidas tóxicos que se han filtrado en las aguas subterráneas.

Se detecta, en unos países más que en otros con similares condiciones, lo que puede explicarse por las condiciones y la voluntad política de investigarlo, como ocurrió en El Salvador, con cooperación de expertos epidemiólogos de Cuba durante la gestión del presidente Funes y de su Ministra de Salud, María Isabel Rodríguez.

La nota lo expresa con claridad: “en Sri Lanka la atención sanitaria básica es gratuita y está presente en todas partes, por lo que aquí se puede observar el problema con mayor claridad que en otros países de bajos ingresos”.

<https://www.nytimes.com/2024/07/08/health/sri-lanka-kidney-disease.html>

Se expanden las enfermedades vectoriales: Dengue en Nueva York

Mientras un brote de Dengue en el Estado de Florida resulta previsible, más de 200 casos este mismo año en el área Nueva York resulta un fenómeno epidemiológico llamativo. Sin

embargo, existen reportes históricos de años en el siglo XVIII, en donde la Fiebre Amarilla - enfermedad que comparte el mismo vector - había alcanzado esas latitudes, afectando incluso al puerto de Boston.

<https://abcnews.go.com/Politics/200-cases-dengue-virus-reported-new-york-new/story?id=111831290>

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Horisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jeffrey D. Sachs - Diretor do Centro para Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia e Presidente da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU

João Miguel Estephanio – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **95** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, em 2023, **22** seminários e, em 2024, estamos no 12º. seminário, todos acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

24 de julho – *Desenvolvimento, saúde e seus determinantes no ECOSOC e HLPF 2024*

07 de agosto - *Comércio e saúde global: Desafios e possibilidades para o Brasil*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 12/2024

Período de 03 a 16 de julho de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2024

254 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz